



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Processo nº 01250.003010/2020-70 / Documento: 627809

CONVÊNIO MCOM – PLATAFORMA +BRASIL nº 904907/2020

CONVÊNIO PLATAFORMA +BRASIL Nº 904907/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

A União, por intermédio do Ministério das Comunicações, doravante denominada Administração Pública, com sede em Brasília - DF, Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", inscrito no CNPJ/MF nº 37.753.638/0001-03, neste ato representado pelo Exmo. Ministro de Estado, Senhor FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA,

e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede à 5ª Avenida nº 750, do CAB - Salvador-BA, doravante denominado CONVENIENTE, representado pela Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, **NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI,**

RESOLVEM

celebrar o presente Convênio, registrado na Plataforma +Brasil, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e atualizações, consoante o processo administrativo nº 01250.003010/2020-70 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o "Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital", conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo CONVENIENTE e aceitos pelo CONCEDENTE na *Plataforma +Brasil*, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

Não há, por parte do CONVENIENTE, a necessidade de apresentação de documentação complementar para a eficácia do presente Convênio, descaracterizando a condição suspensiva.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

- a) realizar na *Plataforma +Brasil* os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- b) transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, na forma do art. 41, *caput* e inciso III, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; e
- f) divulgar atos normativos e orientar o CONVENENTE quanto à correta execução dos projetos e atividades.

II - DO CONVENENTE:

- a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

- c) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- d) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
- e) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- f) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- g) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- h) realizar na Plataforma +Brasil os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

- i) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;
- j) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- k) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;
- l) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- m) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;
- n) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- o) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- p) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

- q) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, apor a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR n.º 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;
- r) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
- s) manter o concedente informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- t) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio;
- u) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;
- v) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;
- w) manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

x) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

y) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF;

z) observar o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e nas normas estaduais, distritais ou municipais vigentes, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil;

aa) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de **24** (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do instrumento podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula Única. A prorrogação além dos prazos estipulados no art. 27, inciso V, da Portaria Interministerial n. 424, de 2016, somente será admitida nas hipóteses de que trata art. 27, §3º, da mesma Portaria, e desde que o novo prazo estabelecido seja compatível com o período em que houve o atraso e viável para a conclusão do objeto pactuado.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 125.917,00 (cento e vinte e cinco mil novecentos e dezessete reais),

serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, publicada no DOU de 20 de janeiro de 2020, UG 240267, assegurado pela Nota de Empenho nº 2020NE800097, vinculada ao Programa de Trabalho nº 2205, PTRES 178853, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 00188, Natureza da Despesa 4;

II - R\$ 5.917,00 (cinco mil novecentos e dezessete reais), relativos à contrapartida do CONVENENTE.

Subcláusula Primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula Segunda. O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE.

Subcláusula Primeira. O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

Subcláusula Segunda. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula Terceira. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial, federal ou estadual.

Subcláusula Primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE ou da unidade executora.

Subcláusula Segunda. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e para os instrumentos enquadrados nos níveis previstos nos incisos IV e V do art. 3º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, preferencialmente em parcela única.

Subcláusula Terceira. A liberação da parcela única ficará condicionada à conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Quarta. Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Subcláusula Quinta. Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação das demais parcelas ficará condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

Subcláusula Sexta. Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONVENENTE, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

Subcláusula Sétima. Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, o instrumento será

rescindido, salvo se presente alguma hipótese que autorize sua suspensão ou prorrogação motivada, conforme previsto no artigo 41, §§19 e 20 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Oitava. A execução financeira mencionada na Subcláusula Quinta será comprovada pela emissão de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias - OBTV.

Subcláusula Nona. É vedada a liberação da primeira parcela de recursos para o CONVENIENTE que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias e que não tenham sido motivadamente suspensos ou prorrogados, conforme autoriza o artigo 41, §§19 e 20 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Décima. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado na Plataforma +Brasil, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula Décima Primeira. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENIENTE:

I - comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do conveniente; e

II - estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

Subcláusula Décima Segunda. Nos termos do §3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, a liberação das parcelas do Convênio ficará retida até o saneamento das impropriedades constatadas, quando:

I - não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal;

II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do CONVENENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas; e

III - o CONVENENTE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo CONCEDENTE ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

Subcláusula Décima Terceira. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENENTE em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

Subcláusula Décima Quarta. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.

Subcláusula Décima Quinta. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Décima Sexta. O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e não haja motivada suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula Sétima;

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no art. 60 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Décima Sétima. O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula Décima Segunda, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

Subcláusula Décima Oitava. No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula Décima Quarta, inciso I, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Subcláusula Décima Nona. É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Subcláusula Vigésima. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula Vigésima Primeira. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula Primeira. É vedado ao CONVENIENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

IV - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

VIII - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IX - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

X - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais; e

XI - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

XII - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo se permitido neste instrumento e em norma correlata, bem como se houver anuência expressa por parte do CONCEDENTE;

XIII - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado; e

XIV - utilizar os recursos do instrumento para aquisição ou construção de bem que desobedeça a Lei n. 6.454, de 1977.

Subcláusula Segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados na Plataforma +Brasil e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, devendo ser registrado na Plataforma +Brasil o beneficiário final da despesa:

I – por ato da autoridade máxima do CONCEDENTE;

II – na execução do objeto pelo CONVENENTE por regime direto; e

III – no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

Subcláusula Terceira. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE incluirá na Plataforma +Brasil, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - informações das notas fiscais ou documentos contábeis; e

V - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento.

Subcláusula Quarta. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Subcláusula Quinta. No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e

III - o fornecedor ou o CONVENIENTE apresentem uma carta fiança bancária ou instrumento congênere no valor do adiantamento pretendido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENIENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de serviços ou aquisição de bens com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002, e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Subcláusula Primeira. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENIENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Segunda. O prazo para início do procedimento licitatório será de até sessenta dias, contados da data de assinatura do instrumento ou, havendo cláusula suspensiva, do aceite do termo de referência, e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo CONVENENTE e aceito pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Terceira. Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no artigo 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016:

- a) licitação realizada antes da assinatura do instrumento;
- b) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;
- c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula Quarta. Nos casos de que trata a Subcláusula Terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Quinta. Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e de seu regulamento, na forma eletrônica, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Subcláusula Sexta. Na contratação de bens e serviços com recursos do presente Convênio, o CONVENENTE deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos artigos 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

Subcláusula Sétima. As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas decorrentes das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas na Plataforma +Brasil.

Subcláusula Oitava. O CONCEDENTE deverá verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE, atendo-se à documentação no que tange aos seguintes aspectos:

I - contemporaneidade do certame ou subsunção a uma das hipóteses do artigo 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

II - compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência;

III - enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado, e

IV - fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

Subcláusula Nona. Compete ao CONVENENTE:

I - realizar, sob sua inteira responsabilidade, sempre que optar pela execução indireta de serviços, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;

II - registrar na Plataforma +Brasil o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração Pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF e seus respectivos aditivos;

III - prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

IV - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF, nos termos do art. 7º, inciso IX e §§ 4º a 6º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

V - inserir cláusula, nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, que obrigue o contratado a conceder livre acesso de servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, inclusive nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão da conta bancária específica do Convênio.

Subcláusula Décima. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula Décima Primeira. O CONVENIENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula Décima Segunda. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENIENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto na legislação específica que rege a parceria.

Subcláusula Décima Terceira. Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias figurem como conveniente ou unidade executora, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

Subcláusula Décima Quarta. No caso de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com Organizações da Sociedade Civil (OSC), deverão ser

observadas a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e as normas estaduais, distritais ou municipais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta do CONVENENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

Subcláusula Primeira. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula Segunda. No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO

Incumbe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma dos artigos 53 a 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, podendo assumir ou transferir a responsabilidade pela sua execução, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula Primeira. O CONCEDENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do

objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - a regularidade das informações registradas pelo CONVENIENTE na Plataforma +Brasil;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

Subcláusula Segunda. No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente instrumento, o CONCEDENTE deverá designar formalmente o servidor ou empregado responsável pelo seu acompanhamento.

Subcláusula Terceira. No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

IV - solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do Convênio;

V - programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 54, caput, inciso II e §2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

VI - utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e

VII - valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

Subcláusula Quarta. Constatadas irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apuradas durante a execução do Convênio, o CONCEDENTE suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e comunicará o CONVENENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período.

Subcláusula Quinta. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação, ou não, das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano.

Subcláusula Sexta. Prestadas as justificativas, o CONCEDENTE, aceitando-os, fará constar nos autos do processo as justificativas prestadas.

Subcláusula Sétima. Caso as justificativas não sejam acatadas, o CONCEDENTE abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o CONVENENTE regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

Subcláusula Oitava. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

Subcláusula Nona. A permanência da irregularidade após o prazo estabelecido na Subcláusula Sétima ensejará o registro de inadimplência na Plataforma +Brasil e, no caso de dano ao erário, a imediata instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais

e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

Subcláusula Décima. As comunicações elencadas nas Subcláusulas Quarta, Quinta e Sétima serão realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil, enviando cópia, em todos os casos, para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE.

Subcláusula Décima Primeira. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula Décima Segunda. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONCEDENTE. O CONVENENTE responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula Décima Terceira. O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, nos termos dos artigos 7º, §3º e 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENIENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo conveniente e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

Subcláusula Única. O CONVENIENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O órgão ou entidade que receber recursos por meio deste Convênio estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, na forma estabelecida pelos artigos 59 a 64 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas financeira consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o registro e a verificação da conformidade financeira ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Segunda. A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos.

Subcláusula Terceira. A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE na Plataforma +Brasil, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula Quarta. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, e será composta, além dos

documentos e informações registrados pelo CONVENENTE na Plataforma +Brasil, pelo seguinte:

I - relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;

II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Convênio;

III - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e

IV - termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, nos termos do §3º do art. 4º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Quinta. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo adicional máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula Sexta. Se, ao término do prazo estabelecido na Subcláusula Quinta, o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas na Plataforma +Brasil nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência na Plataforma +Brasil por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

Subcláusula Sétima. Caso não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos do presente Convênio, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

Subcláusula Oitava. O CONCEDENTE deverá registrar na Plataforma +Brasil o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

I - para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos da Subcláusula Quarta desta Cláusula;

II - para avaliação da conformidade financeira, será feita durante o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.

Subcláusula Nona. A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do Convênio.

Subcláusula Décima. Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas dos instrumentos, poderão ser utilizados subsidiariamente pelo CONCEDENTE os relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula Décima Primeira. Antes da tomada da decisão final de que trata a Subcláusula Décima Quinta, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, o CONCEDENTE notificará o CONVENENTE para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias (art. 10, §9º, do Decreto nº 6.170, de 2007, c/c art. 59, §9º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016).

Subcláusula Décima Segunda. A notificação prévia, prevista na Subcláusula Décima Primeira, será feita por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil.

Subcláusula Décima Terceira. O registro da inadimplência na Plataforma +Brasil só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula Décima Quarta. O CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado na Plataforma +Brasil, cabendo ao

CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

Subcláusula Décima Quinta. A análise da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou

III - rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, nos termos da Subcláusula Décima Sétima.

Subcláusula Décima Sexta. Quando for o caso de rejeição da prestação de contas em que o valor do dano ao erário seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o CONCEDENTE poderá, mediante justificativa e registro do inadimplemento no CADIN, aprovar a prestação de contas com ressalva.

Subcláusula Décima Sétima. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato na Plataforma +Brasil e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, observando os artigos 70 a 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

Subcláusula Décima Oitava. Na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

Subcláusula Décima Nona. Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta desta cláusula, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no

registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula Vigésima. Caberá ao Ente Máximo sucessor do CONVENENTE prestar contas dos recursos provenientes de instrumentos firmados pelos seus antecessores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br, portal SIAFI, informando a Unidade Gestora (UG) 240.267 e Gestão 00001 (Tesouro) e:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio, excetuada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

Subcláusula Primeira. A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE e os da contrapartida do CONVENENTE, independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

Subcláusula Terceira. Nos casos de descumprimento do prazo previsto no caput, o CONCEDENTE deverá solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

Subcláusula Quarta. Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido a extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pelo CONCEDENTE e CONVENENTE, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007 e da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula Segunda. O CONVENIENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo nesse documento estar claras as regras e diretrizes de utilização dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 71 e 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

e) inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, salvo as hipóteses em que houve motivada prorrogação deste prazo, conforme autorização excepcional trazida pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

f) inexistência de comprovação de retomada da execução, após findo o prazo previsto na Cláusula Oitava, Subcláusula Décima Quinta deste instrumento, situação em que incumbirá ao concedente:

1. solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e
2. analisar a prestação de contas, em atenção ao disposto na cláusula Décima Quarta deste instrumento.

Subcláusula Primeira. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou inscrição do débito nos sistemas da Dívida Ativa da União, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

Subcláusula Segunda. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da denúncia ou rescisão do instrumento, o concedente providenciará o cancelamento dos saldos de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula Primeira. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Plataforma +Brasil aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula Segunda. O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura, bem como da liberação dos

recursos financeiros correspondentes, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação por meio eletrônico.

Subcláusula Terceira. O CONVENIENTE obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver;

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto à Plataforma +Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio da Plataforma +Brasil, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as mensagens e documentos resultantes de eventual transmissão via fac-símile, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio da Plataforma +Brasil deverão ser supridas através da regular instrução processual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pelo CONCEDENTE:

(assinado eletronicamente)
FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Pelo CONVENENTE:

(assinado eletronicamente)
NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia

TESTEMUNHAS:

(assinado eletronicamente)

NOME:

Identidade:

CPF:

(assinado eletronicamente)

NOME:

Identidade:

CPF:



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 29/12/2020, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6278092** e o código CRC **05659AD7**.

Não Possui.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Visando subsidiar deliberação da Procuradoria Geral de Justiça, encaminhe-se o presente expediente para análise da Superintendência de Gestão Administrativa e da Coordenadoria de Gestão Estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Parada Costa Dionizio** em 29/12/2020, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0066574** e o código CRC **A07EE869**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Assessoria Técnico-Jurídica da SGA para análise e manifestação, com posterior retorno a esta Superintendência.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 30/12/2020, às 09:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0066608** e o código CRC **1C17C9C4**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

De ordem de Dr Lourival Miranda de Almeida Júnior, foram anexados a este processo eletrônico o "Plano de Trabalho do MP Mobile" e "Projeto Básico do MP Mobile", documentos que compõem a proposta de convênio MCOM – PLATAFORMA +BRASIL nº 904907/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Livia Moreira Velame** em 30/12/2020, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0066638** e o código CRC **BA890695**.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: MP MOBILE – Versão 2.0
Área: Tecnologia
Segmentos: Serviços de atendimento ao público

2 - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE		
Entidade: Ministério Público do Estado da Bahia		
CNPJ: 04.142.491/0001-66		
Endereço:5ª Avenida, nº 750, do CAB		
Município: Salvador	UF:BA	CEP:41.745-004
Telefone: (71)3103-0453	E-mail: cge.projetos@mpba.mp.br	
Dirigente: Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti	<div></div>	
Resp. Téc. pelo Projeto: Yuri Gonzalez Araújo	<div></div>	
Cargo: Analista Técnico – Especialidade Sistemas	Função: Diretor de Tecnologia da Informação	

1) DESCRIÇÃO DO PROJETO

	2020	2021	TOTAL
Valor repasse	R\$ 0,0	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

Período de Execução	
Início	Término
01/12/2020	01/12/2022

Identificação do Objeto

Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital.

Justificativa da Proposição

O acesso às informações através de dispositivos móveis é uma tendência na área de Tecnologia da Informação. De acordo com o Gartner, é uma das quatro tendências dos *Nexus das Forças* (<http://www.gartner.com/technology/research/nexus-of-forces/>) e que deverá direcionar os investimentos de TI nos próximos anos. No Brasil, segundo a

Anatel, ainda em 2015, havia mais de 284,15 milhões de linhas ativas na telefonia móvel (<http://www.anatel.gov.br/dados/destaque-1/270-destaques-smp>) o que confirma a tendência apontada anteriormente.

O MPBA possui atuação em todo o estado da Bahia e o uso das tecnologias da informação e comunicação torna-se fundamental para ampliação da presença da instituição sem que a mesma ocorra fisicamente. A nova versão do aplicativo móvel implementará serviços, tais como:

- identificação da promotoria mais próxima do cidadão;
- possibilidade de envio perguntas e mensagens para as diversas unidades do MPBA;
- aumento da transparência, possibilitando que as consultas já existentes de procedimentos sejam realizadas no dispositivo móvel. • facilidade no contato com unidades do MPBA, através da comunicação via chat ou vídeo;
- divulgação de ações, eventos e notícias de interesse ao público em geral.

É de interesse do MPBA promover ações que possibilitem garantir o acesso das populações às suas ações e é de interesse do MCTIC garantir o atendimento e o acesso aos diversos órgãos e entes públicos para todos os cidadãos, uma vez que o desenvolvimento social é a base de interesse dos entes governamentais. Desta forma, pretende-se que haja uma aproximação maior do Ministério Público do Estado da Bahia com os cidadãos que demandam da nossa instituição.

Capacidade Técnica e Gerencial

O Ministério Público do Estado da Bahia, através de sua Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), possui a capacidade técnica necessária para conduzir e supervisionar todas as etapas do processo de desenvolvimento da aplicação. Esta mesma capacidade foi demonstrada na construção da primeira versão do aplicativo e que está em funcionamento com mais de 2000 *downloads*.

Assim, os analistas técnicos – especialidade sistemas – possuem conhecimento sobre como transformar essas necessidades de negócio em requisitos técnicos para então, ser desenvolvido o aplicativo nas duas tecnologias apontadas (Android e iOS).

Descrição da Realidade objeto da Parceria e do Nexa com o Projeto e com as Metas a Serem Atingidas

Além da área finalística, o Ministério Público do Estado da Bahia, localizado em Salvador e com atuação em todos os municípios baianos, possui a área meio, com uma Gestão Administrativa que preza pela excelência, com setores estruturados de Assessoria Administrativa, de Governança e Gestão da Informação, Assessoria Técnico Jurídica, as diretorias de Contratos, Convênios e Licitações, de Engenharia e Arquitetura, de Programação e Gestão Orçamentária, de Tecnologia da Informação, de Contabilidade e Finanças, bem como a Diretoria Administrativa e de Gestão de Pessoas. Apresenta um corpo de Servidores e Colaboradores dedicados e capacitados, em diversos campos do conhecimento.

Para a presente proposta de projeto, informamos que o Sr. Yuri Gonzalez Araújo, Diretor de Tecnologia da Informação, para os fins de formalização deste Convênio, apresenta capacidade técnica necessária para o desenvolvimento e execução do presente projeto, através de sua Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), em cujo quadro de servidores possui técnicos e analistas competentes na área de Tecnologia, sendo capaz de conduzir e supervisionar todas as etapas do processo de desenvolvimento da aplicação. Esta mesma capacidade foi demonstrada na construção da primeira versão do aplicativo e que está em funcionamento com mais de 2000 downloads. Assim, os analistas técnicos — especialidade sistemas — possuem conhecimento sobre como transformar essas necessidades de negócio em requisitos técnicos para então, ser desenvolvido o aplicativo nas duas tecnologias apontadas (Android e iOS), evidenciando-se assim a sua capacidade técnica para execução do projeto ora proposto.

Forma de Execução das Ações

É de interesse do MPBA promover ações que possibilitem garantir o acesso das populações às suas ações e é de interesse do MCTIC garantir o atendimento e o acesso aos diversos órgãos e entes públicos para todos os cidadãos, uma vez o desenvolvimento social é a base de interesse dos dois entes governamentais.



2) CRONOGRAMA FÍSICO (META, ETAPA)

META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		VALORES(R\$)		VIGÊNCIA	
			Documento ou meio a ser utilizado para aferição do cumprimento da meta	QTD	Unitário	Total	Início	Término
1	Meta 1-Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), com módulo de apoio web e webservices de comunicação		Produção de 3 (três) relatórios Parciais de Cumprimento de Objeto, a cada 6 (seis) meses, sendo o primeiro encaminhado em até 180 dias após o início da vigência do Convênio.	01	R\$125.917,00	R\$125.917,00	01/12/20	01/12/22
	1.1	Etapa 1.1 - Contratação de empresa de Serviços de tecnologia da informação para desenvolvimento de aplicativo móvel (App), módulo de apoio web e webservices de comunicação e entrega total do Aplicativo Móvel “MPBA Mobile”.		01	R\$125.917,00	R\$125.917,00	01/12/20	01/12/22
	Total Global	R\$125.917,00						

3) CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Concedente)

Parcela	2020	2021	Total (R\$)
1		R\$120.000,00	
2			
3			
TOTAL		R\$120.000,00	R\$120.000,00

4) PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

Tipo de despesa	Item	Código de natureza de despesa	Natureza da aquisição: concedente	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Serviço	Desenvolvimento de aplicativo móvel (APP), módulo de apoio web e webservice de comunicações	44903992	Recursos do convênio	UN	01	R\$125.917,00	R\$125.917,00

RESUMO DAS DESPESAS		
CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	RECURSOS CONVÊNIO	TOTAL
44903992	R\$125.917,00	
TOTAL GERAL	R\$125.917,00	R\$125.917,00

Salvador-BA, 11 de novembro de 2020


NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia

PROJETO

MPBA Mobile – Versão 2.0

Salvador
2020

1. Título: MPBA Mobile – Versão 2.0
Início (dezembro/2020) Término (dezembro/2022)

2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Órgão/ Entidade Proponente Ministério Público do Estado da Bahia		CNPJ 04.142.491/0001-66	<i>Home page:</i> www.mpba.mp.br
Endereço 5ª Avenida, nº 750, do CAB			
Cidade Salvador	CEP 41.745-004	DDD/Telefone (71)3103-0453	E-mail cge.projetos@mpba.mp.br
Banco [REDACTED]	Agência [REDACTED]	Conta Corrente	
Nome do (a) Responsável Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti		CPF [REDACTED]	Matrícula [REDACTED]
CI/Órgão Exp. SSP/BA	Cargo Procurador-Geral de Justiça		
Endereço [REDACTED] [REDACTED]			CEP [REDACTED]

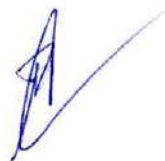
JUSTIFICATIVA

O acesso às informações através de dispositivos móveis é uma tendência na área de Tecnologia da Informação. De acordo com o Gartner, é uma das quatro tendências dos *Nexus das Forças* (<http://www.gartner.com/technology/research/nexus-of-forces/>) e que deverá direcionar os investimentos de TI nos próximos anos. No Brasil, segundo a Anatel, ainda em 2015, havia mais de 284,15 milhões de linhas ativas na telefonia móvel (<http://www.anatel.gov.br/dados/destaque-1/270-destaques-smp>) o que confirma a tendência apontada anteriormente.

O MPBA possui atuação em todo o estado da Bahia e o uso das tecnologias da informação e comunicação torna-se fundamental para ampliação da presença da instituição sem que a mesma ocorra fisicamente. A nova versão do aplicativo móvel implementará serviços, tais como:

- identificação da promotoria mais próxima do cidadão;
- possibilidade de envio perguntas e mensagens para as diversas unidades do MPBA;
- aumento da transparência, possibilitando que as consultas já existentes de procedimentos sejam realizadas no dispositivo móvel.
- facilidade no contato com unidades do MPBA, através da comunicação via chat ou vídeo;
- divulgação ações, eventos e notícias de interesse ao público em geral;

É de interesse do MPBA promover ações que possibilitem garantir o acesso das populações às suas ações e é de interesse do MCTIC garantir o atendimento e o acesso aos diversos órgãos e entes públicos para todos os cidadãos, uma vez o desenvolvimento social é a base de interesse dos entes governamentais. Desta forma, pretende-se que haja uma aproximação maior do Ministério Público do Estado da Bahia com os cidadãos que demandam da nossa instituição.



OBJETO

Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital.

PÚBLICO-ALVO

Todos os cidadãos que buscam os serviços do Ministério Público do Estado da Bahia, em todo o Brasil, bem como Servidores e Membros do MPBA, em todo o estado da Bahia.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do projeto é de 24 meses, a partir da vigência do convênio.

METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia de trabalho deve ser com base em técnicas ágeis de desenvolvimento (SCRUM e XP).

Esta metodologia prevê evoluções do produto em ciclos de tempo determinados (sprints), até que o produto esteja totalmente desenvolvido.

A participação da área gestora nas reuniões de planejamento e de acompanhamento são fundamentais para que os requisitos sejam detalhados ao longo do projeto e para que o mesmo seja testado gradualmente.

O projeto deve contemplar, além do aplicativo móvel (*app*) propriamente dito para utilização nos dispositivos móveis (celulares e *tablets*), um módulo de apoio WEB para configuração do *app* e cadastro de informações e *webservices* de comunicação do *app* com o módulo de apoio WEB.

Os requisitos da solução seguem abaixo relacionados:

1. REQUISITOS

1.1 GERAIS



- Toda interface gráfica do aplicativo móvel e módulo de apoio WEB deve ser desenvolvida pela CONTRATADA sendo previamente aprovada pela CONTRATANTE;
- Deve ser utilizada técnica de prototipação para aprovação do layout final do aplicativo móvel e módulo de apoio;
- A metodologia a ser utilizada será SCRUM devendo ser previstos todos os papéis, ritos, artefatos e práticas desta metodologia;
- Documentação a ser entregue: Plano de Projeto, Histórias de Usuário, planilha de contagem detalhada em ponto de função, DER, scripts DDL e DML, Especificações técnicas dos WEBSERVICES, documento com arquitetura técnica e documento de implantação. Todos os templates serão fornecidos pelo MPBA;
- Tanto o app quanto o módulo de apoio WEB devem seguir os requisitos de acessibilidade definidos em Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG (versão mais atualizada);

1.2 REQUISITOS TÉCNICOS

A solução de TI deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos.

1.2.1 APLICATIVO MÓVEL

- Deve funcionar tanto em smartphones quanto em tablets;
- Deve ser responsivo e deve se ajustar a resolução e orientação (retrato ou paisagem) do dispositivo;
- Deve ser compatível com versão Android 5.1 (ou superior) e iOS 10 (ou superior). Ou seja, devem ser previstos apps para cada uma das plataformas;
- Deve ser desenvolvido utilizando framework multiplataforma a ser definido pela CONTRATADA (especificar na proposta);
 - Em caso de framework ou plataformas proprietárias, a CONTRATADA deverá fornecer licenciamento perpétuo à CONTRATANTE;
- Os aplicativos serão publicados nas respectivas lojas a partir de contas do Ministério Público do Estado da Bahia.

1.2.2 MÓDULO DE APOIO WEB

- Deve ser responsivo e crossbrowser;
- Ambiente de desenvolvimento: Angular, C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017;
- Banco de dados: SQL Server 2008 R2 ou superior;
- Autenticação de usuários do MPBA utilizando protocolo LDAP e usuários externos através de módulo desenvolvimento no sistema;
- Implementar auditoria registrando as ações de cada usuário.

1.2.3 WEBSERVICE DE COMUNICAÇÃO

- Ambiente de desenvolvimento: C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017;



- Banco de dados: SQL Server 2008 R2 ou superior;
- Implementar auditoria registrando as ações de cada usuário.

Os requisitos tecnológicos podem sofrer evoluções ao longo do projeto.

1.3 REQUISITOS DE NEGÓCIO

A solução de TI deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos de negócio.

1.3.1. Funcionalidade O QUE VOCÊ PRECISA?

Deve ser prevista uma funcionalidade de “O que você precisa? ”, que permita a escolha entre quatro principais opções, sendo: “Fazer uma Denúncia”, “Obter uma Informação”, “Realizar uma Consulta” e “Dar uma Sugestão”.

1.3.1.1. Funcionalidade de FAZER UMA DENÚNCIA

Deve ser prevista uma funcionalidade de “Fazer uma Denúncia”, que permita a escolha de “área de interesse” em seguida, escolher o tema para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma. Cada “área de interesse” possuirá campos, regras de preenchimento e destinatários específicos. Deve ser possível anexar imagem e vídeo às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo.

1.3.1.2. Funcionalidade OBTER UMA INFORMAÇÃO

Esta funcionalidade permita a escolha de “área de interesse” em seguida, escolher o tema para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma. Cada “área de interesse” possuirá campos, regras de preenchimento e destinatários específicos. Deve ser possível anexar imagem e vídeo às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo.

1.3.1.3. Funcionalidade REALIZAR UMA CONSULTA

Esta funcionalidade se dividirá em quatro consultas: “Acompanhamento de Denúncia”, “Acompanhamento de Pedido de Informação”, “Consulta Processual” e “Onde fica o MP”.

Para o “Acompanhamento de Denúncia” e “Acompanhamento de Pedido de Informação”, o usuário irá pesquisar através de alguns campos disponíveis.

Para a “Consulta Processual”, devem existir os mesmos campos de filtro e informações de retorno utilizados na consulta homônima no site do MPBA (disponível em <http://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx>)

Para “Onde fica o MP”, com base na localização atual do usuário, deve exibir mapa com a cidade do MP mais próxima (utilizar APIs de aplicativos de mapas). Além disso, deve ser prevista uma outra opção, inicialmente denominada, “Localizar por cidade” que deverá permitir pesquisar as unidades do MP por cidade.

Ao selecionar a cidade desejada, as informações devem ser dispostas em uma página. Deve ser previsto desenvolvimento de *webservice* de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA para recuperação das informações a serem exibidas. Em ambos os casos, deve ser previsto desenvolvimento de *webservice* de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA. As mesmas regras de acesso existentes nas consultas atuais devem ser implementadas pelo *webservice* e serão repassadas pelo MPBA para a CONTRATADA.

1.3.1.4. Funcionalidade DAR UMA SUGESTÃO

Esta funcionalidade permite a escolha de três opções “Elogiar”, “Reclamação” e “Sugestão de Melhorias” em seguida, preencher os campos para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma que seria a Ouvidoria.

1.3.2. Funcionalidade AJUDA

No *app*, prever links ou ícones com as redes sociais do MPBA, abrindo aplicativo específico (caso exista instalado no dispositivo) ou navegador WEB padrão do mesmo. Opção para rever a “Introdução ao uso do APP”, versão do APP e informações sobre o APP e o telefone para contato com a central de atendimento ao cidadão.

1.3.3. Funcionalidade APLICATIVOS SUGERIDOS

O *app* deve prever o acionamento de outros aplicativos móveis instalados no dispositivo. Caso o aplicativo não esteja instalado, redirecionar para a respectiva loja e aplicativo para download. Todas configurações e informações devem ser cadastradas no MÓDULO DE APOIO.

1.3.4. Funcionalidade TELA DE ABERTURA

O *app* deve prever uma tela de abertura (splash screen) com informações e introdução ao uso do app e imagens cadastradas a partir do módulo de apoio WEB. Todas as configurações necessárias (por exemplo, duração da tela e imagem) devem ser realizadas no módulo de apoio WEB.

Resumo das entregas:

- 1: Definição da arquitetura técnica do projeto e interface do *app*;
- 2: Desenvolvimento do módulo de apoio WEB;
- 3: Desenvolvimento dos webservices de comunicação;
- 4: Desenvolvimento do aplicativo móvel;
- 5: Entrega de toda documentação do projeto;
- 6: Repasse de conhecimento para equipe do MPBA.



METAS E ETAPAS

Meta 1: Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), com módulo de apoio web e webservices de comunicação

Etapas 1.1: Contratação de empresa de Serviços de tecnologia da informação para desenvolvimento de aplicativo móvel (App), módulo de apoio web e webservices de comunicação e entrega total do Aplicativo Móvel "MPBA Mobile".

CAPACIDADE TÉCNICA DO MPBA

O Ministério Público do Estado da Bahia, através de sua Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), possui a capacidade técnica necessária conduzir e supervisionar todas as etapas do processo de desenvolvimento da aplicação. Esta mesma capacidade foi demonstrada na construção da primeira versão do aplicativo e que está em funcionamento com mais de 2000 *downloads*.

Assim, os analistas técnicos – especialidade sistemas – possuem conhecimento sobre como transformar essas necessidades de negócio em requisitos técnicos para então, ser desenvolvido o aplicativo nas duas tecnologias apontadas (Android e iOS).

ORÇAMENTO DO PROJETO

VALOR TOTAL DO PROJETO

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
44903992	Desenvolvimento de aplicativo móvel (App), módulo de apoio web e webservices de comunicação.	125.917,00	120.000,00	5.917,00
Total Geral (R\$)		125.917,00	120.000,00	5.917,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº de parcelas	Tipo	Mês	Ano	Valor
1	Conveniente	março	2021	120.000,00
1	Proponente	março	2021	5.917,00
Total (R\$)				125.917,00

DETALHAMENTO DOS ITENS

Meta	Etapa	Descrição	Indicador Físico		Duração		Preço Total
					Início	Término	
			Quantidade				
1	1	Contratação de empresa de Serviços de tecnologia da informação para desenvolvimento de aplicativo móvel (App), módulo de apoio web e webservices de comunicação e entrega total do Aplicativo Móvel "MPBA Mobile".	1	un	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2022	
		Total (R\$)					125.917,00

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

Por conta da vasta extensão territorial do estado da Bahia, bem como a dificuldade de mobilidade urbana e/ou o tempo necessário para o deslocamento até uma unidade do Ministério Público do Estado da Bahia, os cidadãos ficam privados dos seus direitos, não podendo tirar suas dúvidas, fazer denúncias, dentre outros serviços prestados pelo MPBA ao público ou têm seu acesso a informações de forma demorada por essa necessidade de deslocamento. Assim, o acesso da população ao MPBA fica restringido àqueles que têm melhor poder aquisitivo, deixando de fora a maioria da população baiana, principalmente aqueles que mais precisam dos serviços prestados pelo Ministério Público.

CONCLUSÃO E RESULTADOS ESPERADOS

A conclusão do projeto acontecerá com a disponibilização do aplicativo móvel para download e utilização pelos cidadãos interessados.

O sucesso do projeto pode ser medido em:

- quantidade de downloads do aplicativo móvel em suas respectivas lojas *Google Play* e *Apple Store*;
- quantidade de comunicações recebidas através do aplicativo móvel;

Salvador, 11 de novembro de 2020.



NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

Procedimento nº.:	19.09.01970.0012945/2020-60
Espécie:	Convênio
Concedente:	União - Ministério das Comunicações
Conveniente:	Ministério Público do Estado da Bahia

EMENTA: CONVÊNIO. DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA SIMPLIFICAR ATENDIMENTO AO USUÁRIO. ART. 116, LEI Nº. 8.666/93. DECRETO FEDERAL Nº. 6.170/2007. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº. 424/2016. ANÁLISE JURÍDICA DA MINUTA. PELA APROVAÇÃO.

PARECER Nº. 754/2020

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de análise jurídica da minuta de Convênio a ser celebrado entre a União (Concedente), por meio do Ministério das Comunicações e o Ministério Público do Estado da Bahia (Conveniente), cujo objeto consiste no desenvolvimento de aplicativo móvel (app), módulo de apoio web e webservices de comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital.

Consta dos autos a minuta do Convênio, bem como despacho da Procuradoria Geral de Justiça e da Superintendência de Gestão Administrativa.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

II.1 Da natureza jurídica dos convênios:

O Convênio constitui instrumento jurídico no qual os interesses dos convenientes são comuns e convergentes, havendo colaboração recíproca e a não persecução da lucratividade, o que o distingue de um contrato administrativo propriamente dito, entendimento pacífico no Tribunal de Contas da União:

No contrato, os interesses das partes são divergentes e opostos, ao passo que nos convênios os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Nos contratos há uma reciprocidade de obrigações em decorrência de uma reciprocidade na fruição de utilidades; nos convênios há reciprocidade de interesses entre os partícipes, ainda que a colaboração entre eles possa variar de intensidade, consoante as possibilidades de cada um. Em suma, convênio e contrato são ajustes, mas, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, convênio não é contrato (Revista Trimestral de Jurisprudência, bol. 141, p. 619). Essa é uma distinção pacífica na jurisprudência do TCU, como se depreende do assentado em variadas deliberações do Plenário, tais como o Acórdão nº 1.369/2008, Acórdão nº 936/2007, Acórdão nº 1.663/2006, Acórdão nº 1.607/2003 e Decisão nº 118/2000.

De igual modo, destaca a doutrina:

O convênio é um acordo ajustado entre pessoas administrativas entre si, ou entre elas e particulares, despidos de interesse lucrativo ou pretensão de vantagem econômica, objetivando a realização de um fim de interesse público. Diferentemente dos contratos, onde as partes possuem propósitos econômicos e lucrativos contrapostos, nos convênios o fundamental é a cooperação, a ação conjunta ou comum para o atendimento de um interesse público. (TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de licitações públicas comentadas**. 11 ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2021, p. 1025)

Tal distinção é importante, pois significa que o regime jurídico dos contratos administrativos não se aplica à hipótese, salvo de forma subsidiária.

II.II Da análise pelo órgão de assessoramento técnico-jurídico do convenente:

A Portaria Interministerial nº. 424/2016, em seu art. 30, dispõe que a celebração do instrumento será precedida de análise e manifestação dos setores técnico e jurídico do órgão ou da entidade concedente, senão vejamos:

Art. 30. A celebração do instrumento será precedida de análise e manifestação conclusiva pelos setores técnico e jurídico do órgão ou da entidade concedente, segundo suas respectivas competências, quanto ao atendimento das exigências formais, legais e constantes desta Portaria.

Parágrafo único. A análise dos setores indicados no caput ficará restrita aos aspectos técnicos e legais necessários à celebração do instrumento e aos critérios objetivos definidos nos instrumentos, não cabendo responsabilização dos técnicos pela incidência de impropriedades, inconformidades e ilegalidades praticadas pelos convenentes durante a execução do objeto do instrumento.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União:

O parecer para celebração de convênios deve contemplar a prévia apreciação das minutas de convênio e seus aditivos pelos setores técnico e jurídico do órgão concedente, acompanhado dos documentos exigidos pela norma regulamentar (Portaria Interministerial 127/2008). Acórdão 2708/2009-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Não há previsão de análise pelo órgão de assessoramento técnico-jurídico do órgão convenente, portanto, mas apenas do órgão concedente. Nada impede, contudo, que, mediante juízo de conveniência e oportunidade da Procuradoria-Geral de Justiça, o procedimento prévio à realização dos convênios seja objeto de análise pela Assessoria Técnico-Jurídica.

Ocorre que, em nosso sentir, tal análise deve ser realizada antes da submissão da proposta de convênio à entidade concedente, proporcionando a análise prévia acerca da conformidade da documentação às normas legais e regulamentares acerca dos convênios, trazendo assim maior segurança jurídica e maior possibilidade de aceitação da proposta pelo poder concedente, sem prejuízo da análise pelo órgão de assessoramento técnico-jurídico do poder concedente.

A análise, por esta Assessoria Técnico-Jurídica, em momento posterior à aprovação do plano de trabalho, do termo referência, do projeto básico, inclusive com instrumento do convênio já assinado pelo poder concedente, na eventual hipótese de haver algum apontamento, poderia, em tese, significar a não celebração do convênio ou, quando menos, o retrabalho por parte do poder concedente.

Considerando que, em geral, o maior aporte financeiro é proveniente do poder concedente, a análise, por esta Assessoria Técnico-Jurídica, de forma prévia à submissão das propostas de convênio, poderia sanear eventuais falhas ou incorreções, no seu nascedouro, antes mesmo da análise pelo órgão de assessoramento técnico-jurídico do poder concedente.

II.III Da análise dos pressupostos legais e normativos:

No que concerne aos convênios, aplica-se, primordialmente, as disposições do art. 116, da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo da aplicação subsidiária das demais normas da Lei Geral de Licitações:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participante repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

Nesse sentido, é possível observar dos autos a existência de plano de trabalho, bem como o projeto básico, já devidamente assinado pela Procuradora-Geral de Justiça. É importante destacar, ainda, conforme cláusula segunda do convênio, que o plano de trabalho foi aceito pelo poder concedente.

Em âmbito infralegal, aplicam-se as disposições do Decreto Federal nº. 6.170/2007, que, inclusive, conceitua o instrumento do convênio:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os convênios e os contratos de repasse celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.426, de 2020\)](#)

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - convênio - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como participante, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

O mencionado Decreto Federal prevê cláusulas que, necessariamente, deverão constar do convênio, sem prejuízo de outras:

Art. 6º Constitui cláusula necessária em qualquer convênio ou contrato de repasse celebrado pela União e suas entidades: [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - a indicação da forma pela qual a execução do objeto será acompanhada pelo concedente; e [\(Incluído pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - a vedação para o conveniente de estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Parágrafo único. A forma de acompanhamento prevista no inciso I do caput deverá ser suficiente para garantir a plena execução física do objeto. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

É possível observar da cláusula décima segunda da minuta colacionada aos autos a indicação da forma pela qual a execução do objeto será acompanhada pelo órgão concedente.

De igual modo, é possível observar da cláusula nona, subcláusula primeira, inciso X, a vedação ao conveniente de celebração de contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais.

É salutar destacar, de igual modo, as determinações referentes ao modo de realização das transferências financeiras e prestação de contas:

Art. 10. As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas decorrentes da celebração de convênios serão feitas exclusivamente por intermédio de instituição financeira oficial, federal ou estadual, e, no caso de contratos de repasse, exclusivamente por instituição financeira federal. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.943, de 2016\)](#)

§ 1º Os pagamentos à conta de recursos recebidos da União, previsto no caput, estão sujeitos à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 2º Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento, poderão ser realizados pagamentos a beneficiários finais pessoas físicas que não possuam conta bancária, observados os limites fixados na forma do art. 18.

§ 3º Toda movimentação de recursos de que trata este artigo, por parte dos convenientes, executores e instituições financeiras autorizadas, será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência (convênio ou contrato de repasse);

II - pagamentos realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento, por ato da autoridade máxima do concedente ou contratante, devendo o conveniente ou contratado identificar o destinatário da despesa, por meio do registro dos dados no SICONV; e [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.619, de 2008\)](#)

III - transferência das informações mencionadas no inciso I ao SIAFI e ao Portal de Convênios, em meio magnético, conforme normas expedidas na forma do art. 18.

§ 4º Os recursos de convênio, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no [art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#). [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.943, de 2016\)](#)

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do § 4º serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, observado o parágrafo único do art. 12.

§ 6º A prestação de contas no âmbito dos convênios e contratos de repasse observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos no ato conjunto de que trata o caput do art. 18. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 7º A prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pelo concedente no SICONV. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Vide\)](#)

§ 8º O prazo para análise da prestação de contas e a manifestação conclusiva pelo concedente será de um ano, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Vide\)](#)

§ 9º Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas e na comprovação de resultados, a administração pública federal poderá, a seu critério, conceder prazo de até quarenta e cinco dias para o conveniente sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.943, de 2016\)](#)

§ 10. A análise da prestação de contas pelo concedente poderá resultar em: [\(Incluído pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - aprovação; [\(Incluído pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou [\(Incluído pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

III - rejeição com a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 11. A contagem do prazo de que trata o § 8º inicia-se no dia da apresentação da prestação de contas. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 12. Findo o prazo de que trata o § 8º, considerado o período de suspensão referido no § 9º, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo concedente poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.244, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 13. Nos casos de contratos de repasse, a instituição financeira oficial federal poderá atuar como mandatária da União para execução e fiscalização desses contratos. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.943, de 2016\)](#)

Ainda assim, regulamentando o Decreto Federal nº. 6.170/2007, foi editada a Portaria Interministerial nº. 424/2016, que pormenoriza as disposições que deverão ser obedecidas pelo órgão concedente e pelo conveniente para a boa aplicação dos recursos públicos transferidos. Nesse diapasão, é digno de destaque o art. 7º, que prevê as competências e responsabilidades do conveniente:

Art. 7º São competências e responsabilidades dos proponentes ou convenientes:

I - encaminhar ao concedente ou à mandatária suas propostas ou planos de trabalhos, na forma e prazos estabelecidos;

II - definir, por etapa ou fase, a forma de execução do objeto ajustado, podendo ser definida a execução direta nos casos de convênios; (Alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

III - elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração do instrumento, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

IV - executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no instrumento, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

V - assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos nos instrumentos, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo concedente, mandatária ou pelos órgãos de controle;

VI - selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo concedente ou mandatária, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao concedente ou a mandatária sempre que houver alterações;

VII - realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, observado o disposto no art. 49 desta Portaria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico ou do termo de referência, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais e de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso; (Alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

VIII - apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no art. 49 desta Portaria;

IX - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento - CTEF;

X - estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do instrumento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

XI - no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no ente, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros, como forma de incrementar o controle social, conforme consagrado pela Lei nº

9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

XII - operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do instrumento;

XIII - prestar contas dos recursos transferidos pelo concedente ou mandatária destinados à consecução do objeto do instrumento;

XIV - fornecer ao concedente ou à mandatária, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

XV - prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

XVI - realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos instrumentos, quando couber;

XVII - instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento, comunicando tal fato ao concedente ou mandatária;

XVIII - registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração Pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;

XIX - manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias; e

XX - quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, incluir nas placas e adesivos indicativos das obras informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no 'Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras' da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 1º O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas no caput, sem prejuízo de eventuais sanções que poderão ser aplicadas, imporá ao conveniente a prestação de esclarecimentos ao concedente ou à mandatária.

§ 2º O concedente ou a mandatária, aceitando os esclarecimentos prestados de que trata o § 1º, fará constar, nos autos do processo, a justificativa prestada. (Alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

§ 3º Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o conveniente, dela dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União.

§ 5º Quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços de engenharia, a fiscalização pelo conveniente deverá:

I - manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços;

II - apresentar ao concedente ou à mandatária declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados; e

III - verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados;

§ 6º O servidor indicado pelo conveniente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, deverá assinar e carregar no SICONV o relatório de fiscalização referente a cada medição.

É oportuno mencionar, de igual modo, o art. 18, da Portaria mencionada alhures, que prevê a contrapartida do conveniente, de modo a ensejar a sua previsão orçamentária:

Art. 18. A contrapartida será calculada sobre o valor total do objeto e, se financeira, deverá:

I - ser depositada na conta bancária específica do convênio em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do conveniente; ou

II - ser depositada na conta bancária específica do contrato de repasse após o desbloqueio dos recursos pela mandatária e previamente ao pagamento dos fornecedores ou prestadores de serviços.

(Alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

§ 1º A contrapartida, a ser aportada pelo conveniente, será calculada observados os percentuais e as condições estabelecidas na lei federal anual de diretrizes orçamentárias vigentes à época do instrumento.

§ 2º A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

§ 3º A previsão de contrapartida a ser aportada pelos órgãos públicos, exclusivamente financeira, deverá ser comprovada por meio de previsão orçamentária.

§ 4º Na celebração de instrumentos com entidades privadas sem fins lucrativos, o órgão concedente deverá observar as regras de contrapartida dispostas na lei federal anual de diretrizes orçamentárias.

Ainda sobre as cláusulas necessárias em todo e qualquer convênio, assim dispõe o art. 27:

Art. 27. São cláusulas necessárias nos instrumentos regulados por esta Portaria as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho, que integrará o termo celebrado independentemente de transcrição;

II - as obrigações de cada um dos partícipes;

III - a contrapartida, observados os ditames previstos no art. 18, desta Portaria;

IV - as obrigações do interveniente, quando houver, sendo vedada a execução de atividades previstas no plano de trabalho;

V - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas, limitada a:

a) trinta e seis meses para os instrumentos dos Níveis I, I-A, IV e V;

b) quarenta e oito meses para os instrumentos do Nível II; e

c) sessenta meses para os instrumentos do Nível III;

(Alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

VI - a obrigação do concedente ou mandatária prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, nos casos previstos no § 3º; (Alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

VII - a prerrogativa do órgão ou entidade transferidor dos recursos financeiros assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

VIII - a classificação orçamentária da despesa, mencionando-se o número e data da nota de empenho e declaração de que, em termos aditivos ou apostilas, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro;

IX - o cronograma de desembolso conforme o plano de trabalho, incluindo os recursos da contrapartida pactuada, quando houver;

X - a obrigatoriedade de o conveniente incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos por esta Portaria, mantendo-o atualizado;

XI - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Portaria;

XII - no caso de órgão ou entidade pública, a informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize;

XIII - a obrigação do conveniente de manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial, federal ou estadual, e, no caso de contratos de repasse, exclusivamente em instituição financeira federal;

XIV - a indicação da obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes pelo conveniente e a manifestação de compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, devendo estar claras as regras e diretrizes de utilização;

XV - a forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pelo concedente ou mandatária, inclusive com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de órgãos ou entidades previstos no § 3º do art. 55 desta Portaria, devendo ser suficiente para garantir o pleno acompanhamento e a verificação da execução física do objeto pactuado;

XVI - o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, da mandatária e os do controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Portaria, bem como aos locais de execução do objeto, inclusive, nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão da conta bancária específica do termo;

XVII - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo;

XVIII - a previsão de extinção obrigatória do instrumento em caso de o projeto básico ou termo de referência não terem sido aprovados ou apresentados no prazo estabelecido, quando for o caso;

XIX - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução dos instrumentos;

XX - a obrigação de o conveniente inserir cláusula nos contratos celebrados para execução do instrumento que permitam o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma dos arts. 45 e 49 a 51 desta Portaria;

XXI - a sujeição do instrumento e sua execução às normas do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, bem como do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e a esta Portaria;

XXII - a previsão de, na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, que o quantitativo possa ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado;

XXIII - a forma de liberação dos recursos ou desbloqueio, quando se tratar de contrato de repasse;

XXIV - a obrigação de prestar contas dos recursos recebidos no SICONV;

XXV - o bloqueio de recursos na conta corrente vinculada, quando se tratar de contrato de repasse;

XXVI - a responsabilidade solidária dos entes consorciados, nos instrumentos que envolvam consórcio público;

XXVII - o prazo para devolução dos saldos remanescentes e a apresentação da prestação de contas;

XXVIII - as obrigações da unidade executora, quando houver;

XXIX - a autorização do conveniente para que o concedente ou mandatária solicitem junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

XXX - a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto;

XXXI - a obrigação do concedente de dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;

XXXII - vedação ao estabelecimento, por parte do conveniente, de instrumentos com entidades impedidas de receber recursos federais;

XXXIII - a autorização do conveniente para que o concedente solicite, à instituição financeira albergante da conta corrente bancária da transferência, o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto no art. 60 desta Portaria;

XXXIV - a obrigatoriedade do concedente e do conveniente de divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

XXXV - a obrigação do concedente em notificar o conveniente previamente a inscrição como inadimplente no SICONV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento.

XXXVI - a ciência sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público; e

XXXVII - descrição dos parâmetros objetivos que servirão de referência para a avaliação do cumprimento do objeto, nos instrumentos enquadrados nos níveis I e IV.

É importante salientar, ainda, disposições que deverão ser observadas quando da eventual realização de procedimento licitatório e celebração de contratos administrativos:

Art. 43. Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 44. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais a serem repassados mediante instrumentos regulados por esta Portaria ou termos de parcerias, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. O conveniente deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Art. 49. Os órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União por meio dos instrumentos regulamentados por esta Portaria estão obrigados a observar as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros.

§ 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica.

§ 2º A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente do conveniente.

§ 3º As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV.

§ 4º A comprovação do cumprimento dos §§ 1º e 2º do art. 16 do Decreto nº 7.983, de 2013, será realizada mediante declaração do representante legal do órgão ou entidade responsável pela licitação, que deverá ser inserida no SICONV após a homologação da licitação.

§ 5º Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias figurem como conveniente ou unidade executora, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros. (Incluído pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

Art. 50. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados após a assinatura do respectivo instrumento. (Alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

§ 1º Nos convênios ou contratos de repasse voltados para a execução de obras, a publicação dos editais de licitação para execução do objeto ficará condicionada, também, à emissão do laudo de análise técnica pelo concedente ou mandatária. (Alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

§ 2º A publicação dos extratos dos editais de licitação deverá observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, observado o disposto no art. 49.

§ 3º O prazo para início do procedimento licitatório será de até sessenta dias e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo conveniente e aceito pelo concedente ou mandatária. (Incluído pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

§ 4º O prazo de que trata o § 3º será contado:

I - da data de assinatura, em instrumentos celebrados sem cláusula suspensiva; ou

II - do aceite do termo de referência ou da emissão do laudo de análise técnica, em instrumentos celebrados com cláusula suspensiva. (Incluído pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

Art. 50-A. Quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo conveniente e aceitos pelo concedente, poderá ser aceito:

I - licitação realizada antes da assinatura do instrumento, desde que:

- a) fique demonstrado que a contratação é economicamente mais vantajosa para o conveniente, se comparada com a realização de uma nova licitação;
- b) a licitação tenha seguido as regras estabelecidas na legislação específica de que trata o art. 49, inclusive quanto à obrigatoriedade da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurassem o pagamento das obrigações decorrentes de serviços a serem executados; e
- c) o objeto da licitação guarde compatibilidade com o objeto do instrumento, caracterizado no plano de trabalho, sendo vedada a utilização de objetos genéricos ou indefinidos;

II - adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento, desde que:

- a) a ata esteja vigente;
- b) a ata permita motivadamente a adesão;
- c) fique demonstrado que a adesão é mais vantajosa para o conveniente, se comparada com a realização de uma nova licitação; e
- d) a especificação dos itens a serem adquiridos esteja de acordo com o plano de trabalho aprovado; e

III - contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento, desde que:

- a) a licitação tenha seguido as regras estabelecidas na legislação específica de que trata o art. 49, inclusive quanto à obrigatoriedade da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurassem o pagamento das obrigações decorrentes do processo licitatório;
- b) o contrato esteja vigente;
- c) fique demonstrado que o aproveitamento do contrato é economicamente mais vantajoso para o conveniente, se comparado com a realização de uma nova licitação; e
- d) a empresa vencedora da licitação venha mantendo, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo único. Nos casos de que trata o caput:

I - somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária; e

II - a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo concedente ou mandatária, em atenção ao disposto no inciso II do caput do art. 41.

(Incluído pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019)

Art. 51. Nos instrumentos celebrados pela União com estados, Distrito Federal e municípios deverá ser observado o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelas normas estaduais, distritais ou municipais, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil.

Verifica-se, portanto, que a minuta colacionada aos autos atende às disposições legais e normativas.

III – DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina:

1) pela aprovação da minuta em epígrafe, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração;

2) que, mediante juízo de conveniência e oportunidade, para convênios vindouros, seja apreciada a sugestão de fluxo mencionada no tópico II.II do presente opinativo.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação. Em caso de aprovação pelo concedente, a Administração deverá disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios, nos termos da cláusula décima oitava, subcláusula terceira, inciso III, da minuta do Convênio.

Salvador, 30 de Dezembro de 2020.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora/SGA

Mat. 351.869

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Mat. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 30/12/2020, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 30/12/2020, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0066647** e o código CRC **D1E41D1D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho o parecer da Assessoria Técnico-Jurídica da SGA e encaminho ao Coordenador da CGE para ciência, manifestação e posterior envio ao Gabinete da PGJ.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 30/12/2020, às 12:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0066668** e o código CRC **1EF607DA**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ao analisar a presente minuta de convênio, a Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, além de opinar pela sua aprovação, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, alertou **"que, mediante juízo de conveniência e oportunidade, para convênios vindouros, seja apreciada a sugestão de fluxo mencionada no tópico II.II do presente opinativo."** (Parecer SGA - ATJ - APOIO TÉC E ADM 0066647)

A citada manifestação foi devidamente acolhida pelo Ilmo. Superintendente (Despacho SGA - SUPERINTENDENTE 0066668).

De igual modo, por entender que o presente convênio se encontra alinhado com o nosso Plano Estratégico 2011-2023, como as obrigações legais e contratuais devidamente detalhadas e existindo real vantagem para o MPBA, a CGE opina pela celebração do presente convênio.

Por fim, esclarece, a CGE, que, acolhendo a sugestão da Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, orientará à sua Unidade de Gerenciamento e Suporte a Projetos e Captação de Recursos para, logo após o final do recesso de final de ano, a se reunir com as unidades da SGA, a fim de seguirem o fluxo sugerido por aquela.

É a manifestação.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 30/12/2020, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0066685** e o código CRC **03B05A1B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho a manifestação da Superintendência de Gestão Administrativa e Coordenadoria de Gestão Estratégica.

Providencie-se a assinatura no sistema do Ministério das Comunicações.

Após, encaminhe-se o presente expediente à SGA, CGE e DCCL,, para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti** em 30/12/2020, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0066719** e o código CRC **17CA4397**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONVÊNIO MCOM – PLATAFORMA +BRASIL nº 904907/2020

CONVÊNIO PLATAFORMA +BRASIL Nº 904907/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

A União, por intermédio do Ministério das Comunicações, doravante denominada Administração Pública, com sede em Brasília - DF, Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", inscrito no CNPJ/MF nº 37.753.638/0001-03, neste ato representado pelo Exmo. Ministro de Estado, Senhor FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA,

e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede à 5ª Avenida nº 750, do CAB - Salvador-BA, doravante denominado CONVENIENTE, representado pela Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, **NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI,**

RESOLVEM

celebrar o presente Convênio, registrado na Plataforma +Brasil, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e atualizações, consoante o processo administrativo nº 01250.003010/2020-70 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o "Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital", conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo CONVENENTE e aceitos pelo CONCEDENTE na *Plataforma +Brasil*, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

Não há, por parte do CONVENENTE, a necessidade de apresentação de documentação complementar para a eficácia do presente Convênio, descaracterizando a condição suspensiva.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

- a) realizar na *Plataforma +Brasil* os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- b) transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, na forma do art. 41, *caput* e inciso III, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; e
- f) divulgar atos normativos e orientar o CONVENENTE quanto à correta execução dos projetos e atividades.

II - DO CONVENENTE:

- a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

- c) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- d) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
- e) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- f) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- g) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- h) realizar na Plataforma +Brasil os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

- i) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;
- j) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- k) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;
- l) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- m) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;
- n) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- o) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- p) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

- q) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, apor a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR n.º 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;
- r) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
- s) manter o concedente informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- t) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio;
- u) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;
- v) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;
- w) manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

x) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

y) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF;

z) observar o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e nas normas estaduais, distritais ou municipais vigentes, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil;

aa) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de **24** (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do instrumento podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula Única. A prorrogação além dos prazos estipulados no art. 27, inciso V, da Portaria Interministerial n. 424, de 2016, somente será admitida nas hipóteses de que trata art. 27, §3º, da mesma Portaria, e desde que o novo prazo estabelecido seja compatível com o período em que houve o atraso e viável para a conclusão do objeto pactuado.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 125.917,00 (cento e vinte e cinco mil novecentos e dezessete reais),

serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, publicada no DOU de 20 de janeiro de 2020, UG 240267, assegurado pela Nota de Empenho nº 2020NE800097, vinculada ao Programa de Trabalho nº 2205, PTRES 178853, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 00188, Natureza da Despesa 4;

II - R\$ 5.917,00 (cinco mil novecentos e dezessete reais), relativos à contrapartida do CONVENENTE.

Subcláusula Primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula Segunda. O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE.

Subcláusula Primeira. O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

Subcláusula Segunda. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula Terceira. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial, federal ou estadual.

Subcláusula Primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE ou da unidade executora.

Subcláusula Segunda. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e para os instrumentos enquadrados nos níveis previstos nos incisos IV e V do art. 3º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, preferencialmente em parcela única.

Subcláusula Terceira. A liberação da parcela única ficará condicionada à conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Quarta. Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Subcláusula Quinta. Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação das demais parcelas ficará condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

Subcláusula Sexta. Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONVENENTE, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

Subcláusula Sétima. Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, o instrumento será

rescindido, salvo se presente alguma hipótese que autorize sua suspensão ou prorrogação motivada, conforme previsto no artigo 41, §§19 e 20 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Oitava. A execução financeira mencionada na Subcláusula Quinta será comprovada pela emissão de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias - OBTV.

Subcláusula Nona. É vedada a liberação da primeira parcela de recursos para o CONVENIENTE que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias e que não tenham sido motivadamente suspensos ou prorrogados, conforme autoriza o artigo 41, §§19 e 20 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Décima. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado na Plataforma +Brasil, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula Décima Primeira. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENIENTE:

I - comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do conveniente; e

II - estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

Subcláusula Décima Segunda. Nos termos do §3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, a liberação das parcelas do Convênio ficará retida até o saneamento das impropriedades constatadas, quando:

I - não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal;

II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do CONVENENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas; e

III - o CONVENENTE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo CONCEDENTE ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

Subcláusula Décima Terceira. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENENTE em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

Subcláusula Décima Quarta. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.

Subcláusula Décima Quinta. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Décima Sexta. O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e não haja motivada suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula Sétima;

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no art. 60 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Décima Sétima. O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula Décima Segunda, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

Subcláusula Décima Oitava. No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula Décima Quarta, inciso I, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Subcláusula Décima Nona. É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Subcláusula Vigésima. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula Vigésima Primeira. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula Primeira. É vedado ao CONVENIENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

IV - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

VIII - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IX - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

X - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais; e

XI - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

XII - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo se permitido neste instrumento e em norma correlata, bem como se houver anuência expressa por parte do CONCEDENTE;

XIII - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado; e

XIV - utilizar os recursos do instrumento para aquisição ou construção de bem que desobedeça a Lei n. 6.454, de 1977.

Subcláusula Segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados na Plataforma +Brasil e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, devendo ser registrado na Plataforma +Brasil o beneficiário final da despesa:

I – por ato da autoridade máxima do CONCEDENTE;

II – na execução do objeto pelo CONVENENTE por regime direto; e

III – no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

Subcláusula Terceira. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE incluirá na Plataforma +Brasil, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - informações das notas fiscais ou documentos contábeis; e

V - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento.

Subcláusula Quarta. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Subcláusula Quinta. No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e

III - o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária ou instrumento congênere no valor do adiantamento pretendido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de serviços ou aquisição de bens com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002, e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Subcláusula Primeira. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Segunda. O prazo para início do procedimento licitatório será de até sessenta dias, contados da data de assinatura do instrumento ou, havendo cláusula suspensiva, do aceite do termo de referência, e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo CONVENENTE e aceito pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Terceira. Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no artigo 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016:

- a) licitação realizada antes da assinatura do instrumento;
- b) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;
- c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula Quarta. Nos casos de que trata a Subcláusula Terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Quinta. Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e de seu regulamento, na forma eletrônica, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Subcláusula Sexta. Na contratação de bens e serviços com recursos do presente Convênio, o CONVENENTE deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos artigos 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

Subcláusula Sétima. As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas decorrentes das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas na Plataforma +Brasil.

Subcláusula Oitava. O CONCEDENTE deverá verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE, atendo-se à documentação no que tange aos seguintes aspectos:

I - contemporaneidade do certame ou subsunção a uma das hipóteses do artigo 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

II - compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência;

III - enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado, e

IV - fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

Subcláusula Nona. Compete ao CONVENENTE:

I - realizar, sob sua inteira responsabilidade, sempre que optar pela execução indireta de serviços, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;

II - registrar na Plataforma +Brasil o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração Pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF e seus respectivos aditivos;

III - prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

IV - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF, nos termos do art. 7º, inciso IX e §§ 4º a 6º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

V - inserir cláusula, nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, que obrigue o contratado a conceder livre acesso de servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, inclusive nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão da conta bancária específica do Convênio.

Subcláusula Décima. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula Décima Primeira. O CONVENIENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula Décima Segunda. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENIENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto na legislação específica que rege a parceria.

Subcláusula Décima Terceira. Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias figurem como conveniente ou unidade executora, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

Subcláusula Décima Quarta. No caso de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com Organizações da Sociedade Civil (OSC), deverão ser

observadas a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e as normas estaduais, distritais ou municipais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta do CONVENIENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

Subcláusula Primeira. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENIENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula Segunda. No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO

Incumbe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma dos artigos 53 a 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, podendo assumir ou transferir a responsabilidade pela sua execução, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENIENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula Primeira. O CONCEDENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do

objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - a regularidade das informações registradas pelo CONVENIENTE na Plataforma +Brasil;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

Subcláusula Segunda. No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente instrumento, o CONCEDENTE deverá designar formalmente o servidor ou empregado responsável pelo seu acompanhamento.

Subcláusula Terceira. No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

IV - solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do Convênio;

V - programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 54, caput, inciso II e §2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

VI - utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e

VII - valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

Subcláusula Quarta. Constatadas irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apuradas durante a execução do Convênio, o CONCEDENTE suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e comunicará o CONVENIENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período.

Subcláusula Quinta. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação, ou não, das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano.

Subcláusula Sexta. Prestadas as justificativas, o CONCEDENTE, aceitando-os, fará constar nos autos do processo as justificativas prestadas.

Subcláusula Sétima. Caso as justificativas não sejam acatadas, o CONCEDENTE abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o CONVENIENTE regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

Subcláusula Oitava. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENIENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

Subcláusula Nona. A permanência da irregularidade após o prazo estabelecido na Subcláusula Sétima ensejará o registro de inadimplência na Plataforma +Brasil e, no caso de dano ao erário, a imediata instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais

e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

Subcláusula Décima. As comunicações elencadas nas Subcláusulas Quarta, Quinta e Sétima serão realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil, enviando cópia, em todos os casos, para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE.

Subcláusula Décima Primeira. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula Décima Segunda. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONCEDENTE. O CONVENENTE responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula Décima Terceira. O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, nos termos dos artigos 7º, §3º e 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENIENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo conveniente e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

Subcláusula Única. O CONVENIENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O órgão ou entidade que receber recursos por meio deste Convênio estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, na forma estabelecida pelos artigos 59 a 64 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas financeira consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o registro e a verificação da conformidade financeira ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Segunda. A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos.

Subcláusula Terceira. A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE na Plataforma +Brasil, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula Quarta. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, e será composta, além dos

documentos e informações registrados pelo CONVENENTE na Plataforma +Brasil, pelo seguinte:

I - relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;

II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Convênio;

III - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e

IV - termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, nos termos do §3º do art. 4º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Quinta. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo adicional máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula Sexta. Se, ao término do prazo estabelecido na Subcláusula Quinta, o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas na Plataforma +Brasil nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência na Plataforma +Brasil por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

Subcláusula Sétima. Caso não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos do presente Convênio, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

Subcláusula Oitava. O CONCEDENTE deverá registrar na Plataforma +Brasil o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

I - para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos da Subcláusula Quarta desta Cláusula;

II - para avaliação da conformidade financeira, será feita durante o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.

Subcláusula Nona. A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do Convênio.

Subcláusula Décima. Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas dos instrumentos, poderão ser utilizados subsidiariamente pelo CONCEDENTE os relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula Décima Primeira. Antes da tomada da decisão final de que trata a Subcláusula Décima Quinta, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, o CONCEDENTE notificará o CONVENENTE para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias (art. 10, §9º, do Decreto nº 6.170, de 2007, c/c art. 59, §9º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016).

Subcláusula Décima Segunda. A notificação prévia, prevista na Subcláusula Décima Primeira, será feita por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil.

Subcláusula Décima Terceira. O registro da inadimplência na Plataforma +Brasil só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula Décima Quarta. O CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado na Plataforma +Brasil, cabendo ao

CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

Subcláusula Décima Quinta. A análise da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou

III - rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, nos termos da Subcláusula Décima Sétima.

Subcláusula Décima Sexta. Quando for o caso de rejeição da prestação de contas em que o valor do dano ao erário seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o CONCEDENTE poderá, mediante justificativa e registro do inadimplemento no CADIN, aprovar a prestação de contas com ressalva.

Subcláusula Décima Sétima. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato na Plataforma +Brasil e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, observando os artigos 70 a 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

Subcláusula Décima Oitava. Na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

Subcláusula Décima Nona. Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta desta cláusula, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no

registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula Vigésima. Caberá ao Ente Máximo sucessor do CONVENENTE prestar contas dos recursos provenientes de instrumentos firmados pelos seus antecessores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br, portal SIAFI, informando a Unidade Gestora (UG) 240.267 e Gestão 00001 (Tesouro) e:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio, excetuada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

Subcláusula Primeira. A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE e os da contrapartida do CONVENENTE, independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

Subcláusula Terceira. Nos casos de descumprimento do prazo previsto no caput, o CONCEDENTE deverá solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

Subcláusula Quarta. Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido a extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pelo CONCEDENTE e CONVENENTE, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007 e da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula Segunda. O CONVENIENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo nesse documento estar claras as regras e diretrizes de utilização dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 71 e 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

e) inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, salvo as hipóteses em que houve motivada prorrogação deste prazo, conforme autorização excepcional trazida pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

f) inexistência de comprovação de retomada da execução, após findo o prazo previsto na Cláusula Oitava, Subcláusula Décima Quinta deste instrumento, situação em que incumbirá ao concedente:

1. solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e
2. analisar a prestação de contas, em atenção ao disposto na cláusula Décima Quarta deste instrumento.

Subcláusula Primeira. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou inscrição do débito nos sistemas da Dívida Ativa da União, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

Subcláusula Segunda. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da denúncia ou rescisão do instrumento, o concedente providenciará o cancelamento dos saldos de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula Primeira. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Plataforma +Brasil aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula Segunda. O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura, bem como da liberação dos

recursos financeiros correspondentes, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação por meio eletrônico.

Subcláusula Terceira. O CONVENIENTE obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver;

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto à Plataforma +Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio da Plataforma +Brasil, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as mensagens e documentos resultantes de eventual transmissão via fac-símile, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio da Plataforma +Brasil deverão ser supridas através da regular instrução processual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pelo CONCEDENTE:

(assinado eletronicamente)
FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Pelo CONVENENTE:

(assinado eletronicamente)
NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia

TESTEMUNHAS:

(assinado eletronicamente)

NOME:

Identidade:

CPF:

(assinado eletronicamente)

NOME:

Identidade:

CPF:



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 29/12/2020, às 11:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI (E), Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 13:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6278092** e o código CRC **05659AD7**.

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.003010/2020-70

SEI nº 6278092



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL – Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para conhecimento e adoção das providências necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 30/12/2020, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0066796** e o código CRC **58F2647C**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em consonância com o quanto relatado na Manifestação CGE - COORDENADOR(A) 0066685, sugiro a realização de reunião entre a Unidade de Gerenciamento e Suporte a Projetos e Captação de Recursos da CGE com as unidades da SGA (DTI, DPGO/DICOFIN/DCCL) e CONTROLADORIA, para o próximo dia 21.01, às 14h30, a fim de seguirem o fluxo sugerido pela Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, no Parecer SGA - ATJ - APOIO TÊC E ADM 0066647.

É a manifestação.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 18/01/2021, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0070284** e o código CRC **D36C5419**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminho o presente expediente para DTL, DPGO, DICOFIN, DCCL e Assessoria Jurídica da SGA para indicação de um representante para a reunião solicitada pelo Coordenador da CGE.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 18/01/2021, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0070315** e o código CRC **71F491D6**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Sr. Superintendente,

Em atenção ao quanto solicitado, informo que estarei presente à reunião solicitada pela CGE, acompanhada do servidor desta Unidade Eduardo de Paula.

Cordialmente,

Bela.Maria Paula Simões Silva

Assessora de Gabinete.

Assessoria Técnico-Jurídica da SGA

Mat. 351.869



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 18/01/2021, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0070335** e o código CRC **B1D094A7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando o quanto requerido no despacho do Superintendente de Gestão Administrativa (doc 0070315), encaminho o procedimento para manifestação do Diretor da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações.

No ensejo, e considerando o atual estágio da formalização do ajuste, sugerimos o encaminhamento do procedimento à Coordenadoria de Gestão Estratégica para juntada do extrato da publicação da avença no Diário Oficial da União com posterior devolução à esta Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para os registros de praxe.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/01/2021, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0070460** e o código CRC **B2001AD7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Senhor Superintendente,

Informamos a disponibilidade do signatário deste, bem como do Gerente Financeiro DIEGO PERES GOMES VALENTIM para representar a DICOFIN na presente reunião.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO

Diretor de Contabilidade e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 19/01/2021, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0070473** e o código CRC **DA9A9A93**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Informo que participarei da referida coleção no documento 0070284



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Bastos Stucki** em 19/01/2021, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0070475** e o código CRC **7927070F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Sr. Superintendente,

Informo a minha disponibilidade em participar da reunião sugerida, bem como da Gerente Bruna Coutinho Macedo como representantes DPGO.

Angela Meira Cézar

Diretoria de Programação e Gestão Orçamentária



Documento assinado eletronicamente por **Angela Meira Cezar** em 19/01/2021, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0070615** e o código CRC **C1C0153C**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenadoria da Gestão Estratégica para ciência e adoção de providências necessárias, considerando o despacho da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, de código verificador nº 0070460.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 20/01/2021, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0070705** e o código CRC **B3E31A3B**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/01/2021 | Edição: 19 | Seção: 3 | Página: 7

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Telecomunicações

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio nº 906510/2020. Processo nº 53115.021184/2020-72. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO DO ESTADO DO PERNAMBUCO, CNPJ/MF 08.693.255/0001-99. Objeto: Promover o impulso à inovação técnico-científica da atividade produtiva, comercial e de consumo e o incentivo à inclusão social de populações excluídas digitalmente ou com precário acesso, neste caso, agricultores(as) de base familiar, utilizando as tecnologias da informação como instrumento de construção e exercício da cidadania plena no campo, impulsionamento à produção de alimentos saudáveis; destacando o papel necessário da mulher (mais excluída ainda deste mundo) e da juventude porquanto sensível à questão. Valor Total: R\$ 799.835,60. Valor de contrapartida: R\$ 800,63. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Data da Assinatura: 30/12/2020.

Espécie: Convênio nº 906507/2020. Processo nº 53115.022446/2020-16. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO DO ESTADO DO PERNAMBUCO, CNPJ/MF 08.693.255/0001-99. Objeto: Capacitação de jovens entre de 18 a 29 anos, residentes nos municípios de Pernambuco, com enfoque no acesso ao mercado de trabalho e empreendedorismo, por meio da qualificação sócio-profissional em programação de software. Valor Total: R\$ 996.480,00. Valor de contrapartida: R\$ 1.000,00. Vigência: 22/02/2021 a 21/02/2022. Data da Assinatura: 30/12/2020.

Espécie: Convênio nº 906448/2020. Processo nº 01250.003098/2020-20. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - VICENTE FULANETTO, CNPJ/MF 04.729.502/0001-09. Objeto: Implantação do projeto Inova Kids, com a finalidade de atender a demanda de alunos que não conseguem se deslocar até a sede da Fundação Inova prudente, através de oficinas itinerantes com cursos de Robótica, Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Informática. Valor Total: R\$ 563.376,45. Valor de contrapartida: R\$ 157.376,45. Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2022. Data da Assinatura: 30/12/2020.

Espécie: Convênio nº 906424/2020. Processo nº 53115.023827/2020-12. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECTI-BA, CNPJ/MF 05.497.968/0001-99. Objeto: Implantação de um espaço compartilhado de uso público para a prática educativa, laboral, de tecnologia e inovação no município de Jequié-BA. Valor Total: R\$ 202.000,00. Valor da contrapartida: R\$ 2.000,00. Vigência: 31/12/2020 a 28/12/2021. Data da Assinatura: 30/12/2020.

Espécie: Convênio nº 906424/2020. Processo nº 53115.023827/2020-12. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECTI-BA, CNPJ/MF 05.497.968/0001-99. Objeto: Modernização de Laboratórios de Informática, Cad-Desenho Assistido por computador, Eletrônica e Robótica visando a inclusão digital das atividades educativas, voltadas para uma realidade profissional de mercado. Valor Total: R\$ 202.000,00. Valor de contrapartida: R\$ 2.000,00. Vigência: 31/12/2020 a 28/12/2021. Data da Assinatura: 31/12/2020.

Espécie: Convênio nº 904907/2020. Processo nº 01250.003010/2020-70. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ/MF 04.142.491/0001-66. Objeto: Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital. Valor Total: R\$ 125.917,00. Valor de contrapartida: R\$ 5.917,00. Vigência: 30/12/2020 a 30/12/2022. Data da Assinatura: 30/12/2020.



Espécie: Convênio nº 902525/2020. Processo nº 01250.003044/2020-64. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA-PR, CNPJ/MF 76.105.535/0001-99. Objeto: Aquisição de 53 totens de autoatendimento multimídia. Valor Total: R\$ 510.455,72. Valor da contrapartida: R\$ 10.455,72. Vigência: 01/02/2021 a 01/08/2022. Data da Assinatura: 30/12/2020.

Espécie: Convênio nº 904995/2020. Processo nº 01250.003032/2020-30. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO, CNPJ/MF 04.104.816/0001-16. Objeto: Aquisição de equipamentos de rede e telecomunicação para reestruturação de infraestrutura de rede e disponibilização de espaços de inclusão digital a população. Valor Total: R\$ 1.055.400,00. Valor de contrapartida: R\$ 30.400,00. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2022. Data da Assinatura: 29/12/2020.

Espécie: Convênio nº 904193/2020. Processo nº 01250.003074/2020-71. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS, CNPJ/MF 03.501.509/0001-06. Objeto: Criação de Laboratório Maker - Robótica para a Rede Municipal de Educação de Campo Grande - MS. Valor Total: R\$ 433.876,00. Valor da contrapartida: R\$ 2.717,00. Vigência: 01/02/2021 a 01/02/2022. Data da Assinatura: 30/12/2020.

Espécie: Convênio nº 905375/2020. Processo nº 01250.003094/2020-41. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: MUNICÍPIO DE MACUCO/RJ, CNPJ/MF 01.617.237/0001-89. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, para implementação e modernização da Rede Pública de Ensino do Município de Macuco/RJ. Valor Total: R\$ 401.000,00. Valor da contrapartida: R\$ 1.000,00. Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Data da Assinatura: 29/12/2020.

Espécie: Convênio nº 905447/2020. Processo nº 01250.018779/2020-92. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA/RJ, CNPJ/MF 29.138.310/0001-59. Objeto: Aquisição de Recursos digitais - lousas digitais, notebooks e equipamentos de transmissão digital para implementação do ensino remoto, visando atender as necessidades das unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, no Município de Mangaratiba/RJ. Valor Total: R\$ 411.576,40. Valor da contrapartida: R\$ 11.576,40. Vigência: 30/12/2020 a 30/12/2021. Data da Assinatura: 29/12/2020.

Espécie: Convênio nº 904613/2020. Processo nº 53115.001313/2020-14. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: MUNICÍPIO DE PIRAI/RJ, CNPJ/MF 29.141.322/0001-32. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, eletrônica e robótica para ampliação do Projeto de Pesquisa e Capacitação de jovens através do CIT (Centro de Inovação Tecnológica), visando estimular o desenvolvimento profissional de jovens no Município de Pirai/RJ. Valor Total: R\$ 200.414,70. Valor de contrapartida: R\$ 414,70. Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2021. Data da Assinatura: 30/12/2020.

Espécie: Convênio nº 902830/2020. Processo nº 01250.003073/2020-26. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO ABAETÉ/MG, CNPJ/MF 18.602.086/0001-98. Objeto: Implantação de Estação Digital no município de São Gonçalo do Abaeté. Valor Total: R\$ 151.000,00. Valor da contrapartida: R\$ 1.000,00. Vigência: 30/12/2020 a 30/09/2023. Data da Assinatura: 29/12/2020.

Espécie: Convênio nº 902527/2020. Processo nº 01250.003099/2020-74. Concedente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, CNPJ/MF 37.753.638/0001-03. Conveniente: SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO/BA, CNPJ/MF 05.497.968/0001-99. Objeto: Implantação de um laboratório compartilhado (Espaço do Fazer) de uso público para a prática educativa, laboral e de inovação nas áreas de marcenaria, metal mecânica, eletrônica, costura e meios digitais de fabricação (impressão 3D, máquina de corte a laser). Valor Total: R\$ 252.500,00. Valor de contrapartida: R\$ 2.500,00. Vigência: 31/12/2020 a 30/06/2022. Data da Assinatura: 29/12/2020.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em atendimento ao Despacho DCCL nº 0070460 foi anexado o extrato da Publicação, no D.O.U., do Convênio nº 904907/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Livia Moreira Velame** em 29/01/2021, às 08:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0075105** e o código CRC **3048DFC3**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a conclusão do procedimento administrativo para celebração do ajuste, informamos às unidades que o procedimento foi devidamente cadastrado nesta Coordenação (sob o número interno A 10).

Na oportunidade, ressaltamos que daremos por concluído o procedimento nesta unidade.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 01/02/2021, às 13:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0076526** e o código CRC **17BDCEE0**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Sr. Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, registro que o servidor da DTI Alex Nério de Andrade Bomfim participou da reunião do dia 21/01, me representando uma vez que eu estava ausente devido a férias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 05/02/2021, às 15:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0080270** e o código CRC **64A08E2C**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminho o presente expediente ao Diretor da DTI para acompanhamento da execução do projeto.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 16/04/2021, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0113567** e o código CRC **B529B296**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em atendimento ao quanto solicitado via e-mail pela DTI, informamos que a contrapartida do Convênio nº 904907/2020 encontra-se disponível no sistema FIPLAN, conforme proposta de modificação nº 3228 efetivada e anexada a este processo.

Encaminhamos à DICOFIN para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Angela Meira Cezar** em 30/04/2021, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0119001** e o código CRC **2C05295E**.



Detalhamento do Processo de Crédito Adicional

Exercício: 2021

Alteração de Destinação de Recursos - PMO 3228

Status do Processo:	Efetivado	Tipo de Instrumento:	Intrassistema	Nº do Decreto:	Publicado em:	
Tipo de Crédito:	406 - Alteração de Destinação de Recursos				Total Proposta:	5.917,00

Poder / Órgão / Unidade Orçamentária / Função / Subfunção Programa / PAOE / Justificativa / USP / Produto / Unid Med / Região	Natureza	Destinação	Valor
REFORÇO			
4.40 - Ministério Público			5.917,00
4.40.40601 - Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia			5.917,00
03.126.324.7626 - Desenvolvimento de Sistema Informatizado do Ministério Público			5.917,00
Atender despesa com contrapartida do convênio 904907/2020 firmado com o Ministério das Comunicações, para o desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital			
005 - Diretoria de Tecnologia da Informação			
0096 - Sistema de informação desenvolvido - un		5.100.000000	5.917,00
	4.4.90.39.00	5.100.000000	5.917,00
9900 - Estado			
	4.4.90.39.00	5.100.000000	5.917,00
		5.100.000000	5.917,00
Total Reforço			5.917,00
Total Reforço Destinação		5.100.000000	5.917,00
Total Reforço Grupo Destinação	4.4	5.100.000000	5.917,00
ANULAÇÃO			
4.40 - Ministério Público			5.917,00



Detalhamento do Processo de Crédito Adicional

Poder / Órgão / Unidade Orçamentária / Função / Subfunção Programa / PAOE / Justificativa / USP / Produto / Unid Med / Região				Natureza	Destinação	Valor
ANULAÇÃO						
4.40.40601 - Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia						5.917,00
03.126.324.7626 - Desenvolvimento de Sistema Informatizado do Ministério Público						5.917,00
Atender despesa com contrapartida do convênio 904907/2020 firmado com o Ministério das Comunicações, para o desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital						
005 - Diretoria de Tecnologia da Informação						
0096 - Sistema de informação desenvolvido - un						5.917,00
				4.4.90.40.00	0.100.000000	5.917,00
9900 - Estado				4.4.90.40.00	0.100.000000	5.917,00
						5.917,00
						5.917,00
Total Anulação						5.917,00
Total Anulação Destinação						5.917,00
Total Anulação Grupo Destinação						5.917,00
REPLANEJAMENTO - PMD no: 4060100002100000021						
Valor Adição						
UO	Destinação	Grupo Despesa	Status			
	Total			Janeiro	Fevereiro	Março
				Abril	Maió	Junho
				Julho	Agosto	Setembro
				Outubro	Novembro	Dezembro
40601	5.100.000000	4	Efetivado			
	5.917,00					5.917,00



Detalhamento do Processo de Crédito Adicional

Valor Redução

UO	Destinação	Grupo Despesa	Status													
				Total	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
40601	0.100.000000	4	Efetivado													
				5.917,00										5.917,00		

PARECER

Função	Responsável	Data	Parecer / Justificativa / Informações Adicionais
Solicitação Inicial	Tâmara Patrícia Tanner De Oliveira	07/04/2021	
Solicitação	Tâmara Patrícia Tanner De Oliveira	07/04/2021	
Encam. para Órgão Setorial	Tâmara Patrícia Tanner De Oliveira	09/04/2021	
Encam. para Órgão Central	Angela Meira Cezar	09/04/2021	
Encam. da UO Anulante			
Devolver para UO			
Devolver para Órgão Setorial			
Análise do Órgão Setorial	Angela Meira Cezar	09/04/2021	Deferido.
Análise do Órgão Central	Marcele Ornelas Rodrigues Assunção	12/04/2021	Analizado. Encaminhe-se à Sefaz/SPF para análise e parecer. Analisada e aprovada
Técnico do Órgão Central			
Confirmação	Marcele Ornelas Rodrigues Assunção	12/04/2021	
Efetivação	Marcele Ornelas Rodrigues Assunção	13/04/2021	
Indeferir			
Anular			

TRAMITAÇÃO OBRIGATÓRIA

Órgão	Responsável	Data	De Acordo	Parecer
SEFAZ/SPF	Sergio Oliveira Guimarães	12/04/2021	Sim	A PMO foi aprovada tomando como base as informações cadastradas no MGRC,

Usuário: Tâmara Patrícia Tanner De Oliveira

Emitido em: 26/04/2021 11:28

Página: 3 de 4



Detalhamento do Processo de Crédito Adicional

TRAMITAÇÃO OBRIGATÓRIA

Órgão	Responsável	Data	De Acordo	Parecer
				Encaminhamos a COPAF para apuração dos saldos. Observamos que ainda não consta no Portal da Transparência Federal informação de repasse pelo concedente. Nesta PMO será necessarop o detalhamento desta contrapartida, em funcionalidade própria, no FIPLAN, pelo Órgão/Unidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezado Dr Lourival,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho ofício e e-mail do Ministério das Comunicações, referentes ao Convênio N ° 904907/2020, para conhecimento e manifestação.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Leal Santos Andrade** em 05/05/2021, às 10:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0121426** e o código CRC **A8161D29**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Telecomunicações

Departamento de Projetos de Infraestrutura de Telecomunicações e Banda Larga

Coordenação-Geral de Projetos para a Promoção do Acesso à Banda Larga

Coordenação de Estudos para a Ampliação do Acesso

OFÍCIO Nº 7809/2021/MCOM

Brasília, 08 de abril de 2021.

Senhora Procuradora Geral de Justiça
NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Endereço: 5ª Avenida nº 750, do CAB - Salvador-BA.
CEP: 41745-004 - Salvador-BA.

Assunto: Início do processo licitatório do Convênio SICONV nº 904907/2020, processo número SEI 01250.003010/2020-70.

Senhora Procuradora Geral de Justiça,

1. Conforme Ofício/1133/2021 de 02 de fevereiro de 2021 enviado a Vossa Senhoria em cumprimento ao disposto no Art. 34, do Título III, do Capítulo IV, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP N.º 424/2016, de 30 de dezembro de 2016, informando a celebração do Termo de Convênio nº 906510/2020 entre a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede à 5ª Avenida nº 750, do CAB - Salvador-BA - CEP: 41745-004 - Salvador-BA.
2. Cujo O objeto do referido Termo é o "Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (*App*), Módulo de Apoio *Web* e *Webservices* de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital", conforme detalhado no Plano de Trabalho.
3. O termo foi assinado em 31 de dezembro de 2020, publicado no DOU em 28/01/2021, e o valor global do convênio é de R\$ 125.917,00 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e dezessete reais).
4. Conforme a Portaria Interministerial Nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no Art. 41, inciso II, determina que a liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e deverá ocorrer condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pela concedente ou mandatária.
5. A mesma portaria também determina no Art. 50, § 3º e § 4º que os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados após a assinatura do respectivo instrumento no prazo de sessenta dias e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo conveniente e aceite pelo concedente ou mandatária.
6. Diante do exposto, e conforme a avançada tramitação da Lei Orçamentária Anual - LOA/2021, Por meio do Parecer (CN) n 17, de 16 de março de 2021, solicitamos que sejam iniciados os processos licitatórios referentes ao objeto supracitado.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Andre Fernandes Lima, Coordenador de Estudos**



para a **Ampliação do Acesso**, em 09/04/2021, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6998286** e o código CRC **84AE5825**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7809/2021/MCOM - Processo nº 01250.003010/2020-70 - Nº SEI: 6998286

Transferências Voluntárias – Envio e Aceite do Processo Licitatório.

Claudina Maria Da Costa <claudina.costa@mcom.gov.br>

Qui, 15/04/2021 10:57

Para: cge.projetos <cge.projetos@mpba.mp.br>; Norma Angelica Reis Cardoso Cavalcanti <normaang@mpba.mp.br>; Adoniza do Nascimento Dias Gomes <adoniza.gomes@mpba.mp.br>; Ana Carla Sales Passos Martins <ana.martins@mpba.mp.br>; Elaene Pereira Costa <elaene@mpba.mp.br>; Evanio Gomes de Andrade Filho <evanio@mpba.mp.br>

📎 1 anexos (1 MB)

ANEXO_I___Processo_de_Execucao___Instrucoes.pdf;

Prezados(as),

1. Visando dar celeridade a execução da Transferência Voluntária Nº **904907/2020**, celebrada entre o Ministério das Comunicações e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66 e repasse de recurso do governo federal, destinado ao Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Programa SICONV nº 4100020200002 – Conecta Brasil, que tem por objeto a execução de projetos voltados para as ações de inclusão digital do governo federal, especificamente relacionadas aos Centros de Recondicionamento de Computadores orientamos para algumas ações prioritárias no que tange aos **“Processos Licitatórios”**.
2. A respeito da "execução", desse instrumento, destacamos a **inovação acerca do "Aceite do Processo Licitatório"** pelo Concedente, estabelecida na Portaria Interministerial /MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União.
3. Essa operacionalidade consta na aba **"Processo de Execução"** da Plataforma +Brasil. Nessa aba, a Conveniente deverá inserir a documentação relativa ao Processo Licitatório conforme regulamenta a referida Portaria Interministerial.
4. Para a inicialização e registro dos “Processos Licitatórios” a referida portaria estabelece as seguintes normas a seguir:

*Art. 7º. São **competências e responsabilidades** dos proponentes ou **convenientes**:*

...

*VII - **realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade**,...*

*Art. 41. A **liberação de recursos obedecerá** ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e deverá ocorrer da seguinte forma:*

...

*II - a **liberação** da primeira parcela ou **parcela única ficará condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório** pelo concedente ou mandatária;*

...

§ 2º Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo conveniente, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

Art. 50-A. Quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo conveniente e aceitos pelo concedente,...

...

Parágrafo único. Nos casos de que trata o caput:

II - a liberação dos recursos **está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório** pelo concedente ou mandatária, em atenção ao disposto no inciso II do caput do art. 41.

Art. 66. A aplicação do Regime Simplificado implica na adoção das seguintes medidas:

...

II - Nível IV:

...

f) a **apresentação do processo licitatório pelo conveniente e aprovação pelo concedente** é condição para a liberação dos recursos;

(grifo nosso)

5. A Portaria Interministerial nº 424/2016 também normatiza, sobre a contratação realizada por entidades privadas sem fins lucrativos, as seguintes ações:

Art. 45. Para a aquisição de bens e contratação de serviços, as **entidades privadas sem fins lucrativos** deverão realizar, no mínimo, **cotação prévia de preços no mercado**, observados os princípios da **impeccabilidade, moralidade e economicidade**.

§ 1º A cotação prévia de preços no SICONV será desnecessária quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções, devendo comprovar apenas os preços que aquele próprio fornecedor já praticou com outros demandantes, com a devida justificativa registrada no SICONV.

§ 2º O registro, no SICONV, dos contratos celebrados pelo beneficiário na execução do objeto **é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas** subsequentes do instrumento, conforme previsto nos arts. 4º e 41 desta Portaria.

§ 3º Nos casos em que o SICONV não permitir o acesso operacional para o procedimento de que trata o caput, deverá ser realizada cotação prévia de preços, devendo ser feito o registro posterior no Sistema.

Art. 46. Cada processo de compras e contratações de bens, obras e serviços das entidades sem fins lucrativos **deverá ser realizado ou registrado no SICONV**.

Art. 47. A entidade privada sem fins lucrativos beneficiária de recursos públicos **deverá executar diretamente a integralidade do objeto**, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no plano ou programa de trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, aprovado pelo órgão ou entidade concedente.

Art. 48. Nas contratações de bens, obras e serviços as entidades privadas sem fins lucrativos poderão utilizar-se do Sistema de Registro de Preços - SRP dos entes federados.

(grifo nosso)

6. Apresentada a regulamentação, informa-se que o Concedente analisará a documentação no que tange: à **contemporaneidade do certame**; aos preços do licitante vencedor e sua **compatibilidade com os preços de referência**; ao respectivo **enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado**; e ao fornecimento pelo conveniente de declaração expressa firmada por representante legal da conveniente, ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, **atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis**.
7. Diante do exposto, solicitamos que seja providenciado pelo Conveniente o início imediato dos Processos de Execução da Transferência Voluntária pactuada conforme previsto em Plano de Trabalho aprovado e registrado na

Plataforma +Brasil que se encontra em execução. Pede-se também o envio para “Aceite do Concedente” **“Processos Licitatórios”** o **prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

8. Por oportuno, encaminhamos como orientação **“Processos de Execução – Instruções e Fluxo Processual –** (Em anexo) e o *link* de internet [http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/Cotacao_Eletronica_de_Precos_Entidades_](http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/Cotacao_Eletronica_de_Precos_Entidades_Privadas_sem_FL_Dezembro2013.pdf)
9. *Privadas_sem_FL_Dezembro2013.pdf* que contém o **"Manual do Usuário – Execução Cotação Eletrônica de Preços (Entidades Privadas sem Fins Lucrativos)"**. O Material servirá como consulta e tutorial de ajuda considerando que os "Processos Licitatórios" para a aquisição de bens e contratação de serviços pelas entidades privadas sem fins lucrativos representam o início das atividades de execução do instrumento pactuado e as elas deverão realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade estando de acordo com o que normatiza o Art. 45 da Portaria Interministerial Nº 424/2016.
10. Outra fonte de consulta, que servirá de auxílio, caso necessário, aos Convenientes trata-se do Portal de Serviços para abertura de solicitações relacionadas a Plataforma + Brasil. O *link* de acesso para o serviço: <https://portaldeservicos.economia.gov.br/citsmart/pages/login/login.i>oad. Caso não encontre o tema da sua solicitação pede-se que entre em contato com a Central de Serviços no 0800 978 9008.
11. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e ao receber este Ofício solicitamos que envie uma conformação de recebimento para o e-mail claudina.costa@mcom.gov.br.

Atenciosamente,

GUSTAVO ANDRÉ FERNANDES LIMA

Coordenador de Estudos para a Ampliação do Acesso



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À **Unidade de Gerenciamento e Suporte a Projetos e Captação de Recursos** pra que, de forma resumida, informe às atividades já realizadas e as ainda pendentes, informando-se as áreas responsáveis por sua realização.

Após, volte-me o expediente, para nova análise.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 05/05/2021, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0121758** e o código CRC **4EE1C7B1**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em atendimento à manifestação 0121758, informo que o depósito da contrapartida do Convênio 904907/2020 já foi realizado, restando pendentes as seguintes etapas do processo licitatório, a serem realizadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI):

- 1-Preenchimento de todos os documentos relacionados ao Processo Licitatório;
- 2-Parecer jurídico da Assessoria Jurídica;
- 3-Autorização da Superintendência;
- 4-Realização da Licitação;
- 5-Adjudicação da Licitação;
- 6-Homologação da Licitação;
- 7-Publicação da Licitação;
- 8-Cadastramento da Licitação na Plataforma + Brasil;
- 9-Aceite da licitação pelo Concedente.

Informo, ainda, que, conforme E-mail 0021437, anexo ao processo, o prazo final estipulado pelo Ministério das Comunicações para a DTI realizar o Cadastramento da Licitação e enviar o Aceite ao Concedente é até o dia 28/05/2021, e só poderão ser realizados após o cumprimento das etapas anteriores que foram mencionadas.

Sendo assim, após a finalização do prazo acima, solicito informações acerca do andamento da execução do referido convênio, através do preenchimento e envio do formulário que segue anexo.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Leal Santos Andrade** em 05/05/2021, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0121865** e o código CRC **C5B29A7B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a manifestação da Unidade de Gerenciamento e Suporte a Projetos e Captação de Recursos da CGE, encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Tecnologia da Informação e à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências necessárias, atentando-se para o prazo determinado e com posterior retorno para esta Superintendência.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 06/05/2021, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0122163** e o código CRC **49E3BA75**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Considerando que o procedimento para contratação decorrente do cumprimento de meta do Convênio nº 904907/2020 não chegou ao conhecimento desta Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios (que atua na fase interna dos procedimentos licitatórios para elaboração do instrumento de contrato), não há, pois, informações a serem prestadas por esta unidade, de modo que concluímos o procedimento nesta para que as unidades administrativas cabíveis prestem as devidas informações sem causar inetrccorrências que comprometam a cronologia do presente expediente.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 06/05/2021, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0122619** e o código CRC **901EAAFD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Sr. Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico que apenas em 30/04/2021 foi autorizado pela Adm Superior, que um analista fosse alocado para o projeto MPBA Mobile, objeto dessa emenda. Este analista estava atuando nos projetos INTEGRADOR (já implantado e encontra-se em manutenção), CONFUCIO e TRANSPORTE LEGAL que foram temporariamente suspensos.

Desde a comunicação ocorrida em 30/04/2021, dedicamos o analista às atividades de entendimento do projeto MPBA Mobile e detalhamento da especificação técnica detalhada (ETD) juntamente com a área gestora do projeto que é a CECOM.

Nossa meta é que até 14/05 tenhamos uma versão final da ETD para iniciar a consulta ao mercado no dia 17/05. Nesse intervalo, lançaremos no SEI os documentos necessários para realização do processo licitatório visando concluir essa etapa até o dia 28/05, inclusive com o cadastramento na Plataforma + Brasil.

Registramos que existe um risco no atingimento do prazo de 28/05/2021 uma vez que o escopo do projeto não está totalmente amadurecido pelos gestores e para conclusão da ETD, é necessária essa definição. Além disso, por experiências anteriores, sabemos que os fornecedores de software sob encomenda normalmente solicitam prazos de 15 dias, com realização de reuniões, para apresentação de proposta. Nossa equipe está tratando esses riscos de forma a eliminá-los e não comprometer o prazo de 28/05/2021.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 12/05/2021, às 08:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0125088** e o código CRC **E6CB9B47**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Ciente;
- Retorne-se o presente expediente à Diretoria de Tecnologia da Informação para que essa Unidade continue movendo esforços, com a finalidade de cumprir o prazo determinado, com posterior retorno a esta Superintendência.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 13/05/2021, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0125141** e o código CRC **22E0C3BE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Eis que ultrapassado os marcos previstos na Manifestação DTI - DIRETOR(A) 0125088, ouça-se, novamente, o ilustre diretor de Tecnologia e Informação, bem como a ilustre Coordenadora da CECOM, eis que esta unidade é a gestora do projeto em análise.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 21/05/2021, às 12:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131129** e o código CRC **AA735BDC**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se este expediente para a Assessora de Imprensa e gerente do projeto Comunicação Mais Social, Elane Varjão, para manifestação, conforme solicitado pelo coordenador de Gestão Estratégica (evento 0131129).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Cairo Santos de Freitas** em 21/05/2021, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131440** e o código CRC **64CE7E07**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em resposta ao Despacho 0131440 informo que foram designados os servidores George Brito e Francisco Bastos, que participaram de diversas reuniões com a equipe da DTI no período de 07 a 14/05/2021, quando foram levantados e definidos os requisitos do aplicativo com maior detalhamento. Neste momento, a documentação está com a DTI para cotações e demais providências.



Documento assinado eletronicamente por **Elane Varjão Guimarães** em 24/05/2021, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131501** e o código CRC **AAD58C04**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Sr. Coordenador da CGE Dr. **Lourival Miranda de Almeida Junior**,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico que o termo de referência foi concluído e a pesquisa de mercado encontra-se em andamento, com prazo final em 26/05/2021 às 18h. Entretanto, é necessário posicionar V.Exa. sobre alguns andamentos ocorridos e ações futuras que, ao nosso ver, serão necessárias:

a) Após revisão e detalhamento do escopo do MPBA Mobile, o tamanho funcional do sistema aumentou de 170 para 350 Pontos de Função. Este aumento ocorreu devido ao fato de, no momento da elaboração do primeiro termo de referência e pesquisa de mercado, não ter sido possível detalhar tecnicamente todo o projeto e por isso foi feita uma estimativa do tamanho funcional utilizando comparação com outros sistemas institucionais já desenvolvidos previamente. Entre os dias 30/04/21 e 17/05/21, as equipes da área gestora (CECOM - Imprensa), DTI e de outras áreas envolvidas se dedicaram intensamente ao projeto e conseguiram produzir uma documentação bastante detalhada que permitiu a aplicação da técnica de ponto de função estimativa NESMA (<https://www.fattoes.com/analise-de-pontos-de-funcao/contagem-antecipada-de-pontos-de-funcao/>) que culminou na mensuração dos 350 pontos de função;

b) Diante do aumento do tamanho funcional para 350 pontos de função, foram realizadas reuniões internas objetivando identificar como o MPBA deveria proceder diante de tal situação e, com o apoio do consultor previamente contratado pela CGE, conclui-se que a instituição deveria apresentar um aditivo ao CONCEDENTE informando o motivo do aumento do tamanho funcional e pleiteando um aditivo contratual de valor. Para tanto, precisaremos ter o novo valor médio o que teremos apenas na quarta (26) após 18h.

c) Ainda conforme informado pelo consultor, o pleito do MPBA implicará na suspensão do prazo de execução do até que o nosso pedido seja analisado o que não impedirá que outras ações tais como lançamento do processo licitatório no SEI continuem em andamento;

d) Também conversamos com o consultor sobre a utilização do atual contrato de Fábrica de Software do MPBA e se seria possível utilizá-lo para desenvolvimento do MPBA Mobile. O orientação é que façamos o pedido ao CONCEDENTE, considerando o princípio da economicidade (considerando que o novo valor médio seria superior ao calculado pelo contrato da Fábrica de Software);

Manteremos V.Exa. atualizado sobre o andamento das ações sob a responsabilidade desta DTI.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 24/05/2021, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131870** e o código CRC **0D7E453E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Ofício nº 6 / DTI - DIRETOR(A) - DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Salvador, 27 de maio de 2021.

Ao Senhor

Lourival Miranda de Almeida Junior

Promotor de Justiça e Coordenador da CGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Assunto: Solicitação de providências e orientações sobre o Convênio 904907/2020 (MPBA Mobile)

Senhor **Coordenador da CGE**,

Cumprimos o cordialmente, conforme conversado em reuniões e entendimentos ocorridos entre as equipes da DTI, CGE, CECOM (unidade gestor do projeto MPBA Mobile) e também com o consultor/professor contratado pela CGE para treinamento/utilização da Plataforma + Brasil, identificamos a necessidade de solicitar providências e orientações sobre o convênio 904907/2020.

Fazendo um breve histórico, o projeto do MPBA Mobile foi concebido em fevereiro de 2018 decorrente de emenda parlamentar do Deputado Federal Antonio Brito. À época, a CECOM definiu o escopo do projeto e foi feito um detalhamento preliminar (0133863) que permitiu uma precificação inicial, mesmo com um alto grau de abstração dos requisitos de negócio e técnicos. Com base nesse detalhamento preliminar, a DTI estimou o tamanho funcional do MPBA Mobile em 170 pontos de função através de comparação com outros sistemas similares. E, desta forma, as cotações realizadas em março de 2018 tiveram como referência esse tamanho funcional estimado de 170 pontos de função. Em 30 de abril de 2021, o Comitê Estratégico de TI do MPBA priorizou o projeto e foi possível dedicar um analista para detalhamento do escopo previsto inicialmente. Após diversas reuniões com as áreas de negócio envolvidas, os requisitos de negócio e técnicos foram bastante detalhados (0133852, 0133853 e 0133854) a ponto de permitir uma contagem estimativa de pontos de função utilizando a técnica NESMA (<https://www.fattocs.com/analise-de-pontos-de-funcao/contagem-antecipada-de-pontos-de-funcao/>) e com isso, o tamanho funcional do MPBA Mobile foi atualizado para 350 pontos de função. Importante ressaltar que o escopo do projeto não foi aumentado, ou seja, as mesmas funcionalidades previstas inicialmente foram mantidas porém com os seus detalhamentos, a aplicação da técnica de contagem projetou o novo tamanho funcional.

Diante do cenário exposto acima, encaminhamos o presente processo SEI para a CGE solicitando contato dessa Coordenação com a CONCEDENTE para verificação se precisaremos ou não fazer um termo aditivo ao convênio e posterior orientação sobre como procederemos. Após atualização do tamanho funcional, novas propostas foram solicitadas (0133856, 0133857 e 0133858) e o valor médio para abertura de processo licitatório passou a ser R\$ 382.603,67. Relembramos que o valor total previsto na emenda é R\$ 125.917,00. Comunicamos também que o valor excedente correspondente aos 180 pontos de função pode ser assumido pela DTI uma vez que possuímos saldo suficiente no PAOE 7626.

Outro ponto que solicitamos que seja abordado pela a CGE é o fato do projeto ter sido lançado na Plataforma +Brasil com a meta "*Desenvolvimento de Aplicativo Móvel ...*" e unidade de fornecimento "UN" e quantidade "1" enquanto que nas cotações antigas e atuais, o serviço de desenvolvimento cotado utiliza unidade de medida "ponto de função" e quantidade "350".

Por fim, também pleiteamos à CGE é que seja verificado junto a CONCEDENTE a possibilidade de utilizarmos nosso atual contrato de fábrica de software (0133859 e 0133861) uma vez que, considerando o valor do ponto de função atualmente já contratado, o valor total do projeto seria de R\$ 159.250,00. Além da economicidade na execução do projeto também não seria necessário abertura de novo processo licitatório. Identificamos similaridade entre os objetos uma vez que o convênio possui objeto "*Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital.*" e o atual contrato de fábrica de software, "*prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação, na modalidade fábrica de software, compreendendo serviços de planejamento, documentação, desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas da informação, pesquisa e inovação tecnológica, plantão e sobreaviso, dimensionados por meio da técnica de Análise de Pontos de Função – APF, de acordo com as especificações, condições, métricas e os níveis mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos neste instrumento e no edital do certame licitatório correspondente, em especial no que se refere ao seu ANEXO IV*". O ponto de atenção é que a legislação utilizada foi a Lei Estadual-BA no. 9.433/2005 porém na modalidade de pregão eletrônico, tipo menor preço.

Nos colocamos à disposição para esclarecer os pleitos acima ou complementar com informações adicionais, caso necessário.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 27/05/2021, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0133850** e o código CRC **F24D181A**.

MPBA Mobile

Especificação Técnica Detalhada

Índice Analítico

1. Objeto	3
1.1. Definição do Objeto.....	3
1.2. Quantitativo Estimado.....	3
2. Escopo do Serviço	3
3. Posicionamento	5
3.1. Visão do Sistema Atual.....	5
3.2. Análise do Problema.....	5
3.3. Visão Geral da Solução Proposta	5
4. Lista de Papéis para o Sistema	8
5. Requisitos	9
5.1. Requisitos Funcionais	9
5.2. Requisitos Não Funcionais	18
6. Requisitos de Documentação.....	19
7. Premissas e Restrições do Projeto	19
8. Recebimento do Objeto pelo Contratante.....	20
9. NMS - Níveis Mínimo de Serviço	23
9.1. Conceitos relacionados	24
9.2. Defeitos de Software	25
9.2.1. Classificação da gravidade	26
9.3. Critérios de Aceitação dos Serviços Prestados	28
9.4. Indicadores de Níveis de Serviço.....	29
9.5. Avaliação da Qualidade	31
10. Garantia do Serviço	33
11. Cronograma Físico/Financeiro.....	34
12. Garantia Contratual	35
13. Transição Contratual	37
13.1. Transição Inicial	37
13.2. Transição Final	38

1. Objeto

1.1. Definição do Objeto

Contratação de serviços de tecnologia da informação para DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL¹ (APP), MÓDULO DE APOIO WEB e WEBSERVICES DE COMUNICAÇÃO, incluindo sua documentação, para o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

1.2. Quantitativo Estimado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (app), Módulo de Apoio Web e Web Services de comunicação, incluindo sua documentação.	Ponto de Função - PF	350

2. Escopo do Serviço

Os serviços contratados compreendem as atividades de detalhamento e especificação dos requisitos mapeados, prototipação, definição da arquitetura, projeto e modelagem da solução técnica, desenvolvimento do aplicativo móvel, do módulo de apoio web e dos *web services* de comunicação, de acordo com os requisitos, premissas e restrições definidas.

A solução de TI deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos:

1.2.1. APLICATIVO MÓVEL

- Deve funcionar tanto em smartphones quanto em tablets;
- Deve ser responsivo e deve se ajustar a resolução e orientação (retrato ou paisagem) do dispositivo;

- Deve ser compatível com versão Android 7.0 (ou superior) e iOS 10 (ou superior). Ou seja, devem ser previstos apps para cada uma das plataformas ou um que funcione, sem perda de recursos, em ambas as plataformas;
- Deve ser desenvolvido utilizando framework multiplataforma utilizado em larga escala pelo mercado de desenvolvimento de software e aprovado pelo CONTRATANTE em reunião inicial de projeto. Em caso de framework ou plataformas proprietárias, a CONTRATADA deverá fornecer licenciamento perpétuo ao CONTRATANTE;
- Os aplicativos serão publicados pela CONTRATADA nas respectivas lojas a partir de contas do Ministério Público do Estado da Bahia.

1.2.2. MÓDULO DE APOIO WEB

- Deve ser responsivo e *crossbrowser*;
- Ambiente de desenvolvimento: Angular ou React, C#, .NET Core , IDE Visual Studio 2017 ou superior;
- Banco de dados: SQL Server 2019;
- Autenticação de usuários do MPBA utilizando protocolo LDAP e usuários externos através de módulo desenvolvimento no sistema;
- Implementar auditoria registrando as ações de cada usuário.
- Implementar integração com o sistema de gestão de perfil e controle de acesso do CONTRATANTE.
- Outras tecnologias utilizadas: Docker, Kubernetes e Istio;

1.2.3. WEBSERVICE DE COMUNICAÇÃO

- Ambiente de desenvolvimento: C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017 ou superior;
- Banco de dados: SQL Server 2019;
- Implementar auditoria registrando as ações de cada usuário.
- Outras tecnologias utilizadas: Docker, Kubernetes e Istio;

1.2.4. SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO COM EMAIL CORPORATIVO DO MPBA (OFFICE 365)

- Ambiente de desenvolvimento: C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017 ou superior;
- Outras tecnologias utilizadas: Docker, Kubernetes e Istio;
- Será utilizado webservice de comunicação específico para eventuais consultas/inserções;

Os requisitos tecnológicos podem sofrer evoluções ou acréscimos ao longo do projeto desde que sejam previamente acordados com a CONTRATANTE.

3. Posicionamento

3.1. Visão do Sistema Atual

Em dezembro de 2014, o Ministério Público do Estado da Bahia lançou a primeira versão de seu aplicativo móvel (app), para uso em dispositivos Android e iOS, com o objetivo de aproximar a instituição da população através da oferta de serviços e disponibilização de diversas informações. Desde o seu lançamento, mais de 1.000 downloads foram efetuados.

3.2. Análise do Problema

Decorrente da evolução natural do uso da tecnologia e de retornos recebidos sobre o uso do app, novas necessidades foram identificadas e passam a integrar a versão 2.0 do mesmo. Identificou-se que alguns serviços já existem no Portal do MPBA e para utilizá-los de forma nativa no app, será necessário desenvolvimento de webservices de comunicação. Além disso, uma vez que o app utiliza informações atualizadas, também deverá existir um módulo de apoio WEB para efetuar tais cadastros.

3.3. Visão Geral da Solução Proposta

O aplicativo móvel tem o intuito de aproximar o acesso do cidadão ao Ministério Público através de funcionalidades como:

Reservado	MPBA - 2021	Página 5 de 39
-----------	-------------	----------------

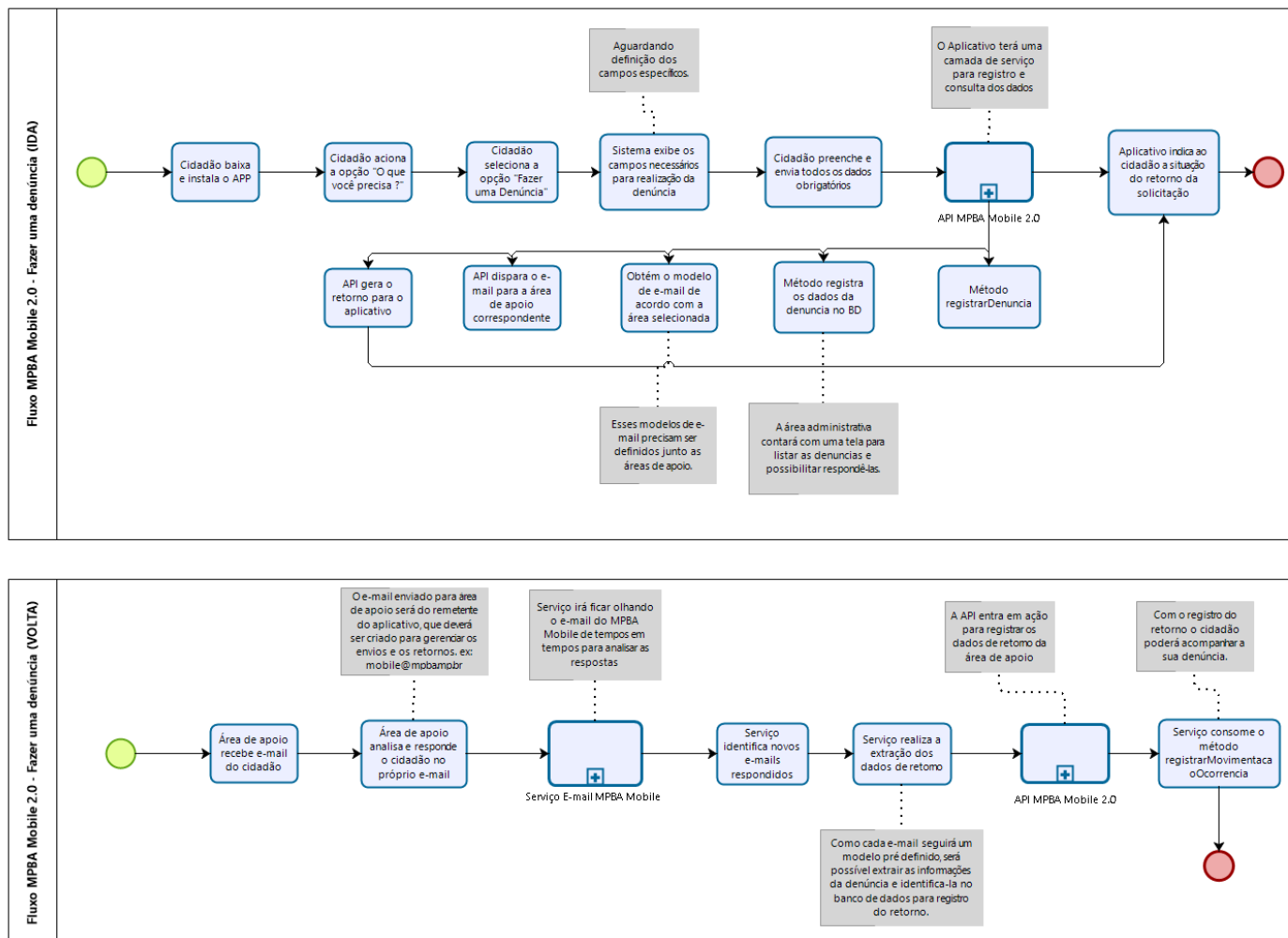
- Onde está o MP: Tem por objetivo mostrar no mapa as promotorias de justiça próximas do cidadão, através do uso de geolocalização ou informação do município.
- Consulta de Processo: Permite ao cidadão consultar e acompanhar o andamento de processos/procedimentos instaurados e registrados em seu nome, dando transparência e celeridade no processo.
- Fazer uma Denúncia: Permite que o cidadão realize uma denúncia correlacionada com alguma área de atuação assistida pela Ministério Público, podendo ser realizada de forma anônima, sigilosa ou identificada.
- Pedido de Informação: Trata-se de um formulário para solicitação de informações, contidas em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, bem como sobre as atividades exercidas pela Instituição, além de informações pertinentes à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos e outras contidas na Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.
- Ouvidoria: Possibilita o Cidadão a realização de reclamações, críticas, sugestões e elogios com base na atuação do Ministério Público.

O módulo de apoio Web tem o objetivo de prover funcionalidades de suporte para o funcionamento adequado do aplicativo móvel, provendo funcionalidades como:

- Redes Sociais: Tela básica de criação, edição, listagem e exclusão de redes sociais do MPBA que serão exibidas na tela de ajuda do Aplicativo.
- Configurações: Tela básica de criação, edição, listagem e exclusão de configurações, que irão dar suporte ao módulo de apoio e para o aplicativo.
- Aplicativos Sugeridos: Tela básica de criação, edição, listagem e exclusão de aplicativos sugeridos que serão exibidos no Aplicativo.
- Área de Atuação: Tela para cadastro e manutenção das áreas de atuação atendidas pelo Ministério Público.

- **Imagens:** Tela de cadastro das imagens que serão exibidas logo após a tela de *splash* do aplicativo, com o intuito de prove os retornos de comunicação para o Cidadão.
- **Denúncias Registradas:** Tela de acompanhamento e retorno das denúncias realizadas através do aplicativo. Possibilita a visualização dos dados e registrar o retorno da solicitação para o Cidadão.
- **Manifestações Registradas:** Tela de acompanhamento e retorno das manifestações realizadas através do aplicativo. Possibilita a visualização dos dados e registrar o retorno da solicitação para o Cidadão.
- **Pedidos de Informações Registrados:** Tela de acompanhamento e retorno dos pedidos de informação realizados através do aplicativo. Possibilita a visualização dos dados e registro do retorno da solicitação para o Cidadão.

Segue abaixo fluxo da funcionalidade “Fazer uma Denúncia” indicando desde a navegação no aplicativo por parte do Cidadão até o retorno da Área de Apoio:



4. Lista de Papeis para o Sistema

Papel	Descrição
Cidadão	Usuário responsável pela utilização do aplicativo.
Gestor Área de Atuação / Ouvidoria	Usuário responsável por acompanhar e gerir as solicitações oriundas do aplicativo móvel.
Super Usuário	Usuário responsável por manter as configurações do sistema tendo acesso a todos os módulos.

5. Requisitos

A solução de TI a ser desenvolvida deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos funcionais e não funcionais:

5.1. Requisitos Funcionais

- REQF1 - Fazer uma Denúncia - (Aplicativo)

Deve ser prevista uma funcionalidade de “Fazer uma Denúncia”, que permita a escolha do seu tratamento (Identificada, Sigilosa ou Anônima). Para denúncias do tipo “Anônimas”, os campos que referenciam os dados do cidadão devem ser ocultados. Em seguida deve ser selecionada a Área de atuação e o texto da mensagem. Ao clicar no botão “Enviar” deve ser enviado e-mail para área de atuação selecionada com os dados informados e o nº de protocolo gerado. O cidadão também deve ser notificado via SMS (caso seja informado o número de telefone) e via e-mail, com a informação do número de protocolo gerado. Deverá ser previsto o anexo de múltiplos arquivos, inclusive áudio e vídeo, às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo. Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 14. Fazer uma denúncia - Identificação.

- REQF2 - Obter uma Informação (Aplicativo)

Trata-se de um formulário para solicitação de informações, contidas em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, bem como sobre as atividades exercidas pela Instituição, além de informações pertinentes à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos e outras contidas na Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. Logo após acionar a opção “Obter uma informação”, deve ser exibido tela indicando os dados que serão coletados (LGPD). O Cidadão/Empresa deverá preencher seus dados pessoais e de contato além do assunto e especificação do pedido, ao clicar no botão “Enviar” deve ser enviado e-mail para a Ouvidoria com os dados informados e o nº de protocolo gerado. O

Cidadão/Empresa também deve ser notificado via SMS (caso seja informado o número de telefone) e via e-mail, com a informação do número de protocolo gerado. Deverá ser previsto o anexo de múltiplos arquivos, inclusive áudio e vídeo, às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo. Referências: Anexo I - Telas Aplicativo – 12. Obter uma informação - PF e Anexo I - Telas Aplicativo – 12. Obter uma informação - PJ.

- REQF3 - Realizar uma Consulta (Aplicativo)
 - Acompanhamento de Denúncia (REQF7).
 - Acompanhamento de Pedido de Informação (REQF6).
 - Consulta Processual (RQF8).
 - Onde fica o MP (RQF9).
 - Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 06. Realizar uma consulta.
- REQF4 – Ouvidoria (Aplicativo)
 - Redigir Manifestação (REQF5).
 - Acompanhamento de Manifestações (REQF32).
 - Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 13. Ouvidoria.
- REQF5 – Redigir Manifestação (Aplicativo)

Ao acionar a opção “Redigir Manifestação” deverá ser exibida mensagem sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) informando os dados que serão capturados, em seguida exibir tela com quatro opções para seleção do tipo de manifestação: “Reclamações”, “Críticas”, “Sugestões” e Elogios”. Para as opções “Reclamações” e “Críticas” seguir os passos descritos no REQF33 e para as opções “Sugestões” e “Elogios” seguir os passos descritos no REQF34.

- REQF6 - Acompanhamento de Pedido de Informação (Aplicativo)

Ao acionar esta opção deverá ser exibida tela com filtros que possibilite ao Cidadão acompanhar os seus pedidos de informações, conforme tela presente no Anexo I - Telas Aplicativo - 16. Acompanhamento de Pedido de Informação. Utilizar

o conceito de “*timeline*” para exibir os retornos dos e-mails da Ouvidoria (ordenação decrescente).

- REQF7 - Acompanhamento de Denúncia (Aplicativo)

Deverá ser prevista tela para o acompanhamento das denúncias com os filtros “CPF” e “Protocolo”. Ao acionar o botão “Pesquisar” deverá ser exibido resultado em formato de “*timeline*” com as interações de comunicação realizadas no protocolo pesquisado. Exibir também alguns dados fixos conforme indicado no Anexo I - Telas Aplicativo - 15. Acompanhamento de Denúncia. Caso o protocolo indicado possua processo instaurado, adicionar link para tela de consulta processual REQF8.

- REQF8 - Consulta Processual (Aplicativo)

Para a “Consulta Processual”, deverá ser prevista tela para realizar a consulta de processos/procedimentos pelos campos documento da parte, Nº IDEA (número do processo/procedimento no sistema IDEA), Nº do Processo Judicial, Nº Referência na Origem e Nome da Parte. Ao acionar a opção “Pesquisar”, deverá ser exibido o resultado da pesquisa paginado, conforme os critérios informados pelo usuário e, para cada item, deve ter a opção “Mais Detalhes” para uma consulta detalhada do procedimento selecionado, conforme indicado no Anexo I - Telas Aplicativo - 07. Consulta Processual.

Esta funcionalidade terá campos de filtro e informações de retorno utilizados na consulta homônima no site do MPBA (disponível em <http://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx>)

- REQF9 - Onde fica o MP (Aplicativo)

Com base na localização atual do usuário, deve exibir mapa com a cidade onde o MP tem sede mais próxima (utilizar APIs de aplicativos de mapas). Além disso, deve ser prevista uma outra opção, inicialmente denominada, “Localizar por

Reservado	MPBA - 2021	Página 11 de 39
-----------	-------------	-----------------

cidade” que deverá permitir pesquisar as unidades do MP por cidade. Ao selecionar a cidade desejada, o mapa deve ser recarregado, destacando as promotorias da cidade selecionada de acordo com o endereço cadastrado na base de dados do MPBA. Uma vez selecionada uma das promotorias destacadas, deverá ser exibido um modal com os dados de contato da Promotoria e a opção “Mais Detalhes”, conforme demonstrado no Anexo I - Telas Aplicativo, itens “10. Onde fica o MP Modal” e “11. Onde fica o MP – Detalhamento por Município”. Também deverá ser previsto tela para detalhamento dos dados do órgão conforme apresentado no “11. Onde fica o MP - Detalhamento por Órgão”. As mesmas regras de acesso existentes nas consultas atuais devem ser implementadas pelo webservice e serão repassadas pelo MPBA para a CONTRATADA. Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 09. Onde fica o MP.

- REQF10 - Ajuda (Aplicativo)

No app, prever links ou ícones com as redes sociais do MPBA, abrindo aplicativo específico (caso exista instalado no dispositivo) ou navegador WEB padrão do mesmo. Opção para rever a “Introdução ao uso do APP”, versão do APP e informações sobre o APP e o telefone para contato com a central de atendimento ao cidadão. Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 04. Ajuda.

- REQF11 – Aplicativos Sugeridos (Aplicativo)

Deve ser prevista uma tela para listar os aplicativos do MPBA cadastrados previamente no módulo de Apoio Web. Após o usuário acionar um dos aplicativos listados, se instalado, o respectivo aplicativo deve ser carregado. Caso o aplicativo não esteja instalado, deve redirecionar para a respectiva loja e aplicativo para download e instalação. Todas as configurações e informações devem ser cadastradas no MÓDULO DE APOIO. Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 05. Aplicativos Sugeridos.

- REQF12 – Tela de Abertura (Aplicativo)

O app deve prever uma tela de abertura (*splash screen*) com informações e introdução ao uso do app e imagens cadastradas a partir do módulo de apoio WEB. Todas as configurações necessárias (por exemplo, duração da tela e imagem) devem ser realizadas no módulo de apoio WEB.

- REQF13 - Integração com o sistema de gestão de perfil e controle de acesso (Apoio Web)

Prever integração com os sistemas de autenticação e gestão de perfil do MPBA via REST para controle de acesso das telas e autenticação via *Active Directory* (AD).

- REQF14 – Tela para cadastro de Redes Sociais (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter os dados das redes sociais. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 01. Redes Sociais.

- REQF15 – Tela para cadastro de Configurações (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter os dados das configurações (Ex.: Tempo da tela de *splash* do app, número da central de atendimento ao cidadão...). Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 02. Configurações.

- REQF16 – Tela para cadastro dos Aplicativos Sugeridos (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter os dados dos aplicativos sugeridos a serem exibidos no app. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 03. Aplicativos Sugeridos.

- REQF17 – Tela para cadastro de Área de atuação (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter os dados das áreas de atuação a serem exibidas no app em campo de seleção. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 05. Cadastro de Área de atuação.

- REQF18 – Tela para cadastro de Imagens (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter as imagens a serem exibidas logo após a tela de *splash* do aplicativo, conforme definido na REQF12. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 08. Cadastro de Imagens.

- REQF19 – Tela de Denúncias Registradas (Apoio Web)

Deve ser previsto tela com opções de filtro para listar as denúncias registradas pelos cidadãos através do aplicativo. Esta funcionalidade deve permitir a exportação dos dados em formato PDF e Excel, além de possibilitar ao servidor da área de apoio visualizar os dados da denúncia (REQF23) e responder a denúncia (REQF24). Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 09. Denúncias registradas.

- REFQ20 – Visualizar Denúncia (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Visualizar” na tela de Denúncias Registradas (REQF22), deverá ser carregado todos os dados da denúncia (Dados do cidadão, Anexos enviados), além do histórico dos retornos das áreas de apoio. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 10. Visualizar Denúncia.

- REQF21 - Responder Denúncia (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Responder” na tela de Denúncias Registradas (REQF22), deverá ser aberta uma tela com o histórico dos retornos das áreas de apoio para o protocolo selecionado e possibilitar o registro de mensagem para o cidadão poder acompanhar no aplicativo, ao acionar o botão responder o cidadão deverá ser notificado através de E-mail/SMS que houve uma nova interação no seu pedido de denúncia. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 11. Responder Denúncia.

- REQF22 – Tela de Manifestações Registradas (Apoio Web)

Deve ser previsto tela com opções de filtro para listar as manifestações registradas pelos cidadãos através do aplicativo. Esta funcionalidade deve permitir a exportação dos dados em formato PDF e Excel, além de dar possibilitar ao

servidor da Ouvidoria visualizar os dados da manifestação (REQF26) e responder a manifestação (REQF27). Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 12. Manifestações registradas.

- REFQ23 – Visualizar Manifestação (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Visualizar” na tela de Manifestações Registradas (REQF25), deverá ser aberta uma tela com todos os dados da Manifestação (Dados do cidadão, Anexos enviados), além do histórico dos retornos da Ouvidoria. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 14. Visualizar Manifestação.

- REQF24 - Responder Manifestação (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Responder” na tela de Manifestações Registradas (REQF25), deverá ser aberta uma tela com o histórico dos retornos da Ouvidoria para o protocolo selecionado e possibilitar o registro de mensagem para o cidadão poder acompanhar no aplicativo, ao acionar o botão responder o cidadão deverá ser notificado através de E-mail/SMS que houve uma nova interação no seu pedido de manifestação. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 13. Responder Manifestação.

- REQF25 - Métodos do WEBSERVICE de comunicação:

Devem ser previstos no mínimo os seguintes métodos na camada de serviço que irá possibilitar a integração entre o aplicativo, módulo de apoio e bases de dados:

- a. Obter Valor Configuração;
- b. Obter Imagens Cadastradas;
- c. Obter Redes Sociais;
- d. Obter Aplicativos Sugeridos;
- e. Consultar Pedido de Informação;
- f. Consultar Pedido de Denúncia;
- g. Consultar Dados Processo;
- h. Buscar Promotorias;

- i. Buscar Dados Promotorias;
- j. Obter Tipos de Documentos;
- k. Obter Graus de Instrução;
- l. Registrar Pedido de Informação;
- m. Obter Tipos de Documentos;
- n. Obter Áreas de Atuação;
- o. Responder Denúncia;
- p. Responder Ouvidoria;
- q. Responder Pedido de Informação;
- r. Obter UF;
- s. Obter Município;
- t. Obter Dados por CEP;
- u. Obter Profissão;

- REQF26 - Serviço de Integração com o Webmail

Deve ser previsto solução que irá se comportar como um agente/serviço do sistema operacional, com o intuito de executar uma rotina de verificação periódica nos e-mails respondidos e não lidos, presentes na caixa de entrada do e-mail do aplicativo. Esta solução deverá ter a capacidade de extrair informações do corpo do e-mail, que seguirá modelos pré-definidos junto às áreas gestoras. Além de poder consumir o barramento de serviço para registrar os retornos oriundos da Ouvidoria e das Áreas de apoio, possibilitando o acompanhamento via aplicativo REQF6 e REQF7. Fluxo definido na seção 2.3 deste documento.

- REQF27 - Acompanhamento de Manifestação (Aplicativo)

Ao acionar esta opção deverá ser exibido tela com filtros que possibilite ao Cidadão acompanhar os seus pedidos de manifestações, conforme tela presente no Anexo I - Telas Aplicativo - 17. Acompanhamento de Manifestação. Utilizar o conceito de “*timeline*” para exibir os retornos dos e-mails da Ouvidoria (ordenação decrescente).

- **REQF28 – Registro de Manifestação - Reclamações e Críticas (Aplicativo)**

Deverá ser exibido tela de tratamento da manifestação com as opções: “Identificada”, “Sigilosa” e “Anônima”. Para cada opção escolhida, deverá ser exibido alerta com mensagem definida no Anexo I - Telas Aplicativo - 13. Ouvidoria – Tratamento Manifestação. A tela de manifestação possui três etapas: “Manifestação”, “Identificação” e “Anexos” com campos específicos e obrigatórios presentes no Anexo I - Telas Aplicativo - 13. Ouvidoria – Manifestação. Deverá ser prevista funcionalidade para adição de mais de um envolvido no fato. Deve ser previsto a utilização do Google reCAPTCHA V3 para evitar ataques cibernéticos e uso de robôs. Para manifestações do tipo “Anônimas” a etapa “2 - Identificação” deverá ser ocultada. Na etapa “3 - Anexos” deverá ser previsto validação de quantidade, tamanho e tipos de arquivos aceitos. Ao acionar o botão “concluir” a Ouvidoria deve ser notificada através de e-mail com os dados informados pelo Cidadão. Para os casos identificados e sigilosos notificar o Cidadão através de E-mail e SMS (quando informado o telefone móvel) com o número do protocolo gerado.

- **REQF29 - Registro de Manifestação - Sugestão/Elogio**

Deverá ser exibida tela de tratamento da manifestação com as opções: “Identificada”, “Sigilosa” e “Anônima”. Para cada opção escolhida, deverá ser exibido alerta com mensagem definida no Anexo I - Telas Aplicativo - 13. Ouvidoria – Tratamento Elogio/Sugestão. O campo “Tipo” deve ser previamente selecionado conforme opção escolhida no passo anterior. Deve ser previsto a utilização do Google reCAPTCHA V3 para evitar ataques cibernéticos e uso de robôs. Para Sugestões e Elogios anônimos, os campos (Nome, E-mail, Telefone, CPF/CNPJ) devem ser desabilitados. Ao acionar o botão “concluir” a Ouvidoria deve ser notificada através de e-mail com os dados informados pelo Cidadão. Para os casos identificados e sigilosos notificar o Cidadão através de E-mail e SMS (quando informado o telefone móvel) com o número do protocolo gerado.

- REQF30 – Tela de Pedidos de Informação Registrados (Apoio Web)

Deve ser previsto tela com opções de filtro para listar os pedidos de informação registrados pelos cidadãos através do aplicativo. Esta funcionalidade deve permitir a exportação dos dados em formato PDF e Excel, além de dar possibilidade ao servidor da Ouvidoria visualizar os dados do pedido (REQF31) e responder a manifestação (REQF32). Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 17. Pedidos de Informação Registrados.

- REFQ31 – Visualizar Pedido de Informação (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Visualizar” na tela de Pedidos de Informação Registrados (REQF30), deverá ser exibido tela modal com todos os dados do Pedido de Informação (Dados do cidadão, Anexos enviados), além do histórico dos retornos da Ouvidoria. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 18. Visualizar Pedido de Informação.

- REQF32 - Responder Pedido de Informação (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Responder” na tela de Pedidos de Informação Registrados (REQF30), deverá ser exibido tela modal com o histórico dos retornos da Ouvidoria para o protocolo selecionado, além de possibilitar o registro de mensagem para o cidadão poder acompanhar no aplicativo, ao acionar o botão responder o cidadão deverá ser notificado através de E-mail/SMS que houve uma nova interação no seu pedido de informação. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 19. Responder Pedido de Informação.

5.2. Requisitos Não Funcionais

- REQNF1 - Toda interface gráfica do aplicativo móvel e módulo de apoio WEB deve ser desenvolvida pela CONTRATADA sendo previamente aprovada pela CONTRATANTE;
- REQNF2 - Deve ser utilizada técnica de prototipação para aprovação do layout final do aplicativo móvel e módulo de apoio;

Reservado	MPBA - 2021	Página 18 de 39
-----------	-------------	-------------------------------

- REQNF3 - A metodologia a ser utilizada será SCRUM devendo ser previstos todos os papéis, ritos, artefatos e práticas desta metodologia;
- REQNF4 - Tanto o app quanto o modulo de apoio WEB devem seguir os requisitos de acessibilidade definidos em Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG (versão mais atualizada);
- REQNF5 - O desenvolvimento do sistema deverá observar os princípios do *Open Web Application Security Project* (OWASP), visando identificar possíveis ameaças e vulnerabilidade nos produtos entregues. Além disso, deverá seguir as melhores práticas de segurança de aplicações e as recomendações de aderência e conformidade ao padrão de desenvolvimento de aplicações seguras do CONTRATANTE.

6. Requisitos de Documentação

- Documentação a ser entregue: Plano de Projeto, Histórias de Usuário, planilha de contagem detalhada em ponto de função, DER, scripts DDL e DML, Especificações técnicas dos WEBSERVICES, documento com arquitetura técnica e documento de implantação. Todos os *templates* serão fornecidos pelo MPBA;

7. Premissas e Restrições do Projeto

- Prazo para disponibilização da versão final em ambiente de produção: 6 (seis) meses a partir do início da vigência do contrato;
- A metodologia a ser utilizada será SCRUM devendo ser previstos todos os papéis, ritos, artefatos e práticas desta metodologia;
 - Cada sprint deve ter duração máxima de 30 dias;
- Deve ser previsto um banco de horas com 150 horas para manutenções evolutivas dentro do período contratado (o valor do ponto de função já deverá prever esse banco de horas). O gerenciamento será gerenciado pela CONTRATANTE através da emissão de ordens de serviço;
- A vigência do contrato será de 12 meses e deve cobrir a garantia das soluções;

Reservado	MPBA - 2021	Página 19 de 39
-----------	-------------	-----------------

- Prever repasse de conhecimento de 20 horas para a equipe técnica do MPBA (o valor do ponto de função já deverá prever esse banco de horas);
- A interação com o MPBA será através da ferramenta de acompanhamento de projetos da instituição (REDMINE) e Office 365;
- O repositório do projeto (GIT) estará instalado na infraestrutura tecnológica no MPBA;
- Todo código-fonte desenvolvido será de propriedade exclusiva do MPBA;
- A equipe da CONTRATADA prestará o serviço nas instalações da mesma sendo que, a critério do CONTRATANTE, reuniões ou outras atividades podem executadas nas instalações do CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá prever a atuação de um gerente de projeto que não deve ser um dos integrantes do time SCRUM;
- Caso sejam utilizadas bibliotecas de softwares de terceiros, todas as licenças devem ser disponibilizadas de forma perpétua pela CONTRATADA para a CONTRATANTE;
- Serão utilizados indicadores tais como taxa de erros ou dias de atraso para avaliação da qualidade da entrega sendo passível de glosa do valor mensal (seção 8);
- A CONTRATADA deverá seguir a metodologia, processos e procedimentos da CONTRATANTE e que serão apresentados nas reuniões de *kickoff* do projeto;
- Tamanho funcional estimado:
 - Aplicativo mobile: 178 pontos de função;
 - Módulo de apoio WEB, Serviço de Integração com Webmail e Webservices de comunicação: 172 pontos de função;
 - Total estimado: 350

8. Recebimento do Objeto pelo Contratante

A verificação do alcance dos objetivos do CONTRATANTE para a presente contratação será feita com a monitoração e controle de Indicadores de Nível de Serviço definidos, conforme detalhado na seção Níveis Mínimos de Serviço;

Reservado	MPBA - 2021	Página 20 de 39
-----------	-------------	-----------------

- 1) A critério exclusivo do CONTRATANTE, poderão deixar de ser considerados, para apuração dos Níveis Mínimos de Serviço, os atrasos decorrentes de fatos supervenientes sofridos pela CONTRATADA, desde que tais fatos sejam comunicados ao CONTRATANTE tão logo ocorram, para que possam ser analisados quanto à pertinência.
- 2) Cabe à CONTRATADA provar os fatos e os seus efeitos sobre o andamento dos serviços da OS;

O descumprimento de qualquer indicador do acordo de nível de serviço que não tenha sido devidamente justificado pela CONTRATADA e/ou que sua justificativa não tenha sido aprovada pelo CONTRATANTE, ensejará desconto por NMS correspondente na fatura;

Os serviços serão considerados entregues, para fins de recebimento provisório, quando da comunicação, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, da disponibilidade, no repositório eletrônico, de todos os artefatos requeridos e montagem do ambiente de teste;

- 1) A comunicação de entrega de demanda pela CONTRATADA será através do SGD ou outro meio de comunicação definido pelo CONTRATANTE;
 - a) A CONTRATADA deve, ao término de cada sprint ou fase do projeto concluída, repassar todos os artefatos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação, diagramas e especificações;
 - i) A entrega de todos os artefatos resultantes da execução de uma sprint ou fase interrompe a contagem de seu prazo de entrega, desde que esta não tenha sido rejeitada;
- 2) Faz parte do escopo de entrega da fase de desenvolvimento e teste a disponibilização do sistema no ambiente de teste do CONTRATANTE;
- 3) Para configuração da entrega, deverão ser observados todos os demais critérios e condições estabelecidos neste instrumento e seus ANEXOS;

Constatada qualquer inconformidade que impeça o aceite dos resultados de uma sprint, esta será retornada, via SGD ou e-mail, ao status em que se encontrava antes da entrega, lançados os motivos da recusa.

- 1) A recusa implicará em estabelecimento, pelo CONTRATANTE, de prazo-limite para adequação da entrega e cômputo de eventuais índices de Nível Mínimo de Serviço;
- 2) A CONTRATADA deverá efetuar todas as adequações que se fizerem necessárias nos artefatos entregues, em integral cumprimento ao quanto apontado pelo CONTRATANTE, sem ônus adicional para este;
- 3) Todos os ajustes feitos pela CONTRATADA ensejarão nova(s) avaliação(ões) pelo CONTRATANTE até que seja dado o aceite definitivo dos serviços;
- 4) A notificação pelo CONTRATANTE, e consequente abertura de prazo para ajuste(s) pela CONTRATADA, ocorrerão sem prejuízo do eventual desconto de valores e/ou aplicação de penalidades cabíveis, observado, inclusive, o quanto disposto na seção Níveis Mínimos de Serviço;

O aceite definitivo de uma sprint de Desenvolvimento será dado após a conclusão dos Testes Formais e/ou Homologação por parte do gestor do projeto ou pessoa por ele designada;

- 1) Uma vez iniciada a homologação, se forem identificados defeitos na versão entregue, o aceite definitivo só será dado após a correção de todos os defeitos;
 - a) A critério exclusivo do CONTRATANTE, levando-se em consideração as questões legais ou necessidade da área gestora responsável pela demanda, uma sprint ou fase poderá receber aceite parcial ou integral, caso restem apenas defeitos de gravidade baixa para correção.
- 2) Caso o CONTRATANTE solicite alguma mudança de requisito durante a fase de Testes Formais de um produto entregue, o ciclo de teste em andamento será concluído e os testes serão considerados como finalizados. Um novo processo de teste será realizado quando a CONTRATADA fizer a entrega das mudanças solicitadas.

- a) Para o escopo inicial do produto entregue serão apurados todos indicadores até o momento da finalização dos testes formais.
- b) O aceite e autorização para faturamento será dado apenas se o produto entregue estiver funcional e não tenha defeitos de gravidade crítica ou alta pendente de correção.

A aceitação dos serviços entregues não impede a constatação, no prazo da garantia, da existência de vícios, e não isenta a CONTRATADA de obrigações deles decorrentes;

Após o aceite definitivo, a CONTRATADA estará apta a incluir os serviços prestados no faturamento e receber pelos produtos gerados, após procedimentos de quantificação e pagamento descritos neste instrumento e seus ANEXOS;

- 1) Para fim de desembolso financeiro, serão pagos apenas os produtos que receberam o aceite definitivo pelo CONTRATANTE;

Após o aceite definitivo, o CONTRATANTE encaminhará o relatório de cálculo dos indicadores de NMS referente ao produto entregue, considerando os possíveis descontos apurados.

9. NMS - Níveis Mínimo de Serviço

Esta seção visa definir as formas de mensuração da entrega dos serviços objeto da contratação e de seus indicadores de desempenho, além da definição dos limites aceitáveis para esses indicadores e das sanções a serem aplicadas em razão do seu descumprimento.

Níveis Mínimos de Serviço - NMS são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados à prestação de serviços, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança.

Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

O CONTRATANTE realizará a avaliação do nível de atendimento dos serviços contratados, utilizando-se como referenciais máximos os valores das sprints ou fases finalizadas e aceitas a serem faturadas, que poderão sofrer abatimentos conforme indicadores definidos no item 8.4 deste documento.

O valor do pagamento será aquele condizente ao valor previsto para a sprint ou fase entregue, conforme definido no contrato, descontados os percentuais por não atendimento dos indicadores de níveis de serviço previstos no item 7 deste apenso.

O percentual de desconto a ser aplicado a uma OS - Ordem de Serviço será o somatório dos percentuais obtidos com base nos indicadores definidos no item 8.4 deste documento que não foram atendidos.

A apuração/aplicação dos descontos por NMS não impedem ou limitam o CONTRATANTE ao exercício da prerrogativa de instaurar processo administrativo para apuração de quaisquer faltas e/ou inexecuções verificadas ao longo da vigência contratual;

9.1. Conceitos relacionados

- **Testes de Aceitação:** São conjuntos de testes unitários e testes funcionais automatizados (quando solicitados), além de testes funcionais manuais, capazes de verificar o provimento das qualidades mínimas necessárias à aceitação de um software, conforme definido em sua especificação.
- **Pré-Homologação:** Fase de recebimento de uma versão do sistema entregue pela CONTRATADA para realização dos testes de aceitação. Nesta fase, o sistema será primeiramente avaliado quanto a critérios de admissibilidade obrigatórios, e em seguida quanto à presença de defeitos de caráter impeditivo e conformidade com o escopo planejado. O resultado desta fase pode ser de rejeição da entrega ou disponibilização da versão para início dos Testes Formais ou Homologação.

Reservado	MPBA - 2021	Página 24 de 39
-----------	-------------	-----------------

- **Testes Formais:** Fase na qual o CONTRATANTE irá avaliar a qualidade do produto entregue através de várias práticas, como por exemplo: (i) localizar e documentar defeitos no software; (ii) validar as definições feitas nas especificações de requisitos e projeto; (iii) validar as funções do software conforme projetadas e; (iv) verificar se os requisitos foram implementados de forma adequada. O resultado desta fase pode ser de aceitação integral, parcial ou rejeição.
- **Ciclo de Teste:** cada iteração de teste realizada no produto entregue durante a fase de Testes Formais até haja a aceitação integral do produto.
- **Homologação:** fase na qual o sistema será disponibilizado no ambiente de homologação para que o gestor ou usuários finais realizem os testes de aceitação, verifiquem se o que foi encomendado corresponde ao sistema entregue e validem se o sistema irá contribuir para a resolução do problema que motivou o seu desenvolvimento. O resultado desta fase pode ser de aceitação integral, parcial ou rejeição.
- **Desconto por NMS:** anotação de redução do valor de uma entrega em decorrência do não cumprimento dos indicadores estabelecidos.
- **Release:** Um release é o termo utilizado para designar uma versão operacional estável e executável do sistema, ou parte dele, juntamente com todos os artefatos necessários para o seu uso, manutenção e novos desenvolvimentos.
- **Sprint:** é um período limitado a um mês ou menos, no qual uma versão incremental e usável de um produto é desenvolvida.

9.2. Defeitos de Software

- A classificação de defeitos em software quanto sua gravidade é um passo fundamental no monitoramento da qualidade dos produtos entregues, permitindo o estabelecimento de acordos de níveis de serviço, além de servir de insumo básico para a priorização das correções. Desta forma, será apresentada as classificações de gravidade associadas a defeitos de software, bem como os critérios que permitam esta classificação.

- Defeito de software: desacordo do sistema em relação a sua especificação, erro, falha, comportamento inapropriado e comprometimento da segurança. Ao se julgar se um comportamento do sistema é ou não um defeito, considera-se a perspectiva do usuário, ou seja, é irrelevante se o defeito é ocasionado por falha da codificação, configuração de ambiente ou insuficiência de informação na especificação.

9.2.1. Classificação da gravidade

- A gravidade de um defeito pode ser interpretada como a intensidade com a qual um defeito influencia negativamente na aceitação do sistema. Serão consideradas 04 classificações para a gravidade de defeito de software, as quais estão descritas a seguir, juntamente com seus respectivos critérios de classificação. Um defeito só possuirá apenas uma classificação quanto à gravidade. Caso um defeito se enquadre, simultaneamente, em critérios de duas classificações distintas, será assumida a classificação de maior gravidade.

1) **Crítica:** classifica-se a gravidade de um defeito como crítica quando pelo menos uma das situações abaixo ocorrer.

- a) Comprometimento da segurança do sistema, independentemente da existência de uma regra ou menção no caso de uso que se relacione com o defeito de segurança identificado.
- b) Interrupção do fluxo previsto para o teste devido à existência de erro no sistema, seja este erro tratado (quando a aplicação leva para uma tela formatada para exibição de mensagem de erro), ou não tratado (quando as informações de erro são as fornecidas diretamente pela plataforma ou servidor de aplicação).
- c) A impossibilidade de conclusão de um fluxo principal;
- d) Inoperância de integrações externas essenciais ao sistema;
- e) Divergência de regra de negócio em relação à especificação, que impossibilite o uso do sistema;

- f) Performance ou tempo de resposta em nível que impossibilite o uso do sistema;
 - g) Corrupção de um ou mais registros de dados.
 - h) Validações inconsistentes;
- 2) **Alta**: classifica-se a gravidade de um defeito como alta quando pelo menos uma das situações abaixo ocorrer.
- a) Tratamento incorreto dos dados fornecidos (não persistiu da forma esperada ou tratou uma entrada de forma inadequada);
 - b) Retorno de dados incorretos (os dados trazidos pelo sistema foram dados diferentes do esperado);
 - c) Sistema implementado em desacordo com as regras definidas nos casos de uso.
 - d) Ausência de parâmetros ou tabelas de domínio que dificultem o uso do sistema;
- 3) **Média**: classifica-se a gravidade de um defeito como média quando pelo menos uma das situações abaixo ocorrer.
- a) Comprometimento da usabilidade por parte do sistema implementado. Considera-se como usabilidade a facilidade de compreender o funcionamento do sistema bem como de utilizá-lo para realizar alguma tarefa. Alguns exemplos de situações que comprometem a usabilidade são descritos abaixo:
 - i) Campos autocomplete que demoram mais de 3 segundos para disponibilizar algum resultado;
 - ii) Campos autocomplete que, durante o período de pesquisa, não informa ao usuário que a mesma está sendo feita;
 - iii) Campos autocomplete que não apagam a mensagem de instrução, por exemplo “pesquise aqui”, quando ganham o foco;
 - iv) Campos que perdem foco, quando não deveria;
 - v) Campos que impossibilitam a utilização da funcionalidade “colar”;
 - vi) Campos do tipo “lista suspensa” que não se retraem quando perdem o foco;

- vii) Campos obrigatórios que estão sem a sinalização de obrigatoriedade;
 - viii) Diferenciação de maiúsculas e minúsculas em campos de pesquisa;
 - ix) Sensibilidade a espaços em branco inseridos no início ou no fim dos valores informados nos campos de pesquisa;
 - b) Comprometimento da acessibilidade do sistema, quando esta for definida como um requisito do sistema.
- 4) **Baixa:** classifica-se a gravidade de um defeito como baixa quando pelo menos uma das situações abaixo ocorrer:
- a) Desacordo com layout definido pelo protótipo.
 - b) Erros de ortografia.
 - c) Formatação equivocada de saída e entrada de dados.
 - d) Inconsistências de massa de dados para homologação que dificultem testes do sistema;

Os defeitos enumerados anteriormente são definidos e aprimorados na MGSAS do CONTRATANTE. Nesse sentido, os exemplos fornecidos têm apenas caráter ilustrativo e os casos omissos e respectiva classificação são definidos pelo CONTRATANTE e atualizados na MGSAS quando necessário.

9.3. Critérios de Aceitação dos Serviços Prestados

Os serviços prestados serão medidos com base em indicadores e metas de níveis de serviço, vinculados a fórmulas de cálculo específicas, e serão executados pelo CONTRATANTE após a realização de cada incremento do produto.

Caso haja descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço, a CONTRATADA sofrerá descontos por NMS na fatura.

Os indicadores e as metas foram definidos de acordo com a natureza e característica de cada serviço e expressos em unidade de medida, como por exemplo: percentuais e tempo medido em dias úteis e corridos.

9.4. Indicadores de Níveis de Serviço

A CONTRATADA deverá atender, para todas as entregas previstas na vigência do contrato, aos indicadores detalhados a seguir:

- Indicador PAFP

Nome do Indicador	Índice de Projetos Atendidos Fora do Prazo (PAFP)
Descrição	Apura o nível de atendimento do serviço de desenvolvimento e manutenção executados fora do prazo acordado.
Fórmula de Cálculo	$PAFP = 100\% * P_P / P_{Total}$ $PAFP = 100\% * PPPTotal$ <p>Onde: P_P = Total de dias úteis de atraso na execução do serviço. P_{Total} = Total de dias acordados para a execução do serviço. Obs: serão contados os dias úteis de atraso.</p>
Nível de Serviço	a) Desejável: PAFP = 0% b) Aceitável: PAFP ≤ 10%. c) Crítico: PAFP > 10% e ≤ 20%; Desconto de 3% sobre o valor da OS. d) Indesejável: PAFP > 20% e ≤ 30%. Desconto de 5% sobre o valor da OS. e) Inaceitável: PAFP > 30%. Desconto de 10% sobre o valor da OS
Forma de Aferição	Por intermédio de ferramenta de controle de projetos do CONTRATANTE, ou via controle manual em planilhas, será calculado o índice de atendimento das OSs de Desenvolvimento ou Manutenção finalizadas, demonstrando a aplicação da fórmula acima.
Periodicidade	Após o recebimento provisório do serviço para validação pela equipe técnica do CONTRATANTE.

- Indicador ICTF

Nome do Indicador	Índice de Ciclo de Testes Formais após entrega de sprint ou projeto (ICTF)
Descrição	Apura a quantidade de ciclos de testes formais realizados para aceitação da sprint entregue.
Fórmula de Cálculo	$ICTF = Q_{CT}$ <p>Onde: Q_{CT} = Quantidade de ciclos de testes formais realizados pelo CONTRATANTE no sistema ou sprint entregue.</p>
Nível de Serviço (NS)	a) Desejável: ICTF = 1; b) Aceitável: ICTF = 2. c) Crítico: ICTF = 3; Desconto de 5% sobre o valor da OS; d) Indesejável: ICTF > 3 e ≤ 5. Desconto de 10% sobre o valor da OS e) Inaceitável: ICTF > 5. Desconto de 20% sobre o valor da OS
Forma de Aferição	Por intermédio do Sistema de Gerenciamento de Demandas do CONTRATANTE ou relatórios de testes formais realizados pela equipe de testes do CONTRATANTE, será calculado o índice de atendimento das OSs de Desenvolvimento, Sustentação ou Manutenção atendidas, demonstrando a aplicação da fórmula acima.

Periodicidade	A medição oficial deve ocorrer ao final da fase de Teste Formais executada pelo CONTRATANTE. No entanto, medições anteriores à medição oficial podem ser feitas para avaliar a situação parcial do serviço.
----------------------	---

• Indicador IDGC

Nome do Indicador	Índice de defeitos de gravidade alta ou crítica (IDGC)
Descrição:	Apurar a taxa de defeitos de gravidade alta ou crítica encontrada num sprint ou sistema durante a fase de Testes Formais.
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">IDGC = TDGC</p> <p>Onde: TDGC: Total de defeitos de gravidade alta ou crítica encontrado ao longo dos ciclos de testes de um sistema ou sprint, desde o primeiro teste até o momento da medição do indicador.</p>
Nível de Serviço	a) Desejável: IDGC = 0; b) Aceitável: IDGC <= 2; c) Crítico: IDGC = 3; Desconto de 5% sobre o valor da OS; d) Indesejável: IDGC > 3 e <= 5. Desconto de 10% sobre o valor da OS e) Inaceitável: IDGC > 5. Desconto de 20% sobre o valor da OS
Forma de Aferição	<p>Considera-se como defeito na contabilização deste indicador, o mau funcionamento da aplicação ou funcionamento em não conformidade com a sua especificação e cuja origem técnica seja alguma atividade executada pela CONTRATADA, ou seja, se ELA tem responsabilidade pela existência do mesmo. A classificação da gravidade do defeito deve ser feita conforme item 3 deste documento.</p> <p>Por intermédio do Sistema de Gerenciamento de Demandas do CONTRATANTE ou relatórios de testes formais realizados pela equipe de testes do CONTRATANTE, será calculado o índice de atendimento das OSs de Desenvolvimento, Sustentação ou Manutenção atendidas, com base na fórmula acima.</p>
Periodicidade	A medição oficial deve ocorrer ao final da fase de Teste Formais executada pelo CONTRATANTE. No entanto, medições anteriores à medição oficial podem ser feitas para avaliar a situação parcial do serviço.

• Indicador DTPF

Nome do Indicador	Índice de defeitos por total de pontos de função (DTPF)
Descrição:	Apurar a taxa de defeitos por total de pontos de função num sprint ou sistema durante a fase de Testes Formais realizada.
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">DTPF = (TD / TPF) * 100%</p> <p>Onde: TD: Total de defeitos encontrado ao longo dos ciclos de testes de um sistema ou sprint, desde o primeiro teste até o momento da medição do indicador. TPF: Total de pontos de função do sistema ou sprint.</p>
Nível de Serviço	a) Desejável: DTPF = 0%; b) Aceitável: DTPF <= 20%;

	c) Crítico: DTPF > 20% e <= 30%; Desconto de 5% sobre o valor da OS; d) Indesejável: DTPF > 30% e <= 40%. Desconto de 10% sobre o valor da OS e) Inaceitável: DTPF > 40%. Desconto de 15% sobre o valor da OS
Forma de Aferição	Considera-se como defeito na contabilização deste indicador, o mau funcionamento da aplicação ou funcionamento em não conformidade com a sua especificação e cuja origem técnica seja alguma atividade executada pela CONTRATADA, ou seja, se ELA tem responsabilidade pela existência do mesmo. Por intermédio do Sistema de Gerenciamento de Demandas do CONTRATANTE ou relatórios de testes formais realizados pela equipe de testes do CONTRATANTE, será calculado o índice de atendimento das OSs de Desenvolvimento, Sustentação ou Manutenção atendidas, com base na fórmula acima.
Periodicidade	A medição oficial deve ocorrer ao final da fase de Teste Formais executada pelo CONTRATANTE. No entanto, medições anteriores à medição oficial podem ser feitas para avaliar a situação parcial do serviço.

9.5. Avaliação da Qualidade

Considerações gerais:

- 1) Serão considerados Não Conformidade, entre outros:
 - a) Falha na interpretação, elicitação e análise dos requisitos repassados pela área requisitante do CONTRATANTE;
 - b) Implementações que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos;
 - c) Qualquer funcionamento irregular de algum componente identificado na operação do produto;
 - d) Artefatos documentais que contenham não conformidades redacionais, incompletude, incompatibilidades, divergências com as especificações ou inconsistências em relação ao padrão adotado no âmbito da CONTRATANTE.
- 2) As adequações necessárias com finalidade de correção de defeitos ou não conformidades serão realizadas sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

Critérios para avaliação e aceitação dos serviços:

- 1) A avaliação da qualidade consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir. Os produtos e artefatos serão avaliados segundo os critérios de completude, consistência e forma, considerando:

Reservado	MPBA - 2021	Página 31 de 39
-----------	-------------	-------------------------------

- a) Critério de Completude: serão considerados incompletos os produtos e artefatos entregues sem que todos os elementos requeridos na OS estejam presentes;
 - b) Critério de Consistência: serão considerados inconsistentes os produtos e artefatos entregues com não conformidades que impedem o seu uso. São exemplos de não conformidades impeditivas as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do sistema, bem como inadequações na documentação de natureza funcional;
 - c) Critério de Forma: serão considerados desformatados os produtos e artefatos entregues com não conformidades relacionadas à forma, inadequações de natureza estética ou o não uso de modelos de documentos definidos pelo CONTRATANTE, desde que a forma implique prejuízo de informações ou descaracterização do artefato ou produto.
- 2) Produtos e artefatos inconsistentes e incompletos serão rejeitados. Artefatos não formatados corretamente poderão ser aceitos com restrições a critério do CONTRATANTE.
- a) A CONTRATADA terá um prazo de até 3 (três) dias úteis para corrigir as observações apontadas nos artefatos entregues ou solicitar um novo prazo, que poderá ser aceito pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificado.
 - b) A CONTRATADA poderá apresentar justificativas para as não conformidades, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.
- 3) Todos os itens aceitos com restrições geram a obrigação de a CONTRATADA sanar as não conformidades, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 4) Todos os artefatos previstos devem ser entregues e aderentes aos padrões adotados pelo CONTRATANTE.

10. Garantia do Serviço

Os produtos e serviços decorrentes da presente contratação deverão ser garantidos pela CONTRATADA durante toda vigência do contrato, inclusive nas hipóteses de prorrogação da vigência do mesmo;

Todo o código e/ou documentação alterada em virtude de manutenção corretiva ou evolutiva estará em garantia. Desta forma, caso seja observado que, ao corrigir um erro reportado, novos erros tenham sido inseridos na aplicação pela CONTRATADA, suas correções não implicarão em novos custos para o CONTRATANTE;

Caberá a CONTRATADA, no período de garantia, sem ônus para o CONTRATANTE, responsabilizar-se por correções de eventuais defeitos ou erros encontrados em qualquer tipo de serviço, artefato ou produto entregue, e também pela ausência de artefatos obrigatórios e qualquer outra ocorrência que impeça o andamento normal dos serviços contratados, mesmo aqueles já considerados aceitos.

- 1) A CONTRATADA será igualmente responsável por corrigir qualquer não conformidade com o MGDAS que tenha sido notificada pelo CONTRATANTE no período da garantia.
 - a) Para análise da não conformidade de que trata este item, será considerada a versão do MGDAS (Modelo de Gestão e Desenvolvimento Ágil de Sistemas) que estava vigente no início da execução do contrato.

A CONTRATADA deverá arcar com todas e quaisquer despesas necessárias à prestação dos serviços de garantia, incluindo aquelas relativas ao eventual deslocamento de seus técnicos às instalações do CONTRATANTE;

O acionamento da garantia será realizado pelo CONTRATANTE, sempre que houver necessidade, por meio do Sistema de Gerenciamento de Demandas – SGD ou por e-mail.

Para atendimento das demandas de garantia, a CONTRATADA deverá observar os prazos que seguem abaixo de acordo com gravidade do defeito reportado:

Reservado	MPBA - 2021	Página 33 de 39
-----------	-------------	-----------------

Gravidade do Defeito	TA	TSD
Crítica	1 hora	8 horas
Alta	2 horas	16 horas
Média	4 horas	24 horas
Baixa	8 horas	32 horas

- **TA (Tempo de Atendimento):** Intervalo máximo de tempo que a CONTRATADA tem, após a abertura formal do chamado, para entrar em contato com o CONTRATANTE e entender o contexto da ocorrência.
- **TSD (Tempo para Solução do Defeito):** Intervalo máximo de tempo que a Contratada tem, após a abertura formal do chamado, para solucionar o defeito. A solução do defeito pode ser uma solução de contorno.

É facultado ao CONTRATANTE, em situações excepcionais ou emergenciais, realizar intervenções em código-fonte produzido ou mantido pela CONTRATADA. Nestes casos, somente as classes ou arquivos fonte alterados ou impactados pela alteração perderão a garantia;

Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação por telefone, e-mail ou sistema disponibilizado.

11. Cronograma Físico/Financeiro

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8 a 12
Sprint 1	10%							
Sprint 2			10%					
Sprint 3				10%				
Sprint 4					10%			
Sprint 5						10%		
Sprint 6							50%	
Garantia								-

- Cada sprint terá uma ordem de serviço associada (modelo a definir) e que deve ser aprovada pela CONTRATANTE até 3 dias após o início da mesma;
- Os pagamentos serão feitos ao final de cada sprint, após a conclusão dos testes formais pelo CONTRATANTE e apuração dos indicadores de qualidade;

- Após 5 dias úteis da assinatura da publicação do contrato, conforme seção 12 - Transição Contratual, deve ser realizada reunião inicial do projeto (*kickoff*) entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA onde já deve estar presente o gerente do projeto. Nesta reunião devem ser apresentados, no mínimo:
 - Pela CONTRATADA:
 - Tecnologias que serão utilizadas no desenvolvimento do produto.
 - Pelo CONTRANTE
 - Repassar os documentos de padrões de projeto.
 - Definição das reuniões de passagem de conhecimento e acompanhamento de projetos.

12. Garantia Contratual

- 11.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do contrato, garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/2005.
 - 11.1.2 A ausência de apresentação da garantia e respectivo comprovante de quitação (conforme o caso) pela CONTRATADA, no prazo estipulado nesta cláusula, se configura como hipótese de pendência impeditiva do pagamento, nos termos da CLÁUSULA SEXTA deste instrumento, sem prejuízos das sanções contratuais e legais aplicáveis à matéria, em especial o artigo 167, incisos III e X da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;
- 11.2 A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;
 - 11.2.1 A CONTRATADA fica obrigada a, durante toda a vigência do contrato, reforçar o valor vigente da garantia sempre que esta for utilizada para o adimplemento de obrigações e/ou multas;
- 11.3 Caso haja a celebração de aditivo/apostilamento contratual que enseje acréscimo ao valor contratado, a CONTRATADA fica obrigada a complementar a garantia, em igual proporção, antes da consagração do aditamento/apostila;

Reservado	MPBA - 2021	Página 35 de 39
-----------	-------------	-----------------

- 11.3.1 Nos termos do art. 20 do Decreto Estadual nº 13.967/2012, na hipótese de a CONTRATADA se negar a efetuar o reforço da garantia, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato;
- 11.4 A garantia, quando prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser emitida por instituição devidamente habilitada/credenciada pelo Banco Central para tal mister, e contemplar todo o período de execução do contrato, desde o início de sua vigência até o esaurimento completo do período 06 (seis) meses após a vigência do contrato;
 - 11.4.1 A garantia prestada em quaisquer das modalidades descritas neste item somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6;
- 11.5 A garantia, quando prestada na modalidade caução, somente será restituída à CONTRATADA, no montante a que esta fizer jus, após a finalização total da execução do contrato, observadas as regras impeditivas de pagamento constantes na CLÁUSULA OITAVA;
 - 11.5.1 A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente na oportunidade de sua devolução pelo CONTRATANTE, segundo critérios da instituição bancária onde se procedeu ao depósito;
- 11.6 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 - 11.6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - 11.6.2 Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 11.6.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
 - 11.6.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

13. Transição Contratual

13.1. Transição Inicial

- O início da execução do objeto contratual ensejará o processo de transição contratual inicial, de acordo com o seguinte cronograma:

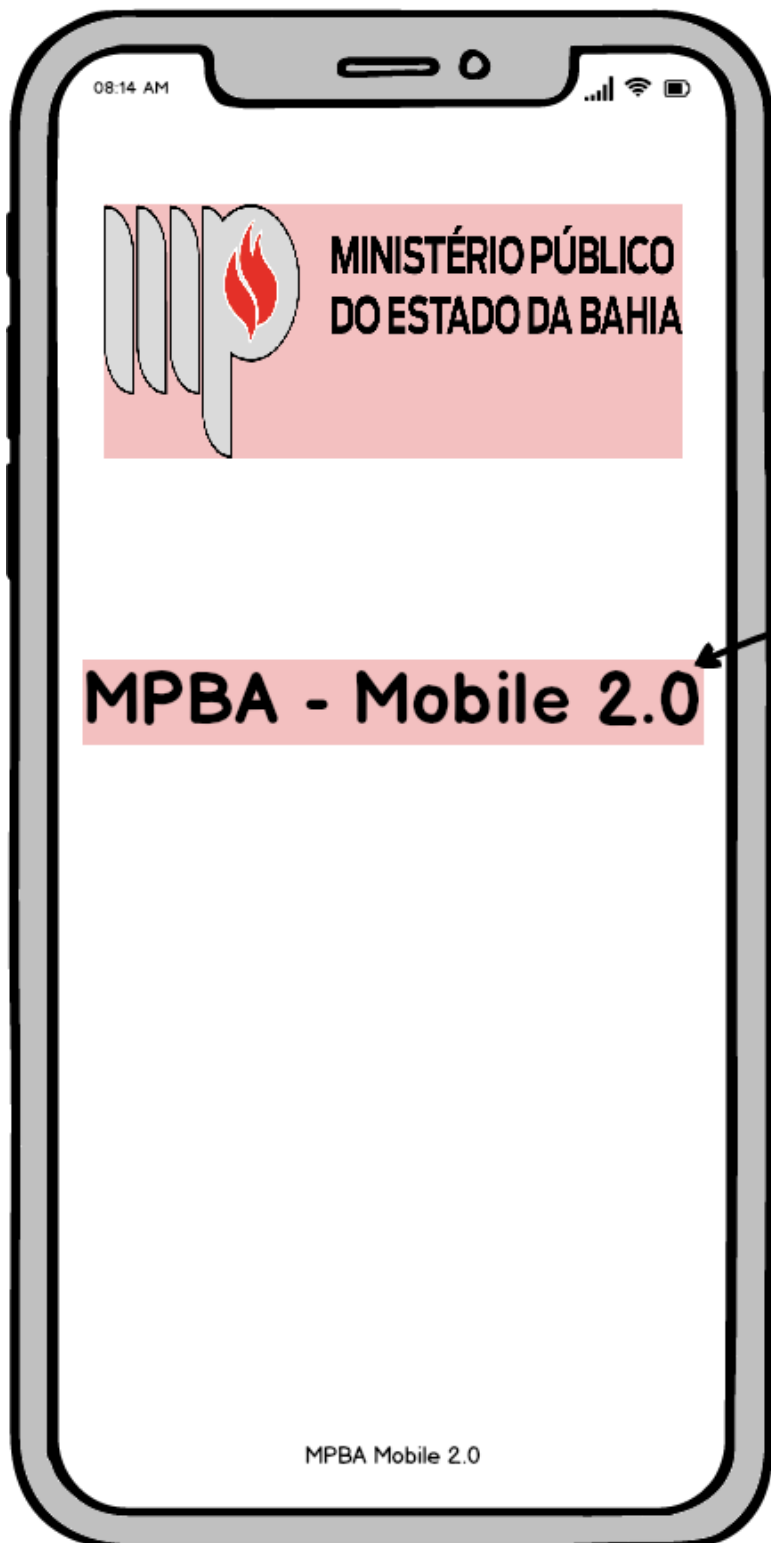
PRAZOS	ETAPA	AÇÕES A SEREM TOMADAS	RESPONSÁVEIS
Até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação do contrato	Realização de reunião inicial	Convocar Reunião Inicial	CONTRATANTE
		Reunião Inicial, na qual deverá ocorrer: - Apresentação formal do Gestor do Contrato (pelo CONTRATANTE) - Kickoff do projeto;	CONTRATANTE CONTRATADA
Até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato	Transição Contratual Inicial	Transferência de conhecimento e fornecimento de informações necessárias à execução contratual (etapa de repasse inicial dos serviços)	CONTRATANTE
		Para fins de atendimento às normas de segurança do CONTRATANTE , entrega da relação nominal dos profissionais que atuarão no contrato	CONTRATADA
Até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato	Execução dos serviços propriamente dita	Encaminhamento das Ordens de Serviço.	CONTRATANTE
		Montagem de ambiente de banco de dados e desenvolvimento.	CONTRATADA
		Início da execução dos serviços demandados.	CONTRATADA
Até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato	Sprint 1	Entrega da primeira sprint do projeto.	CONTRATADA

13.2. Transição Final

- A CONTRATADA se compromete individualmente – em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 23 da Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005 – a participar de atividades de transição contratual e a transferir para o CONTRATANTE e/ou para outra empresa por ele indicada todo o conhecimento gerado na execução do(s) serviço(s); incluindo dados, documentos e elementos de informação utilizados.
- A transição contratual final se refere ao processo de finalização da prestação dos serviços pela CONTRATADA, ao final do contrato. As atividades de transição contratual e encerramento do contrato incluem a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, a transferência de conhecimentos, a revogação de perfis de acesso, a eliminação de caixas postais, dentre outras, conforme o disposto no art. 24 da Resolução Nº 102/2013 do CNMP.
- Na transição contratual final, todo conhecimento adquirido ou desenvolvido bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados deverão ser disponibilizados ao CONTRATANTE ou empresa por ele designada em até 30 (trinta) dias corridos após a finalização do contrato.
- A transferência de conhecimento das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, por meio de eventos específicos, preferencialmente em ambiente disponibilizado pelo CONTRATANTE, e baseados em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida.
 - O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deve elaborar o Plano de Transição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do contrato, para a transferência integral e irrestrita dos conhecimentos e das competências necessárias e suficientes para promover a continuidade dos serviços.
- A data de início de execução do Plano de Transição será determinada pelo CONTRATANTE.
- O Plano de Transição dos Serviços deve tratar, no mínimo, dos seguintes tópicos:

Reservado	MPBA - 2021	Página 38 de 39
-----------	-------------	-----------------

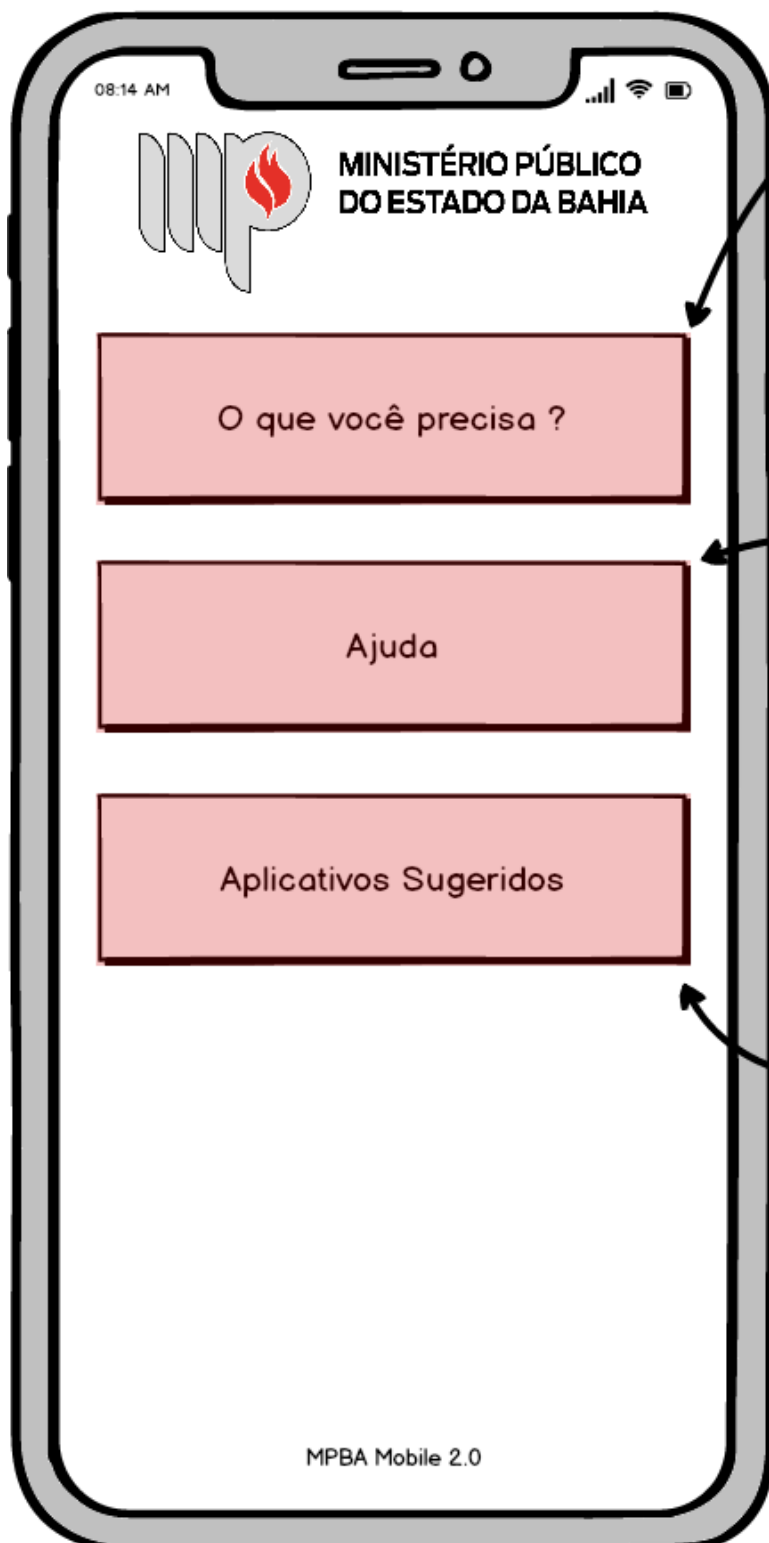
- Identificação dos profissionais da CONTRATADA que irão compor a equipe de transferência de conhecimentos, bem como os seus papéis e as suas responsabilidades;
 - Cronograma geral do repasse, identificando para cada serviço ou tipo de serviços: as etapas e as atividades com suas respectivas datas de início e término, os produtos gerados, os recursos envolvidos e os marcos intermediários, quando aplicável. O cronograma será avaliado e poderá ser complementado nas primeiras reuniões para aprovação do cronograma definitivo pelo CONTRATANTE;
 - Descrição da forma de entrega ao CONTRATANTE de todos os dados em poder da CONTRATADA, incluindo-se a totalidade dos dados contidos no Sistema de Controle de Demandas da CONTRATADA, se existir;
 - Relação das Ordens de Serviço canceladas automaticamente em razão do encerramento do contrato, com relatório detalhado da parte dos serviços executados.
- Nenhum pagamento adicional será devido à CONTRATADA pela elaboração ou pela execução do Plano de Transição.
 - A ausência de cooperação e/ou a retenção de qualquer informação ou dado solicitado por parte da CONTRATADA ou seus representantes/empregados, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá inexecução contratual, sujeitando aquela à reparação de todos os danos/prejuízos causados ao CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.
 - Todos os serviços deverão ser executados, entregues, validados e recebidos definitivamente durante a vigência do contrato. Desta forma, não será permitida a abertura de nenhuma ordem de serviço cujo prazo estimado de entrega e recebimento seja após o encerramento do contrato, nem a postergação da execução dos serviços após o final de vigência contratual.



3.3.4. Funcionalidade TELA DE ABERTURA

O app deve prever uma tela de abertura (splash screen) com informações e introdução ao uso do app e imagens cadastradas a partir do módulo de apoio WEB.

Todas as configurações necessárias (por exemplo, duração da tela e imagem) devem ser realizadas no módulo de apoio WEB.



3.3.1. Funcionalidade O QUE VOCÊ PRECISA?

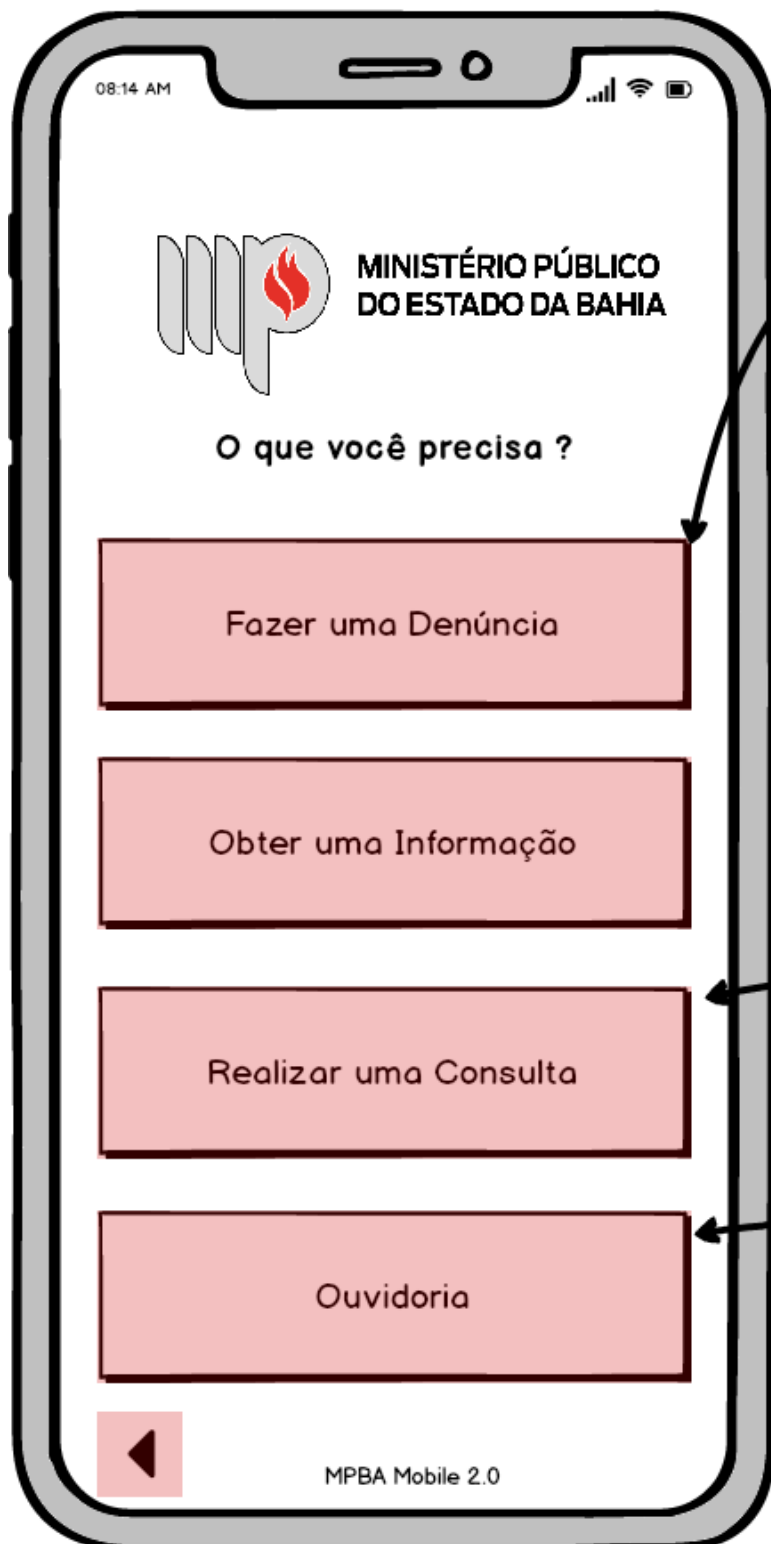
Deve ser prevista uma funcionalidade de "O que você precisa?", que permita a escolha entre quatro principais opções, sendo: "Fazer uma Denúncia", "Obter uma Informação", "Realizar uma Consulta" e "Dar uma Sugestão".

3.3.2. Funcionalidade AJUDA

No app, prever links ou ícones com as redes sociais do MPBA, abrindo aplicativo específico (caso exista instalado no dispositivo) ou navegador WEB padrão do mesmo. Opção para rever a "Introdução ao uso do APP", versão do APP e informações sobre o APP e o telefone para contato com a central de atendimento ao cidadão.

3.3.3. Funcionalidade APLICATIVOS SUGERIDOS

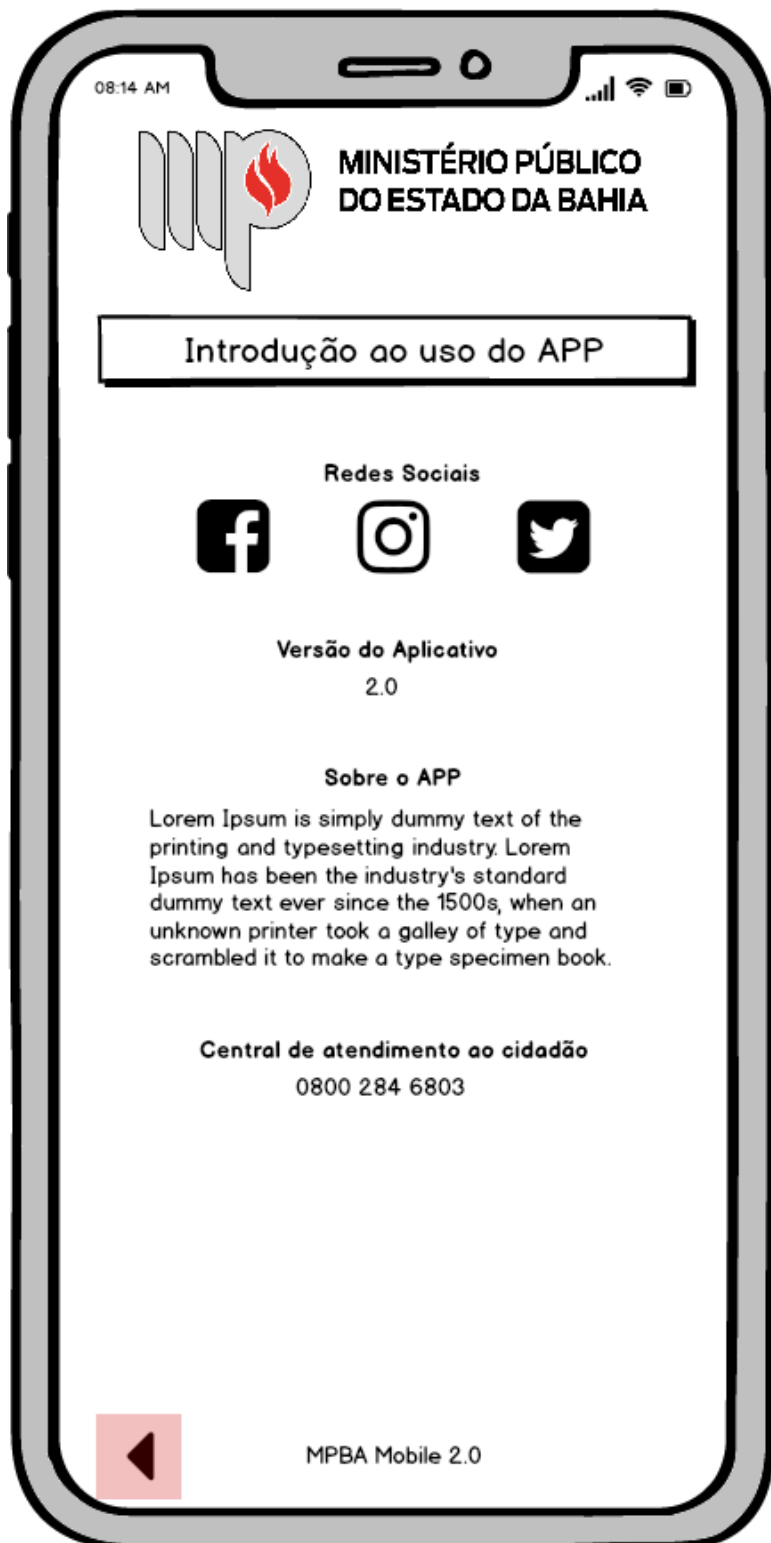
O app deve prever o acionamento de outros aplicativos móveis instalados no dispositivo. Caso o aplicativo não esteja instalado, redirecionar para a respectiva loja e aplicativo para download. Todas configurações e informações devem ser cadastradas no MÓDULO DE APOIO.



3.3.1.1. Funcionalidade de FAZER UMA DENÚNCIA
Deve ser prevista uma funcionalidade de "Fazer uma Denúncia", que permita a escolha de "área de interesse" em seguida, escolher o tema para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma. Cada "área de interesse" possuirá campos, regras de preenchimento e destinatários específicos. Deve ser possível anexar imagem e vídeo às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo.

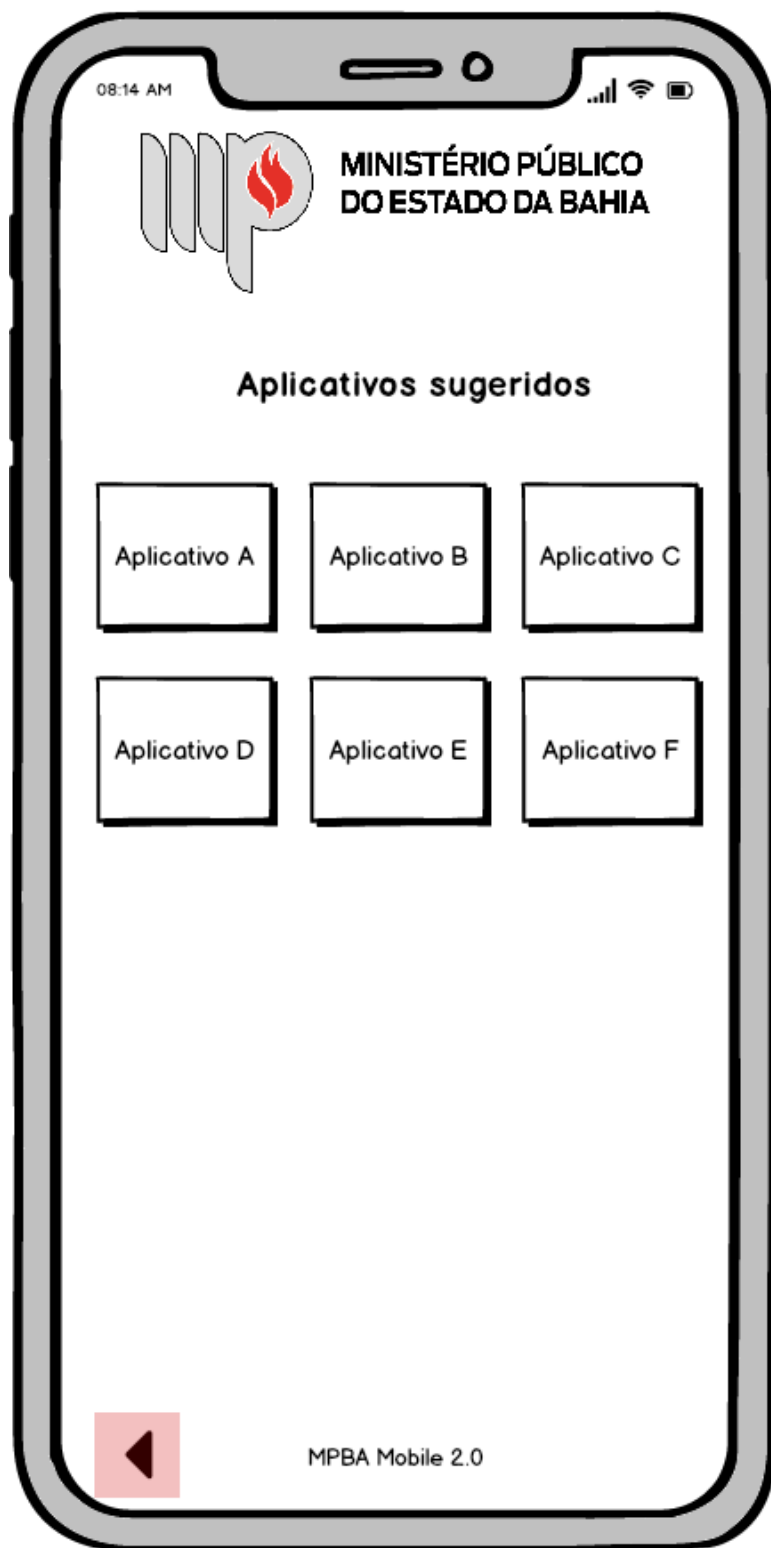
3.3.1.3. Funcionalidade REALIZAR UMA CONSULTA
Esta funcionalidade se dividirá em quatro consultas: "Acompanhamento de Denúncia", "Acompanhamento de Pedido de Informação", "Consulta Processual" e "Onde fica o MP".

3.3.1.4. Funcionalidade DAR UMA SUGESTÃO
Esta funcionalidade permite a escolha de três opções "Elogiar", "Reclamação" e "Sugestão de Melhorias" em seguida, preencher os campos para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma que seria a Ouvidoria.

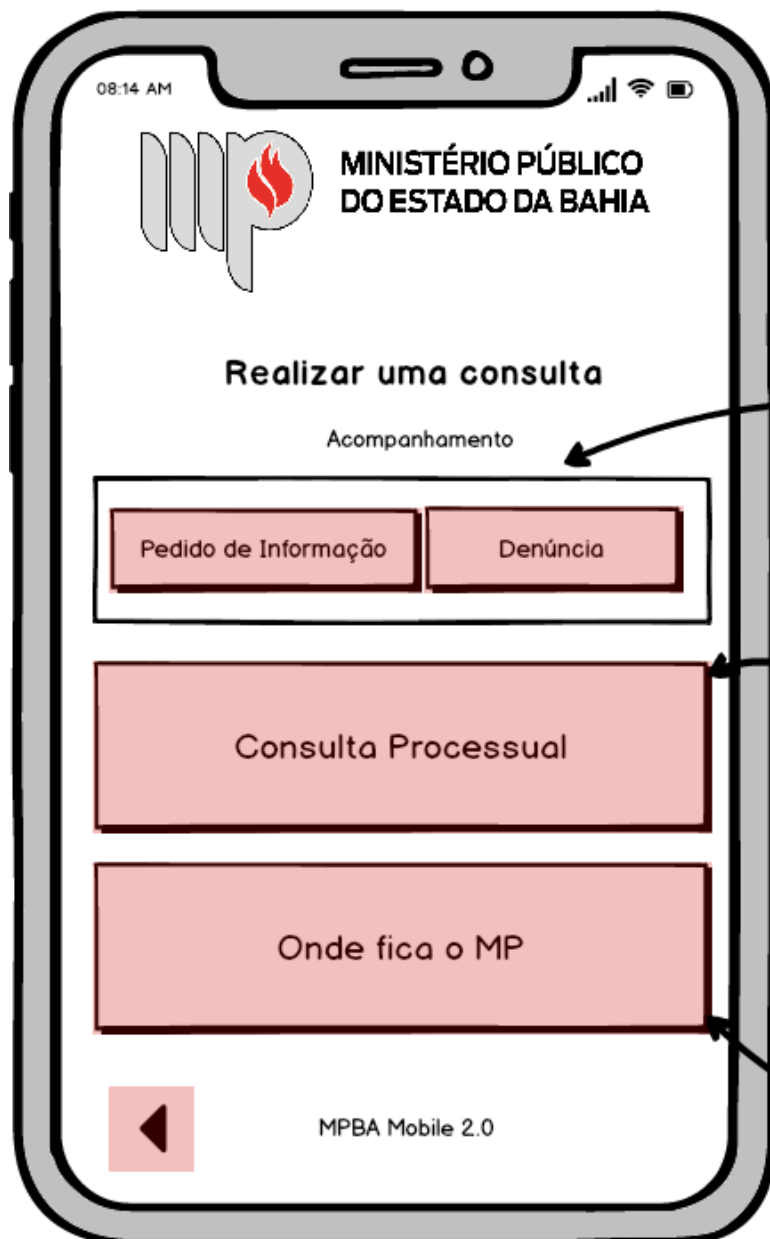


3.3.2. Funcionalidade AJUDA

No app, prever links ou ícones com as redes sociais do MPBA, abrindo aplicativo específico (caso exista instalado no dispositivo) ou navegador WEB padrão do mesmo. Opção para rever a "Introdução ao uso do APP", versão do APP e informações sobre o APP e o telefone para contato com a central de atendimento ao cidadão.



3.3.3. Funcionalidade APLICATIVOS SUGERIDOS
O app deve prever o acionamento de outros aplicativos móveis instalados no dispositivo. Caso o aplicativo não esteja instalado, redirecionar para a respectiva loja e aplicativo para download. Todas configurações e informações devem ser cadastradas no MÓDULO DE APOIO.




Para o "Acompanhamento de Denúncia" e "Acompanhamento de Pedido de Informação", o usuário irá pesquisar através de alguns campos disponíveis.

Para a "Consulta Processual", devem existir os mesmos campos de filtro e informações de retorno utilizados na consulta homônima no site do MPBA (disponível em <http://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx>)

Para "Onde fica o MP", com base na localização atual do usuário, deve exibir mapa com a cidade do MP mais próxima (utilizar APIs de aplicativos de mapas). Além disso, deve ser prevista uma outra opção, inicialmente denominada, "Localizar por cidade" que deverá permitir pesquisar as unidades do MP por cidade.

Ao selecionar a cidade desejada, as informações devem ser dispostas em uma página. Deve ser previsto desenvolvimento de webservice de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA para recuperação das informações a serem exibidas.

08:14 AM



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Consulta Processual

Nº do Processo Instaurado (Nº IDEA)

Nome da parte

Tipo documento

- Selecione -

Documento da parte

Nº do Processo Judicial

Nº referência na origem

Pesquisar

1 registro(s) encontrado (s).

Nº IDEA

590.3.26904/2006

Classe

Notícia de Fato

Órgão/Unidade

Camaçari - 1ª Vara Cível e Comercial

Partes

JOSÉ DA SILVA, ANTONIO SANTANA

Última Movimentação

23/03/2006 09:56 - ATOS COMUNS >
Encaminhamento a Órgão Externo (920024)

+ Detalhes

Exibindo 1/1 registro(s).

<

1

>

MPBA Mobile 2.0

Exibir as opções:

1 - RG
2 - CPF
3 - CNPJ


Inferir máscara no campo (Documento da parte) de acordo com a opção selecionada.

Aceitar somente números e utilizar máscara de formatação: (999.9.99999*/9999).

Aceitar somente números e no padrão CNJ (9999999-99.9999.9.99.9999).

OBS: Ao menos uma opção de filtro deve ser indicada na pesquisa.

08:14 AM



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Consulta Processual - Detalhes

Dados Básicos

Nº IDEA
590.3.26904/2006

Classe
Notícia de Fato

Processos/Procedimentos Relacionados
ND



Órgão/Unidade
Camaçari - 1ª Vara Cível e Comercial


Assuntos
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
> Liquidação / Cumprimento / Execução
> Precatório (10672)

Partes (3)

Nome	Tipo
Município de Alagoinhas	Outros
José	subscritor(a)
Isabel de Lima	Outros

Movimentações (2)

23/04/2002 11:32	ATOS COMUNS > Encaminhamento a Órgão Externo (920024) - Salvador - TJBA - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Responsável: ND Anexos:  
22/04/2002 08:21	ATOS COMUNS > Encaminhamento a Órgão Interno (920025) - Salvador - SGA - Superintendência de Gestão Administrativa - Diretoria Administrativa - Coordenação de Documentação e Arquivo - Protocolo Geral - Sede CAB Responsável: ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO Anexos: ND

MPBA Mobile 2.0

Adicionar um link no Órgão/
Unidade para remeter para
funcionalidade de "Onde fica
o MP" e exibir os detalhes do
órgão/unidade.

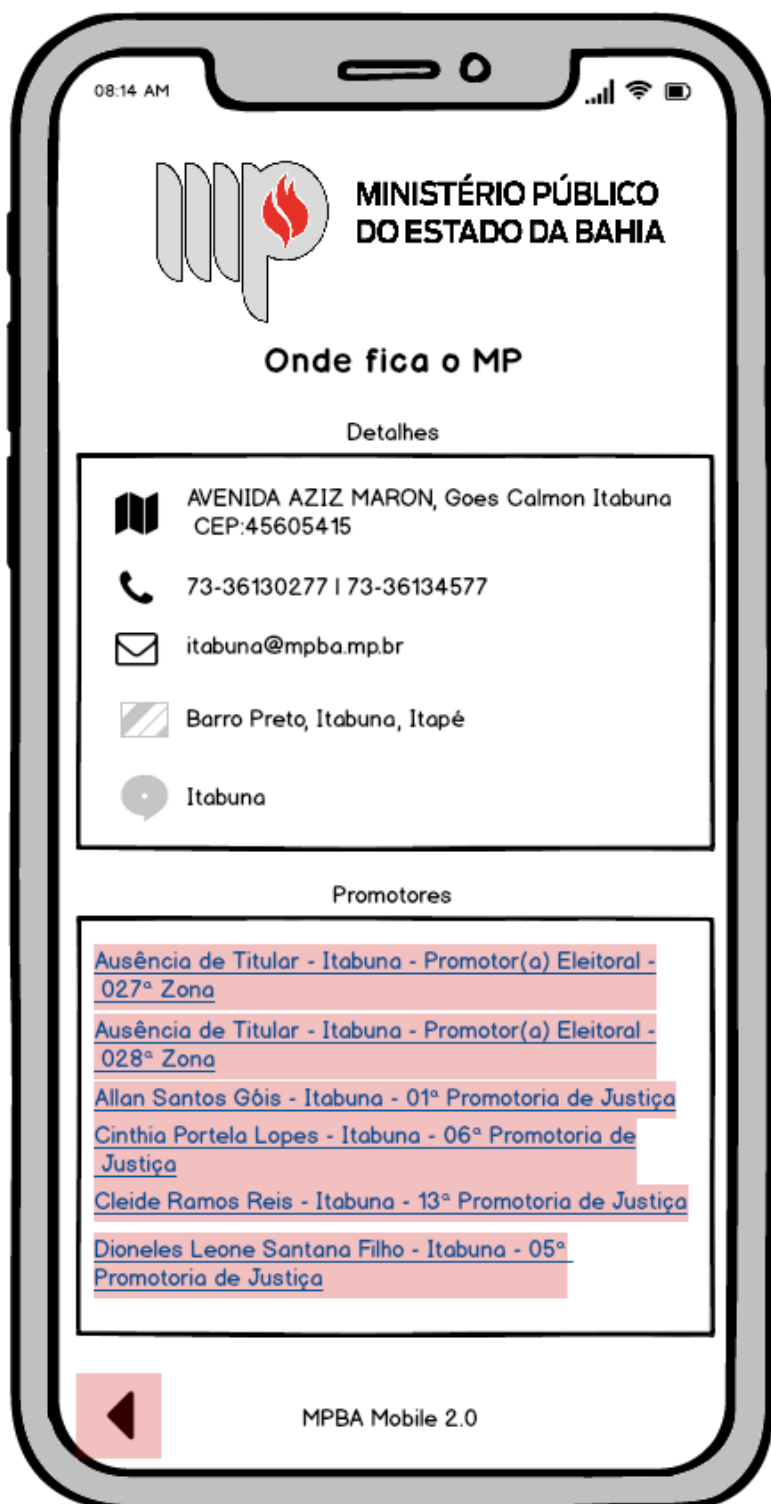


Para "Onde fica o MP", com base na localização atual do usuário, deve exibir mapa com a cidade do MP mais próxima (utilizar APIs de aplicativos de mapas). Além disso, deve ser prevista uma outra opção, inicialmente denominada, "Localizar por cidade" que deverá permitir pesquisar as unidades do MP por cidade.

Ao selecionar a cidade desejada, as informações devem ser dispostas em uma página. Deve ser previsto desenvolvimento de webservice de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA para recuperação das informações a serem exibidas.

Em ambos os casos, deve ser previsto desenvolvimento de webservice de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA. As mesmas regras de acesso existentes nas consultas atuais devem ser implementadas pelo webservice e serão repassadas pelo MPBA para a CONTRATADA.







08:14 AM

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Obter uma Informação

Pessoa *

Física

Jurídica

Nome *

Nome Social

E-mail *

Data de Nascimento

/ /

Sexo

Masculino

Feminino

Profissão

Digite sua pesquisa

Grau de Instrução

- Selecione -

CPF *

Tipo do documento

- Selecione -

Número do documento

Telefone

Celular

CEP

Buscar CEP

Endereço

Estado

- Selecione -

Município

Digite sua pesquisa

Assunto

Especificação do pedido *

Anexar arquivo ?

Escolher arquivo

Tam. máx 30MB.

Enviar

MPBA Mobile 2.0

Exibir alerta na tela logo após o carregamento do formulário e indicar a mensagem abaixo:
"O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC - presta informações contidas em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelo Ministério Público, bem como sobre as atividades exercidas pela Instituição, além de informações pertinentes à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos e outras contidas na Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação."

Opções:
1 - Não alfabetizado
2 - Alfabetizado
3 - Fundamental
4 - Médio
5 - Superior
6 - Pós Graduação
7 - Mestrado
8 - Doutorado


Ao informar o CEP preencher os dados de forma automática.

Permitir múltiplos arquivos. E indicar no ícone de interrogação os tipos permitidos.

Utilizar o google recaptcha v3

ADICIONAR MENSAGEM ACIMA DO BOTÃO ENVIAR:
"Antes de enviar por favor certifique-se do seguinte:
• Todas informações necessárias foram preenchidas corretamente.
• Todas informações estão corretas e livres de erros.
Além dos dados acima, nós registraremos:
• como seu IP
• Data e horário de envio
Campos identificados com "*" são de preenchimento obrigatório"

08:14 AM



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Obter uma Informação

Pessoa *

Física

Jurídica

Nome Fantasia

Razão Social *

CNPJ *

Município Sede

E-mail *

Pessoa de contato

Telefone

Celular

CEP

Buscar CEP

Endereço

Estado

- Selecione -

Município

Digite sua pesquisa

Assunto

Especificação do pedido *

Anexar arquivo ?

Escolher arquivo

Tam. máx 30MB.

Enviar

MPBA Mobile 2.0

Preencher os dados de endereço de forma automática após a informação do CEP

Permitir múltiplos arquivos. E indicar no ícone de interrogação os tipos permitidos.

Utilizar o google recaptcha v3

ADICIONAR MENSAGEM ACIMA DO BOTÃO ENVIAR:

"Antes de enviar por favor certifique-se do seguinte:

Todas informações necessárias foram preenchidas corretamente.

Todas informações estão corretas e livres de erros.

Além dos dados acima, nós registraremos:

como seu IP

Data e horário de envio

Campos identificados com "*" são de preenchimento obrigatório"

Anexo Anexo I - Telas Aplicativo (0133853) SEI 19.09.01970.0012945/2020-60 / pg. 187

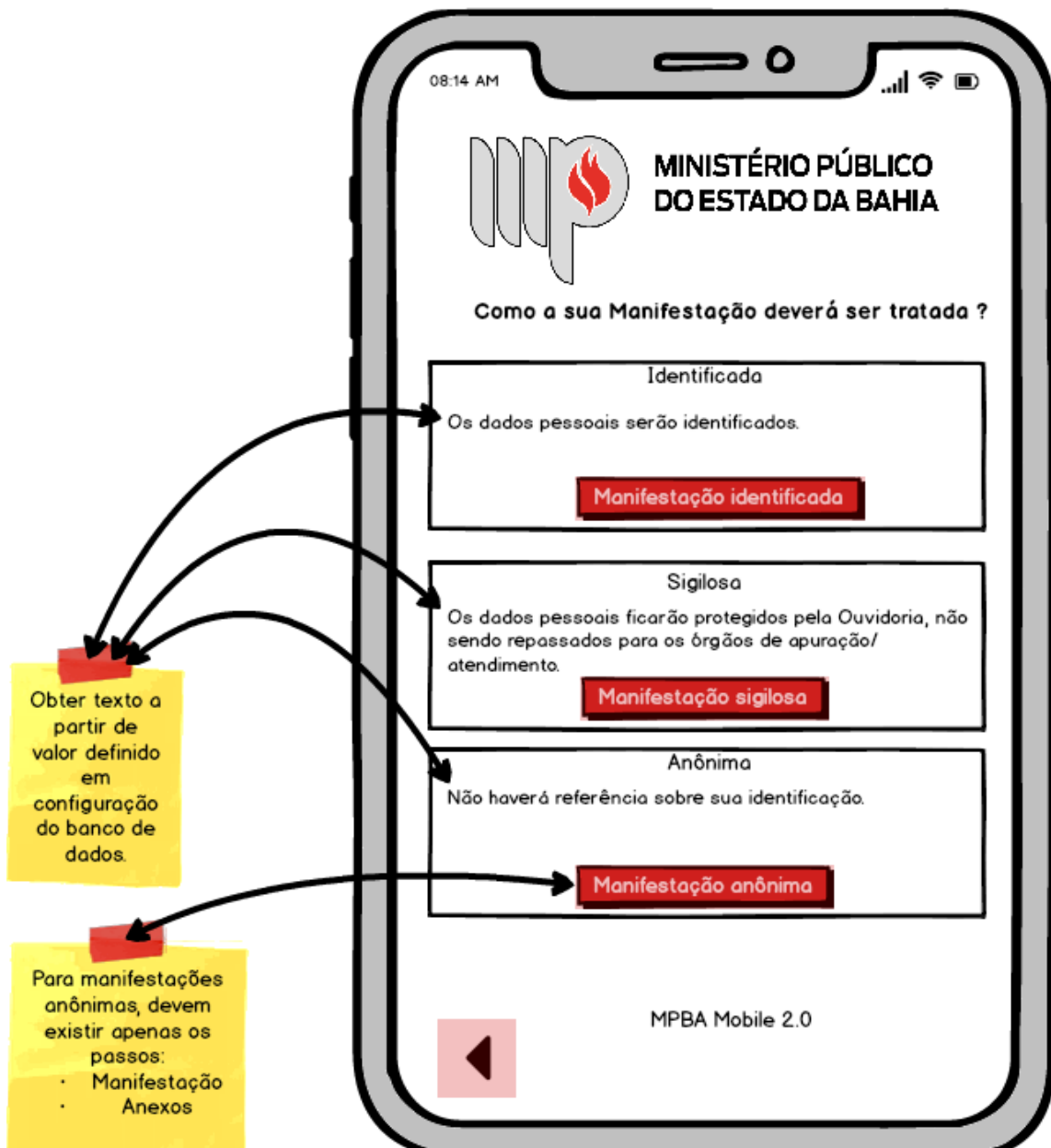


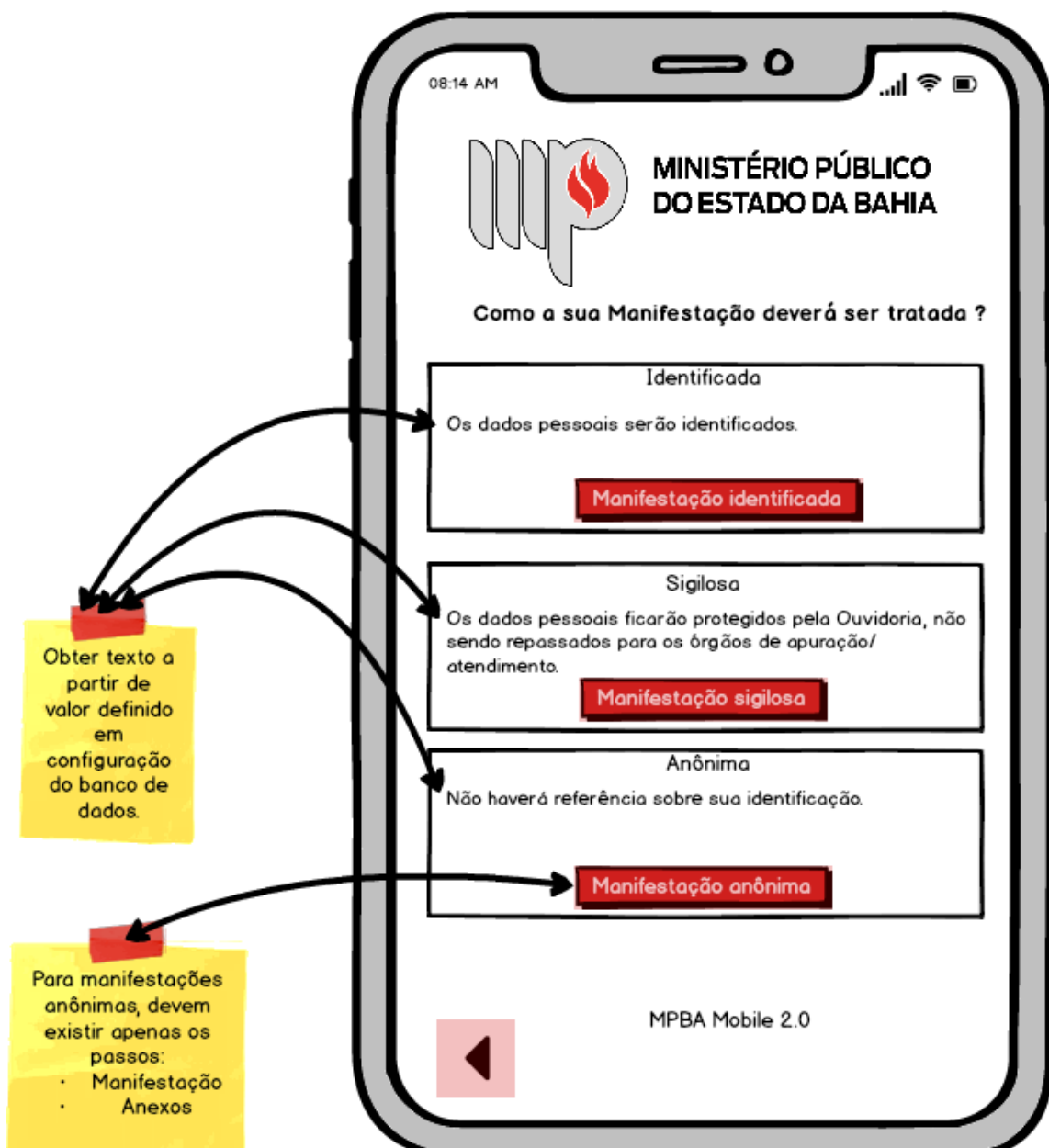




Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.







08:14 AM

MPBA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Manifestação

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Para atender sua manifestação, a Ouvidoria do MPBA poderá ter que encaminhar seus dados pessoais a outros Órgãos da Instituição ou a outros Órgãos Públicos. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, concorda com o encaminhamento?

Não Concordo **Concordo**

UF Município
BA - Selecione -

Complemento

Ponto de Referência

MPBA Mobile 2.0

Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.

FORMULÁRIO – IDENTIFICADA

Aparecer a mensagem: Para atender sua manifestação, a Ouvidoria do MPBA poderá ter que encaminhar seus dados pessoais a outros Órgãos da Instituição ou a outros Órgãos Públicos. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, concorda com o encaminhamento?

08:14 AM

MP **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Manifestação

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Para atender sua manifestação, a Ouvidoria do MPBA poderá ter que encaminhar seus dados pessoais a outros Órgãos da Instituição ou a outros Órgãos Públicos. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, concorda com o encaminhamento?

Não Concordo **Concordo**

UF Município
BA - Selecione -

Complemento

Ponto de Referência

MPBA Mobile 2.0

Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.

FORMULÁRIO – IDENTIFICADA

Aparecer a mensagem: Para atender sua manifestação, a Ouvidoria do MPBA poderá ter que encaminhar seus dados pessoais a outros Órgãos da Instituição ou a outros Órgãos Públicos. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, concorda com o encaminhamento?

The screenshot shows the 'Manifestação' screen of the MPBA Mobile 2.0 application. At the top, the status bar shows 08:14 AM and signal icons. The app header features the MP logo and the text 'MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA'. Below the header, the title 'Manifestação' is centered. A navigation bar contains three tabs: '(1) Manifestação', '(2) Identificação', and '(3) Anexos'. The main content area displays a warning message: 'ATENÇÃO: Para garantir o sigilo, não coloque seu nome no teor da manifestação ou em qualquer outro lugar, além da tela de identificação.' Below the message is an 'OK' button. A yellow sticky note with a red tab is attached to the left side of the screen, with an arrow pointing to the warning text. The sticky note contains the text: 'Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.' Below the warning, there are several input fields: a large text area, a 'Número' field, a 'Bairro' field, a 'UF' dropdown menu (showing 'BA'), a 'Município' dropdown menu (showing '- Selecione -'), a 'Complemento' field, and a 'Ponto de Referência' field. At the bottom, there is a back arrow button and the text 'MPBA Mobile 2.0'.

08:14 AM

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Manifestação

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

ATENÇÃO: Para garantir o sigilo, não coloque seu nome no teor da manifestação ou em qualquer outro lugar, além da tela de identificação.

OK

Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.

Número Bairro

UF Município


BA - Selecione -

Complemento

Ponto de Referência

MPBA Mobile 2.0

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Manifestação

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

ATENÇÃO: Para garantir o sigilo, não coloque seu nome no teor da manifestação ou em qualquer outro lugar, além da tela de identificação.

OK

Número Bairro

UF Município

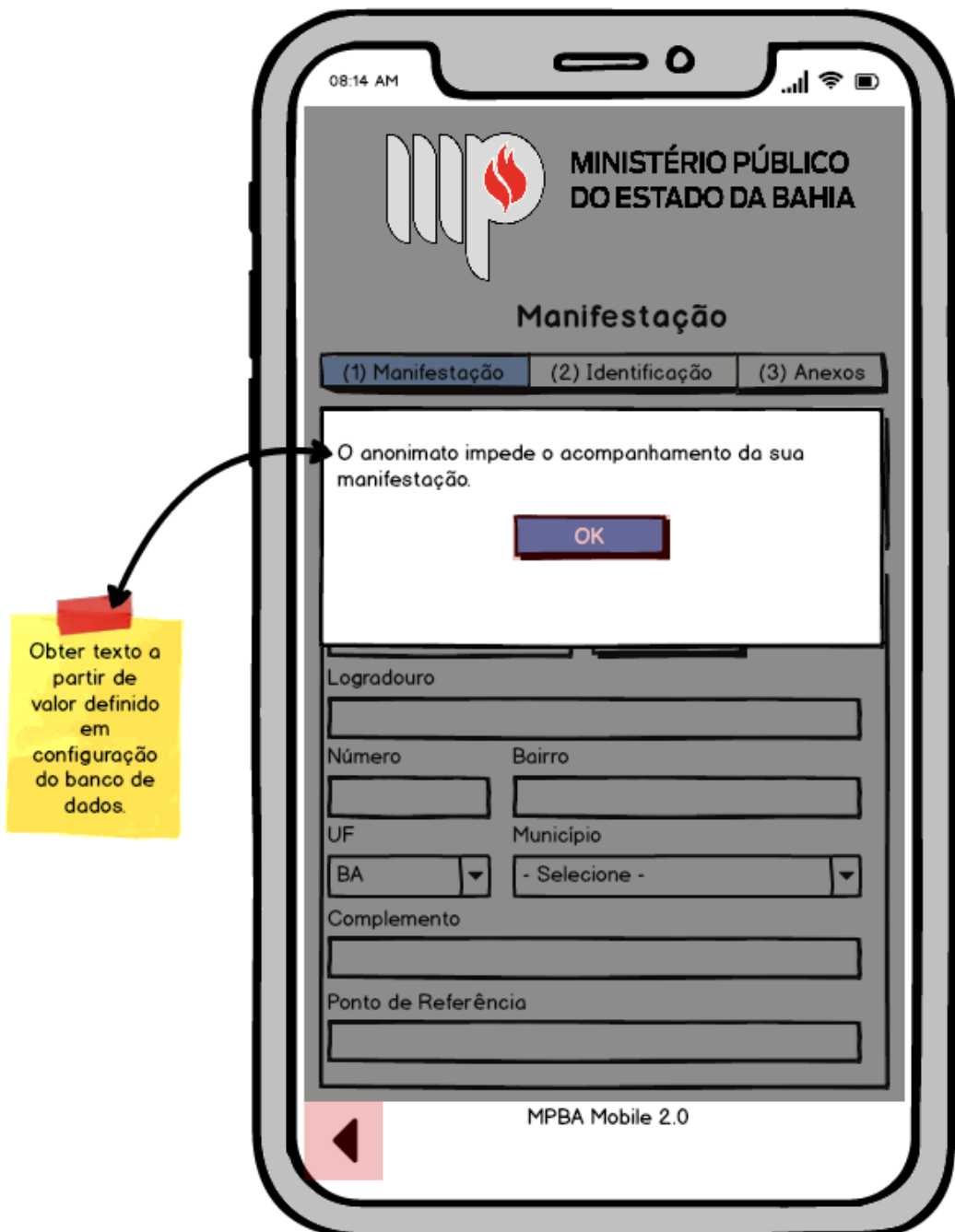
BA - Selecione -

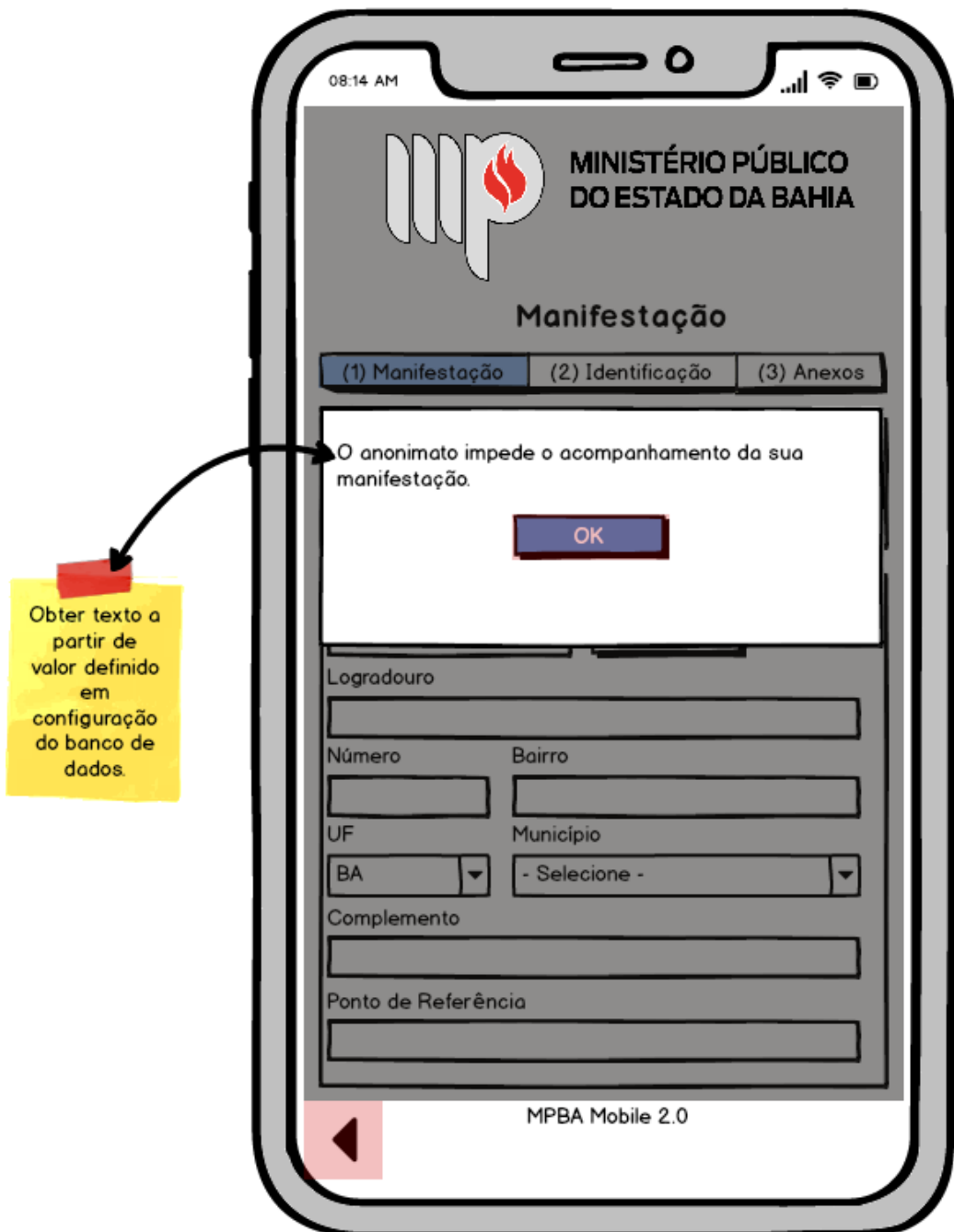
Complemento

Ponto de Referência

MPBA Mobile 2.0

Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.





08:14 AM

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Ouvidoria

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Tipo da Manifestação: ☐ Reclamação ☐ Crítica

Quando ocorreu ?

Data do fato descrito *

/ /

Onde ocorreu ?

CEP

Buscar CEP

Logradouro

Número

Bairro

UF

Município *

BA

Digite sua pesquisa

Complemento

O que aconteceu ?

Indique as pessoas envolvidas

Conte-nos o que aconteceu *

O que espera da atuação da Ouvidoria ?

< Anterior

Próximo >

MPBA Mobile 2.0

Selecionar de forma automática o tipo da manifestação conforme selecionado no passo anterior.

Ao acionar o botão preencher os dados de endereço de forma automática.

Botão que permite a adição vários envolvidos.

08:14 AM

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Ouvidoria

Tipo

Pessoa

Nome

E-mail

Telefone

CPF/CNPJ

Descreva a sua manifestação *

MPBA Mobile 2.0

Para Elogio/Sugestão do tipo "Identificado" e "Sigiloso" obrigar a informação dos campos:


- 1 - Nome
- 2 - CPF / CNPJ
- 3 - E-mail

Para o anônimo ocultar os campos de identificação (Pessoa, Nome, e-mail, telefone, CPF/CNPJ).

Adicionar máscara no campo de acordo com o tipo de pessoa selecionado.

Ao acionar o botão "Enviar" disparar e-mail para Ouvidoria com os dados do elogio/sugestão e para o Cidadão indicando o protocolo gerado.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Ouvidoria

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Dados do interessado

Pessoa

Física Jurídica

Nome *

Como você gostaria de ser chamado ?

Data de Nascimento * Sexo

/ / Masculino Feminino

CPF * Profissão

- Selecione -

Endereço do Interessado

CEP

Buscar CEP

Logradouro

Número Complemento

UF Município

BA Digite sua pesquisa

Bairro


Contato do Interessado

Telefone/Celular

E-mail *

< Anterior

Próximo >




MPBA Mobile 2.0

Ao acionar o botão, preencher os dados de endereço de forma automática.

Utilizar google recaptcha v3

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Ouvidoria

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Dados do interessado

Pessoa

Física Jurídica

Razão Social *

Nome Fantasia

CNPJ *

Endereço do Interessado

CEP

Buscar CEP

Logradouro

Número Complemento

UF Município

BA Digite sua pesquisa

Bairro


Contato do Interessado

Telefone/Celular

E-mail *

< Anterior

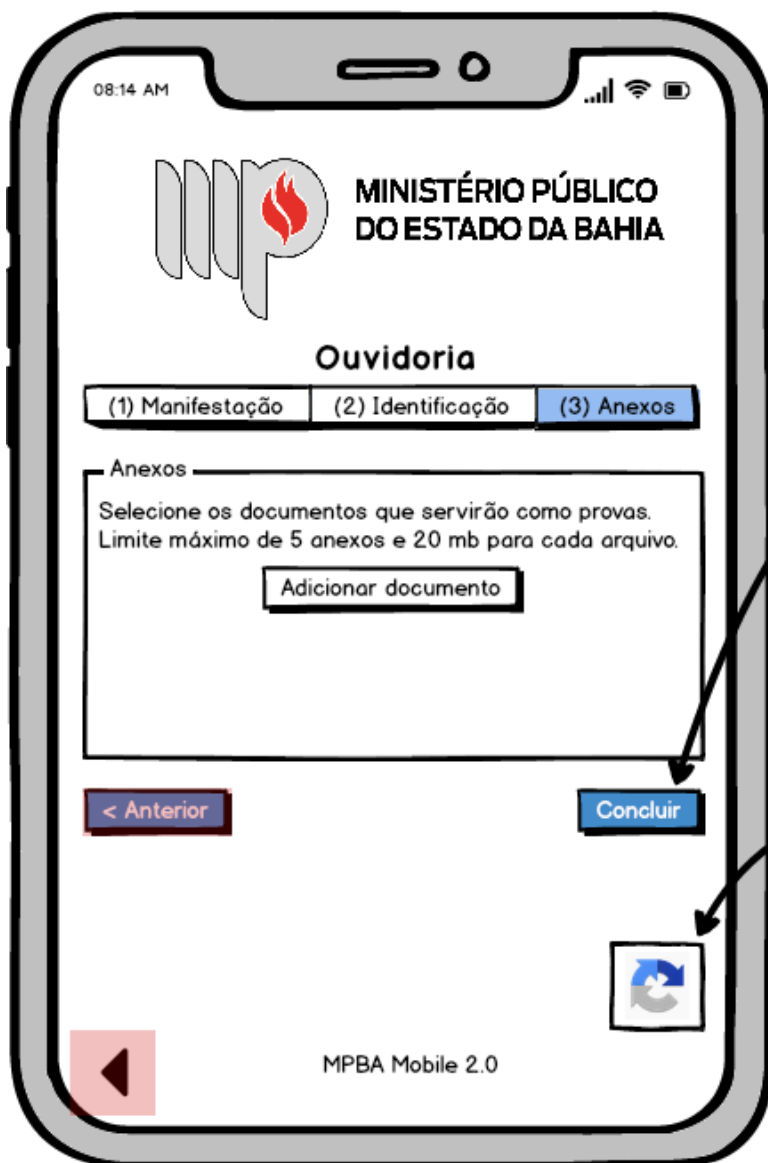
Próximo >



MPBA Mobile 2.0

Ao acionar o botão, preencher os dados de endereço de forma automática.

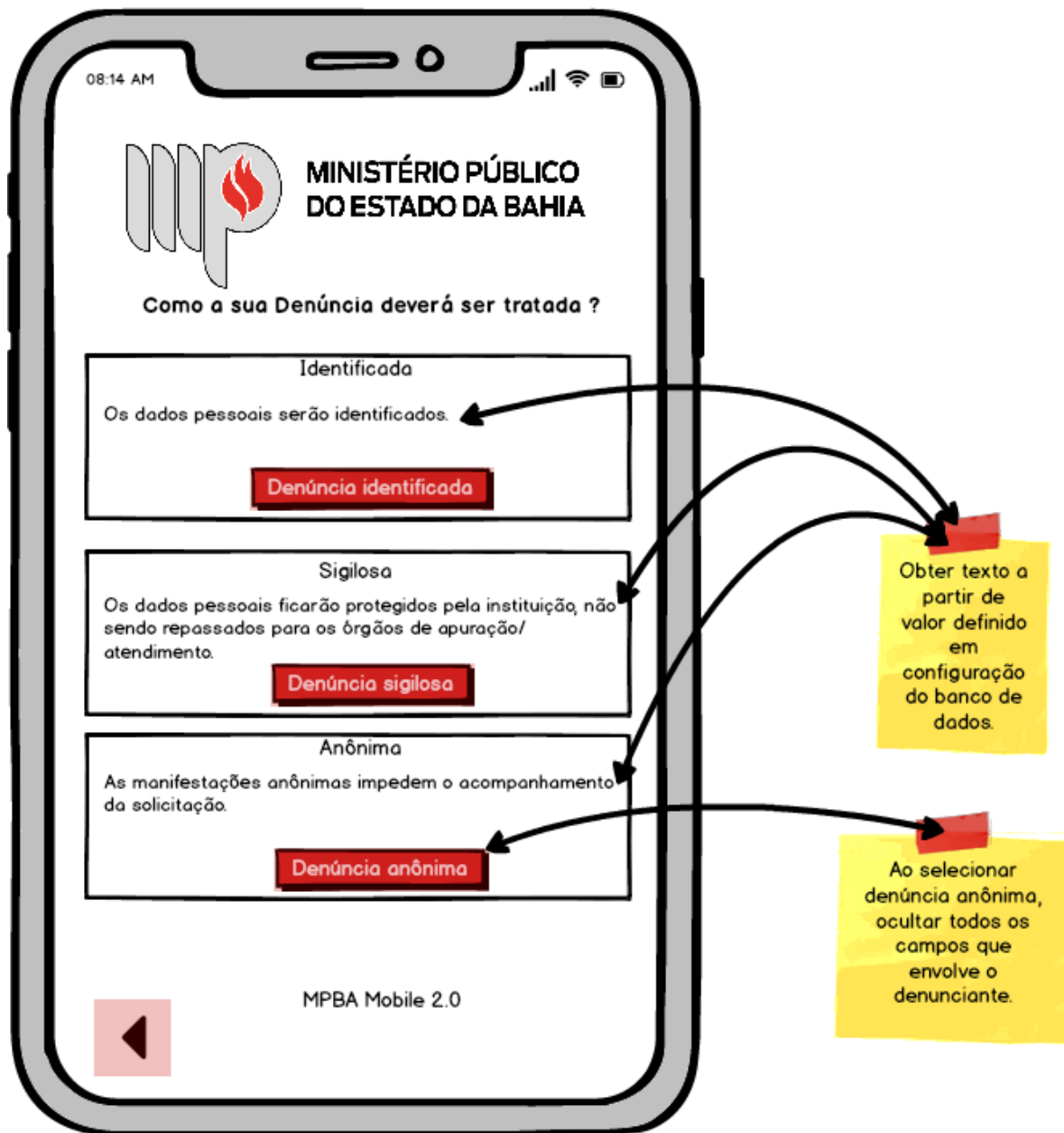
Utilizar google recaptcha v3



Exibir alerta para o usuário indicado o sucesso/erro com o motivo.

Em caso de sucesso enviar SMS com o número de protocolo gerado e exibir no modal de alerta.

Utilizar google recaptcha v3









08:14 AM

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Fazer uma Denúncia

Nome *

E-mail *

Telefone
Opcional para acompanhamento via SMS.

CPF *

Área *
- Selecione -

Local da Irregularidade *

Conte o que aconteceu *

O que você espera da atuação do MP

Anexar arquivo ?
Escolher arquivo
Tam. máx 30MB.

Enviar

MPBA Mobile 2.0

Opções:
1 - Cível
2 - Criança e Adolescente
3 - Criminal
4 - Consumidor
5 - Direitos Humanos
6 - Educação
7 - Eleitoral
8 - Meio Ambiente
9 - Moralidade Administrativa
10 - Saúde
11 - Segurança Pública


Caso a denúncia seja anônima, ocultar/remover os campos: Nome, e-mail, telefone e CPF.

Ao clicar no botão enviar, disparar um e-mail e SMS (caso seja informado Telefone) indicando sobre o registro da denúncia e indicando o número de protocolo gerado.

Utilizar o Google Recaptcha V3.0

Permitir múltiplos arquivos e no ícone de interrogação indicar os tipos permitidos.

08:14 AM


 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Acompanhar a Denúncia

CPF *


Protocolo *

Pesquisar

Área: Saúde
Assunto: Vacina da COVID-19
Procedimento Instaurado: 123.9.12345/2021 

Movimentações

22/04/2002 08:21	Foi instaurado procedimento para apuração do fato. A partir daqui acompanhe na consulta processual. Procedimento Instaurado: 123.9.12345/2021
21/04/2002 11:32	Denuncio vereador da minha cidade que vacinou familiares que não eram grupo de risco.

 MPBA Mobile 2.0


Remeter o usuário para tela de consulta processual.

As movimentações representam o retorno via e-mail e/ou via tela de apoio web.

A primeira movimentação deve ser a denúncia do cidadão.

Ordenação da timeline: Decrescente de acordo com a data da movimentação.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Acompanhamento de Pedido Informação

Pessoa *

☐ Física ☐ Jurídica

CPF/CNPJ *


Protocolo *

Pesquisar

Assunto: Violência Doméstica


Movimentações

22/04/2002 08:21	Foi instaurado procedimento para apuração do fato. A partir daqui acompanhe na consulta processual. Procedimento Instaurado: 123.9.12345/2021
21/04/2002 11:32	Recebido a denúncia e encaminhada para a promotoria 1ª Promotoria de Feira de Santana.

 **MPBA Mobile 2.0**

As movimentações representam o retorno via e-mail e/ou via tela de apoio web.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Acompanhamento de Manifestação

Pessoa *

☐ Física ☐ Jurídica

CPF/CNPJ *


Protocolo *

Pesquisar

Assunto: Violência Doméstica

Movimentações

22/04/2002 08:21	Foi instaurado procedimento para apuração do fato. A partir daqui acompanhe na consulta processual. Procedimento Instaurado: 123.9.12345/2021
21/04/2002 11:32	Recebido a denúncia e encaminhada para a promotoria 1ª Promotoria de Feira de Santana.


 **MPBA Mobile 2.0**

As movimentações representam o retorno via e-mail e/ou via tela de apoio web.

A Web Page

← → × ↗

<https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br> 🔍

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Cadastro de redes sociais

Nome da rede social


Ícone da rede social

URL da rede social

Ativo ? ☐ Sim ☐ Não

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Cadastro de configurações

Chave da Configuração

Valor da Configuração

Descrição da Configuração


Salvar

Telas para salvar as configurações do sistema/ aplicativo.

Ex: Tempo da tela de splash, Número da versão do aplicativo, tel. da central de atendimento ao cidadão e etc.

A Web Page

← → × 🏠 🔍

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Cadastro de aplicativos sugeridos

Nome do aplicativo


Ícone do aplicativo

URL loja Android URL loja IOS

Ativo ? ☐ Sim ☐ Não

A Web Page

← → × ↵ 🔍

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Cadastro de Área de atuação


Nome da área de atuação

Ativo ? ☐ Sim ☐ Não

A Web Page

← → × ↗

<https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br> 🔍

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Cadastro de Imagens

Nome da imagem


Link da imagem

Ativo ? ☐ Sim ☐ Não

Imagem

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Denúncias registradas

Protocolo Nome CPF Área

- Selecione -

Filtrar

Exportar PDF Exportar Excel

Nome	E-mail	Telefone	CPF	Área	Situação	Ações
						Visualizar Responder

Página 1 de 10 em um total de 20 registros

Exibindo 10 registros por página

< 1 2 3 4 5 >

Exibir campo somente para o perfil Super admin.

Filtrar os dados da tela de acordo com a área de atuação do usuário logado (Perfil gestor área).

Abrir tela em modal para visualizar os dados da denúncia.

Exibir historico das interações realizadas no protocolo.

Possibilitar a edição da área indicada pelo cidadão.

Exibir tela modal com campo para resposta.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Visualização da Denúncia

Dados do Cidadão

Nome: ██████████

E-mail: ██████████

Telefone: ██████████

CPF: ██████████


Área:


Local da irregularidade: ██████████


Conte o que aconteceu: ██████████

O que espera da atuação do MP: ██████████

Anexos enviados (3)

 Documento.pdf (500kb)

 Imagem.jpeg (100kb)

 Video.mp4 (20MB)

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Possibilitar o ajuste da área de atuação.

Indicar os dados registrados pelo cidadão e área de apoio, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário da ocorrência.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da área de apoio).
- 3 - Descrição/retorno.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Responder ao Cidadão

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Formulário de resposta ao cidadão

Nº do procedimento instaurado

Mensagem de retorno:

Responder

Indicar os dados registrados pelo cidadão e área de apoio, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário da ocorrência.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da área de apoio).
- 3 - Descrição/retorno.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Protocollo

Nome/Razão Social

Nº do Documento

Tipo Manifestação

Tratamento Manifestação

Período de manifestação

Filtrar

Exportar PDF

Exportar Excel

[illegible]

Página 1 de 10 em um total de 20 registros

Exibindo 10 registros por página

< 1 2 3 4 5 >

Abrir tela em modal para visualizar os dados da manifestação.

Exibir historico das
interações realizadas no
protocolo.

Exibir tela modal com campo para resposta.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Responder ao Cidadão

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Formulário de resposta ao cidadão

Nº de registro da manifestação

Mensagem de retorno:

Responder

Indicar os dados registrados pelo cidadão e área de apoio, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário da ocorrência.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da área de apoio).
- 3 - Descrição/retorno.

Campo não obrigatório para o servidor da Ouvidoria indicar o número do sistema de destino (Ex: Nº de protocolo gerado pelo sistema TAG), para que o cidadão possa ser redirecionado no aplicativo.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO
Visualização da Manifestação

Dados do Cidadão

Tipo Manifestação: Sugestão

Tratamento Manifestação: Identificado

Data Ocorrência: 12/05/2021

Onde ocorreu: [Redacted]

O que aconteceu: [Redacted]

Como deseja a resposta: E-mail

Pessoa: Física

Nome: [Redacted]

CPF: [Redacted]

Anexos enviados (3)

Documento.pdf (500kb) [Baixar]

Imagem.jpeg (100kb) [Baixar]

Video.mp4 (20MB) [Baixar]

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Exibir todos os dados presentes no formulário "Fazer uma denúncia" no aplicativo.

Indicar os dados registrados pelo cidadão e área de apoio, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário da ocorrência.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da área de apoio).
- 3 - Descrição/retorno.



A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Visualização de Pedido de Informação

Dados do Cidadão

Pessoa: Física

Nome: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

E-mail: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Data de Nascimento: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Sexo: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Profissão: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Grau de Instrução: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

CPF/CNPJ: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Tipo do documento: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Anexos enviados (3)

Documento.pdf (500kb) Baixar

Imagem.jpeg (100kb) Baixar

Video.mp4 (20MB) Baixar

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Exibir todos os dados presentes no formulário "Obter uma informação" no aplicativo.

Indicar os dados registrados pelo cidadão e Ouvidoria, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário do pedido/retorno.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da Ouvidoria).
- 3 - Descrição/retorno.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Responder ao Cidadão

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Formulário de resposta ao cidadão

Mensagem de retorno:

Responder

Indicar os dados registrados pelo cidadão e Ouvidoria, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário do pedido/retorno.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da Ouvidoria).
- 3 - Descrição/retorno.



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ???					
Órgão/Entidade 4.40 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA					
OBJETO: Contratação de serviços de tecnologia da informação para DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL (APP), MÓDULO DE APOIO WEB e WEB SERVICES DE COMUNICAÇÃO, incluindo sua documentação, para o Ministério Público do Estado da Bahia MPBA).					
DADOS DO FORNECEDOR:					
RAZÃO SOCIAL:					
NOME FANTASIA:		CNPJ/CPF:			
ENDEREÇO:		UF:		CEP:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:		INSCRIÇÃO MUNICIPAL:			
TELEFONE COMERCIAL:		E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:		Nº TEL/CEL C/ DDD	
DADOS PARA PAGAMENTO					
BANCO:		AGÊNCIA:		Nº CONTA CORRENTE:	
LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quantidade estimada	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
1	Desenvolvimento de aplicativo móvel (app), módulo de apoio Web e Web Services de comunicação, incluindo sua documentação.	PF	350	???	???
	VALOR GLOBAL EM R\$???
OBSERVAÇÕES					
1 - As condições de recebimento do objeto, do gerenciamento, da fiscalização do instrumento contratual, do reajustamento e da revisão de preços, do regime e da forma de execução, do pagamento, da fiscalização e da rescisão contratual entre outras condições, estão estabelecidas no Termo de Referência.					
2 - Todas as despesas diretas e indiretas para a prestação dos serviços objeto desta proposta serão considerados como inclusos na proposta.					
3 - Todas as horas de manutenção evolutivas e as de repasse de conhecimento para a equipe técnica do MPBA, totalizando 170 horas, serão consideradas como inclusas na proposta. <ul style="list-style-type: none">• Para manutenções evolutivas: 150 horas;• Repasse de conhecimento para a equipe técnica do MPBA: 20 horas;					
4 - Validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias.					

Meta

Digital. Simple. Human.

PROPOSTA MPBA Cotação para Desenvolvimento de Sistemas

DocuSigned by:

Claudio Correa Carrara

Assinado por: CLAUDIO CORREA CARRARA-80559047053

CPF: 80559047053

Papel: Diretor Vice-Presidente de Gestão e Pessoas

Data/Hora da Assinatura: 5/26/2021 11:45:05 PM PDT

ICP-Brasil

4002515A9FC843FAPC312BBE74617B63

www.meta.com.br

Órgão/Entidade 4.40 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

OBJETO: Contratação de serviços de tecnologia da informação para DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL (APP), MÓDULO DE APOIO WEB e WEB SERVICES DE COMUNICAÇÃO, incluindo sua documentação, para o Ministério Público do Estado da Bahia MPBA).

DADOS DO FORNECEDOR:

RAZÃO SOCIAL: META SERVICOS EM INFORMATICA S/A

CNPJ: 850.951.250-72

ENDEREÇO: AL RIO NEGRO N. 1030 – BAIRRO ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL | BARUERI UF: SP

CEP: 06.454-000

INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 4.43180-1

TELEFONE COMERCIAL: 11 2101-1300 | 51 98540-2248

E-MAIL: juridico@meta.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: Claudio Correa Carrara

CPF: 605.590.470-53

Nº TEL: 51 2101-1300

DocuSigned by:
 Claudio Correa Carrara
 Assinado por: CLAUDIO CORREA CARRARA.60559047053
 CPF: 60559047053
 Papel: Diretor Vice-Presidente de Gestão e Pessoas
 Data/Hora da Assinatura: 5/26/2021 11:47:01 PM PDT


 4002515A9FC843FA9C312BBE74617B63

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quantidade estimada	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
1	Desenvolvimento de aplicativo móvel (app), módulo de apoio Web e Web Services de comunicação, incluindo sua documentação.	PF	350	R\$ 1.314,46	R\$ 460.061,00
VALOR GLOBAL EM R\$:				R\$	460.061,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

Meta

Digital. Simple. Human.

DocuSigned by:
Claudio Correa Carrara
Assinado por: CLAUDIO CORREA CARRARA 60559047053
CPF: 60559047053
Papel: Diretor Vice-Presidente de Gestão e Pessoas
Data/Hora da Assinatura: 5/28/2021 | 1:47:05 PM PDT

4002515A9FC843FABC312BBE74617B63

Certificate Of Completion

Envelope Id: AE26D1AEC3AF44A281A6E086CBAE2FAF

Status: Completed

Subject: Please DocuSign: MPBA - PROPOSTA.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 3

Signatures: 3

Envelope Originator:

Certificate Pages: 1

Initials: 0

Felipe Chiva Querol

AutoNav: Enabled

AV THEODOMIRO PORTO DA FONSECA 3101,

Enveloped Stamping: Enabled

EDIF 08

Time Zone: (UTC-08:00) Pacific Time (US & Canada)

SAO LEOPOLDO, 93.022-715

felipe.querol@meta.com.br

IP Address: 189.6.244.197

Record Tracking

Status: Original

Holder: Felipe Chiva Querol

Location: DocuSign

5/26/2021 1:36:06 PM

felipe.querol@meta.com.br

Signer Events

Claudio Correa Carrara

juridico@meta.com.br

Director Vice-President

META SERVICOS EM INFORMATICA S/A

Security Level: Email, Account Authentication
(None), Digital Certificate**Signature**

DocuSigned by:



4002515A9FC843F...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 187.84.199.30

Timestamp

Sent: 5/26/2021 1:37:25 PM

Viewed: 5/26/2021 1:45:04 PM

Signed: 5/26/2021 1:47:10 PM

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SAFEWEB RFB v5

Signer CPF: 60559047053

Signer Role: Diretor Vice-Presidente de Gestão
e Pessoas**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Not Offered via DocuSign

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp****Witness Events****Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Sent

Hashed/Encrypted

5/26/2021 1:37:25 PM

Certified Delivered

Security Checked

5/26/2021 1:45:04 PM

Signing Complete

Security Checked

5/26/2021 1:47:10 PM

Completed

Security Checked

5/26/2021 1:47:10 PM

Payment Events**Status****Timestamps**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MP-BA

COTAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL, MÓDULO DE APOIO WEB E WEBSERVICES DE COMUNICAÇÃO



COTAÇÃO DE PREÇOS

Versão 1.0

Sumário

Sumário	2
Termo de Abertura	3
Controle do Documento	4
1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	5
2. OBJETO	6
3. COTAÇÃO DE PREÇOS	6
4. VALIDADE DA COTAÇÃO	6
Termo de Encerramento	7

Termo de Abertura

Brasília/DF, 25 de maio de 2021.

Ao Ministério Público do Estado da Bahia – MP-BA

Ref.: Solicitação de cotação de preços para contratação de serviços de tecnologia da informação para desenvolvimento de aplicativo móvel (APP), módulo de apoio web e webservices de comunicação

Prezados(as) Senhores(as),

A Basis Tecnologia da Informação S.A. vem, pela presente, apresentar sua cotação de preços referente a serviços voltados à área de Tecnologia da Informação, para atender as demandas do Ministério Público do Estado da Bahia – MP-BA.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,



Antonio Miguel Negrelli
Diretor

Controle do Documento

Histórico de Versões

Data	Versão	Descrição	Autor	Revisor
25/05/2021	1.0	Elaboração de Cotação de Preços	Odília Fernandes	Mateus Negrelli

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Sede na cidade de Brasília/DF, SCS Quadra 08, Venâncio Shopping, Bloco B-50, 8º andar, Salas 824 a 842 (pares), CEP: 70.333-900

Telefone: (61) 3224-1661

CNPJ/MF sob o nº 11.777.162/0001-57

Inscrição Estadual: CF/DF 07.605.969/001-10

Inscrição Municipal: ISENTO

E-mail: comercial@basis.com.br

2. OBJETO

Prestação de serviços de tecnologia da informação para desenvolvimento de aplicativo móvel (APP), módulo de apoio web e webservices de comunicação, incluindo sua documentação, para o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

3. COTAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (APP), Módulo de Apoio Web e Web Services de comunicação, incluindo sua documentação.	Ponto de Função - PF	350	980,00	343.000,00

Valor unitário: R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais).

Valor total: R\$ 343.000,00 (trezentos e quarenta e três mil reais).

Nos preços acima estão inclusos todos os impostos, taxas, tributos, encargos sociais, seguro, etc.

4. VALIDADE DA COTAÇÃO

Esta cotação é válida pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu recebimento.

Termo de Encerramento

Brasília/DF, 25 de maio de 2021.

Ao Ministério Público do Estado da Bahia – MP-BA

Ref.: Solicitação de cotação de preços para contratação de serviços de tecnologia da informação para desenvolvimento de aplicativo móvel (APP), módulo de apoio web e webservices de comunicação

Prezados(as) Senhores(as),

A Basis Tecnologia da Informação S.A. vem, pela presente, encerrar sua cotação de preços referente a serviços voltados à área de Tecnologia da Informação, para atender as demandas do Ministério Público do Estado da Bahia – MP-BA.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,



Antonio Miguel Negrelli
Diretor

Salvador, 24 de Maio de 2021

Alex Nério de Andrade Bomfim

Ministério Público do Estado da Bahia

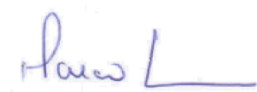
Assunto:

Proposta Orçamentária para contratação de serviços de tecnologia da informação para DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL1 (APP), MÓDULO DE APOIO WEB e WEBSERVICES DE COMUNICAÇÃO, incluindo sua documentação, para o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

Prezado,

Segue abaixo nossa Proposta Orçamentária para compor o processo licitatório associado, informando ainda que a validade é de 90 (noventa) dias.

Cordialmente,



Marco Césare
marco.cesare@solutis.com.br
www.solutis.com.br

PROponente		
Razão Social SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA	Endereço Av. Tancredo Neves, 1.186, Edif. Catabas Center, 8º andar, Caminho das Árvores, Salvador – BA, CEP: 41.820-020	
CNPJ 12.023.465/0001-47	Inscrição Estadual 088.172.743	Inscrição Municipal 342.181/001 – 53
Responsáveis pela assinatura do contrato Marco Césare Braga Pereira – Casado – Advogado – Diretor - CPF: 349.526.675-53		
Banco para depósito: BRADESCO	Agência (Praça) 2864-9	Conta Corrente 16.067-9
Informações da Proposta		
Validade da Proposta Essa proposta é válida por 90 (noventa) dias a partir da data do seu envio.		

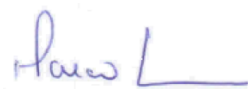
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Unitário	Valor Total
1	Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (app), Módulo de Apoio Web e Web Services de comunicação, incluindo sua documentação.	PF	350	R\$ 985,00	R\$ 344.750,00
Valor Total (R\$)					R\$ 344.750,00

Todas as despesas diretas e indiretas para a prestação dos serviços objeto desta proposta serão considerados como inclusos na proposta.

Todas as horas de manutenção evolutivas e as de repasse de conhecimento para a equipe técnica do MPBA, totalizando 170 horas, serão consideradas como inclusas na proposta.

- Para manutenções evolutivas: 150 horas;
- Repasse de conhecimento para a equipe técnica do MPBA: 20 horas;

Cordialmente,



Marco Césare
marco.cesare@solutis.com.br
www.solutis.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 047/2020 – SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, e a **EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A**, CNPJ nº. 93.655.173/0001-29, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Alameda Tocantins, nº75, Conjunto 905, Condomínio West Gate, Bairro Alphaville Industrial, Barueri, São Paulo, representada por seus administradores, Sr. **Cláudio Correa Carrara**, inscrito no CPF/MF sob o número 605.590.470-53, e Sr. **Telmo Netto Costa Junior**, inscrito no CPF/MF sob o número 605.021.500-68, **CELEBRAM** o presente Contrato, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no Edital de Licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2020, tipo menor preço, protocolado sob o nº 003.042122/2019 o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação, na modalidade fábrica de software, compreendendo serviços de planejamento, documentação, desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas da informação, pesquisa e inovação tecnológica, plantão e sobreaviso, dimensionados por meio da técnica de Análise de Pontos de Função – APF, de acordo com as especificações, condições, métricas e os níveis mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos neste instrumento e no edital do certame licitatório correspondente, em especial no que se refere ao seu **ANEXO IV**;

1.2 Incluem-se ainda no objeto contratual todas as despesas e custos necessários à plena execução do objeto, tais como aquelas relativas a insumos, mobiliários, equipamentos, softwares, deslocamentos e mão de obra especializada para a execução dos serviços;

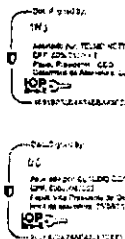
1.3 Os Níveis Mínimos de Serviços estabelecidos como parâmetro para este contrato compõem o **ANEXO IV do edital do certame**, o qual define regras, conceitos e parâmetros de aceitação e mensuração da entrega dos serviços objeto da contratação, indicadores de desempenho, além de estabelecer prazos de atendimento e/ou execução;

1.4 Incluem-se no objeto deste instrumento, ainda, todas as disposições relativas ao objeto, sua mensuração e características, constantes do Edital do certame referido no preâmbulo deste instrumento, em especial no Roteiro de Métricas para Desenvolvimento de Software – **ANEXO IV do edital do certame**, bem como a relação de sistemas e respectivo tamanho funcional, a serem observados durante a execução contratual;

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO E DIRETRIZES PARA SUA EXECUÇÃO

SEÇÃO I – ESCOPO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços contratados compreendem as atividades de planejamento de projeto; levantamento e especificação de requisitos; análise e projeto de sistemas; elaboração e atualização de documentação; codificação, especificação e execução de testes de sistema de informação; elaboração e atualização de manuais de usuário; manutenção corretiva; manutenção evolutiva; manutenção adaptativa; manutenção cosmética; atendimento e suporte; migração de dados; apurações especiais e desenvolvimento de rotinas



1/65

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

operacionais; pesquisa e inovação tecnológica; no contexto de sistemas novos ou sistemas já existente no parque tecnológico do **CONTRATANTE**;

2.1.1.1 Faz parte do escopo desta contratação o seguinte rol exemplificativo de atividades:

2.1.1.1.1 Exercer atividades de Gerência de Projetos nas áreas de: Gerenciamento de Projetos PMI, Análise e Projeto Orientado a Objetos, Processos Unificado, Modelagem de Negócio, Gerência de Requisitos, Análise de Pontos por Função, Teste/Qualidade de Software e Gerência de Configuração;

2.1.1.1.2 Analisar a viabilidade e o impacto da instalação de novas soluções de TI (Frameworks, linguagens de programação, Ambiente Integrado de Desenvolvimento e outras tecnologias similares de apoio ao desenvolvimento de sistemas), elaborando relatório técnico para subsidiar a decisão do **CONTRATANTE**;

2.1.1.1.3 Elaborar os cronogramas dos projetos, analisando o impacto nos serviços e solicitar aprovação às áreas solicitantes de Sistemas;

2.1.1.1.4 Realizar a elicitação de requisitos e prototipação das interfaces de usuário junto aos gestores e usuários dos sistemas visando entender as necessidades do usuário e as regras de negócio;

2.1.1.1.5 Elaborar, manter e atualizar a documentação técnica dos sistemas de informação do **CONTRATANTE** prevista no Modelo de Gestão e Desenvolvimento de Software – MGDS deste, além da documentação do usuário que engloba apostilas ou manuais do sistema que descrevem como utilizar o software, o que ele é capaz de fornecer e como receber as informações que se deseja conforme modelo proposto pelo **CONTRATANTE**;

2.1.1.1.6 Manter, atualizar e disponibilizar as documentações técnicas e manuais de usuário dos sistemas de informação do **CONTRATANTE** atualizadas;

2.1.1.1.7 Auxiliar os gestores dos sistemas na homologação das melhorias executadas;

2.1.1.1.8 Prestar o suporte necessário à equipe de Administração de Dados do **CONTRATANTE** com relação às bases de dados corporativas, visando à eliminação de redundância de dados;

2.1.1.1.9 Propor a elaboração do projeto de banco de dados transacional através da análise de requisitos necessários para construção dos Modelos de Dados conceitual, lógico e físico.

2.1.1.1.10 Propor à equipe de Administração de Dados as alterações no Modelo de Dados dos sistemas baseando-se na Política de Administração de Dados do **CONTRATANTE**;

2.1.1.1.11 Criar scripts de alteração de dados (updates, deletes e inserts) e repassar para o **CONTRATANTE** para validação e execução;

2.1.1.1.12 Criar Querys para suporte à manutenção dos sistemas;

2.1.1.1.13 Prestar o suporte necessário à equipe de Banco de Dados na administração de objetos de banco de dados (criação, exclusão, alteração e manutenção de tabelas, views, stored procedures, triggers, functions, etc.);

2.1.1.1.14 Prestar suporte a execução de projetos de desenvolvimento, modelagem, implantação e manutenção dos bancos de dados;

2.1.1.1.15 Promover o diagnóstico de situações de gargalos e problemas de desempenho nos Sistemas;

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.1.1.16 Prestar o suporte necessário à equipe de Banco de Dados na execução da gestão da segurança das bases de dados obedecendo ao padrão de segurança estabelecido;

2.1.1.17 Auxiliar em projetos de atualização do ambiente de banco de dados do **CONTRATANTE**;

2.1.1.18 Propor ajustes nos recursos e sistemas de banco de dados, buscando aumentar sua capacidade, sua disponibilidade e seu desempenho para atender aos projetos de melhorias nos sistemas;

2.1.1.19 Prestar o suporte necessário à equipe de Banco de Dados na elaboração e emissão de relatórios com análise de desempenho no acesso a sistemas Gerenciadores de Banco de Dados por sistemas de informação do **CONTRATANTE**, propondo as medidas corretivas necessárias;

2.1.1.20 Prestar o suporte necessário à equipe de infraestrutura na sugestão, prospecção, homologação e implantação da Política de Segurança da Informação e da Política de Segurança de Desenvolvimento de Aplicações;

2.1.1.21 Realizar o atendimento dos chamados técnicos para melhorias em Sistemas;

2.1.1.22 Detectar, de modo proativo, possíveis problemas em Sistemas;

2.1.1.23 Participar, quando solicitado, de reunião com os gerentes e participantes dos projetos de infraestrutura, desenvolvimento, manutenção e administração de dados, a fim de prover soluções para projetos/atividades em andamento;

2.1.1.24 Prestar o suporte necessário à equipe de infraestrutura para instalar, configurar, disponibilizar e manter os servidores de aplicações conforme a determinação do **CONTRATANTE**;

2.1.1.25 Prestar todo o suporte necessário à equipe de infraestrutura e à de banco de dados do **CONTRATANTE** para a geração de relatórios e gráficos de desempenho, logs de funcionamentos e tempo de resposta das aplicações;

2.1.1.26 Prestar todo o suporte necessário à equipe de infraestrutura para a publicação dos artefatos que compõem o sistema nos ambientes próprios;

2.1.1.27 Prestar todo o suporte necessário à equipe de infraestrutura para a administração e a configuração dos servidores de aplicação seguindo as práticas de segurança, conforme a determinação do **CONTRATANTE**;

2.1.1.28 Executar refatoração de código-fonte de software na Arquitetura de Sistemas do **CONTRATANTE**;

2.1.1.29 Garantir que a Política de Segurança de Desenvolvimento de Aplicações seja obedecida;

2.1.1.30 Realizar, mediante autorização, a técnica de Engenharia Reversa nos sistemas legados do **CONTRATANTE**, visando abstrair as características próprias do sistema em um nível mais alto de abstração com a finalidade de realizar a manutenção do sistema;

2.1.1.31 Detectar falhas e propor correções em sistemas implantados na arquitetura de sistemas e Frameworks de desenvolvimento de sistemas do **CONTRATANTE**;

2.1.1.32 Propor ou auxiliar na construção de padrões e procedimentos operacionais e melhores práticas de manutenção de Framework de desenvolvimento de sistemas do **CONTRATANTE**;

DocuSign Envelope ID: AC1A920F-B52A-49BE-8CC2-9B323E076906



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.1.1.33 Realizar o controle do código-fonte de programas e das bibliotecas de programa-fonte no ambiente de desenvolvimento;

2.1.1.34 Executar as atividades de manutenção evolutiva, adaptativa e de interface na arquitetura de desenvolvimento de sistemas do **CONTRATANTE**;

2.1.1.35 Realizar a criação e administração de componentes de software, incluindo programas de suporte, bibliotecas de código, linguagens de script e outros softwares para auxiliar no desenvolvimento e unir diferentes componentes de um projeto de software;

2.1.1.36 Realizar a medição das funcionalidades implementadas nos sistemas utilizando a Análise de Pontos de Função para medir o tamanho funcional. Utilizar a técnica **NESMA** ou a técnica **IFPUG** na contagem.;

2.1.1.37 Realizar extração de dados na base de dados dos sistemas do **CONTRATANTE** e exportá-los para arquivos, ODT, QDS, XLS, XLSX ou PDFs e outros;

2.1.1.38 Criar, manter e atualizar WebServices (SOAP e REST) e seus respectivos métodos;

2.1.1.39 Criar, manter e atualizar arquivos no formato XML e seus respectivos XSDs (XML Schema Definition);

2.1.1.40 Criar e executar Planos de Testes e Casos de Testes, visando verificar e validar programas e sistemas, incluindo a preparação de dados, com o objetivo de garantir o perfeito funcionamento dos sistemas de informação do **CONTRATANTE**;

2.1.1.41 Criar e executar testes de caixa branca, caixa preta, unitário, integração, sistema, usabilidade, regressão, segurança, integridade, configuração, aceitação e desempenho (carga, stress e estabilidade) nos programas e sistemas, incluindo a preparação de dados, com o objetivo de garantir o perfeito funcionamento dos sistemas de informação do **CONTRATANTE**;

2.1.1.42 Receber, avaliar e manter os sistemas desenvolvidos de terceiros, bem como suas respectivas documentações;

2.1.1.43 Auxiliar as demais equipes nos processos de acompanhamento, publicação e implantação dos sistemas desenvolvidos, internamente ou pela Fábrica de Software, nos ambientes de homologação, teste e produção;

2.1.1.44 Auxiliar a análise informacional de auditoria de sistemas de informação;

2.1.1.45 Realizar Pareceres Técnicos relacionados a quaisquer itens de Tecnologia da Informação e Comunicações;

2.1.1.46 Propor ao **CONTRATANTE** a melhoria da arquitetura dos sistemas visando garantir a arquitetura mais robusta possível;

2.1.1.47 Manter atualizado o Sistema de Gerenciamento de Demandas - SGD do **CONTRATANTE** com as informações sobre o andamento dos chamados;

2.1.1.48 Ter o objetivo de manter os sistemas em produção pelo maior tempo possível sem falhas, e ao tê-las, adotar ações de contorno que minimizem o impacto em seu negócio, aumentando a confiança nos sistemas e reduzindo a necessidade de novos investimentos;

2.1.1.49 Atender a dúvidas da equipe técnica do **CONTRATANTE** e requisição de informações sobre os sistemas, alimentando bases de conhecimento a partir da documentação existente e, caso inexistente, pela criação da documentação que a suporte;



CONTRATO 047/2020-SGA

2.1.1.50 Realizar o desenvolvimento e sustentação de novos projetos de sistemas, aplicativos móveis (Web apps e apps) e serviços do Windows;

2.1.1.51 Criar toda massa de dados necessária para realização do desenvolvimento e testes das demandas requisitadas;

2.1.1.52 Realizar merge do código fonte sempre que necessário, visando manter o branch de desenvolvimento atualizado em relação a outro branch ou trunk;

2.1.1.53 Migração de dados;

2.2 O **serviço de planejamento** de demandas consiste na realização do estudo de viabilidade e levantamento de requisitos para o desenvolvimento de sistemas, softwares e aplicativos e, a critério do **CONTRATANTE**, para manutenções evolutivas e adaptativas. Visa compreender os conceitos básicos relacionados à área de negócio, as necessidades que justificam o desenvolvimento de um software, os principais requisitos e macros objetivos a serem cumpridos;

2.2.1. Através do serviço de planejamento, as características-chaves do negócio ficam descritas no Documento de Visão. Além disso, é feito o mapeamento dos riscos para o projeto, a definição em alto nível as versões significativas do sistema que devem ser alcançadas e é realizada a mensuração do tamanho funcional estimado em ponto de função da solução;

2.2.2. As atividades de gerenciamento, planejamento, acompanhamento e controle da demanda também fazem parte do escopo desta etapa.

2.3 O **serviço de documentação** consiste na realização do detalhamento e especificação dos requisitos funcionais e não funcionais levantados para o sistema, prototipação das interfaces de usuários, definição da arquitetura do sistema e realização da análise e projeto do sistema e da modelagem de dados. Além disso, contemplará também a realização ou atualização da contagem detalhada do sistema em pontos de função;

2.3.1 As atividades de gerenciamento, planejamento, acompanhamento e controle do serviço também fazem parte do escopo desta etapa, de modo que a **CONTRATADA** deverá elaborar e manter atualizado o cronograma de atividades e remeter ao **CONTRATANTE** periodicamente e/ou sempre que lhe for solicitado;

2.4 O **serviço de desenvolvimento** e evolução de sistemas consistirá no processo incremental e iterativo destinado à construção de um software novo ou um release de software existente, a partir de especificações funcionais e não-funcionais definidas pelo **CONTRATANTE**, compreendendo as atividades:

2.4.1 Realizar a elaboração e atualização das especificações de requisitos, do projeto de sistema e da modelagem de dados, construção (codificação) e merge de código fonte sempre que necessário, especificação e execução de testes, elaboração de manuais do usuário e implantação, majoritariamente desenvolvidos de acordo com o **MGDS** ou **MGDAS** do **CONTRATANTE**;

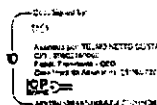
2.4.2 Implantar os sistemas de informação nos ambientes de teste e homologação do **CONTRATANTE**;

2.4.3 Realizar as manutenções corretivas identificadas durante o período de garantia contratual;

2.4.4 Realizar contagem de Ponto de Função estimativa e detalhada da demanda solicitada;

2.4.5 Apoiar na definição de arquitetura de solução e padrões de projetos para sistemas;

2.4.6 Apoiar na definição de tecnologias a serem utilizadas para determinado desenvolvimento;



5/65



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.4.7 Realizar estudos de prospecção no mercado na busca das melhores práticas, tendências e soluções em uso, apresentando proposta para sua implementação ao **CONTRATANTE**;

2.4.8 Realizar análise de impacto na migração de versão das ferramentas e tecnologias em uso;

2.4.9 As atividades de gerenciamento, planejamento, acompanhamento e controle do serviço também fazem parte do escopo desta etapa, de modo que a **CONTRATADA** deverá elaborar e manter atualizado o cronograma de atividades e reenviar ao **CONTRATANTE** periodicamente e/ou sempre que lhe for solicitado;

2.5 O **serviço de manutenção** de sistemas consistirá na manutenção continuada ou sob demanda de um software com o objetivo de identificar, prevenir e corrigir falhas, implementar melhorias ou adaptações e documentar, estendendo-se até o momento em que for substituído ou descontinuado, e abrangendo:

2.5.1 Manutenção corretiva: consistem na correção de incidentes, problemas, erros e defeitos, incluindo sua documentação técnica, para eliminar falhas ocorridas que provoquem a interrupção inesperada de seu funcionamento ou a eliminação de comportamentos do software que divirjam de suas especificações e requisitos preestabelecidos.

2.5.2 Manutenção evolutiva: Consiste em mudanças de regras de negócio durante o ciclo de vida do negócio e por consequência do software, bem como personalizações que influenciam nas funcionalidades ou operações do sistema como: inclusão, alteração ou exclusão de ações, campos ou telas, tabelas, relatórios, layouts, críticas de entrada de dados e melhorias na navegação.

2.5.2.1 Atualização de documentação do sistema também faz parte da manutenção evolutiva.

2.5.3 Manutenção adaptativa tecnológica: Consiste na alteração do sistema para adaptá-lo às mudanças do ambiente computacional (compreendendo hardware e software) onde foi desenvolvido ou onde é executado, inclusive atualização de documentação técnica e melhorias de desempenho que não impliquem em inserção, alteração ou exclusão de funcionalidades e/ou regras de negócio;

2.5.3.1 São considerados os seguintes componentes tecnológicos passíveis de adaptação: Sistema Gerenciador de Bancos de Dados, Servidor de Aplicações, bibliotecas e/ou frameworks utilizados e as evoluções da própria linguagem computacional utilizada;

2.5.3.2 Englobam, ainda, outras adequações no sistema sem alteração do escopo da funcionalidade ou regra de negócio, mediante intervenção direta no código-fonte;

2.5.4 Manutenção cosmética localizada: consiste em alteração de interface de usuário que não implique alteração das regras de negócio da documentação de requisito e que seja realizada de forma localizada, isto é, pela intervenção em um único arquivo ou em um pequeno conjunto de arquivos. Tal manutenção pode ser exemplificada da forma que se segue:

2.5.4.1 Fontes de letra, cores, logotipos, mudanças de botões, alteração na posição de campos e texto na tela;

2.5.4.2 Mudanças de texto em mensagens do sistema, título de um relatório ou labels de uma tela de consulta;

2.5.4.3 Mudanças de texto estático em e-mail enviado pelo sistema;

2.5.6 Atendimento e Suporte:

2.5.6.1 Prestação de esclarecimentos ao **CONTRATANTE** quanto à forma como foram implementados os requisitos do sistema, aos procedimentos requeridos ao seu correto funcionamento ou aos dados mantidos por ele;

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.5.6.2 Apoio à identificação e isolamento de falhas e problemas na execução do software;

2.5.7 Atividades especiais: Consiste na preparação de roteiros de execução em linguagem SQL, ou outra adequada ao caso, destinados às extrações de dados não cobertas pelos relatórios do sistema, à correção de inconsistências nos dados mantidos pelo sistema e não realizáveis por meio das interfaces de usuário disponíveis (ou cujo volume inviabilize a sua execução de forma manual), ou à inserção de dados não automatizada no sistema. Abrange também:

2.5.7.1 Elaboração de pesquisas às bases de dados do **CONTRATANTE** para atender a consultas ou inserção/correção de dados diretamente nas bases de dados de produção dos sistemas. Exemplos de atividades:

2.5.7.1.1 Intervenção em bases de dados para correção de dados ou informações;

2.5.7.1.2 Elaboração de relatórios, geração de arquivos e consultas ad-hoc;

2.5.7.1.3 Criação e execução de rotinas de limpeza e adequação de dados;

2.5.7.1.4 Recompilar código fonte.

2.5.7.2 Criação e atualização de manuais e roteiros de orientação aos usuários;

2.5.7.3 Todas as atividades necessárias para disponibilizar e manter a solução desenvolvida nos ambientes do **CONTRATANTE**.

2.5.8 Rotinas operacionais: Consiste na execução de quaisquer procedimentos operacionais rotineiramente requeridos pelo sistema em função de suas regras de negócio ou forma de construção;

2.5.9 Migração de dados: Consiste na elaboração de rotinas visando à transferência de dados de uma base para outra, podendo ser de um sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) para outro ou no mesmo SGBD. Essa transferência poderá representar mudanças de estrutura ou não. Exemplos de atividades:

2.5.9.1 Criação de script;

2.5.9.2 Validação e limpeza de massa de dados;

2.5.9.3 Adequação e dicionarização do modelo dados e dicionário de dados;

2.5.10 Testes em sistemas: Atividades de apoio para realizar testes em sistemas visando apoiar a equipe do **CONTRATANTE** nas mudanças realizadas no Parque de TI em dias úteis e não úteis dentro ou fora do horário comercial;

2.5.11 Merge do código fonte: atualização de um branch de desenvolvimento com código fonte de outro branch ou trunk. Esta atividade visa manter o branch em desenvolvimento atualizado em relação a outro branch ou trunk nos casos de desenvolvimento em paralelo ou de liberação de novas versões em produção;

2.5.11.1 Nos casos de desenvolvimento em paralelo com outras equipes, seja da própria **CONTRATADA**, do **CONTRATANTE** ou outra prestadora, a **CONTRATADA** deverá realizar pelo menos um merge sempre que uma nova versão do sistema for disponibilizada no ramo principal do repositório (trunk) ou quando for realizara a entrega do produto;



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.5.12 A critério do **CONTRATANTE**, poderá contemplar atividades de levantamento de requisitos, análise e projeto de sistema e modelagem de dados, majoritariamente desenvolvidos de acordo com o **MGDS** ou **MGDAS** do **CONTRATANTE**;

2.5.13 Faz parte do escopo do serviço de manutenção continuada ou sob demanda:

2.5.13.1 Implantar os sistemas de informação nos ambientes de teste e homologação do **CONTRATANTE**;

2.5.13.2 Realizar as manutenções corretivas identificadas durante o período de garantia contratual;

2.5.13.3 Realizar contagem de Ponto de Função estimada e detalhada da demanda solicitada ou do sistema em sustentação;

2.5.14 As atividades de gerenciamento, planejamento, acompanhamento e controle do serviço também fazem parte do escopo do serviço de manutenção, de modo que a **CONTRATADA** deverá elaborar e manter atualizado o cronograma de atividades e remeter ao **CONTRATANTE** periodicamente e/ou sempre que lhe for solicitado;

2.5.15 Os serviços de manutenção serão prestados tanto na forma de **sustentação** mensal de sistema(s) quanto mediante solicitações de serviços específicos, encaminhadas **sob demanda**, para atendimentos relacionados a entregas de produto(s) e/ou serviço(s) único(s);

2.6 O serviço de Pesquisa e Inovação Tecnológica possui caráter eventual para desenvolvimento ou experimento de inovações em tecnologia e/ou negócio.

2.6.1 Compreendendo atividades tais como:

2.6.1.1 Serviço de apoio à definição de arquitetura de solução para sistemas e orientação aos desenvolvedores quanto aos padrões de projetos adotados;

2.6.1.2 Apoio na definição de tecnologias a serem utilizadas para determinado desenvolvimento;

2.6.1.3 Realizar estudos de prospecção no mercado na busca das melhores práticas, tendências e soluções em uso, apresentando proposta para sua implementação ao **CONTRATANTE**;

2.6.1.4 Serviços de análise de impacto na migração de versão das ferramentas e tecnologias em uso;

2.6.1.5 Realizar estudo de viabilidade de solução técnica ou pesquisa de novas tecnologias e arquitetura;

2.6.2 As atividades de gerenciamento, planejamento, acompanhamento e controle do serviço também fazem parte do escopo desta etapa, de modo que a **CONTRATADA** deverá elaborar e manter atualizado o cronograma de atividades e remeter ao **CONTRATANTE** periodicamente e/ou sempre que lhe for solicitado;

2.6.3 Como resultado deste serviço, a **CONTRATADA** deverá apresentar relatório técnico com a descrição completa do trabalho realizado, as conclusões encontradas, o período de realização da atividade, o detalhamento da arquitetura proposta com o nome das ferramentas e componentes mapeados com as respectivas versões e restrições.

2.7 O serviço de Plantão e Sobreaviso compreende atividades de recepção, triagem, gerenciamento e atendimento, em 3º Nível, das requisições de serviço de sistemas encaminhados pelos usuários. Dentre as atividades a serem executadas tem-se: cadastro e alteração de usuários a sistemas, gerenciar

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

permissões de acesso de usuários a sistemas, inserção e atualização de dados em banco de dados, análise de logs de erros, análise e correção de erro de sistemas em produção, atualização de aplicação em produção, entre outros.

SEÇÃO II – PERFIL DA EQUIPE TÉCNICA

2.8 Para que haja garantia de qualidade no serviço executado e modernização das metodologias de Gestão de TI, a **CONTRATADA** deverá manter empregados qualificados nas áreas funcionais, de forma que a **CONTRATANTE** possa obter o menor tempo de resposta para quaisquer solicitações;

2.9 É responsabilidade da **CONTRATADA** dimensionar, gerenciar e definir seus recursos humanos para realizar os serviços especificados neste instrumento, detendo domínio nas tecnologias utilizadas pela **CONTRATANTE**;

2.10 O **CONTRATANTE**, de forma a garantir a qualidade dos processos e dos entregáveis resultantes dele, exigirá da **CONTRATADA** a utilização de profissionais compatíveis com as exigências a seguir listadas:

2.10.1 Coordenador Técnico (Preposto):

2.10.1.1 Será responsável pelas seguintes atribuições:

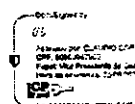
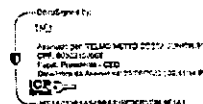
- a) Fazer a gestão geral do contrato, mantendo o controle de todas as Ordens de Serviços e demandas via SGD, com o objetivo de garantir a execução e entrega dos produtos dentro dos prazos estabelecidos e atendendo a todos os requisitos de qualidade;
- b) Participar, sempre que solicitado, de reuniões junto ao **CONTRATANTE** para o acompanhamento das atividades referentes às ordens de serviços e demandas em execução ou outras que se façam necessárias à boa execução do contrato;
- c) Levar para as reuniões periódicas de acompanhamento as situações não resolvidas em nível de gerência das OS/demandas;
- d) Realizar a gestão cabível à **CONTRATADA**, quanto aos aspectos de caráter administrativo e legal do contrato;

2.10.1.2 Experiência exigida:

- a) Formação: i) Nível superior completo em curso reconhecido pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação; e ii) curso de pós-graduação lato sensu (especialização) na área de Tecnologia da Informação com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
- b) Experiência comprovada de, no mínimo, 05 (cinco) anos em coordenação ou gestão de sistemas de informação;
- c) Conhecimentos: análise e projeto orientados a objetos; princípios que regem a Gerência de Projetos (PMBok); e princípios que regem os modelos de maturidade em desenvolvimento e manutenção de software (RUP, MPS.BR e CMMI);

2.10.2 Gerente de Projetos:

2.10.2.1 Será responsável pelas seguintes atribuições:





CONTRATO 047/2020-SGA

- a) Gerenciar, planejar, controlar e executar os projetos e serviços que estão em andamento na **CONTRATADA**. Além disso, realizar o acompanhamento periódico dos projetos com a pessoa indicada pelo **CONTRATANTE**, prestando todas as informações que for solicitada.
- b) Atuar como interlocutor técnico junto ao **CONTRATANTE**, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder por questões técnicas, além de organizar o pessoal técnico da **CONTRATADA**;
- c) Responder, perante o **CONTRATANTE**, pela execução técnica das ordens de serviços;
- d) Manter os cronogramas de projetos atualizados;

2.10.2.2 Experiência exigida:

- a) Formação: i) Nível superior completo em curso reconhecido pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação; ii) Pós-graduação lato sensu (especialização) na área de Tecnologia da Informação com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
- b) Experiência comprovada de, no mínimo, 05 (cinco) anos em gerenciamento de projetos de sistemas de informação;
- c) Capacitação: Princípios que regem a Gerência de Projetos (PMBok) com carga-horária mínima de 40 horas;
- d) Conhecimentos: análise e projeto orientados a objetos; princípios que regem a Gerência de Projetos (PMBok); e princípios que regem os modelos de maturidade em desenvolvimento e manutenção de software (RUP, MPS.BR e CMMI);

2.10.3 Analista de Sistemas:

2.10.3.1 Será responsável por realizar atividades de liderança de projetos, levantamento e especificação de requisitos, análise e projeto de sistemas, modelagem de dados, desenvolvimento, testes, elaboração e atualização de manuais do usuário, elaboração e atualização da documentação do projeto, atendimento e suporte, migração de dados, apurações especiais e desenvolvimento de rotinas operacionais.

2.10.3.2 Experiência exigida:

- a) Formação: Nível superior completo em curso reconhecido pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação;
- b) Experiência mínima comprovada de 05 (cinco) anos em desenvolvimento de software na linguagem de programação do projeto contratado e conhecimento em orientação a objetos;
- c) Experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos em levantamento e especificação de requisito;
- d) Experiência comprovada de, no mínimo, 02 (dois) anos em análise e projeto de sistemas e modelagem de dados;
- e) Conhecimentos: Processo RUP (Rational Unified Process) e UML, ferramentas e técnicas de desenvolvimento e manutenção de sistemas; Modelagem de dados; Modelagem de processos; Modelo relacional; Modelagem orientada a objetos; Linguagem SQL; SGBD SQL Server 2008 ou

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

superior; Ferramentas de engenharia de software assistida por computador (CASE); e Teste unitário/integrado de software;

2.10.4 Analista Desenvolvedor de Sistemas:

2.10.4.1 Será responsável por realizar atividades desenvolvimento e manutenção, testes unitários, teste de integração e de interface, atendimento e suporte, migração de dados, apurações especiais e desenvolvimento de rotinas operacionais;

2.10.4.2 Experiência exigida:

a) Formação: Nível superior completo em curso reconhecido pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação;

b) Experiência mínima comprovada de 03 (três) anos em desenvolvimento de software na linguagem de programação do projeto contratado e com conhecimento em orientação a objetos;

c) Conhecimentos: Testes unitários; mapeamento objeto-relacional com nHibernate, Hibernate, Entity Framework ou outro framework similar; conhecimento em Service-Oriented Architecture – SOA e desenvolvimento de web services; conhecimento em ferramentas de geração de relatórios (Report Service ou outras); conhecimento em linguagem SQL e desenvolvimento com o SGBD SQL Server 2008 ou superior; HTML5; CSS3; JQuery; Bootstrap; e utilização de ferramentas de controle de versões;

2.10.5 Analista Desenvolvedor para Aplicativos Móveis:

2.10.5.1 Será responsável por realizar atividades desenvolvimento e manutenção, testes unitários, teste de integração e de interface, atendimento e suporte, migração de dados, apurações especiais e desenvolvimento de rotinas operacionais;

2.10.5.2 Experiência exigida:

a) Formação: Nível superior completo em curso reconhecido pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação;

b) Experiência mínima de 02 (dois) anos em desenvolvimento de aplicativos móveis na plataforma em que o projeto contratado será desenvolvido;

c) Conhecimento em Service-Oriented Architecture – SOA e desenvolvimento de web services;

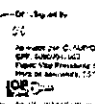
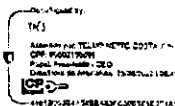
2.10.6 Administrador de Banco de Dados:

2.10.6.1 Será responsável por:

2.10.6.1.1 Atuar no gerenciamento de usuários, roles e objetos do banco de dados da **CONTRATADA** (table, indexes, constraints, views, triggers, sequences, etc), além de criação, manutenção e execução de rotinas de backup/restore no ambiente da **CONTRATADA** quando necessário;

2.10.6.1.2 Atuar junto à equipe do **CONTRATANTE** para criação e/ou atualização do ambiente de desenvolvimento da **CONTRATADA**.

2.10.6.2 Experiência exigida:



11/65



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

a) Formação: Nível superior completo em curso reconhecido pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação;

b) Experiência mínima de 02 (dois) anos em SQL Server (2008 e 2016);

c) Conhecimento em programação SQL, desenvolver e executar scripts de criação de objetos, modelagem de dados, tuning e rotinas de manutenção no banco de dados;

2.10.7 Analista de Testes:

2.10.7.1 Será responsável por realizar atividades especificação de caso de testes, executar casos de testes, realizar testes unitários, de integração e de interface, testes funcionais de sistema, exploratórios, testes de desempenho (carga, stress e estabilidade), incluindo a preparação de dados com o objetivo de garantir o perfeito funcionamento dos sistemas de informação;

2.10.7.2 Experiência exigida:

a) Formação: Nível superior completo em curso reconhecido pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação;

b) Capacitação: Análise de teste e qualidade de software ou curso similar com carga-horária mínima de 20 (vinte) horas;

c) Experiência mínima comprovada de 3 (três) anos na área de teste e qualidade de software;

d) Conhecimentos: ferramentas e técnicas de Testes de sistemas; Linguagem SQL; Ferramentas de engenharia de software assistida por computador (CASE); e Teste unitário/integrado de software;

2.10.8 Especialista em Contagem de Pontos de Função:

2.10.8.1 Será responsável por realizar a contagem dos sistemas em Ponto de Função e prestar toda informação solicitada pelo **CONTRATANTE** referente às contagens realizadas.

2.10.8.2 Experiência exigida:

a) Formação: Nível superior completo em curso reconhecido pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação;

b) Certificação: CFPS (Certified Function Point Specialist) válida;

c) Experiência: Mínimo de 03 (três) anos de experiência em contagem de pontos de função;

d) Conhecimentos: Projetos de sistemas de informação;

2.10.9 Especialista em Experiência do Usuário (UX/UI Designer):

2.10.9.1 Será responsável pela prototipação de interface gráfica dos diversos projetos de sistemas web e mobile, observando critérios de responsividade e usabilidade de modo a proporcionar uma melhor experiência do usuário.

2.10.9.2 Experiência exigida:

a) Formação: Graduação completa em Design ou áreas afins;

DocuSign
12/65
Assinado por: [Assinatura]
Data: 12/06/2020 14:00
Endereço: [Endereço]
Assinado por: [Assinatura]
Data: 12/06/2020 14:00
Endereço: [Endereço]

DocuSign
12/65
Assinado por: [Assinatura]
Data: 12/06/2020 14:00
Endereço: [Endereço]
Assinado por: [Assinatura]
Data: 12/06/2020 14:00
Endereço: [Endereço]

12/65



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

b) Experiência: Mínimo de 03 (três) anos de experiência;

c) Conhecimentos: Padrões Web, HTML5 e CSS. Conhecimento das especificidades de interfaces para dispositivos móveis e de desktop. Design responsivo e usabilidade;

2.11 A comprovação dos perfis de qualificação profissional exigidos nesta seção deverá ser feita pela **CONTRATADA** deverá ser mantida durante todo o período de execução do objeto contratual;

2.11.1 A comprovação da qualificação dar-se-á por meio da apresentação cumulativa de:

- a) Currículo vitae, para fins de comprovação de experiência e de conhecimentos técnicos;
- b) Diploma ou certificado de conclusão de curso superior;
- c) Comprovação de que o profissional pertence ao quadro de funcionários da **CONTRATADA**, através de uma das seguintes formas: carteira de Trabalho; contrato social; e contrato de prestação de serviços;
- d) Para o perfil profissional de Gerente de Projetos, deverá também ser apresentado o certificado de conclusão da capacitação de Gerência de Projetos (PMBOK);
- e) Para o perfil de Especialista em Contagem de Pontos de Função, deverá também ser apresentada a certificação CFPS (Certified Function Point Specialist) válida;

2.11.2 O período de estágio não será considerado como tempo de experiência profissional para efeito de contagem do tempo mínimo de experiência exigido;

2.12 A qualquer tempo, o Fiscal do Contrato poderá solicitar comprovação de qualificação técnica de qualquer profissional que esteja atuando no contrato, podendo solicitar sua imediata substituição em caso de desconformidade com as exigências feitas;

2.13 A substituição de profissionais durante a execução do contrato somente será permitida por outros com qualificações iguais ou superiores às exigidas nesta seção;

SEÇÃO III – ASPECTOS GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.14 A execução do objeto contratual deverá respeitar as normas definidas e orientações da **Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI** do **CONTRATANTE**, além de:

2.14.1 Estar de acordo com o **Modelo de Gestão e Desenvolvimento de Software – MGDS** do **CONTRATANTE** e suas guias anexas, inclusive no que tange ao respeito aos processos, modelos de artefatos, ferramentas de software, tecnologias e critérios de aceitabilidade prescritos;

2.14.2 Estar de acordo com o **Modelo de Gestão de Sustentação Ágil de Software - MGDAS** do **CONTRATANTE** e suas guias anexas, nos casos em que se aplique este modelo;

2.14.3 Considerar a arquitetura tecnológica e ambiente de desenvolvimento do **CONTRATANTE**, e sua evolução natural;

2.14.4 Integrar com as bases de dados informatizadas existentes no ambiente do **CONTRATANTE**;

2.14.5 Prover sistemas modulares, orientado a microsserviços e containerizados sempre que a tecnologia envolvida permitir;



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CONTRATO 047/2020-SGA

2.14.6 Utilizar, para o desenvolvimento e manutenção dos produtos, as boas práticas definidas no PMBOK, ITIL, CMMI, MPS-BR, COBIT, RUP, XP, SCRUM, dentre outros pertinentes;

2.15 O **CONTRATANTE** se reserva ao direito de realizar alterações no **MGDS** e no **MGDAS** a qualquer tempo, com o intuito de garantir a evolução dos artefatos e o aprimoramento constante da própria metodologia, comunicando à **CONTRATADA** sobre a alteração correspondente;

2.15.1 A CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias corridos a partir da data da comunicação de alteração pelo **CONTRATANTE** para adequar seus procedimentos e produtos;

2.15.2 A alteração de que trata este item poderá incluir novos artefatos, suprimir artefatos existentes ou alterar a obrigatoriedade de serem produzidos;

2.16 O Processo de Execução dos Serviços e o Processo de Gestão e Fiscalização do contrato se darão conforme a Resolução Nº 102/2013 do CNMP, e suas adaptações para a realidade do CONTRATANTE;

2.17 Os serviços contratados deverão ser obrigatoriamente executados fora das dependências do **CONTRATANTE**, de modo que não haverá qualquer alocação contínua de mão de obra residente nas dependências deste em razão deste contrato;

2.17.1 Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, no município de Salvador ou respectiva região metropolitana;

2.17.2 Nos casos excepcionais em que a execução requeira atuação presencial pontual nas instalações do **CONTRATANTE**, as atividades serão desenvolvidas em uma das sedes do Ministério Público do Estado da Bahia localizadas à Quinta Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA; ou à Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré - Salvador, BA;

2.17.2.1 Em tais hipóteses, o atendimento (comparecimento do técnico a sede do **CONTRATANTE**) deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação, salvo deliberação expressa em contrário, pelo **CONTRATANTE**.

2.18 Considerar-se-á, para efeitos desta contratação, os sistemas de informação, sítios e portais, bem como os artefactos gerados em cada etapa, como produtos requeridos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA:

2.19 Formalizado o contrato, a **CONTRATADA** deverá designar expressamente a seguinte equipe técnica mínima:

- a. 01 (um) profissional para atuar como Coordenador Técnico (Preposto);
- b. 01 (um) profissional para atuar como Gerente de Projetos (profissional distinto do coordenador indicado);
- c. 01 (um) Administrador de Banco de Dados para montagem do ambiente de banco de dados MS SQL Server;
- d. 01 (um) Analista de Sistemas;
- e. 01 (um) Analista Desenvolvedor para Aplicativos Móveis;
- f. 01 (um) Analista Desenvolvedor na plataforma Java;
- g. 05 (cinco) analistas desenvolvedores na plataforma ASP.NET (versão 3.5 ou 4.8) e MS SQL Server 2008;

b. 01 (um) profissional para atuar como Gerente de Projetos (profissional distinto do coordenador indicado);

c. 01 (um) Administrador de Banco de Dados para montagem do ambiente de banco de dados MS SQL Server;

d. 01 (um) Analista de Sistemas;

e. 01 (um) Analista Desenvolvedor para Aplicativos Móveis;

f. 01 (um) Analista Desenvolvedor na plataforma Java;

g. 05 (cinco) analistas desenvolvedores na plataforma ASP.NET (versão 3.5 ou 4.8) e MS SQL Server 2008;

[illegible]



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

h. 01 (um) especialista em Contagem de Pontos de Função;

2.19.1 A comprovação da adequação dos perfis profissionais da equipe mínima indicada, nos termos do item 3.3 das Especificações Técnicas Detalhadas e do item 2.10 e seguintes do contrato, deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a publicação do contrato.

2.19.1.1 A equipe mínima deverá ser composta, via de regra, pelos profissionais indicados à época da licitação. Na hipótese de necessidade de substituição de quaisquer dos profissionais indicados, esta deverá ser sinalizada pela **CONTRATADA**.

2.19.1.2 Será admitida a prorrogação do prazo para comprovação documental indicada no item 2.19.1, desde que não haja qualquer prejuízo ao início da adequada execução contratual no prazo máximo indicado no item 2.19.6.

2.19.2 A designação de que trata este item não implicará em custo adicional para o **CONTRATANTE**;

2.19.3 Os papéis de Coordenador Técnico (Preposto) e Gerente de Projetos deverão ser realizados por pessoas distintas;

2.19.4 O Coordenador Técnico e Gerente de Projetos não poderão ser compartilhados com outros contratos;

2.19.5 A **CONTRATADA** deverá designar formalmente um substituto para o Preposto e um para o Gerente de Projetos em suas ausências e/ou impedimentos, cabendo a estes as mesmas atribuições e responsabilidades do respectivo titular;

2.19.6 A equipe técnica mínima deverá estar disponível em até 10 (dez) dias após a publicação do contrato.

2.20 O início da execução do objeto contratual ensejará o processo de transição contratual inicial, de acordo com o seguinte cronograma:

PRazos	ETAPA	AÇÕES A SEREM TOMADAS	RESPONSÁVEIS
Até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação do contrato	Realização de reunião inicial	Convocar Reunião Inicial	CONTRATANTE
		Reunião Inicial, na qual deverá ocorrer: - Apresentação formal do Gestor do Contrato (pelo CONTRATANTE) - Apresentação formal do Coordenador Técnico (pela CONTRATADA) - Entrega do Plano de Inserção (pelo CONTRATANTE)	CONTRATANTE CONTRATADA
Até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato	Transição Contratual Inicial	Transferência de conhecimento e fornecimento de informações necessárias à execução contratual (etapa de repasse inicial dos serviços)	CONTRATANTE
		Para fins de atendimento às normas de segurança do CONTRATANTE , entrega da relação nominal dos profissionais que atuarão no contrato	CONTRATADA



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

		Entrega dos currículos, certificados e demais documentos para comprovação dos perfis profissionais requeridos na contratação	
Até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato	Execução dos serviços propriamente dita	Encaminhamento das Ordens de Serviço e dos registros de demandas no SGD	CONTRATANTE
		Montagem de ambiente de banco de dados e desenvolvimento.	CONTRATADA
		início da execução dos serviços demandados	CONTRATADA
Até 30 (trinta) dias do início do atendimento das demandas (envio da 1ª OS)	Estabilização e ajustes	Período de estabilização e ajustes durante o qual os indicadores/metasp poderão ser flexibilizados por parte do CONTRATANTE , a seu exclusivo critério e desde que não seja verificado prejuízo direto e imediato à Administração, conforme Item 6.5 do ANEXO IV (Níveis Mínimos de Serviços) do Edital de Licitação	CONTRATADA CONTRATANTE

2.21 A transição contratual inicial deverá seguir o modelo especificado no Plano de Inserção elaborado pelo **CONTRATANTE**, e o disposto no art. 24 da Resolução do Nº 102/2013 do CNMP;

2.22 Em consonância com a Resolução nº 102/2013 – CNMP, após a assinatura e publicação do Contrato, o **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para reunião inicial, cuja pauta observará, pelo menos:

2.22.1 Presença do representante legal da **CONTRATADA**, que apresentará o Coordenador Técnico (preposto) e o Gerente de Projetos, para atuar conforme determinado nos Itens 2.10.1, 2.10.2 e 2.19.2 deste instrumento;

2.22.2 Esclarecimentos relativos às questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato;

2.22.3 Repasse de conhecimento necessário à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

2.23 A etapa de repasse dos serviços, pelo **CONTRATANTE**, se refere ao processo de transferência e consequente absorção, pela **CONTRATADA**, dos conhecimentos e competências necessárias para prover a continuidade dos serviços contratados. O repasse será realizado por tipo de serviço e, dentro deste, por sistema, de acordo com o Plano de Inserção;

2.23.1 A execução da etapa de repasse inicial dos serviços deverá ser finalizada no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos, a partir da data da publicação do contrato;

2.23.2 O Plano de Inserção deverá registrar e detalhar o método de trabalho para o processo de absorção e execução dos serviços e tratar, no mínimo, dos seguintes tópicos:

2.23.2.1 Cronograma geral do repasse, identificando para cada serviço ou grupo de serviços: as etapas e as atividades com suas respectivas datas de início e término, os produtos gerados, os recursos envolvidos, os marcos intermediários, quando aplicável.

2.23.2.1.1 O cronograma será revisado e poderá ser complementado após a realização das

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

primeiras reuniões ocorridas em razão da transição inicial;

2.23.2.2 Regras de relacionamento entre as partes;

2.23.2.3 Estratégia de acompanhamento do repasse;

2.24 Ao final do repasse de cada serviço ou tipo de serviço, o **CONTRATANTE** deverá comunicar à **CONTRATADA** acerca da conclusão do referido repasse;

2.24.1 Considerar-se-á que, a partir do primeiro dia útil subsequente ao da comunicação da conclusão de cada repasse, a **CONTRATADA** estará plenamente apta para executar os serviços contratados correlatos;

2.25 O repasse dos serviços estará finalizado quando todos os serviços tiverem o repasse concluído ou tiver decorrido todo o prazo definido para essa etapa;

2.25.1 A **CONTRATADA** não poderá alegar falta de condições para a execução dos serviços contratados, caso o prazo para o repasse tenha se esgotado sem que tenha havido o repasse total dos serviços;

2.26 Os primeiros 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do Contrato serão considerados como período de adaptação, durante o qual a **CONTRATADA** deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários no dimensionamento e qualificação das equipes, adequação de processos internos, implantação de ferramentas e outras transições necessárias, de modo a assegurar a execução satisfatória dos serviços;

2.27 Para a montagem e atualização do ambiente de banco de dados para desenvolvimento, a **CONTRATADA** deverá designar um profissional que atenda aos requisitos definidos no item 2.10.6 - Administrador de Banco de Dados deste contrato;

2.28 O atendimento e o gerenciamento dos projetos de sistemas se darão com suporte de ferramenta própria do **CONTRATANTE** para esta finalidade, salvo se este definir o contrário;

2.29 Através de ferramenta fornecida pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá realizar análise estática de todo código fonte produzido, buscando identificar vulnerabilidades de segurança da informação;

2.30 Apesar da maioria dos sistemas implantados no ambiente de produção do **CONTRATANTE** ser na plataforma ASP.NET/C# com SGBD SQL Server 2008, um novo sistema poderá ser desenvolvido em uma outra plataforma, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**;

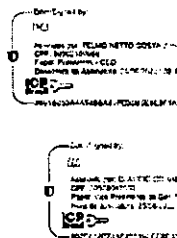
2.31 Toda documentação e código fonte produzidos durante a prestação dos serviços contratados deverão ser armazenados no repositório do **CONTRATANTE**;

2.32 É de responsabilidade integral da **CONTRATADA** a definição da quantidade de profissionais com as competências requeridas, conforme Seção II da **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato, para a realização dos serviços demandados dentro dos prazos e padrões de qualidade estabelecidos e/ou acordados previamente com o **CONTRATANTE**. Da mesma forma, a **CONTRATADA** deverá considerar em seus custos operacionais todos os demais insumos necessários para a plena e perfeita realização dos trabalhos requisitados;

2.32.1 Não se admitirá a execução dos serviços contratados por profissionais que não possuam as qualificações técnicas mínimas indicadas neste instrumento;

2.33 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os

17/65



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

casos de cisão, fusão ou incorporação da CONTRATADA, desde que não impeçam os compromissos pactuados neste instrumento contratual;

SEÇÃO IV - REGIME DE EXECUÇÃO

2.34 O Regime de execução do presente instrumento é de empreitada por preço unitário, conforme demanda especificada no instrumento de Ordem de Serviços (OS) e na abertura de chamados no Sistema de Gerenciamento de Demandas - SGD do CONTRATANTE como ferramentas de formalização das demandas à CONTRATADA;

2.34.1 As demandas serão encaminhadas à CONTRATADA por meio do SGD ou por e-mail;

2.34.2 O SGD servirá também para o atendimento, acompanhamento, gerenciamento e homologação dos serviços prestados;

2.34.3 As ordens de serviços e os chamados no SGD serão emitidas/abertos de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 18h;

2.34.4 Não há previsão quanto à distribuição das solicitações de ordem de serviços e chamados no SGD ao longo dos meses, sendo responsabilidade da CONTRATADA ajustar-se com vistas ao atendimento dos serviços solicitados pelo CONTRATANTE, de acordo com os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;

2.34.5 A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço contratado após solicitação/autorização formal do CONTRATANTE;

2.35 Os prazos para atendimento e conclusão dos serviços pela CONTRATADA variarão conforme cada tipo de serviço demandado, de acordo com as disposições contidas nesta CLÁUSULA e em consonância com as definições e regras estabelecidas no ANEXO IV - Níveis Mínimos de Serviços do Edital do certame;

2.35.1 Situações supervenientes ocorridas na execução de cada OS que possam implicar em eventual necessidade de revisão de prazos ou escopo deverão ser comunicadas previamente ao CONTRATANTE, com exposição de motivos, para apreciação e deliberação;

2.36 Não será permitida a abertura de nenhuma ordem de serviço cujo prazo estimado de entrega seja após o encerramento do contrato, nem a postergação da execução dos serviços após o final de vigência contratual, deste modo, as Ordens de Serviço (OS) que estejam em aberto ao final do contrato deverão observar os procedimentos previstos no item 18.11 e subitens;

2.37 Os artefatos a serem requeridos para cada tipo de serviços constam nas SUBSEÇÕES a seguir discriminadas;

2.37.1 Ao longo da execução contratual, o CONTRATANTE poderá acrescentar e/ou suprimir artefatos a serem produzidos pela CONTRATADA, conforme alterações no Modelo de Gestão e Desenvolvimento de Software - MGDS e/ou no Modelo de Gestão de Sustentação Ágil de Software;

2.38 As reuniões e as atividades que necessitem da participação de equipe do CONTRATANTE deverão ser previamente agendadas;

2.38.1 Cancelamentos de reuniões deverão ser notificados à outra parte com antecedência prévia;

SUBSEÇÃO I - DO SERVIÇO DE PLANEJAMENTO DE DEMANDAS

2.39 Para o desenvolvimento de um novo sistema, release de software existente ou manutenção sob

18/65

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

demanda de sistemas, o **CONTRATANTE** poderá requerer à **CONTRATADA** a execução da fase de Planejamento de demandas, com o objetivo de compreender o negócio, as necessidades, os requisitos e a qualidade esperada dos artefatos a serem gerados;

2.40 Artefatos previstos para serviços de planejamento de demandas:

2.40.1 Documento de Visão;

2.40.2 Lista de Risco;

2.40.3 Planilha de Contagem Estimada em Pontos de Função;

2.40.4 Outros artefatos poderão ser especificados na OS.

2.41 A prestação dos serviços será executada mediante emissão de Ordem de Serviços (OS de Planejamento) pelo **CONTRATANTE**;

2.41.1 A critério do **CONTRATANTE**, o serviço de Planejamento poderá ser solicitado como escopo de uma OS de Desenvolvimento de um novo projeto ou release de software existente;

2.42 Métricas de serviço:

2.42.1 A OS de Planejamento será aberta com valor correspondente a 02 (dois) pontos de função para fazer jus ao levantamento inicial;

2.42.2 Após a elaboração dos artefatos previstos na OS de Planejamento, o valor da OS poderá ser alterado, levando-se em consideração o percentual de 3% (três por cento) da contagem de pontos de função estimada sobre os requisitos levantados;

2.42.2.1 A substituição (e correspondente complementação) do valor relativo à OS se dará apenas se o novo valor calculado for superior aos 02 (dois) pontos de função utilizados para efeito da abertura da OS.

2.43 Metodologia de execução dos serviços:

2.43.1 O **CONTRATANTE** abrirá a OS de Planejamento com informações sobre a demanda a ser realizada e o escopo do serviço;

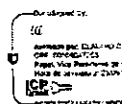
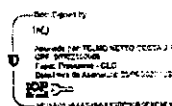
2.43.2 A seu critério, o **CONTRATANTE** encaminhará, junto a OS de Planejamento, documentos que julgue relevantes para a execução dos serviços;

2.43.3 O **CONTRATANTE** definirá na OS de Planejamento o prazo máximo admitido para a total execução dos serviços;

2.43.3.1 A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da OS, para apresentar, caso julgue necessário, pedido formal de revisão do prazo de execução indicado na OS, com exposição de fundamentos técnicos. Em tal hipótese, incumbirá ao **CONTRATANTE** a decisão final sobre a ampliação do prazo ou não;

2.43.4 O prazo de execução poderá ser alterado por acordo entre as partes, observando-se a complexidade e urgência dos serviços demandados e a disponibilidade de tempo da área requisitante do **CONTRATANTE** (dono do produto);

2.43.5 Ao término do atendimento da OS de Planejamento pela **CONTRATADA**, os artefatos produzidos deverão ser entregues ao **CONTRATANTE**, para fins de recebimento provisório, definitivo e demais providências;



19/65



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.43.6 Os artefatos produzidos serão objeto de avaliação e aprovação pela equipe do **CONTRATANTE**, com suporte ou não de terceiros;

2.43.6.1 Os produtos entregues serão validados conforme o **ANEXO IV do edital do certame – Níveis Mínimos de Serviço**;

2.43.6.2 A critério do **CONTRATANTE**, a validação dos produtos entregues poderá ser realizada em conjunto com empresas especialistas por ele designadas;

2.43.7 A **CONTRATADA** deverá efetuar as alterações que se fizerem necessárias nos artefatos entregues, a partir dos apontamentos da equipe do **CONTRATANTE**, em prazo por este definido, de acordo com a complexidade da demanda.

2.43.7.1 Todas as correções deverão ser feitas sem ônus para o **CONTRATANTE**.

2.43.8 Após correções de eventuais não conformidades pela **CONTRATADA**, os artefatos deverão ser submetidos à nova avaliação do **CONTRATANTE** até que seja dado o aceite definitivo da OS de Planejamento.

SUBSEÇÃO II – DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DE SISTEMAS

2.44 Para o desenvolvimento de um novo sistema, a manutenção sob demanda de sistemas existentes no parque tecnológico do **CONTRATANTE** ou para fins de documentação de sistemas desenvolvidos fora do âmbito da **DTI** do **CONTRATANTE**, este poderá requerer à **CONTRATADA** a execução do serviço de documentação, com a produção dos artefatos previstos no **MGDS** ou **MGDAS** vigente, referentes às fases de requisito, projeto de sistemas, modelagem de dados, além da realização ou atualização da contagem detalhada do sistema em pontos de função;

2.44.1 Todos os artefatos a serem produzidos durante a execução do serviço de Documentação estarão de acordo com o **MGDS** ou **MGDAS** vigentes do **CONTRATANTE** ou deverão ser previamente submetidos para sua aprovação;

2.44.2 Caso a **CONTRATADA** identifique que não será necessário atuação em algumas das fases de documentação do projeto (requisito, projeto de sistemas, modelagem de dados), em virtude do escopo e natureza da demanda, o esforço de análise da solicitação não será remunerado. Desta forma, apenas as fases efetivamente realizadas e com aceite definitivo pelo **CONTRATANTE** serão objeto de faturamento;

2.45 Artefatos previstos para serviços de documentação:

2.45.1 Fase de Requisitos:

2.45.1.1 Diagrama de Caso de Uso

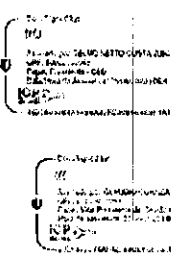
2.45.1.2 Especificação de Caso de Uso ou História do Usuário, à critério do **CONTRATANTE**;

2.45.1.3 Especificação Suplementar;

2.45.1.4 Documento de Regras de Negócio;

2.45.1.5 Glossário de Negócio;

2.45.1.6 Protótipo de Interface do Usuário;





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.45.1.7 Atas de reunião;

2.45.1.8 Documento de Mensagens do Sistema;

2.45.1.9 Planilha de Contagem Detalhada;

2.45.2 Fase de Modelagem de Dados:

2.45.2.1 Dicionário de Dados;

2.45.2.2 Modelo de Dados;

2.45.2.3 Scripts DDL e DML;

2.45.3 Fase de Projeto de Sistema:

2.45.3.1 Documento de Arquitetura de Projeto;

2.45.3.2 Diagrama de Classe (poderá ser dispensado, à critério do **CONTRATANTE**);

2.45.3.3 Diagrama de Sequência (poderá ser dispensado, à critério do **CONTRATANTE**);

2.45.3.4 Realização de Caso de Uso (poderá ser dispensado, à critério do **CONTRATANTE**);

2.45.4 Medição em ponto de função;

2.45.4.1 Planilha de Contagem Detalhada;

2.45.5 Excepcionalmente, a depender do projeto relacionado, outros artefatos poderão ser previstos na OS de Documentação;

2.46 A prestação dos serviços será executada mediante emissão de Ordens de Serviço de Documentação (OS de Documentação) pelo **CONTRATANTE**;

2.46.1 A critério do **CONTRATANTE**, o serviço de Documentação poderá ser solicitado como escopo de uma OS de Desenvolvimento de um novo projeto ou release de software existente.

2.47 Métricas de serviço:

2.47.1 O dimensionamento da OS de Documentação será feito por meio da técnica de pontos de função;

2.47.2 Para fins de definição inicial da quantidade de pontos de função relativa a cada OS, o **CONTRATANTE** se baseará nas seguintes premissas:

2.47.2.1 Na hipótese de já haver a contagem estimada ou detalhada em Pontos de Função para o escopo do sistema sobre o qual o serviço de documentação será executado, a OS será aberta de acordo com a contagem apurada;

2.47.2.2 Na hipótese de não haver contagem estimada ou detalhada em Pontos de Função para o escopo do sistema sobre o qual o serviço de documentação será executado, a OS de Documentação será aberta com valor correspondente a 10 (dez) pontos de função para fazer jus ao levantamento inicial;

2.47.2.3 Ao final da produção de todos os artefatos requeridos, o valor da OS será ajustado levando-se em consideração a Planilha de Contagem Detalhada produzida como artefato e/ou o esforço em



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

HST relativo às atividades não mensuráveis em ponto de função.

2.48 Metodologia de execução dos serviços:

2.48.1 O **CONTRATANTE** abrirá a OS de Documentação com informações sobre a demanda a ser realizada e o escopo do serviço;

2.48.2 A seu critério, o **CONTRATANTE** encaminhará, junto a OS de Documentação, documentos que julgue relevantes para a execução dos serviços;

2.48.3 O **CONTRATANTE** definirá na OS de Documentação o prazo máximo admitido para a total execução dos serviços;

2.48.3.1 A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da OS, para apresentar, caso julgue necessário, pedido formal de revisão do prazo de execução indicado na OS, com exposição de fundamentos técnicos. Em tal hipótese, incumbirá ao **CONTRATANTE** a decisão final sobre a ampliação do prazo ou não;

2.48.3.2 O prazo de execução poderá ser alterado por acordo entre as partes, observando-se a complexidade e urgência dos serviços demandados e a disponibilidade de tempo da área requisitante do **CONTRATANTE** (dono do produto);

2.48.3.3 O cronograma para execução de cada OS deverá ser enviado pela **CONTRATADA**, conforme prazos e critérios definidos no NMS;

2.48.4 Ao término do atendimento da OS de Documentação pela **CONTRATADA**, os artefatos produzidos deverão ser entregues ao **CONTRATANTE**, para fins de recebimento provisório, definitivo e demais providências;

2.48.5 Os artefatos produzidos serão objeto de avaliação e aprovação pela equipe do **CONTRATANTE**, acompanhada ou não de terceiros;

2.48.5.1 Os produtos entregues serão validados conforme o **ANEXO IV do edital do certame – Níveis Mínimos de Serviço**;

2.48.5.2 A critério do **CONTRATANTE**, a validação dos produtos entregues poderá ser realizada em conjunto com empresas especialistas por ele designadas;

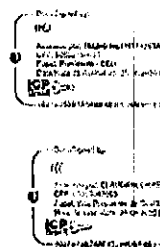
2.48.6 A **CONTRATADA** deverá efetuar as alterações que se fizerem necessárias nos artefatos produzidos a partir dos apontamentos da equipe do **CONTRATANTE**, em prazo por este definido, de acordo com a complexidade da demanda.

2.48.6.1 Todas as correções deverão ser feitas sem ônus para o **CONTRATANTE**.

2.48.7 Após correções de eventuais não conformidades pela **CONTRATADA**, os artefatos deverão ser submetidos à nova avaliação do **CONTRATANTE** até que seja dado o aceite definitivo da OS de Documentação.

2.48.8 A eventual suspensão da OS de Documentação, solicitada pelo **CONTRATANTE**, implicará a remuneração proporcional aos produtos entregues e aceitos até o momento da solicitação, desde que permaneça suspensa por período superior a 60 (sessenta) dias, ocasionando, neste caso, o fechamento da OS.

SUBSEÇÃO III – DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO SOB DEMANDA DE SISTEMAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.49 Para o desenvolvimento de novos sistemas ou releases de softwares existentes ou manutenção sob demanda de sistemas existentes, o **CONTRATANTE** poderá requerer à **CONTRATADA** a execução da fase de Desenvolvimento ou de Manutenções específicas de sistemas;

2.50 Em regra, o serviço deverá ser realizado de acordo com o **MGDS** do **CONTRATANTE**. Entretanto, a critério exclusivo deste, poderá ser requerida a utilização do **MGDAS**;

2.51 Para efeito de estimativa de custo e esforço dos serviços de Desenvolvimento e/ou de Manutenção sob demanda, os artefatos previstos são:

2.51.1 Atualização dos artefatos da fase Planejamento, Requisito e Projeto de sistemas, quando necessário;

2.51.2 Atas de reunião;

2.51.3 Evidências de Testes Unitários, de Integração e de Interface;

2.51.4 Código-Fonte;

2.51.5 Planilha de Contagem Detalhada de Pontos de Função;

2.51.6 Documento de Implantação;

2.51.7 Manual do Usuário, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**;

2.51.8 Modelo de dados e scripts atualizado;

2.51.9 Scripts de configuração da ferramenta de integração contínua do **CONTRATANTE**;

2.51.10 Outros artefatos previstos na OS;

2.52 A lista de artefatos facultativos aplicáveis aos serviços de Desenvolvimento/Manutenção sob demanda consta no **MGDS/MGDAS** do **CONTRATANTE**;

2.53 Em casos excepcionais e apenas quando explicitamente autorizado, poderá caber à **CONTRATADA** dispensa de etapa do processo e/ou artefato(s) previsto(s) no **MGDS/MGDAS** do **CONTRATANTE**;

2.54 A prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas ou de manutenção sob demanda de sistemas poderá ser executada a partir de:

2.54.1 Emissão de Ordens de Serviço (OS de Desenvolvimento ou OS de Manutenção sob demanda); e/ou

2.54.2 Requisição de serviço no **Sistema de Gerenciamento de Demandas - SGD** do **CONTRATANTE**;

2.55 A OS ou requisição de serviços de Desenvolvimento/Manutenção sob demanda contemplará o ciclo de um *release*, visando gerar faturamentos sobre requisitos efetivamente implementados, homologados e disponibilizados em produção, ou em outro ambiente a critério do **CONTRATANTE**;

2.56 A OS/requisição de Manutenção sob demanda poderá abranger todos e quaisquer dos serviços descritos no item 2.5, e seus subitens, deste instrumento, a critério do **CONTRATANTE**;

2.57 Métricas de serviço:

2.57.1 O dimensionamento da OS/requisição será feito por meio da técnica de pontos de função, com base no roteiro de métricas constante do **ANEXO IV** do **Edital do Certame**;

2.57.2 Para fins de definição inicial da quantidade de pontos de função relativa a cada OS/requisição, o **CONTRATANTE** se baseará nas seguintes premissas:

2.57.2.1 Na hipótese de já haver a contagem estimada ou detalhada em Pontos de Função para o escopo do sistema sobre o qual o serviço será executado, a OS/requisição será aberta de acordo com a contagem apurada, caso contrário, será definido um tamanho estimado com base no histórico de demandas similares do CONTRATANTE;

2.57.2.1.1 Ao final da produção de todos os artefatos requeridos, o valor da OS será ajustado levando-se em consideração a Planilha de Contagem Detalhada produzida ou atualizada mais o esforço em HST relativo às atividades não mensuráveis em ponto de função;

2.57.3 Para os casos em que o CONTRATANTE solicite a conclusão do serviço no prazo inferior ao limite previsto no ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de Serviço, dada a urgência de atendimento da demanda, a CONTRATADA fará jus à remuneração do referido serviço acrescida em 10% (dez por cento) do valor estabelecido, conforme modelo remuneratório definido neste instrumento:

2.S8.1 O CONTRATANTE abrirá a OS ou requisição em sistema, com informações sobre a demanda a ser realizada e o escopo do serviço;

2.58.2 A seu critério, o **CONTRATANTE** encaminhará, junto a OS/requisição, os artefatos necessários para o entendimento da demanda;

2.58.3 O controle de demandas de desenvolvimento e manutenção será realizado via Sistema de Gerenciamento de Demandas (SGD) do CONTRATANTE;

2.58.4 A CONTRATADA atuará apenas nos chamados registrados no SGD que estejam atribuídos a ela e/ou nos serviços descritos em cada OS emitida;

2.58.5 O prazo para atendimento dos serviços de desenvolvimento e/ou manutenções sob demanda deverá estar de acordo com o ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de Serviço, e obedecer ao seguinte regramento:

2.58.5.1 O cronograma preliminar para execução de cada OS/requisição deverá ser enviado pela CONTRATADA, conforme prazos e critérios definidos no NMS;

2.S8.5.1.1 Na hipótese em que haja necessidade de contagem de pontos de função, o cronograma preliminar deverá ser remetido em conjunto com a pontuação para validação, conforme prazos e critérios definidos no NIMS. Caso não seja necessária a contagem, deverá respeitar o prazo definido no que tange ao cronograma;

2.58.5.2 Dentro do prazo da OS/requisição, já está previsto o tempo necessário para obtenção da aprovação do modelo de dados e diagrama de classe pelo **CONTRATANTE**. Desta forma, caberá a **CONTRATADA** verificar, junto as equipes do **CONTRATANTE** responsáveis pelas validações, o prazo necessário para esta atividade e monitorar os possíveis riscos de atrasos devido à concorrência com outras atividades ou projetos;

2.58.5.3 Para os serviços de Manutenção sob Demanda, a equipe designada pela CONTRATADA deverá manter atualizada a data prevista de entrega de cada requisição registrada no SGD para desenvolvimento na CONTRATADA.

2.58.6 A CONTRATADA deverá realizar a avaliação dos serviços demandados na O5/requisição e

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

manifestar-se ao **CONTRATANTE**, em até 03 (três) dias úteis ou conforme prazos definidos no **ANEXO IV do edital do certame** - Níveis Mínimos de Serviço, na hipótese de verificar divergências/inconsistências;

2.58.6.1 A ausência de manifestação tempestiva significará aceitação integral dos termos definidos na OS/requisição;

2.58.6.2 Havendo divergências, a **CONTRATADA** deverá apresentar formalmente os pontos divergentes, com suas respectivas justificativas. Em tais hipóteses, incumbirá ao **CONTRATANTE**, a seu critério, conduzir o processo de alinhamento das divergências;

2.58.7 Não havendo divergências ou tão logo estas sejam alinhadas pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá formalizar o início da execução dos serviços de acordo com os prazos estabelecidos no **ANEXO IV do edital do certame** - Níveis Mínimos de Serviço;

2.58.8 Para o desenvolvimento de novos aplicativos (*app e app web*), o prazo de atendimento será acordado, previamente, entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**;

2.58.9 A **CONTRATADA** é responsável por manter a integridade funcional da solução de software;

2.58.10 A **CONTRATADA** deverá realizar merge do código fonte sempre que necessário para manter o branch ou trunk em desenvolvimento atualizado em relação a outro branch ou trunk, em virtude de desenvolvimento paralelo e de liberação de novas versões em produção no ambiente do **CONTRATANTE**.

2.58.10.1 As atividades de merges não implicarão em custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

2.58.10.2 Nos casos de desenvolvimento em paralelo com outras equipes, seja da própria **CONTRATADA**, do **CONTRATANTE** ou outra prestadora, a **CONTRATADA** deverá realizar pelo menos um merge sempre que uma nova versão do sistema for disponibilizada no ramo principal do repositório (*trunk*) ou quando for realizar a entrega do produto;

2.58.10.3 A **CONTRADA** é responsável por analisar o esforço necessário para realização do merge, bem como a quantidade de merges que serão realizados durante o desenvolvimento, tendo em vista o cronograma do projeto em relação aos cronogramas de outras releases em desenvolvimento para o mesmo sistema;

2.58.10.4 A **CONTRATADA** é responsável pelo merge realizado no *branch* em desenvolvimento, devendo garantir que todas as alterações oriundas de outros *branches* ou *trunk* permaneçam funcionando corretamente;

2.58.11 A critério exclusivo do **CONTRATANTE**, a fim de se verificar a viabilidade de execução de novos serviços de desenvolvimento e/ou manutenção sob demanda de software, poderá ser solicitada à **CONTRATADA** a análise de impacto da demanda;

2.58.11.1 Nas hipóteses em que a análise de impacto não puder ser dimensionada a partir da técnica de pontos de função, aplicar-se-á o item 3.4 deste contrato;

2.58.12 Ao término do atendimento de cada OS/requisição pela **CONTRATADA**, os artefatos produzidos deverão ser entregues ao **CONTRATANTE**, para fins de recebimento provisório, definitivo e demais providências;

2.58.12.1 Deverão constar na entrega da execução de cada OS/requisição, além dos artefatos de documentação e outros previstos para a *release*, o código-fonte produzido e as evidências de realização de testes unitários, de integração e de interface;

Assinado por: [Assinatura]
CPF: 000.000.000-00
Cargo: [Cargo]
Data: [Data]

Assinado por: [Assinatura]
CPF: 000.000.000-00
Cargo: [Cargo]
Data: [Data]

25/65



CONTRATO 047/2020-SGA

2.58.12.2 Para fins de recebimento provisório dos serviços e de apuração do cálculo do indicador PAFP (Índice de Projetos Atendidos Fora do Prazo), a **CONTRATADA** deverá entregar como produtos de encerramento:

2.58.12.2.1 Código-fonte final;

2.58.12.2.2 Testes unitários automatizados;

2.58.12.2.3 Modelo de dados e scripts atualizados;

2.58.12.2.4 Scripts de configuração da ferramenta de integração contínua do **CONTRATANTE**;

2.58.12.2.5 Planilha de pontuação detalhada atualizada;

2.58.12.2.6 Outros artefatos previstos na OS/requisição;

2.58.12.3 No ato da entrega a **CONTRATADA** deverá configurar a ferramenta de integração contínua do **CONTRATANTE** para geração de versão do sistema no ambiente de teste;

2.58.12.4 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o produto entregue devidamente configurado e pronto para validação no ambiente de teste do **CONTRATANTE**;

2.58.12.4.1 O produto será considerado como entregue apenas após a disponibilização no ambiente de teste do **CONTRATANTE**.

2.58.13 Os artefatos produzidos serão objeto de avaliação e aprovação pela equipe do **CONTRATANTE**, acompanhada ou não de terceiros;

2.58.13.1 A critério do **CONTRATANTE**, a validação dos produtos entregues poderá ser realizada em conjunto com empresas especialistas por ele designadas;

2.58.13.2 Durante a validação, serão:

2.58.13.2.1 Realizadas avaliações de qualidade em que, a critério do **CONTRATANTE**, poderão ser reexecutados os testes unitários, de integração e de interface e também realizados testes funcionais de sistema, exploratórios, testes de desempenho, de carga, de estresse e de segurança. Além disso, poderão ser reexecutados os testes de qualidade do sistema e de segurança do sistema;

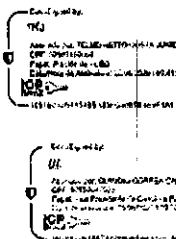
2.58.13.2.2 Analisados se os produtos entregues estão em conformidade com a documentação do projeto e atendem aos critérios de aceitação definidos na **MGDS/MGDAS**, em conjunto com o especificado no **ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de Serviço**;

2.58.14 A **CONTRATADA** deverá efetuar as alterações que se fizerem necessárias nos artefatos entregues, a partir dos apontamentos da equipe do **CONTRATANTE**, em prazo por este definido, de acordo com a complexidade da demanda;

2.58.14.1 Todas as correções deverão ser feitas sem ônus para o **CONTRATANTE**;

2.58.15 Após correções de eventuais não conformidades pela **CONTRATADA**, os artefatos deverão ser submetidos à nova avaliação do **CONTRATANTE** até que seja dado o aceite definitivo dos serviços;

2.58.16 A eventual suspensão do projeto, solicitada pelo **CONTRATANTE**, implicará a remuneração proporcional aos produtos entregues e aceites até o momento da solicitação, desde que permaneça suspensa por período superior a 60 (sessenta) dias, ocasionando, neste caso, o fechamento da OS/requisição.



25/65

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.59 Alteração no escopo da ordem de serviços:

2.59.1 Define-se como alteração de escopo ou de requisito a mudança resultante da evolução das políticas, legislações, objetivos específicos de negócio ou do processo de trabalho do **CONTRATANTE**, ocorridos durante a execução de cada OS/requisição e que tenha impacto nessa;

2.59.2 Caso haja mudança de escopo ou de requisito durante a execução de alguma OS/requisição em qualquer momento antes do término da sua execução (e respectivo aceite), a **CONTRATADA** deverá realizar nova contagem de pontos de função, quando aplicável, devendo encaminhar novamente ao **CONTRATANTE** para aprovação, controle e acompanhamento;

2.59.2.1 Quando aplicável, a **CONTRATADA** deverá estimar o tamanho (em Pontos de Função), o custo e o prazo necessários para a execução da OS/requisição, exceto se a **CONTRATANTE** determinar outra forma;

2.59.2.2 Para definição sobre a aplicabilidade, dever-se-á obedecer às seguintes regras:

2.59.2.2.1 Caso a alteração seja referente a funcionalidade já tenha sido desenvolvida, a alteração será tratada como melhoria no sistema;

2.59.2.2.2 Caso a alteração seja referente a funcionalidade que ainda não tenha sido desenvolvida, a alteração será tratada como evolução natural dos requisitos do negócio e não como melhoria do sistema. Nesse caso, será realizado novamente o planejamento da OS/requisição, se necessário, não implicando custos de mudança ou retrabalho para o **CONTRATANTE**;

2.59.3 A Solicitação de Mudança de requisito será registrada no **SGD** do **CONTRATANTE**, vinculado à release ou projeto relacionada e contendo a descrição detalhada da mudança;

2.59.4 O tamanho, prazo e custo da OS/requisição poderão ser redefinidos devido ao impacto gerado pela solicitação de mudança;

2.59.4.1 A redefinição deverá levar em consideração quais serviços já foram executados, a incorporação dos serviços da Solicitação de Mudança e o impacto resultante da alteração de escopo;

2.59.5 Os impactos na OS/requisição decorrentes da Solicitação de Mudança associada deverão ser avaliados previamente a fim de mitigar os riscos e problemas advindos da alteração;

SUBSEÇÃO IV – DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO SOB A FORMA DE SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS

2.60 Para a manutenção continuada de sistemas do **CONTRATANTE**, com o objetivo de manter a disponibilidade, estabilidade e o desempenho satisfatório das soluções implantadas no seu ambiente de produção, este poderá requerer à **CONTRATADA** a execução dos serviços de manutenção de sistemas sob a forma de sustentação mensal;

2.61 A prestação de serviços de sustentação de sistemas será executada mediante emissão de Ordens de Serviços;

2.61.1 Para cada sistema a ser sustentado, será aberta uma Ordem de Serviço de sustentação de sistemas (OS de Sustentação);

2.61.2 Para definição da quantidade de pontos de função correspondentes a cada OS, ter-se-á por base o tamanho do sistema a ser sustentado, conforme o **Catálogo de Sistemas Sustentados** do

27/65



CONTRATO 047/2020-SGA

CONTRATANTE;

2.62 As ordens de serviços de sustentação englobarão todas as requisições de serviços de manutenção no sistema em sustentação previstas no Item 2.5 deste instrumento;

2.62.1 Exclusivamente no que tange às manutenções adaptativas, e somente no que envolve os serviços abaixo listados, será considerada como serviço de sustentação de sistema, uma solicitação de adaptação a cada período de 01 (um) ano:

- a) Atualização de versão de navegadores internet;
- b) Atualização de servidor de aplicação;
- c) Atualização de versão de servidor de banco de dados;
- d) Atualização de versão de linguagem de programação;
- e) Atualização de versões de *frameworks* e/ou bibliotecas;

2.62.1.1 Em caso de comprovada desproporcionalidade de esforço para alguma das atividades mencionadas no item acima, ficará a cargo do **CONTRATANTE**, com base na justificativa apresentada pela **CONTRATADA**, decidir pela remuneração através da métrica relativa à manutenção sob demanda de sistemas;

2.63 Métricas de serviços:

2.63.1 O dimensionamento da OS de Sustentação será feito por meio da técnica de pontos de função, utilizando o conceito de Ponto de Função Sustentado - PFS;

2.63.1.1 O **PFS** é a métrica usada pelo **CONTRATANTE** para remunerar mensalmente à **CONTRATADA** pelo atendimento de todos os serviços de manutenção aplicáveis ao(s) sistema(s) sustentado(s), previstos no Item 2.5 deste instrumento e dentro dos níveis de serviço adequados;

2.63.2 O tamanho funcional previsto do **Parque de Sistemas** do **CONTRATANTE** a ser sustentado constará **Catálogo de Sistemas Sustentados** elaborado pelo **CONTRATANTE**;

2.63.2.1 O tamanho funcional de cada sistema a ser sustentado deverá sempre levar em conta a medida funcional em pontos de função mais precisa e atualizada informada pelo **CONTRATANTE**;

2.63.2.2 O **CONTRATANTE** não remunerará a **CONTRATADA** retroativamente pelo tamanho funcional de um sistema. A remuneração será sempre pela tabela mais precisa e atualizada informada na OS de Sustentação;

2.63.2.3 O **Catálogo de Sistemas Sustentados** definirá o tamanho funcional detalhado ou estimado de cada sistema. Para os sistemas publicados em produção que não possuam a contagem detalhada em pontos de função, o **CONTRATANTE** utilizará a contagem estimada até que a contagem detalhada esteja pronta;

2.63.2.4 Inicialmente, o **Catálogo de Sistemas Sustentados** será composto por todos os sistemas integrantes do **Parque** do **CONTRATANTE** cuja sustentação mensal já esteja por este definida;

2.63.2.5 Durante a vigência do contrato, o **CONTRATANTE** poderá incluir outros sistemas no **Catálogo de Sistemas Sustentados**, à medida que forem desenvolvidos ou atualizados e estiverem publicados em ambiente de produção do **CONTRATANTE**;

2.63.2.5.1 O **CONTRATANTE** se compromete a avisar à **CONTRATADA** quais sistemas serão

28/65

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

incluídos no Catálogo de Sistemas Sustentados com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, salvo situação excepcional justificável pela urgência da demanda institucional;

2.63.2.6 A critério do **CONTRATANTE**, um sistema em sustentação poderá ser removido do **Catálogo de Sistemas Sustentados** ou deixar de ser elegível para Sustentação. Neste caso, o **CONTRATANTE** se compromete a avisar à **CONTRATADA** com antecedência de 30 dias corridos, salvo situação excepcional justificável pela urgência da demanda institucional;

2.63.2.7 A inclusão e/ou exclusão de um sistema no **Catálogo de Sistemas Sustentados** se dará por comunicação escrita do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**;

2.63.3 Para a abertura da OS de Sustentação, o **CONTRATANTE** utilizará como base a versão mais atualizada do **Catálogo de Sistemas Sustentados**;

2.63.3.1 O **Catálogo de Sistemas Sustentados** será atualizado periodicamente pelo **CONTRATANTE**, a cada três meses ou sempre que for necessário;

2.63.3.2 Nos casos de atualização do tamanho funcional de um sistema sustentado, a **CONTRATADA** fará jus a remuneração atualizada a partir do mês subsequente ao da atualização.

2.63.4 Não será remunerado o processo de entendimento e internalização do sistema/software;

2.63.5 Caso o sistema não possua documentação técnica, a critério do **CONTRATANTE**, poderá ser aberta uma OS de Documentação;

2.63.6 Os sistemas sustentados serão classificados, pelo **CONTRATANTE**, conforme nível de criticidade alta, média ou baixa, levando em consideração o impacto para o negócio e a urgência;

2.63.6.1 Qualquer sistema sustentado poderá ser elencado como de nível de criticidade alta. Para efeito desta classificação, incidem Níveis Mínimos de Serviço diferenciados, conforme **ANEXO IV do edital do certame** - Níveis Mínimos de Serviço.

2.63.6.2 O **CONTRATANTE** indicará, no **Catálogo de Sistemas Sustentados**, quais sistemas serão tratados como de nível de criticidade alta, e informará à **CONTRATADA** sempre que houver mudança no status de sistemas nesta condição;

2.63.6.3 Em contrapartida aos níveis de serviço diferenciados para sistemas de nível de criticidade alta, a **CONTRATADA** fará jus à remuneração de sustentação do referido sistema acrescida em 10% (dez por cento) do valor estabelecido, conforme modelo remuneratório definido neste contrato;

2.63.6.4 Antes de se realizar a mudança de criticidade de um sistema, o **CONTRATANTE** informará à **CONTRATADA** os motivos que levaram o negócio a reclassificar os sistemas prioritários;

2.63.6.5 De acordo com a base histórica do **CONTRATANTE**, os sistemas classificados como criticidade baixa ou muito baixa possuem um número reduzido de incidentes. Por tal razão, serão considerados como estáveis e deverão ser remunerados conforme abaixo:

2.63.6.5.1 O **CONTRATANTE** aplicará um deflator de 50% (cinquenta por cento) no valor do PFS para cada sistema sustentado classificado como criticidade baixa;

2.63.6.5.2 O **CONTRATANTE** aplicará um deflator de 90% (noventa por cento) no valor do PFS para cada sistema sustentado classificado com criticidade muito baixa;

2.63.7 Os sistemas não elencados no catálogo de sistemas sustentados ou que não estejam elegíveis para sustentação serão tratados através do serviço de Desenvolvimento e/ou Manutenção sob demanda;

Assinado por: TELMO NETO COSTA JUNIOR
CPF: 864.738-08
Cargo: Promotor de Justiça
Assinatura: [Assinatura]

Assinado por: CLAYTON CORREIA
CPF: 040.042-03
Cargo: Vice Promotor de Justiça
Assinatura: [Assinatura]

29/65

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.64 Catálogo de Sistemas Sustentados:

2.64.1 O Catálogo de Sistemas Sustentados consignará todos os sistemas que serão atendidos através de uma OS de Sustentação, contendo as seguintes informações:

2.64.1.1 Sigla;

2.64.1.2 Nome;

2.64.1.3 Descrição resumida de seu campo de aplicação;

2.64.1.4 Gerente de Sistema;

2.64.1.5 Endereço dos repositórios de artefatos, inclusive dos códigos-fonte de programas de computador;

2.64.1.6 Plataforma Tecnológica em que se encontra (Linguagem, SGBD, Servidor de Aplicações), inclusive as respectivas versões;

2.64.1.7 A classificação quanto à criticidade;

2.64.1.8 O tamanho funcional em ponto de função estimado ou detalhado;

2.64.2 O Catálogo de Sistemas Sustentados, por sua natureza dinâmica, está sujeito a inclusões, aprimoramentos e alterações ao longo do contrato;

2.65 Metodologia de execução dos serviços:

2.65.1 Para a internalização de um novo sistema nos serviços de sustentação, o **CONTRATANTE** deverá definir previamente o prazo para recebimento do sistema (código-fonte e documentação técnica) pela **CONTRATADA**;

2.65.1.1 A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da OS, para apresentar, caso julgue necessário, pedido formal de revisão do prazo de execução indicado na OS, com exposição de fundamentos técnicos. Em tal hipótese, incumbirá ao **CONTRATANTE** a decisão final sobre a ampliação do prazo ou não;

2.65.2 A **CONTRATADA** deverá indicar o profissional que conduzirá as atividades de recebimento do sistema a ser sustentado no prazo máximo de até 02 (dois) dias antes do início da execução dos serviços indicados na respectiva OS;

2.65.3 O controle de demandas ordinárias relativas a cada OS de Sustentação será realizado via chamados registrados no SGD do **CONTRATANTE**;

2.65.3.1 O prazo para atendimento de cada demanda relativa à OS de sustentação deverá estar de acordo com o **ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de Serviço**;

2.65.3.2 O início da contagem do prazo de atendimento será no momento em que o chamado estiver disponível na fila de atendimento da **CONTRATADA** no SGD do **CONTRATANTE**;

2.65.3.3 O atendimento do chamado fora do prazo acordado ensejará desconto por NMS conforme **ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de Serviço**;

2.65.4 Caso a **CONTRATADA** resolva o defeito aplicando uma solução de contorno e identifique que a causa raiz do problema não possa ser corrigida no mesmo chamado, a solução definitiva poderá ser

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

executada via outro chamado;

2.65.4.1 O prazo de atendimento do novo chamado deverá ser definido previamente, pelo **CONTRATANTE**, antes de sua abertura;

2.65.5 Ao término do atendimento de um ou mais chamados, conforme alinhamento prévio entre as partes quanto ao escopo de entrega, os artefatos produzidos deverão ser entregues ao **CONTRATANTE**, para fins de validação e demais providências;

2.65.5.1 Deverão constar na entrega dos chamados, além dos artefatos de documentação e outros previstos, o código-fonte produzido e as evidências de realização de testes unitários, de integração e de interface;

2.65.5.2 Para fins de recebimento provisório e de apuração dos indicadores de NMS previstos para o Serviço de Sustentação, a **CONTRATADA** deverá entregar como produtos de encerramento:

2.65.5.2.1 Código-fonte final;

2.65.5.2.2 Testes unitários automatizados;

2.65.5.2.3 Modelo de dados e scripts atualizados;

2.65.5.2.4 Scripts de configuração da ferramenta de integração contínua do **CONTRATANTE**;

2.65.5.2.5 Planilha de pontuação detalhada atualizada;

2.65.5.2.6 Outros artefatos previstos na OS/requisição;

2.65.5.3 No ato da entrega a **CONTRATADA** deverá configurar a ferramenta de integração contínua do **CONTRATANTE** para geração de versão do sistema no ambiente de teste;

2.65.5.4 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o produto entregue devidamente configurado e pronto para validação no ambiente de teste do **CONTRATANTE**;

2.65.5.4.1 O produto será considerado como entregue apenas após a disponibilização no ambiente do **CONTRATANTE**.

2.65.6 Os artefatos produzidos serão objeto de avaliação e aprovação pela equipe do **CONTRATANTE**, acompanhada ou não de terceiros;

2.65.6.1 A critério do **CONTRATANTE**, a validação dos produtos entregues poderá ser realizada em conjunto com empresas especialistas por ele designadas;

2.65.6.2 Durante a validação, serão:

2.65.6.2.1 Realizadas avaliações de qualidade em que, a critério do **CONTRATANTE**, poderão ser reexecutados os testes unitários, de integração e de interface e também realizados testes funcionais de sistema, exploratórios, testes de desempenho, de carga, de estresse e de segurança. Além disso, poderão ser reexecutados os testes de qualidade do sistema e de segurança do sistema;

2.65.6.2.2 Analisados se os produtos entregues estão em conformidade com a documentação do projeto e atendem aos critérios de aceitação definidos na **MGDAS**, em conjunto com o especificado no **ANEXO IV do edital do certame – Níveis Mínimos de Serviço**;

2.65.7 A **CONTRATADA** deverá efetuar as alterações que se fizerem necessárias nos artefatos

31/65



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

entregues, a partir dos apontamentos da equipe do **CONTRATANTE**, em prazo por este definido, de acordo com a complexidade da demanda.

2.65.7.1 Todas as correções deverão ser feitas sem ônus para o **CONTRATANTE**;

2.65.8 Após correções de eventuais não conformidades pela **CONTRATADA**, os artefatos deverão ser submetidos à nova avaliação do **CONTRATANTE** até que seja dado o aceite definitivo dos serviços;

2.65.9 A requisição de serviço será considerada pronta quando estiver validada no ambiente do **CONTRATANTE** e, se for o caso, a documentação técnica estiver atualizada;

2.65.10 A **CONTRATADA** deverá realizar a atualização do tamanho funcional do sistema em Ponto de Função (PF) pelo menos a cada 3 (três meses) através de medição detalhada;

2.65.10.1 Caso o sistema em sustentação não tenha a pontuação detalhada, a **CONTRATADA** deverá realizar a contagem inicial em até 3 (três meses) do início do serviço.

2.65.10.2 A contagem inicial ou incremental não poderá concorrer com os chamados que estão sendo atendidos no serviço, devendo ser observado os prazos previstos para o seu atendimento.

2.65.10.3 O não cumprimento do prazo mínimo previsto para atualização do tamanho funcional do sistema em sustentação sem justificativa prévia ensejará na apuração do Indicador AGFP (Índice de Artefatos de Gerenciamento Fora do Prazo) definido no **ANEXO IV do edital do certame – Níveis Mínimos de Serviço** referente ao mês de apuração, contado da data do último envio da pontuação ou da data de início do serviço, caso nenhuma pontuação tenha sido enviada.

SUBSEÇÃO V – DO SERVIÇO DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

2.66 Para serviços em Tecnologia da Informação no âmbito da Engenharia de Software não contemplados pelos serviços de Documentação, Desenvolvimento ou Manutenção de Software, o **CONTRATANTE** poderá requerer à **CONTRATADA** a execução do serviço de Pesquisa e Inovação Tecnológica;

2.67 Artefatos previstos no serviço:

2.67.1 Relatório técnico detalhado;

2.67.2 Atas de reunião;

2.67.3 Código fonte do piloto construído, se for o caso;

2.67.4 Documento de Arquitetura de Projeto;

2.67.5 Se foi utilizado banco de dados no estudo;

2.67.5.1 Dicionário de Dados;

2.67.5.2 Modelo de Dados;

2.67.5.3 Scripts DDL e DML;

2.67.6 Outros artefatos previstos na OS;

2.68 A prestação dos serviços será executada mediante emissão de Ordens de Serviço de Pesquisa e Inovação (OS de Inovação) pelo **CONTRATANTE**;

2.69 Métricas de serviço:

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.69.1 O dimensionamento da OS de inovação será feito por meio da técnica de pontos de função;

2.69.2 Para fins de definição inicial da quantidade de pontos de função relativa a cada OS, o **CONTRATANTE** se baseará nas seguintes premissas:

2.69.2.1 Na hipótese de já haver a contagem estimada ou detalhada em Pontos de Função para o escopo do serviço que será executado, a OS será aberta de acordo com a contagem apurada;

2.69.2.2 Na hipótese de não haver contagem estimada ou detalhada em Pontos de Função, a OS será aberta com valor correspondente a 1 (um) ponto de função para fazer jus ao levantamento inicial;

2.69.2.3 Ao final do serviço realizado, o valor da OS será ajustado levando-se em consideração a Planilha de Contagem Detalhada e esforço realizado HST conforme definido na seção Demandas não mensuráveis por PF.

2.70 Metodologia de execução dos serviços:

2.70.1 O **CONTRATANTE** abrirá a OS de Inovação com informações sobre a demanda a ser realizada e o escopo do serviço;

2.70.2 A seu critério, o **CONTRATANTE** encaminhará, junto à OS, documentos que julgue relevantes para a execução dos serviços;

2.70.3 O **CONTRATANTE** definirá na OS o prazo máximo admitido para a total execução dos serviços;

2.70.3.1 A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da OS, para apresentar, caso julgue necessário, pedido formal de revisão do prazo de execução indicado na OS, com exposição de fundamentos técnicos. Em tal hipótese, incumbirá ao **CONTRATANTE** a decisão final sobre a ampliação do prazo ou não;

2.70.3.2 O prazo de execução poderá ser alterado por acordo entre as partes, observando-se a complexidade e urgência dos serviços demandados e a disponibilidade de tempo da área requisitante do **CONTRATANTE**;

2.70.3.3 O cronograma para execução de cada OS deverá ser enviado pela **CONTRATADA**, conforme prazos e critérios definidos no **NMS**;

2.70.4 Ao término do atendimento da OS pela **CONTRATADA**, os artefatos produzidos deverão ser entregues ao **CONTRATANTE**, para fins de recebimento provisório, definitivo e demais providências;

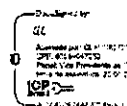
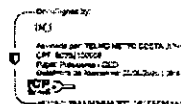
2.70.5 Os artefatos produzidos serão objeto de avaliação e aprovação pela equipe do **CONTRATANTE**, acompanhada ou não de terceiros;

2.70.5.1 Os produtos entregues serão validados conforme o **ANEXO IV do edital do certame – Níveis Mínimos de Serviço**;

2.70.5.2 A critério do **CONTRATANTE**, a validação dos produtos entregues poderá ser realizada em conjunto com empresas especialistas por ele designadas;

2.70.6 A **CONTRATADA** deverá efetuar as alterações que se fizerem necessárias nos artefatos produzidos a partir dos apontamentos da equipe do **CONTRATANTE**, em prazo por este definido, de acordo com a complexidade da demanda;

2.70.6.1 Todas as correções deverão ser feitas sem ônus para o **CONTRATANTE**;



33/65



CONTRATO 047/2020-SGA

2.70.7 Após correções de eventuais não conformidades pela **CONTRATADA**, os artefatos deverão ser submetidos à nova avaliação do **CONTRATANTE** até que seja dado o aceite definitivo da OS de Inovação;

2.70.8 A eventual suspensão da OS, solicitada pelo **CONTRATANTE**, implicará a remuneração proporcional aos produtos entregues e validados, desde que permaneça suspensa por período superior a 60 (sessenta) dias, ocasionando, neste caso, o fechamento da OS;

SUBSEÇÃO VI – DO PLANTÃO E SOBREAVISO

2.71 Para análise, triagem e atendimento de demandas de sistemas fora do horário administrativo de funcionamento, o **CONTRATANTE** poderá requerer à **CONTRATADA** a execução do serviço de Plantão e Sobreaviso;

2.72 A prestação dos serviços será executada mediante emissão de Ordens de Serviço de Plantão pelo **CONTRATANTE**;

2.73 Atendimento em regime de plantão se dará:

2.73.1 Horário: engloba o período entre 18h00 às 07h59 nos dias úteis, e o período de 00h00 às 23h59 nos finais de semana, feriados nacionais ou regionais e dias com expediente suspenso em todas as unidades do **CONTRATANTE**, mediante portaria interna deste;

2.73.1.1 Caberá à **CONTRATADA** verificar junto ao **CONTRATANTE** os dias planejados de expediente suspenso para garantir a prestação do serviço nestes dias.

2.73.1.2 O horário de início ou término do período de plantão nos dias úteis poderá ser antecipado ou adiado, desde que em comum acordo entre as partes. Para estes casos, o **CONTRATANTE** irá registrar na respectiva OS o novo horário atualização e comunicará à **CONTRATADA** num prazo mínimo de 5 (cinco) dias.

2.73.2 Durante o plantão, abertura de chamados será feita exclusivamente por telefone, contudo informações poderão ser encaminhadas através de e-mail ou registro no SGD do **CONTRATANTE**. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá fornecer número externo para contato, o qual deverá possuir DDD 71 (não podendo ser linha móvel) ou ser um 0800/4004 (ou semelhante), e que não deverá mudar ao longo da execução do contrato; Além disso, a **CONTRATADA** deverá fornecer um e-mail de contato, que não deverá mudar ao longo da execução do contrato, para o encaminhamento de informações adicionais quando necessário.

2.73.3 O atendimento aos serviços essenciais será feito sempre **por telefone** ou **remotamente**, mediante conexão previamente configurada e autorizada pelo **CONTRATANTE**;

2.73.4 Não haverá suporte presencial durante o período de plantão;

2.74 Métricas de serviço:

2.74.1 O dimensionamento da OS será feito por meio de HST, com base no total estimado de HST previstas para o período de vigência da OS;

2.74.2 Para cada chamado atendido durante o plantão e sobreaviso, a **CONTRATADA** fará jus ao faturamento do atendimento realizado, sendo que, nestes casos, o dimensionamento será feito por meio da técnica de pontos de função com base no **ANEXO IV do edital do certame - Roteiro de Métricas**;

2.74.3 A cada mês, a **CONTRATADA** deverá apurar os atendimentos realizados no mês anterior, realizar



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

a contagem detalhada do serviço realizado com base no **ANEXO IV do edital do certame - Roteiro de Métricas** e submeter para aprovação do **CONTRATANTE**;

2.74.4 O faturamento será realizado mensalmente após a apuração das HST e PFs efetivamente realizadas no mês anterior à apuração.

2.75 Metodologia de execução dos serviços:

2.75.1 O **CONTRATANTE** abrirá a OS com informações sobre a demanda a ser realizada e o escopo do serviço;

2.75.2 A seu critério, o **CONTRATANTE** encaminhará, junto à OS, documentos que julgue relevantes para a execução dos serviços;

2.75.3 O **CONTRATANTE** definirá na OS o prazo de vigência para execução dos serviços de plantão e sobreaviso;

2.75.3.1 A seu critério, o **CONTRATANTE** poderá prorrogar o prazo de execução ou antecipar sua finalização. Neste caso, o **CONTRATANTE** se compromete a avisar à **CONTRATADA** com antecedência de 30 dias corridos, salvo situação excepcional justificável pela urgência da demanda institucional;

2.75.4 A **CONTRATADA** deverá indicar o profissional com **perfil de Analista Desenvolvedor**, conforme definido na seção 3. **PERFIL DA EQUIPE TÉCNICA** que conduzirá as atividades de plantão sobreaviso no prazo máximo de até 05 (cinco) dias antes do início da execução dos serviços indicados na respectiva OS;

2.75.5 Ao ser acionado, o plantonista deverá proceder com a abertura de chamado no SGD do **CONTRATANTE**, caso ainda não tenha sido feito pelo suporte de 1º ou 2º Nível do **CONTRATANTE**;

2.75.6 O registro deverá conter pelo menos, a data e hora do acionamento do plantão, o sistema relacionado a descrição do problema e mensagem de erro quando possível, além de anexar todas as evidências que foram encaminhadas ou coletadas tais como *printscreen* do erro, log de erro, e-mail, entre outros.

2.75.6.1 Tendo em vista a prioridade e criticidade dos sistemas que estão em suporte de plantão e sobreaviso, o prazo para investigação e atendimento de cada chamado aberto conforme tabela abaixo:

Horário	Prazo para Atendimento
Das 22h00 às 06h00	2h
Das 06h01 às 21h59	4h

2.75.6.2 O início da contagem do prazo de atendimento será no momento do acionamento do plantão;

2.75.6.3 O atendimento do chamado fora do prazo acordado ou a alocação de profissional fora do perfil previsto ensejará desconto por NM5 conforme **ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de Serviço**;

2.75.7 Caso a **CONTRATADA** resolva o defeito aplicando uma solução de contorno e identifique que a causa raiz do problema não possa ser corrigida no mesmo chamado, a solução definitiva poderá ser executada via outro chamado;

2.75.7.1 Neste caso, o chamado poderá ser encaminhado para atendimento fora do horário de plantão e deverá observar o prazo previsto no **ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de**

Serviço;

2.75.8 Ao término do atendimento do chamado, o plantonista deverá comunicar ao responsável pela abertura do chamado ou a pessoa indicada pelo **CONTRATANTE** da resolução ou não do problema reportado;

2.75.8.1 O plantonista deverá registrar no chamado do SGD todas as informações coletadas, as ações realizadas para resolver o problema, anexar scripts que tenham sido criados e vincular todos os commits realizados no repositório do sistema;

2.75.8.2 Caso não seja possível resolver o problema durante o plantão, o plantonista deve justificar a impossibilidade de resolução do problema, e quando possível, anexar evidências;

2.75.9 A eventual suspensão da OS, solicitada pelo **CONTRATANTE**, implicará na remuneração proporcional aos serviços realizados até a data de suspensão efetiva.

SEÇÃO V – DO RECEBIMENTO DO OBJETO PELO CONTRATANTE

2.76 A verificação do alcance dos objetivos do **CONTRATANTE** para a presente contratação será feita com a monitoração e controle de Indicadores de Nível de Serviço definidos, conforme detalhado no **ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de Serviço**;

2.76.1 A critério exclusivo do **CONTRATANTE**, poderão deixar de ser considerados, para apuração dos Níveis Mínimos de Serviço, os atrasos decorrentes de fatos supervenientes sofridos pela **CONTRATADA**, desde que tais fatos sejam comunicados ao **CONTRATANTE** tão logo ocorram, para que possam ser analisados quanto à pertinência.

2.76.2 Cabe à **CONTRATADA** provar os fatos e os seus efeitos sobre o andamento dos serviços da OS;

2.77 O descumprimento de qualquer indicador do acordo de nível de serviço que não tenha sido devidamente justificado pela **CONTRATADA** e/ou que sua justificativa não tenha sido aprovada pelo **CONTRATANTE**, ensejará desconto por NMS correspondente na fatura;

2.78 São passíveis de entrega e aceitação os serviços demandados por meio de Ordem de Serviço e/ou requisição no SGD que tenham atendido aos critérios de conclusão e homologação definidos pelo **CONTRATANTE**;

2.79 Os serviços serão considerados entregues, para fins de recebimento provisório, quando da comunicação, pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, da disponibilidade, no repositório eletrônico, de todos artefatos requeridos;

2.79.1 A comunicação de entrega de demanda pela **CONTRATADA** será através do SGD ou outro meio de comunicação definido pelo **CONTRATANTE**;

2.79.2 A **CONTRATADA** deve, ao término de cada Ordem de Serviço/requisição ou fase do projeto concluída, repassar todos os artefatos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação de programas, diagramas e especificações;

2.79.1.1 A entrega de todos os artefatos resultantes da execução de uma Ordem de Serviço/requisição interrompe a contagem de seu prazo de entrega, desde que esta não tenha sido rejeitada;

2.79.3 Faz parte do escopo de entrega da fase de desenvolvimento e teste a disponibilização do sistema no ambiente de teste do **CONTRATANTE**;

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

2.79.4 Para configuração da entrega, deverão ser observados todos os demais critérios e condições estabelecidos na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato, em especial na **SEÇÃO IV** e suas **SUBSEÇÕES**;

2.80 Constatada qualquer inconformidade que impeça o aceite dos resultados de uma Ordem de Serviço/requisição, esta será retornada, via **SGD** ou e-mail, ao status em que se encontrava antes da entrega, lançados os motivos da recusa.

2.80.1 A recusa implicará em estabelecimento, pelo **CONTRATANTE**, de prazo-limite para adequação da entrega e cômputo de eventuais índices de Nível Mínimo de Serviço;

2.80.2 A **CONTRATADA** deverá efetuar todas as adequações que se fizerem necessárias nos artefatos entregues, em integral cumprimento ao quanto apontado pelo **CONTRATANTE**, sem ônus adicional para este;

2.80.3 Todos os ajustes feitos pela **CONTRATADA** ensejarão nova(s) avaliação(ões) pelo **CONTRATANTE** até que seja dado o aceite definitivo dos serviços;

2.80.4 A notificação pelo **CONTRATANTE**, e consequente abertura de prazo para ajuste(s) pela **CONTRATADA**, ocorrerão sem prejuízo do eventual desconto de valores e/ou aplicação de penalidades cabíveis, observado, inclusive, o quanto disposto no **ANEXO IV do edital do certame - Níveis Mínimos de Serviço**;

2.81 O aceite definitivo de uma Ordem de Serviço de Planejamento ou Documentação será dado após a validação da documentação entregue pela **CONTRATADA**;

2.81.1 A validação será realizada pelo gestor do sistema documentado, ou por pessoa por ele designado, e pela equipe técnica da **DTI** do **CONTRATANTE**;

2.82 O aceite definitivo de uma Ordem de Serviço de Desenvolvimento, Manutenção ou Sustentação será dado após a conclusão dos Testes Formais e/ou Homologação por parte do gestor do projeto ou pessoa por ele designada;

2.82.1 Uma vez iniciada a homologação, se forem identificados defeitos na versão entregue, o aceite definitivo só será dado após a correção de todos os defeitos;

2.82.1.2 A critério exclusivo do **CONTRATANTE**, levando-se em consideração as questões legais ou necessidade da área gestora responsável pela demanda, uma OS poderá receber aceite parcial ou integral, caso restem apenas defeitos de gravidade baixa para correção;

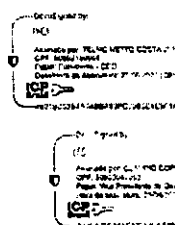
2.82.2 Caso o **CONTRATANTE** solicite alguma mudança de requisito durante a fase de Testes Formais de um produto entregue, o ciclo de teste em andamento será concluído e os testes serão considerados como finalizados. Um novo processo de teste será realizado quando a **CONTRATADA** fizer a entrega das mudanças solicitadas;

2.82.2.1 Para o escopo inicial do produto entregue serão apurados todos indicadores até o momento da finalização dos testes formais;

2.82.2.2 O aceite e autorização para faturamento será dado apenas se o produto entregue estiver funcional e não tenha defeitos de gravidade crítica ou alta pendente de correção;

2.83 A aceitação dos serviços de uma Ordem de Serviço/requisição não impede a constatação, no prazo da garantia, da existência de vícios, e não isenta a **CONTRATADA** de obrigações deles decorrentes;

2.84 Após o aceite definitivo, a **CONTRATADA** estará apta a incluir os serviços prestados no faturamento mensal e receber pelos produtos gerados conforme OS/requisição, após procedimentos de quantificação e pagamento descritos neste contrato, seus **APENSOS**, bem como no edital do certame respectivo;



37/65



CONTRATO 047/2020-SGA

2.84.1 Para fim de desembolso financeiro relativo a cada OS/requisição, serão pagos apenas os produtos que receberam o aceite definitivo pelo **CONTRATANTE**;

2.85 Após o aceite definitivo, o **CONTRATANTE** encaminhará o relatório de cálculo dos indicadores de NMS referente ao produto entregue, considerando os possíveis descontos apurados;

SEÇÃO VI – DO RELATÓRIO TÉCNICO DE ATIVIDADES

2.86 A **CONTRATADA** deverá elaborar, até o décimo dia útil de cada mês, Relatório Técnico de Atividades – **RTA**, o qual deverá conter detalhamento de todos os serviços entregues que tiveram o aceite definitivo entre o primeiro e o último dia do mês anterior;

2.86.1 Fica estabelecido o último dia de cada mês como a data base para efeitos de medição mensal;

2.87 O Relatório Técnico de Atividades deverá conter, no mínimo:

2.87.1 Para cada tipo de serviço a ser faturado:

2.87.1.1 Identificação do Serviço;

2.87.1.2 Identificação das Ordens de Serviço;

2.87.1.3 Detalhamento das atividades realizadas e produtos entregues;

2.87.1.4 Volumetria apurada para o serviço;

2.87.1.5 O período de realização e validação do serviço;

2.87.1.6 Relação dos tickets resolvidos;

2.87.1.7 Medição dos Indicadores de Desempenho de Serviço para o período apurado;

2.87.1.8 Descontos por NMS apurados para o serviço;

2.87.1.9 Valor total a ser faturado, considerando os possíveis descontos por NMS apurados;

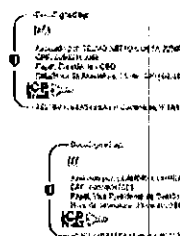
CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O valor máximo previsto para os serviços demandados em cada OS/requisição (valor inicial), será definido mediante medições, conforme regras definidas nesta **CLÁUSULA** em conjunto com o Roteiro de métricas constante do **ANEXO IV** do edital do certame licitatório;

3.1.1 O valor inicial poderá ser ajustado (acrescido/reduzido) conforme emissão de ordens de serviços ou requisições complementares, nos termos deste contrato;

3.1.2 A critério exclusivo do **CONTRATANTE**, poderá ser previsto o pagamento de Ordens de Serviços por etapas de execução previamente definidas, conforme cronograma de execução determinado e/ou validado pelo **CONTRATANTE** e mediante elaboração do Relatório Técnico de Atividades nos termos da **Seção VI** da cláusula segunda deste instrumento;

3.2 Para fins de definição do valor final a ser faturado pela **CONTRATADA** para cada OS/requisição, aplicar-se-ão os indicadores de desempenho cabíveis, de acordo com o **ANEXO IV** do edital do certame – Níveis Mínimos de Serviços;



38/65

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

3.2.1 O valor a ser faturado (valor final) será aquele correspondente ao valor inicial ou ajustado (conforme o caso), descontados os eventuais percentuais cabíveis por não atendimento dos indicadores de níveis de serviço previstos no **ANEXO IV do edital do certame – Níveis Mínimos de Serviços**;

3.3 Procedimentos gerais para medição:

3.3.1 Os serviços desta contratação serão mensurados, via de regra, por meio da técnica de Análise de Pontos de Função – APF;

3.3.1.1 Para efeitos desta contratação, será utilizado o Ponto de Função não ajustado;

3.3.2 As contagens de Ponto de Função seguirão, nesta ordem, as regras estabelecidas no Manual de Práticas de Contagem (CPM) versão 4.3.1 (ou superior) do IFPUG e no Roteiro de Métricas constante do **ANEXO IV do edital do certame licitatório**, acrescidas das definições do Roteiro de Métricas de Software do SISP na versão 2.2 (ou superior);

3.3.2.1 Caso seja necessário adotar uma nova versão do Roteiro de Métricas, do Manual de Práticas de Contagem (CPM) do IFPUG e do Roteiro de Métricas do SISP, bem como criar/atualizar um dos artefatos de contagem durante a execução do contrato, o **CONTRATANTE** comunicará formalmente à **CONTRATADA**, com a indicação das mudanças, devendo esta realizar a análise de impacto e adaptar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a comunicação.

3.3.2.1.1 Exceções ao cumprimento de prazo, devidamente formalizadas e justificadas pela **CONTRATADA**, serão analisadas pelo **CONTRATANTE**;

3.3.2.2 A seu critério, o **CONTRATANTE** poderá adotar o método de contagem estimativa ou indicativa preconizado pela NESMA (*Netherlands Software Metrics Users Association*) na execução de mensuração preliminar de serviços do contrato;

3.3.3 Considerando a aplicação da técnica de APF, a fronteira de aplicação e o escopo da medição serão definidos pelo **CONTRATANTE**;

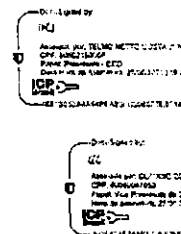
3.3.4 As contagens estimativas e detalhadas serão realizadas pela **CONTRATADA** e validadas pelo **CONTRATANTE** ou por empresa por este designada;

3.3.4.1 A contagem efetuada pela **CONTRATADA** deverá ser realizada pelo profissional indicado por esta que possua a certificação de *Certified Function Points Specialist - CFPS* do *International Function Point Users Group - IFPUG* vigente e válida na data da contagem e que atenda ao perfil definido no 2.10.8 da **SEÇÃO II – PERFIL DA EQUIPE TÉCNICA**, a fim de garantir a qualidade técnica e atestar a aderência da contagem às normas vigentes;

3.3.4.2 Caso seja identificado que a contagem foi realizada por profissional que não atenda ao requisito definido no item 3.3.4.1, a Ordem de Serviço relacionada à contagem estará sujeito ao indicador PFPD (Índice de Profissionais Fora do Perfil Definido) definido no **ANEXO IV do edital do certame – Níveis Mínimos de Serviço**.

3.3.5 Para registro da contagem de Pontos de Função, a **CONTRATADA** utilizará a planilha disponibilizada pelo **CONTRATANTE** e deverá seguir as orientações deste para o seu devido preenchimento;

3.3.6 Caso haja a necessidade de remunerar a **CONTRATADA** por algum serviço que não seja possível pela métrica de pontos de função, o **CONTRATANTE** remunerará com base no item 3.4 deste contrato em conjunto com o item 6 do Roteiro de Métricas, constante do **ANEXO IV do edital do certame**;



39/65



CONTRATO 047/2020-SGA

3.3.7 O **CONTRATANTE** não remunerará a **CONTRATADA** pelos serviços de refatoração de código, visando preencher atalhos, eliminar a duplicação e código legado e para tornar o design e a lógica claros, por entender que é de responsabilidade da **CONTRATADA** produzir um código aderente às boas práticas da programação e às guias anexas ao MGDS ou MGDAS do **CONTRATANTE**;

3.3.7.1 O **CONTRATANTE** entende refatoração como a alteração realizada na estrutura interna do software para torná-lo mais fácil de entender e de prover manutenção sem alterar seu comportamento/funcionalidades;

3.4 Demandas não mensuráveis por PF:

3.4.1 Os itens de uma demanda que não puderem ser dimensionados em Pontos de Função terão seus tamanhos estimados e apurados conforme regras abaixo:

3.4.1.1 Não serão contados, para fins de pagamento, os itens identificados como não mensuráveis por Pontos de Função em que, na mesma demanda, exista um item mensurável no qual possa ser considerado;

3.4.1.1.1 Exemplificativamente: numa demanda que tenha um item de alterar um texto fixo na tela de "Incluir servidor" e que tenha outro item de demanda para alterar a transação "Incluir servidor", somente será contada a função de transação. Considera-se que esta transação já inclui o item não mensurável. Por outro lado, numa demanda que tenha somente um item de alterar o título da tela de "Incluir servidor", este item não mensurável será contado.

3.4.1.2 Para as demais hipóteses:

3.4.1.2.1 Em regra, utilizar-se-á a Tabela VI do item 6 do ANEXO IV do edital do certame - Roteiro de Métricas, a qual enumera a relação de itens não mensuráveis a ser utilizada como insumo para a apuração do tamanho de itens de demandas não mensuráveis por pontos de função;

3.4.1.2.1.1 Os exemplos constantes na Tabela VI são ilustrativos e estão baseados em um sistema fictício de cadastro;

3.4.1.2.1.2 Para cada item de demanda não mensurável listado na Tabela VI, está estabelecida uma regra para mensuração;

3.4.1.2.1.3 O esforço atrelado à fórmula definida compreende não só o esforço de implementação da demanda, como a produção de todos os artefatos necessários ao processo de desenvolvimento de software previsto neste contrato;

3.4.1.2.2 Para os casos em que os itens de demandas não mensuráveis por PF não estejam contemplados na Tabela VI ou em outras seções do Roteiro de Métricas, observar-se-á o disposto no Roteiro de Métricas de Software do SISP (versão 2.2 ou superior);

3.4.1.2.3 Excepcionalmente, e em última hipótese, os itens de demandas não mensuráveis por PF poderão ser realizados por HST (Horas de Serviço Técnico), conforme conversão prevista no subitem 6.2 do ANEXO IV do edital do certame - Roteiro de Métricas;

3.4.1.2.3.1 Para os serviços estimados em HST, a **CONTRATADA** deverá submeter, previamente, justificativa da impossibilidade de aplicar a técnica de Análise de Ponto de Função, de utilizar a Tabela VI do Roteiro de métricas constante do Edital do certame e as regras previstas no Roteiro de Métricas de Software do SISP (versão 2.2 ou superior);

3.4.1.2.3.2 Nas hipóteses em que serviços a serem atendidos por HST já não estejam abrangidos (e contados) no bojo de uma OS já emitida, o **CONTRATANTE** informará via e-

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

mail à **CONTRATADA** a especificação detalhada dos serviços, com a finalidade de planejamento das horas de serviço;

3.4.1.2.3.2.1 A **CONTRATADA** enviará o planejamento detalhado das horas de serviço e o prazo para atender a demanda;

3.4.1.2.3.2.2 O **CONTRATANTE** aprovará a previsão de horas informada e abrirá uma requisição de serviço para atendimento;

3.4.1.2.3.2.3 Caso o **CONTRATANTE** não aceite a quantidade de horas informada, uma reunião será marcada para fins de acordo quanto ao esforço e prazo para atendimento, sendo a definição final a cargo do **CONTRATANTE**;

3.4.1.2.3.3 Salvo motivo de força maior, o **CONTRATANTE** não remunerará a **CONTRATADA** pelas horas de serviço executadas além daquelas previstas na requisição de serviço, observando-se que:

3.4.1.2.3.3.1 Sempre que a **CONTRATADA** necessitar de quantitativo de horas superior ao planejado deverá solicitar, previamente, ao **CONTRATANTE** que, após análise das justificativas, poderá aprovar ou considerar improcedente se entender que aquela, dentre outros motivos, não fez uso eficiente de tal recurso. Ademais, no segundo caso, a **CONTRATADA** obriga-se a concluir a demanda sem custo adicional para o **CONTRATANTE**;

3.5 Divergências de Contagem:

3.5.1 As regras a seguir são válidas para qualquer tipo de contagem;

3.5.2 A **CONTRATADA** deverá apresentar cada contagem realizada ao **CONTRATANTE**, para validação;

3.5.3 O **CONTRATANTE**, a seu critério, poderá realizar nova contagem – internamente ou mediante contratação de empresa com expertise técnica em Análise de Pontos de Função – ou aferir a correção da Planilha de Contagem entregue. O resultado desse processo será disponibilizado posteriormente à **CONTRATADA**;

3.5.4 A **CONTRATADA** terá um prazo de 03 (três) dias úteis para contestar as informações apresentadas pelo **CONTRATANTE**.

3.5.5 Caso haja contestação por parte da **CONTRATADA**, esta poderá solicitar reunião de alinhamento para analisar os pontos divergentes entre as partes.

3.5.6 A critério do **CONTRATANTE**, no caso de divergências de contagem de até 5% (cinco por cento), será utilizada a menor contagem, sem necessidade de reunião de alinhamento.

3.5.7 Não havendo consenso na reunião de alinhamento para um valor comum entre as partes, prevalecerá a interpretação dada pelo **CONTRATANTE**.

3.5.8 A reunião de alinhamento deverá ser registrada por meio de ata.

3.5.9 A **CONTRATADA** é obrigada a comparecer à reunião de alinhamento da contagem de pontos de função e será informada com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

3.5.10 No caso de a **CONTRATADA** não poder comparecer à reunião, ela deverá avisar ao fiscal técnico do **CONTRATANTE** responsável pela Ordem de Serviço à qual se refere a contagem com, no mínimo, um dia útil de antecedência por meio de e-mail ou correspondência formal. Neste caso, a reunião será remarcada apenas uma única vez.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

3.5.11 Caso a **CONTRATADA** falte à reunião sem avisar previamente, o **CONTRATANTE** decidirá qual contagem será considerada, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer questionamento posterior.

3.5.12 Após a reunião de alinhamento, a **CONTRATADA** deverá ajustar os artefatos de aferição.

3.5.13 A versão final dos artefatos de aferição servirá como base para o faturamento da Ordem de Serviço.

3.5.14 Para registro da contagem de Pontos de Função, a **CONTRATADA** utilizará a planilha disponibilizada pelo **CONTRATANTE** e deverá seguir as orientações desta para o seu devido preenchimento;

3.6 Distribuição de Esforço por Fase do Projeto (salvo para os serviços de planejamento e sustentação):

3.6.1 Quando houver interrupção definitiva nos serviços ou na hipótese de a **CONTRATADA** executar apenas fases específicas do projeto (requisito, projeto de sistema, modelagem de dados, desenvolvimento e testes, homologação, treinamento ou implantação), o pagamento será feito de acordo com a macro atividade da demanda, conforme **Tabela I** abaixo.

Tabela I. Distribuição do Esforço por Macro atividade da Demanda.

Atividade	Porcentagem
Levantamento e Especificação de Requisito	25%
Projeto de Sistema	10%
Modelagem de Dados	5%
Implementação e Teste	50%
Homologação e/ou Treinamento	5%
Implantação	5%

3.6.2 O **CONTRATANTE** considera que a macro atividade **Implementação** engloba as atividades de desenvolvimento e testes que a **CONTRATADA** deverá realizar para garantir um produto entregue dentro dos Níveis Mínimos de Serviço acordados através do **ANEXO IV** do edital do certame;

3.6.3 A **CONTRATADA** fará jus a faturar pela fase de **Homologação e/ou Treinamento** caso realize a montagem do ambiente de homologação ou acompanhamento da homologação junto com o usuário responsável, ou realize o treinamento para o grupo de usuários indicado pelo **CONTRATANTE**;

3.6.4 A **CONTRATADA** fará jus a faturar pela fase de **Implantação** caso realize atividades de suporte e orientação à equipe de infraestrutura do **CONTRATANTE** durante a implantação do *release* entregue;

SEÇÃO I – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO DE DEMANDAS

3.7 Os serviços descritos na OS de Planejamento serão medidos e pagos utilizando-se a técnica de Contagem Estimada da Análise em Pontos de Função;

3.8 Não haverá remuneração extra das contagens necessárias ao processo;

3.9 O acionamento do serviço se dará por Ordem de Serviço e a sua remuneração será calculada considerando o valor fixo equivalente a 02 (dois) pontos de função ou o valor equivalente a 3% (três por cento) da quantidade estimativa de pontos de função relativos à solução diagnosticada, se este for maior



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

que os 2 (dois) pontos de função fixo;

3.9.1 Para o valor fixo equivalente a dois pontos de função, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$V_OSP = (2 \times PF_Unit)$$

Onde:

- a) V_OSP = valor a ser pago pela Ordem de Serviço de Planejamento
- b) PF_Unit = preço unitário do Ponto de Função

3.9.2 Para o valor equivalente a 3% (três por cento) da quantidade estimada de pontos de função relativos à solução diagnosticada, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$V_OSP = (PF_Est \times PF_Unit) \times 3\%$$

Onde:

- a) V_OSP = valor a ser pago pela Ordem de Serviço de Planejamento
- b) PF_Est = contagem estimada dos Pontos de Função relativos à OS.
- c) PF_Unit = preço unitário do Ponto de Função

SEÇÃO II – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DE SISTEMAS

3.10 Os serviços de documentação de sistemas serão medidos e pagos utilizando-se a técnica de Análise em Pontos de Função;

3.11 Não haverá remuneração extra das contagens necessárias ao processo;

3.12 Toda a documentação gerada para dar suporte à estimativa de tamanho que tenha finalidade exclusivamente para faturamento dos serviços não será objeto de remuneração;

3.13 O acionamento do serviço se dará por OS de Documentação e a sua remuneração será calculada com base na quantidade de Pontos de Função da execução do serviço (contagem detalhada), considerando as fases do projeto que tenham sido executadas (Requisito, Projeto de sistema e/ou Modelagem de Dados), e observando os Itens 3.3 e 3.5 deste contrato ou outros adotados pelo CONTRATANTE;

3.14 O valor a ser faturado será calculado conforme a fórmula abaixo:

$$\begin{aligned} V_OS_Doc &= (PF_Det \times PF_Unit \times FI) \\ V_Desconto &= V_OS_Doc \times Desc_NS \\ V_FAT &= V_OS_Doc - V_Desconto \end{aligned}$$

Onde:

- a) V_OS_Doc = valor previsto para a Ordem de Serviço de Documentação;
- b) PF_Det = contagem detalhada dos Pontos de Função relativos à Ordem de Serviço;
- c) FI = Fator de Impacto que varia de acordo com a fase do projeto em que a documentação estiver relacionada;
- d) PF_Unit = preço unitário do Ponto de Função;
- e) Desc_NS = Percentual total a ser descontado em razão do não atendimento dos níveis de serviço previstos no ANEXO IV do certame licitatório;
- f) V_Desconto = valor a ser descontado por não atendimento dos níveis de serviço;
- g) V_FAT = valor a ser faturado pela Ordem de Serviço;

O percentual aplicado para o Fator de Impacto (FI) é definido de acordo com a Tabela I do Item 3.6.1, sendo assim:

- a) FI = 0,25; apenas artefatos de requisitos.
- b) FI = 0,10; apenas artefatos de projeto de sistema.
- c) FI = 0,05; apenas modelagem de dados.
- d) FI = 0,35; para artefatos de requisito e projeto de sistema.
- e) FI = 0,15; para artefatos de requisito e modelagem de dados.
- f) FI = 0,40; para artefatos de requisito, projeto de sistema e modelagem de dados.

SEÇÃO III – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SOB DEMANDA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

3.15 Os serviços descritos na OS/requisição serão medidos e pagos utilizando-se a técnica de Análise em Pontos de Função;

3.16 Não haverá remuneração extra das contagens necessárias ao processo;

3.17 Para estes tipos de serviços, a remuneração será calculada considerando a quantidade de Pontos de Função da execução do serviço (contagem detalhada), observados os Itens 3.3 e 3.5 deste contrato ou outros adotados pelo **CONTRATANTE**;

3.18 O valor a ser faturado será calculado conforme a fórmula abaixo:

$$\begin{aligned} V_OS_Dev &= (PF_Det \times PF_Unit \times FI \times FU) \\ V_Desconto &= V_OS_Dev \times Desc_NS \\ V_FAT &= V_OS_Dev - V_Desconto \end{aligned}$$

Onde:

- a) V_OS_Dev = valor previsto para a Ordem de Serviço de Desenvolvimento;
- b) PF_Det = contagem detalhada dos Pontos de Função relativos à OS/requisição;
- c) PF_Unit = preço unitário do Ponto de Função;
- d) FI = Fator de Impacto que varia de acordo com a fase do projeto em que a **CONTRATADA** atuará, conforme Tabela I do Item 3.6.1 deste instrumento.

- d.1) FI = 0,50; apenas a fase de Implementação e Teste.
- d.2) FI = 0,05; apenas homologação e/ou treinamento.
- d.3) FI = 0,05; apenas implantação.
- d.4) FI = 0,55; implantação e teste e, homologação ou treinamento ou implantação.
- d.5) FI = 0,60; Implantação, teste, homologação e/ou treinamento e implantação.

e) FU = fator de urgência do projeto, que representará um acréscimo de 10%, conforme prever o item 8.9.3, ou 0% (zero) se não houver urgência no atendimento da demanda;

- e.1) FU = 1; para projetos sem urgência.
- e.2) FU=1,1; para projetos com urgência.

Para os casos em que a OS de Desenvolvimento envolva apenas implementação e teste, o fator FI será: FI = 50%. Caso envolva outras fases do projeto, o FI será calculado somando-se os percentuais de cada fase.

Exemplo: se a OS de Desenvolvimento define que a **CONTRATADA** atuará nas fases de Implementação e Teste, Homologação e/ou treinamento e implantação, o valor de FI será: FI = 50%



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

+ 5% + 5% = 60%.

- f) Desc_NS = Percentual total a ser descontado em razão do não atendimento dos níveis de serviço previstos no **ANEXO IV**;
- g) V_Desconto = valor a ser descontado por não atendimento dos níveis de serviço;
- h) V_FAT = valor a ser faturado;

SEÇÃO IV – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SOB A FORMA DE SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS

3.19 Os serviços da OS de Sustentação serão medidos e pagos utilizando-se o fator Pontos de Função Sustentado (PFS), cuja quantidade estará descrita na OS;

3.20 A execução dos serviços de sustentação engloba os custos com o atendimento a todos chamados e atividades necessárias ao processo, de modo a não ensejar remunerações extras, salvo nos estritos termos deste contrato;

3.21 O valor mensal dos serviços de cada OS de Sustentação será calculado a partir da seguinte fórmula, independentemente do número de chamados ocorridos no mês de referência:

$$\begin{aligned} V_OS_Sustentação &= Qtd_PFS \times Valor_PFS \\ V_Desconto &= V_OS_Sustentação \times Desc_NS \\ V_FAT &= V_OS_Sustentação - V_Desconto \end{aligned}$$

Onde:

- a) Qtd_PFS: quantidade de Pontos de Função Sustentado por sistema constante no Catálogo de Sistemas Sustentados
- b) Valor_PFS = preço unitário do Ponto de Função de Sustentação;
- c) V_OS_Sustentação = valor previsto para a Ordem de Serviço de Sustentação;
- d) Desc_NS = Percentual total a ser descontado em razão do não atendimento dos níveis de serviço previstos no **ANEXO IV do edital do certame**;
- e) V_Desconto = valor a ser descontado por não atendimento dos níveis de serviço;
- f) V_FAT = valor a ser faturado pela Ordem de Serviço;

SEÇÃO V – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

3.22 Os serviços descritos na OS de Pesquisa e Inovação Tecnológica serão medidos e pagos utilizando-se a técnica de Contagem Estimada da Análise em Pontos de Função e HST realizadas;

3.23 Não haverá remuneração extra das contagens necessárias ao processo;

3.24 O acionamento do serviço se dará por Ordem de Serviço e a sua remuneração será calculada considerando o valor fixo equivalente a 01 (um) ponto de função ou o valor equivalente a quantidade estimativa de pontos de função relativos à solução diagnosticada, se este for maior que 01 (um) ponto de função fixo;

3.24.1 Para o valor fixo equivalente a 01 (um) ponto de função, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$V_OS = (1 \times PF_Unit)$$

Onde:

- a) V_OS = valor a ser pago pela Ordem de Serviço
- b) PF_Unit = preço unitário do Ponto de Função

DocuSign
Envelope ID: AC1A920F-B52A-49BE-8CC2-9B323E076906



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

3.24.2 Para o valor equivalente a quantidade estimada de pontos de função relativos à solução diagnosticada, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$V_OS = (PF_Est \times PF_Unit)$$

Onde:

- a) V_OS = valor a ser pago pela Ordem de Serviço
- b) PF_Est = contagem estimada dos Pontos de Função relativos à OS.
- c) PF_Unit = preço unitário do Ponto de Função

SEÇÃO VI – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PLANTÃO E SOBREAVISO

3.25 Os serviços descritos na OS de Plantão e Sobreaviso serão medidos e pagos utilizando-se a técnica de contagem estimada ou detalhada da Análise em Pontos de Função e HST realizadas;

3.26 Não haverá remuneração extra das contagens necessárias ao processo;

3.27 O acionamento do serviço se dará por Ordem de Serviço e a sua remuneração será calculada considerando a quantidade de HST efetivamente realizadas no período e dos chamados atendidos mensurados em ponto de função com base no ANEXO IV do edital do certame- Roteiro de Métricas;

3.27.1 O valor mensal dos serviços será calculado a partir da seguinte fórmula para o mês de referência:

$$V_OS = (Qtd_HST \times VI_HST_Plantao) + (PF_Srv \times PF_Unit)$$

$$V_Desconto = V_OS \times Desc_NS$$

$$V_FAT = V_OS - V_Desconto$$

Onde:

- a) V_OS = valor previsto da Ordem de Serviço para o período;
- b) Qtd_HST = quantidade de HST realizada no período;
- c) VI_HST_Plantao = valor da HST do plantão e sobreaviso;
- d) PF_Srv = quantidade de PF apurados pelos atendimentos realizados;
- e) PF_Unit = preço unitário do Ponto de Função;
- f) Desc_NS = Percentual total a ser descontado em razão do não atendimento dos níveis de serviço previstos no ANEXO IV do edital do certame;
- g) V_Desconto = valor a ser descontado por não atendimento dos níveis de serviço;
- h) V_FAT = valor a ser faturado pela Ordem de Serviço;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 Os Preços unitários estabelecidos para a plena execução deste contrato são aqueles descritos a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇOS APLICÁVEIS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Ponto de Função - PF	Planejamento	3.000	433,00	1.299.000,00
		Documentação			
		Desenvolvimento			



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

		Manutenção de sistemas de informação			
		Inovação Tecnológica			
2	Ponto de Função Sustentado - PFS	Sustentação de sistemas da informação	100.000	12,99	1.299.000,00
3	Hora Técnica de Serviço – HST	Plantão e Sobreaviso	6.000	21,00	126.000,00
TOTAL					2.724.000,00

4.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o valor global anual estimado de R\$ 2.724.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil reais), baseado no somatório dos valores totais estimados para cada item de preço unitário;

4.2.1 O valor global anual é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de serviços efetivamente contratados e recebidos definitivamente pelo **CONTRATANTE**;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto contratado, planejamentos, gerenciamentos, implantações, execuções, testes, contagens, configurações, atualizações, codificações, especificações, customizações, migrações, atendimentos, apurações, transportes de qualquer natureza, deslocamentos, alimentação, viagens, assistência técnica, garantia, manutenção, ferramentas, materiais e insumos empregados, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos;

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os pagamentos relativos à execução deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Destinação de Recursos (Fonte)	Ação (P/A/OE)	Região	Natureza da Despesa
40.601/0003	100	7626/5108	9900	44.90.40

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O faturamento deverá ser realizado mensalmente, e estar em consonância com o Relatório Técnico de Atividades – RTA a ser apresentado pela **CONTRATADA**, nos termos da Seção VI da CLÁUSULA SEGUNDA;

6.1.1 A fatura e o RTA deverão englobar apenas as ordens de serviços/requisições que receberam o aceite definitivo para faturamento no mês anterior, nos termos e em conformidade com a medição mensal estabelecida/realizada;

6.2 O valor relativo a cada faturamento mensal deverá corresponder ao somatório dos valores definidos para todas as ordens de serviços/requisições (iniciais e complementares, conforme o caso) aceitas definitivamente no período de medição respectivo, descontados os eventuais percentuais de redução de



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

valor apurados por não atendimento dos indicadores de níveis de serviço previstos no **ANEXO IV do edital do certame – Níveis mínimos de serviços;**

6.2.1 As faturas só poderão ser emitidas após o encaminhamento da nota de empenho pelo **CONTRATANTE**.

6.3 Para os serviços de Desenvolvimento e Manutenção sob demanda de sistemas, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, a autorização para faturamento poderá ser realizada após a conclusão e aceite de cada uma das seguintes etapas do projeto, de acordo com os valores e regras definidas neste instrumento:

6.3.1 Planejamento;

6.3.2 Modelagem de negócio, análise e especificação de requisitos;

6.3.3 Modelagem do banco de dados;

6.3.4 Projeto de sistema;

6.3.4 Desenvolvimento e testes;

6.3.5 Homologação e Treinamento;

9.6.3.6 Implantação;

6.4 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de RTA, nota fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE DEFINITIVO** pelo **CONTRATANTE**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.4.1 A documentação deverá estar acompanhada das ordens de serviços e/ou requisições correspondentes;

6.4.2 Não serão aceitos, para efeito de pagamento, faturas, duplicatas ou quaisquer outros títulos ou documentos apresentados por estabelecimento bancário ou terceiros;

6.4.3 As notas fiscais apresentadas deverão conter indicação do número deste contrato e do CNPJ do **CONTRATANTE**;

6.4.4 As notas fiscais e/ou RTA contendo incorreções e/ou incompletudes serão devolvidos à **CONTRATADA**, com as razões da devolução apresentadas formalmente pelo responsável pela fiscalização do contrato, para as devidas retificações, e permanecerá pendente até que todas as medidas saneadoras sejam tomadas;

6.4.5 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização, de modo a não configurar hipótese de mora pelo **CONTRATANTE**;

6.5 As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto da contratação;

6.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

6.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

DocuSign
11/3
Assinatura de: [illegible]
CPF: [illegible]
Data: 19/09/2020 às 14:18:18
IP: 191.108.100.100
Assinatura de: [illegible]
CPF: [illegible]
Data: 19/09/2020 às 14:18:18
IP: 191.108.100.100

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

6.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.4.5;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o INPC/IBGE como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: Abril/2020;

7.1.1.2 Mês 12: Março/2021;

7.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.2.1 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.2.2 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.2.3 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.3 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.3.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

8.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do seu resumo no Diário Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia, podendo ser prorrogado por



CONTRATO 047/2020-SGA

sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei Estadual nº 9.433/05;

9.1.1 As obrigações decorrentes da garantia e suporte técnico contratualmente estabelecidas permanecem válidas e eficazes, inclusive no que toca às prerrogativas administrativas ora estabelecidas em favor do **CONTRATANTE**, ainda que encerrado o lapso temporal de vigência do instrumento contratual, observando-se o quanto disposto na **cláusula décima** deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

10.1 Os produtos e serviços decorrentes da presente contratação deverão ser garantidos pela **CONTRATADA** durante toda vigência deste contrato, inclusive nas hipóteses de prorrogação da vigência do mesmo;

10.1.1 Quando no encerramento do contrato, caberá à **CONTRATADA** garantir os produtos e serviços produzidos e aceitos durante os últimos 12 (doze) meses de vigência contratual, pelo prazo mínimo de mais 06 (seis) meses, contados da data do encerramento;

10.2 Todo o código e/ou documentação alterada em virtude de manutenção corretiva ou evolutiva estará em garantia, nos termos desta Cláusula. Desta forma, caso seja observado que, ao corrigir um erro reportado, novos erros tenham sido inseridos na aplicação pela **CONTRATADA**, suas correções não implicarão em novos custos para o **CONTRATANTE**;

10.3 Caberá a **CONTRATADA**, no período de garantia, sem ônus para o **CONTRATANTE**, responsabilizar-se por correções de eventuais defeitos ou erros encontrados em qualquer tipo de serviço, artefato ou produto entregue, e também pela ausência de artefatos obrigatórios e qualquer outra ocorrência que impeça o andamento normal dos serviços contratados, mesmo aqueles já considerados aceitos.

10.3.1 A **CONTRATADA** será igualmente responsável por corrigir qualquer não conformidade com o **MGDS** ou **MGDAS** que tenha sido notificada pelo **CONTRATANTE** no período da garantia;

10.3.1.1 Para análise da não conformidade de que trata este item, será considerada a versão do **MGDS/MGDAS** que estava vigente na abertura da Ordem de Serviço/requisição relacionada ao produto ou serviço em que foi identificada a não conformidade;

10.4 A **CONTRATADA** deverá arcar com todas e quaisquer despesas necessárias à prestação dos serviços de garantia, incluindo aquelas relativas ao eventual deslocamento de seus técnicos às instalações do **CONTRATANTE**;

10.5 O acionamento da garantia será realizado pelo **CONTRATANTE**, sempre que houver necessidade, por meio do Sistema de Gerenciamento de Demandas - **SGD**.

10.6 Para atendimento das demandas de garantia, a **CONTRATADA** deverá observar os prazos previstos no **ANEXO IV do edital do certame- Níveis Mínimos de Serviço**;

10.7 A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços de garantia se valendo de técnicos devidamente capacitados, respeitadas as qualificações técnicas mínimas exigidas conforme **CLÁUSULA SEGUNDA, Seção II** deste contrato;

10.8 É facultado ao **CONTRATANTE**, em situações excepcionais ou emergenciais, realizar intervenções em código-fonte produzido ou mantido pela **CONTRATADA**. Nestes casos, somente as classes ou arquivos fonte alterados ou impactados pela alteração perderão a garantia;

10.9 Durante o prazo de garantia, a **CONTRATADA** deverá manter canal de comunicação por telefone, e-mail ou sistema disponibilizado;

50/65



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

11.6.2 Quando requerido, o preposto designado deverá comparecer pessoalmente à sede administrativa do **CONTRATANTE**, localizada no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contadas da respectiva convocação;

11.6.2.1 A convocação do preposto poderá ocorrer por qualquer meio de comunicação existente entre as partes, tais como contato telefônico, e-mail, ofício e solicitação do gestor técnico do contrato;

11.6.2.2 Deverá a **CONTRATADA** assegurar que toda e qualquer convocação para comparecimento do preposto seja atendida no mesmo dia de sua ocorrência, salvo por deliberação expressa do **CONTRATANTE**;

11.6.3 A **CONTRATADA** deverá informar ao **CONTRATANTE**, expressa e antecipadamente, todo e qualquer afastamento temporário do preposto, com indicação do período total (data de início e data de encerramento) da ausência, interstício em que o respectivo suplente deverá estar à disposição para pronto atendimento;

11.6.4 A eventual substituição definitiva do preposto e/ou suplente, no curso da execução contratual, deverá obedecer a todas as formalidades exigidas para a designação original;

11.7 Prover, às suas expensas, enlace de comunicação de dados para conexão de suas instalações às do **CONTRATANTE**, de forma a permitir o acesso dos profissionais alocados na execução dos serviços do contrato aos ambientes tecnológicos e repositórios eletrônicos de artefatos providos pelo **CONTRATANTE**;

11.8 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução das atividades previstas;

11.9 Reportar imediatamente aos fiscais designados pelo **CONTRATANTE** qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do **CONTRATO**;

11.10 Quando solicitados pelo **CONTRATANTE**, prestar os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação;

11.11 Regularizar as falhas ou o funcionamento irregular observado nos serviços objeto do presente contrato, sem quaisquer ônus e quando notificada pelo **CONTRATANTE**;

11.12 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos pautados neste instrumento contratual;

11.13 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Procedimento de licitação;

11.14 Executar todos os serviços contratados fora das dependências do **CONTRATANTE**, ressalvadas as hipóteses temporárias e excepcionais previstas no **Item 2.17** deste contrato;

11.15 Selecionar, administrar e capacitar, por seus meios e com exclusiva responsabilidade, o quadro de profissionais alocados ao contrato;

11.16 Manter vínculo empregatício, atendendo as legislações trabalhistas em vigor, com todos os profissionais constantes do seu quadro, que estejam dedicados à execução dos serviços contratados;

11.17 Comunicar prontamente ao **CONTRATANTE** quando da inclusão, transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissionais alocados no contrato, para que sejam tomadas as ações previstas nas políticas de gestão de identidades e de segurança orgânica do **CONTRATANTE**;

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

11.18 Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e aos pagamentos devidos no prazo legal;

11.19 Realizar o pagamento de todas as remunerações e indenizações cabíveis e previstas na Legislação Trabalhista, arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, alimentação e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios, acordos ou convenções coletivas, além de todos os encargos previdenciários relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao **CONTRATANTE**;

11.20 Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura ocasionar ao **CONTRATANTE**, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, podendo o **CONTRATANTE** descontar o valor correspondente ao dano dos pagamentos devidos;

11.21 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo **CONTRATANTE**, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão entregues e implantados os serviços que compõem o objeto deste instrumento;

11.22 Cumprir as normas de segurança orgânica e demais regulamentos do **CONTRATANTE**, enquanto atuando em suas instalações, exigindo de seus funcionários a fiel observância dos preceitos ali estabelecidos, especialmente quanto à utilização, manutenção e a segurança das instalações;

11.23 Responder perante o **CONTRATANTE** no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências, por motivo justificado ou não, em todos os encontros, reuniões e demais momentos de interação entre equipes previstos em contrato ou no cronograma dos projetos;

11.24 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

11.25 Manter, durante toda a vigência do contrato, matriz, filial administrativa ou escritório de representação (com poderes para resolução de quaisquer questões contratuais), preferencialmente, na Cidade de Salvador ou respectiva região metropolitana;

11.26 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.26.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.27 Pagar todos os tributos devidos sobre as atividades prestadas ao **CONTRATANTE**, bem como as contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos, quaisquer insumos e outras despesas diretas e indiretas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados;

11.28 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços (conforme o caso), indicação de quantidades de pontos de função, preços unitários e valores totais;

11.29 Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos próprios utilizados para a execução dos serviços, não cabendo ao **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou danos ocorridos em suas instalações;

DocuSign
Assinado por: TELMA NETTO COSTA, 20/09/2020
CPF: 045.116.143
Papel: Representante Legal
Documento de Assinatura: 20/09/2020 10:41
ID: 11-00000000000000000000000000000000

DocuSign
Assinado por: ELIENAI GONÇALVES
CPF: 045.116.143
Papel: Representante Legal
Documento de Assinatura: 20/09/2020 10:41
ID: 11-00000000000000000000000000000000

53/65

11.30 Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, Normas Técnicas, as Léis e os regulamentos pertinentes;

11.31 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação/exigência, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

11.31.1 Incumbirá responsabilidade à **CONTRATADA**, inclusive, pelos danos e prejuízos oriundos de atos praticados com acesso, informação ou meios obtidos em decorrência deste, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

11.32 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.33 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

11.34 Atender com presteza, conforme prazos consignados, às reclamações sobre a qualidade e execução dos serviços e/ou pela inexecução do contrato, providenciando sua imediata reparação, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.35 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.35.1 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ele indicado tenha acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados ao **CONTRATANTE**.

11.36 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;

11.37 Garantir que todos os seus sócios, gestores, administradores e/ou funcionários mantenham sigilo absoluto sobre quaisquer informações, dados, documentos e assuntos que tomarem conhecimento em razão da execução do objeto contratual, em particular quanto à salvaguarda de informações sigilosas, sob pena de responsabilização civil, administrativa e/ou penal, nos termos da legislação vigente;

11.37.1 Deverá a **CONTRATADA** manter sigilo absoluto, ainda, sobre a natureza, conteúdo e andamento dos serviços, bem como sobre todas as informações, dados e documentos pertencentes ao **CONTRATANTE**, aos quais a **CONTRATADA** tenha acesso, sejam eles relativos ou não à prestação dos serviços. Tal obrigação inclui, mas sem limitar, a adoção de procedimentos adequados para armazenamento, transmissão, transporte e utilização de informações em qualquer mídia, tanto nas dependências do **CONTRATANTE** quanto em ambiente externo;

11.37.2 A **CONTRATADA** deverá, como condição para assinatura deste instrumento, firmar **TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE** constante no **APENSO I** deste instrumento;

11.37.3 Responderá a **CONTRATADA** igualmente pelos atos e omissões de seus prepostos e funcionários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

12 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.1 Fornecer, nos prazos estipulados, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.2 Realizar os pagamentos mensais devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste contrato e seus **APENSOS**, em proporção ao nível de serviço alcançado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências das condições e preços pactuados;

12.3 Disponibilizar pessoal técnico capacitado para executar as atividades que lhe caibam na execução contratual, em conjunto com os técnicos da **CONTRATADA**, quando necessário;

12.4 Permitir o acesso de empregados autorizados da **CONTRATADA** às suas instalações físicas, para fins de execução do objeto contratual, nos estritos e eventuais momentos previstos em contrato ou no cronograma dos projetos, desde que previamente identificados e autorizados;

12.5 Tornar disponíveis à **CONTRATADA** as normas pertinentes à sua atuação na execução do contrato, bem como o acesso aos ambientes tecnológicos requeridos para entrega do objeto do contrato;

12.6 Demandar os serviços objeto do contrato por meio de ordens de serviço endereçadas ao preposto da **CONTRATADA** e/ou mediante requisições via **SGD**, em acordo com o estabelecido neste contrato e seus apensos, inclusive no **MGDS** e **MGDAS** do **CONTRATANTE**;

12.7 Homologar os artefatos entregues pela **CONTRATADA**;

12.8 Efetuar o pagamento dos produtos entregues e aceitos;

12.9 Comunicar à **CONTRATADA**, por meio de seu Gerente Técnico (preposto), sobre qualquer anormalidade, erro ou irregularidade constatada na execução dos serviços e que possa comprometer o bom andamento das atividades do contrato;

12.10 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

12.11 Designar fiscais que atuarão para acompanhar, fiscalizar e atestar as faturas decorrentes da execução do contrato;

12.12 Instaurar processo administrativo para apuração dos descumprimentos contratuais pela **CONTRATADA** e determinação de sanções cabíveis;

12.13 Analisar e se manifestar quanto à proposição, pela **CONTRATADA**, do uso de ferramentas diferentes das padronizadas, destinadas a garantir melhor desempenho na prestação dos serviços contratados, desde que seja possível compatibilizá-las às ferramentas padronizadas sem perda de informações necessárias à gestão do contrato;

12.14 Notificar a **CONTRATADA**, com antecedência de 30 (trinta) dias, para que a mesma possa se adequar e manter os níveis de serviços, nos casos em que houver a alteração das tecnologias ou metodologias utilizadas pelo **CONTRATANTE**, ficando a critério do **CONTRATANTE** a decisão sobre as tecnologias e metodologias mais adequadas à prestação dos serviços;

12.15 Viabilizar a instalação de enlace de comunicação de dados provido pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**, destinado a permitir o acesso dos funcionários da primeira aos ambientes tecnológicos e repositórios eletrônicos de artefatos providos pela última e necessários à execução do objeto contratual;

Desenvolvido por
TAC
Assinado por: FELICIANO COSTA
CPF: 000000000
Cargo: Procurador
Qualificação de Assinatura: 2020-09-19 10:00:00
ICP-Brasil

Assinado por: FELICIANO COSTA
CPF: 000000000
Cargo: Procurador
Qualificação de Assinatura: 2020-09-19 10:00:00
ICP-Brasil

55/65



CONTRATO 047/2020-SGA

12.16 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.17 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL

13.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do contrato, garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/2005.

13.1.2 A ausência de apresentação da garantia e respectivo comprovante de quitação (conforme o caso) pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado nesta cláusula, se configura como hipótese de pendência impeditiva do pagamento, nos termos da **CLÁUSULA SEXTA** deste instrumento, sem prejuízos das sanções contratuais e legais aplicáveis à matéria, em especial o artigo 167, Incisos III e X da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

13.2 A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;

13.2.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a, durante toda a vigência do contrato, reforçar o valor vigente da garantia sempre que esta for utilizada para o adimplemento de obrigações e/ou multas;

13.3 Caso haja a celebração de aditivo/apostilamento contratual que enseje acréscimo ao valor contratado, a **CONTRATADA** fica obrigada a complementar a garantia, em igual proporção, antes da consagração do aditamento/apostila;

13.3.1 Nos termos do art. 20 do Decreto Estadual nº 13.967/2012, na hipótese de a **CONTRATADA** se negar a efetuar o reforço da garantia, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

13.4 A garantia, quando prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser emitida por instituição devidamente habilitada/credenciada pelo Banco Central para tal mister, e contemplar todo o período de execução do contrato, desde o início de sua vigência até o esaurimento completo do período 06 (seis) meses após a vigência do contrato;

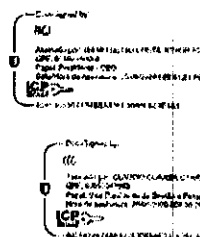
13.4.1 A garantia prestada em quaisquer das modalidades descritas neste item somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.6;

13.5 A garantia, quando prestada na modalidade caução, somente será restituída à **CONTRATADA**, no montante a que esta fizer jus, após a finalização total da execução do contrato, observadas as regras impeditivas de pagamento constantes na **CLÁUSULA OITAVA**;

13.5.1 A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente na oportunidade de sua devolução pelo **CONTRATANTE**, segundo critérios da instituição bancária onde se procedeu ao depósito;

13.6 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

13.6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

13.6.2 Prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.6.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**;

13.6.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

14.1.1 Considerar-se-ão como meios válidos de notificação à **CONTRATADA**:

14.1.1.1 Meio digital, mediante mensagem enviada ao endereço eletrônico (e-mail) do preposto designado ou seu suplente, designado nos termos do item 2.19;

14.1.1.2 Via expressa, mediante entrega do documento através do serviço de moto-frete, no endereço-sede consignado no preâmbulo deste contrato;

14.1.1.3 Via postal, mediante remessa de documento através de postagem via Correios, com aviso de recebimento, endereçado à sede da **CONTRATADA** consignada no preâmbulo deste instrumento;

14.1.2 O **CONTRATANTE** poderá utilizar, a seu critério, quaisquer dos meios de comunicação previstos, conforme a necessidade e as características/circunstâncias ensejadoras de cada notificação;

14.1.2.1 Em atenção aos princípios da economicidade e da celeridade, priorizar-se-á a utilização de comunicações eletrônicas para notificações relativas a solicitações de informações e/ou documentos, bem como para tratar de assuntos ligados à execução ordinária dos termos deste contrato;

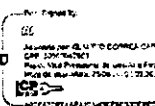
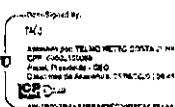
14.1.3 Reputar-se-ão como válidas as comunicações previstas nos itens 14.1.1.2 e 14.1.1.3 que comprovadamente tenham sido entregues no endereço-sede da **CONTRATADA** consignado neste instrumento, desde que devidamente datados e assinados pelos respectivos recebedores, independentemente do cargo/função exercido na empresa;

14.1.4 Reputar-se-ão como válidas as comunicações eletrônicas previstas no item 14.1.1.1 que se comprovem entregues nos endereços eletrônicos consignados na carta de preposição, mediante aviso de confirmação de recebimento e/ou leitura;

14.1.4.1 Qualquer indisponibilidade no serviço de correio eletrônico da **CONTRATADA** deverá ser expressa e imediatamente comunicada ao **CONTRATANTE**, sob pena de desconsideração do respectivo período sem operação para fim de suspensão do prazo para atendimento/resposta à notificação;

14.1.5 Quando necessários, os prazos para resposta, pela **CONTRATADA**, serão fixados exclusivamente pelo **CONTRATANTE**, conforme a natureza dos fatos narrados e a urgência na adoção das providências em cada caso concreto;

14.1.5.1 Pedidos de prorrogação de prazo para completo saneamento das pendências/irregularidades apontadas em notificação somente serão admitidos dentro do(s) prazo(s) originalmente determinado(s), mediante requerimento expresso pela **CONTRATADA**,





CONTRATO 047/2020-SGA

devidamente justificado e comprovado (conforme o caso), o qual será submetido a juízo de conveniência/oportunidade/legalidade pelo **CONTRATANTE**;

14.1.6 Os documentos comprobatórios e/ou esclarecimentos solicitados à **CONTRATADA**, em regra, deverão ser entregues ao **CONTRATANTE** em meio físico, salvo deliberação deste em contrário;

14.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

14.2.1 Acompanhar o cumprimento deste instrumento e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

14.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

14.2.3 Promover a verificação do fornecimento efetuado, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

14.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

14.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

14.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

14.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar a substituição de bens ou refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos ou executados de acordo com as Documentações Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do procedimento licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

14.4.1 Qualquer bem ou serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, reparado ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

14.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

14.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

15.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

15.2.1 Multa;

15.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

58/65

Formulário de controle de documentos, com campos para data, número, e assinaturas.

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

15.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

15.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

15.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos itens 15.2.2 a 15.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

15.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será que será apurada por infração e graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

15.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**:

15.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

15.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

15.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

15.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **accessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

15.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do contrato;

15.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor do contrato;

15.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos subitens 15.4.2.1 e 15.4.2.2, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

15.5 A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

15.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

15.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

15.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

15.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

16.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

16.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas discriminadas no art. 169 do referido diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE DOS PRODUTOS GERADOS

17.1 Todos os produtos gerados pela **CONTRATADA**, para atendimento do objeto do presente Contrato, serão única e exclusivamente de propriedade do **CONTRATANTE**.

17.1.1 Entende-se como produtos gerados: os documentos de projeto, os códigos-fontes, programas executáveis, scripts, bibliotecas de componentes, modelos de dados, concepção artística e todos os artefatos previstos no **MGDS** e no **MGDAS** gerados no desenvolvimento de qualquer projeto.

17.2 O **CONTRATANTE**, para todos os efeitos de aplicação das Leis 9.609/98 e 9.610/98 e regulamentos correlatos, será o único proprietário dos programas de computador e artefatos documentais relacionados aos seus projetos, implantação e utilização, produzidos pela **CONTRATADA** na execução do objeto contratual.

17.3 Os produtos originados do contrato não poderão, em hipótese alguma, ser cedidos, copiados e utilizados sem autorização prévia do **CONTRATANTE**;

17.4 É vedada a comercialização ou veiculação de publicidade direta ou indireta relacionada aos serviços prestados, salvo se houver prévia autorização do **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL FINAL

18.1 A **CONTRATADA** se compromete, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 23 da Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005, a participar de atividades de transição contratual e a transferir para o **CONTRATANTE** - e/ou para outra empresa por ele indicada, todo o conhecimento gerado na execução dos serviços, incluindo dados, documentos e elementos de informação utilizados;

18.2 A transição contratual final se refere ao processo de finalização da prestação dos serviços pela **CONTRATADA**, quando do período de encerramento do contrato;

18.2.1 As atividades de transição contratual e encerramento do contrato incluem a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, a transferência de conhecimentos, a revogação de perfis de acesso, a eliminação de caixas postais, dentre outras, conforme o disposto no art. 24 da Resolução Nº 102/2013 do CNMP;

18.2.2 Na transição contratual final, todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados deverão ser disponibilizados ao **CONTRATANTE**, ou empresa por ele designada, em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a finalização do contrato;

18.2.3 A transferência de conhecimento das soluções desenvolvidas pela **CONTRATADA** deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para o **CONTRATANTE**, por meio de eventos específicos,

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

preferencialmente em ambiente disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, e baseados em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida;

18.2.3.1 O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pelo **CONTRATANTE**;

18.3 A **CONTRATADA** deve elaborar o Plano de Transição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do contrato, para a transferência integral e irrestrita dos conhecimentos e das competências necessárias e suficientes para promover a continuidade dos serviços;

18.3.1 A data de início de execução do Plano de Transição será determinada pelo **CONTRATANTE**;

18.3.2 O Plano de Transição dos Serviços deve tratar, no mínimo, dos seguintes tópicos:

18.3.2.1 Identificação dos profissionais da **CONTRATADA** que irão compor a equipe de transferência de conhecimentos, bem como os seus papéis e as suas responsabilidades;

18.3.2.2 Cronograma geral do repasse, identificando para cada serviço ou tipo de serviços: as etapas e as atividades com suas respectivas datas de início e término, os produtos gerados, os recursos envolvidos e os marcos intermediários, quando aplicável;

18.3.2.2.1 O cronograma será avaliado pelo **CONTRATANTE** e poderá ser complementado nas primeiras reuniões para aprovação do cronograma definitivo;

18.3.2.3 Descrição da forma de entrega ao **CONTRATANTE** de todos os dados em poder da **CONTRATADA**, incluindo-se a totalidade dos dados contidos no Sistema de Controle de Demandas da **CONTRATADA**, se existir;

18.3.2.4 Relação das Ordens de Serviço canceladas automaticamente em razão do encerramento do contrato, com relatório detalhado da parte dos serviços executados;

18.4 Nenhum pagamento adicional será devido à **CONTRATADA** pela elaboração ou pela execução do Plano de Transição;

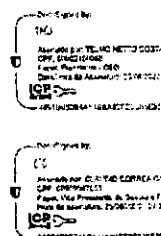
18.5 A ausência de cooperação e/ou a retenção de qualquer informação ou dado por parte da **CONTRATADA** ou seus representantes/empregados, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá inexecução contratual, sujeitando aquela à reparação de todos os danos/prejuízos causados ao **CONTRATANTE**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis;

18.6 Na hipótese de a **CONTRATADA** ser a licitante vencedora do novo contrato, as ações de transição contratual e repasse de conhecimentos poderão ser revistas, a critério do **CONTRATANTE**, de forma a adequar-se à situação descrita;

18.11 Todos os serviços deverão ser executados, entregues, validados e recebidos definitivamente durante a vigência do contrato. Desta forma, não será permitida a abertura de nenhuma ordem de serviço cujo prazo estimado de entrega e recebimento seja após o encerramento do contrato, nem a postergação da execução dos serviços após o final de vigência contratual;

18.11.1 Por esse motivo, as Ordens de Serviço (OS) que estejam em aberto ao final do contrato poderão ser:

18.11.1.1 Canceladas, sem ônus ao **CONTRATANTE**, nos casos em que a execução propriamente dita dos serviços indicados na OS não tenha sido iniciada ou que a parcela executada não seja quantificável para fins de pagamento;





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

18.11.1.2 Para as Ordens de Serviço cujos produtos entregues estejam em validação:

18.11.1.1 O processo de validação será interrompido para apuração da parcela do produto que terá o recebimento definitivo, tomando como base as funções de dados e de transação mapeadas na planilha de contagem detalhada;

18.11.1.2 O recebimento definitivo será dado parcialmente, com ônus proporcional ao **CONTRATANTE**;

18.11.1.3 As funções de transações que apresentarem defeitos de gravidade média, alta ou crítica não serão aceitas;

18.11.1.4 Os defeitos de gravidade baixa deverão ser corrigidos no período de garantia, observando-se os prazos previstos no Acordo de Níveis Mínimo de Serviço;

18.11.1.3 Para os casos de OS recebida parcialmente, o faturamento será proporcional à parcela dos produtos ou serviços aceitos, observando-se os descontos previstos no Acordo de Níveis Mínimo de Serviço;

18.12 Para as Ordens de Serviço que estejam suspensas ao final do contrato, o cancelamento será automático;

18.13 Não haverá cancelamento de garantias, que deverão ser executadas em sua plenitude dentro do prazo previsto neste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

19.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

19.2 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por empregados da **CONTRATADA**, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa **CONTRATADA**, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização;

19.3 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento.

19.3.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado do **CONTRATADO** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DA CONTRATADA

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Edital do processo de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como na proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido processo, naquilo em que não diverjam deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e), do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

23.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

23.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual nº 9.433/1905 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

23.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/1905, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

23.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

23.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, 26 de junho de 2020.

EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A

Cláudio Correa Carrara
Administrador

EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A

Telmo Netto Costa Junior
Administrador

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

Nome:
CPF/MF:

2ª Testemunha:

Nome:
CPF/MF:

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

APENSO I**TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

Os abaixo-assinados, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, situado na cidade de Salvador, a 5ª Avenida, 750 – Centro Administrativo da Bahia, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado **EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A**, CNPJ nº 93.655.173/0001-29, situada à Alameda Tocantins, nº 75, Conjunto 905, Condomínio West Gate, Bairro Alphaville Industrial, Barueri, São Paulo, doravante denominada **CONTRATADA**, tem entre si justa e acertada, a celebração do presente **TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**, através do qual a **CONTRATADA** aceita não divulgar, salvo com autorização prévia e formal, segredos e informações sensíveis de propriedade do **CONTRATANTE**, e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

1. A **CONTRATADA** reconhece que, em razão das suas atividades profissionais, estabelece contato com informações sigilosas, que devem ser entendidas como segredo. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição, e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, inclusive aos próprios colaboradores da **CONTRATADA**, sem a expressa e escrita autorização do **CONTRATANTE**.

2. Todas as informações devem receber o tratamento de confidencialidade adequado, de acordo com o seu nível de classificação, inclusive aquelas a seguir exemplificadas:

2.1. Programas de computador, suas listagens, documentação, artefatos diversos, código fonte e código objeto;

2.2. Toda a informação relacionada a programas existentes ou em fase de desenvolvimento, inclusive fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultados de testes, arquivos de dados, artefatos diversos e versões "beta" de quaisquer programas;

2.3. Documentos, informações e dados armazenados de atuação consultiva e contenciosa, de estratégias ou demais dados e/ou informações de caráter sigiloso ou restrito;

2.4. Metodologia, projetos e serviços utilizados;

2.5. Números e valores financeiros;

2.6. Demais informações trafegadas no ambiente de rede do **CONTRATANTE**, como arquivos e e-mails;

3. A **CONTRATADA** reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas sob segredo. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a **CONTRATADA** deve tratar a mesma sob sigilo até que seja autorizada, formalmente, a tratá-la de forma diferente pelo **CONTRATANTE**.

4. A **CONTRATADA** reconhece que, ao final da completa execução de todas as obrigações oriundas do contrato, deverá entregar ao **CONTRATANTE** todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matérias sigilosas relacionadas com a atividade, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A **CONTRATADA** também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de suas atividades para o **CONTRATANTE**.

5. A **CONTRATADA** deve assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, mediante o ciente de seus colaboradores em termo próprio a ser firmado

64/65

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 047/2020-SGA

para com a **CONTRATADA**, e que os mesmos se comprometerão a informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.

5.1. A coleta dos Termos de Sigilo de seus colaboradores não exime a **CONTRATADA** das penalidades por violação de quaisquer das regras de sigilo e confidencialidade estabelecidas.

5.2. A **CONTRATADA** deverá fornecer cópia de todos os termos firmados com seus colaboradores, em um prazo máximo de 10 (dez) dias após assinatura dos respectivos termos.

5.3. Sempre que um colaborador for admitido, a **CONTRATADA** deverá fornecer cópia respectivo termo de sigilo firmado, no prazo máximo de 2 (dois) dias após assinatura do respectivo termo.

6. A **CONTRATADA** deverá seguir a Política de Segurança da Informação definida pelo **CONTRATANTE**.

7. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização administrativa, civil e/ou criminal, de acordo com a legislação vigente.

Em, 26 de junho de 2020.

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente
CONTRATANTE

DocuSign
Cláudio Correa Carrara
Assinado por CLAUDIO CORREA CARRARA em 26/06/2020
CPF: 04804817622
Papel: 1200 Titular do Gabinete e Poderes
Tela de Assinatura: 27/07/2019 14:30:21 PET

EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A
Cláudio Correa Carrara
Administrador
CONTRATADA

DocuSign
Telmo Netto Costa Junior
Assinado por TELMO NETTO COSTA JUNIOR em 26/06/2020
CPF: 880717848
Papel: Presidente - CEO
Tela de Assinatura: 26/06/2020 16:41:05 PET

EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A
Telmo Netto Costa Junior
Administrador
CONTRATADA

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: AC1A920FB52A49BE8CC29B323E076906

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Contrato 047-2020 - serviços de fábrica de software - DTI - SIMP 42122-2019 - FINAL.pdf

Origem do Envelope:

Qtde Págs Documento: 65

Assinaturas: 4

Qtde Págs Certificado: 6

Rubrica: 126

Assinatura guiada: Ativado

Selo com ID do Envelope: Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Remetente do envelope:

Roberta Reinehr

AV THEODOMIRO PORTO DA FONSECA 3101,
EDIF 08

SAO LEOPOLDO, RS 93.022-715

roberta.reinehr@meta.com.br

Endereço IP: 179.84.232.134

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Roberta Reinehr

Local: DocuSign

25/06/2020 07:27:36

roberta.reinehr@meta.com.br

Eventos de Signatários

Claudio Correa Carrara

claudio@meta.com.br

VP de Gestão e Pessoas

META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB

CPF do signatário: 60559047053

Cargo do Signatário: Vice Presidente de Gestão
e Pessoas

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 25/06/2020 09:34:43

ID: 1e76633f-14b9-4196-9af0-118f4e9656e7

Assinatura

DocuSigned by:
Claudio Correa Carrara
902F872E74AF422

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 179.233.236.127

Data/Hora

Enviado: 25/06/2020 07:53:37

Visualizado: 25/06/2020 09:34:43

Assinado: 25/06/2020 09:36:31

Telmo Netto Costa Junior

telmo@meta.com.br

CEO

Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB

CPF do signatário: 60502150068

Cargo do Signatário: Presidente - CEO

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 28/06/2019 12:36:34

ID: 85c24ba2-0c40-4690-91ec-72ac9910a65e

DocuSigned by:
Telmo Netto Costa Junior
4891B053B4A541B8

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 179.233.236.127

Enviado: 25/06/2020 07:53:37

Visualizado: 25/06/2020 09:40:00

Assinado: 25/06/2020 09:41:30

Eventos de Signatários Presenciais

Assinatura

Data/Hora

Eventos de Editores

Status

Data/Hora

Eventos de Agentes

Status

Data/Hora

Eventos de Destinatários

Status

Data/Hora

Intermediários

[Handwritten signature]

Eventos de entrega certificados	Status	Data/Hora
---------------------------------	--------	-----------

Eventos de cópia	Status	Data/Hora
------------------	--------	-----------

Eventos com testemunhas	Assinatura	Data/Hora
-------------------------	------------	-----------

Eventos do tabelião	Assinatura	Data/Hora
---------------------	------------	-----------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
-------------------------------	--------	----------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	25/06/2020 07:53:37
------------------	------------------------	---------------------

Entrega certificada	Segurança verificada	25/06/2020 09:40:01
---------------------	----------------------	---------------------

Assinatura concluída	Segurança verificada	25/06/2020 09:41:30
----------------------	----------------------	---------------------

Concluído	Segurança verificada	25/06/2020 09:41:30
-----------	----------------------	---------------------

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
--	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, META SERVICOS EM INFORMATICA S/A (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically



Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact META SERVICOS EM INFORMATICA S/A:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: juridico@meta.com.br

To advise META SERVICOS EM INFORMATICA S/A of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at juridico@meta.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from META SERVICOS EM INFORMATICA S/A

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to juridico@meta.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with META SERVICOS EM INFORMATICA S/A

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:



i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to juridico@meta.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify META SERVICOS EM INFORMATICA S/A as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by META SERVICOS EM INFORMATICA S/A during the course of your relationship with META SERVICOS EM INFORMATICA S/A.



Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 26/04/2019 13:40:00

Partes concordam em: Telmo Netto Costa Junior

TESTE - bh

MATOS, titular da Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Médio Paraguaçu, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 4º, §1º, da Resolução nº 174 do CNMP, COMUNICA aos potenciais interessados, especialmente ao Sr. MARCELO PIRES BRANDÃO, que foi promovido o ARQUIVAMENTO do Procedimento IDEA nº 003.0.164314/2015.

Itaberaba, 25 de junho de 2020.

THYEGO DE OLIVEIRA MATOS

Promotor de Justiça

Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Cidadania da Capital / 3º Promotor de Justiça

Área: Idosos

Instauração de Procedimento Administrativo: IDEA 003.9.97993/2020

Objeto: Apurar supostos maus tratos a idosos em ILPI

Data da Instauração: 16/06/2020

Salvador, 26 de junho de 2020

Ulisses Campos

Promotor de Justiça

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

ORIGEM: GEIDEF - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CIDADANIA - 4º PROMOTOR

Área: Cidadania

Subárea: Idoso

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IDEA Nº 003.9.103160/2020

Objeto: Apurar os fatos noticiados, concernentes à situação da idosa HELENA DOS SANTOS OLIVEIRA .

Tipo de ato: Instauração de Procedimento Administrativo.

Data da instauração: 24/06/2020

Salvador, 26/06/2020

Fernando Lins

Promotor de Justiça

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE LOCAÇÃO - CONTRATO Nº 019/2010-SUP. Processo: 681.0.9249/2020. Parecer jurídico: 323/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Severino Gonçalves de Melo Neto e Raimunda Dantas Silva Melo. Objeto contratual: locação de imóvel urbano para fins não residenciais destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça Regional de Euclides da Cunha/BA. Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 02 (dois) anos, a contar de 01/07/2020 até 30/06/2022. Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0041 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (P/A/OE) 4058 - Natureza de Despesa 33.90.36.

RESUMO DO OITAVO ADITIVO A CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº 192/2016-SGA. Processo: 003.0.9740/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa LOC RH Soluções em Recursos Humanos e Serviços Ltda., CNPJ nº 13.028.145/0001-42. Objeto contratual: prestação de serviços de suporte para manutenção de prédios públicos. Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 06 (seis) meses, a contar de 02 de julho de 2020 até 01 de janeiro de 2021. Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (P/A/OE) 2000 - Natureza de Despesa 33.90.37.

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº 083/2019-SGA Processo: 003.0.9839/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Editora Negócios Públicos do Brasil Ltda, CNPJ nº 06.132.270/0001-32. Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados, de natureza contínua, relativos à capacitação, orientação, informação, atualização diária e pesquisa na área de licitações e contratos, através de assinatura anual da plataforma eletrônica denominada "Sollicita", com acesso via internet, a número ilimitado de usuários do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 25 de junho de 2020 até 24 de junho de 2021. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - Nº 047/2020- SGA. Processo: 003.0. 42122/2019 - Pregão Eletrônico nº 006/2020. Parecer jurídico: 356/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Meta Serviços em Informática S/A, CNPJ nº 93.655.173/0001-29. Objeto: prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação, na modalidade fábrica de software, compreendendo serviços de planejamento, documentação, desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas da informação, pesquisa e inovação tecnológica, plantão e sobreaviso, dimensionados por meio da técnica de Análise de Pontos de Função - APF. Regime de

execução: Empreitada por preço unitário. Valor global anual estimado: R\$ 2.724.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.601/0003 - Ação (P/A/OE) 7626/5108 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 44.90.40. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 141/2020

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Alex Nério de Andrade Bomfim, matrícula nº 353.264, e Wagner de Oliveira Porto, matrícula nº 353.526, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 047/2020-SGA, relativo à prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação, na modalidade fábrica de software.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 26 de junho de 2020.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**CONVOCAÇÃO Nº 004/2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996, e 8º, I, b, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 248, de 11 de dezembro de 2018, do mesmo colegiado, acionando o sistema de deliberação remota instituído pelo Ato Normativo nº 009, de 1º de abril de 2020, ratificado pela Resolução nº 002, de 27 de abril de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça, CONVOCA sessão virtual e extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no dia 07 de julho de 2020, terça-feira, às 14:00 horas, com a seguinte ordem do dia:

1. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.10176/2020. ASSUNTO: CESSÃO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA JOÃO PAULO SCHOUCAIR. RELATOR: CONSELHEIRO ADIVALDO GUIMARÃES CIDADE.

2. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.8065/2020 APENSO AO RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.9113/2020. ASSUNTO: RECURSO CONTRA NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº 003/2020. INTERESSADOS: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO E PROMOTORA DE JUSTIÇA MILANE DE VASCONCELOS TAVARES. ADVOGADOS: PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO DR. IGOR MATOS MONTALVÃO; DR. MANOEL PINTO. RELATOR: CONSELHEIRO ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI.

3. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:

- 3.1. Inquérito Civil nº 597.0.201192/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.2. Procedimento Ministerial nº 003.9.161641/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.3. Procedimento Ministerial nº 058.0.26110/2016, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;
- 3.4. Procedimento Ministerial nº 075.0.174881/2016, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 3.5. Inquérito Civil nº 190.9.70622/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 3.6. Inquérito Civil nº 003.0.172408/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência - GEIDEF;
- 3.7. Procedimento Ministerial nº 699.9.210403/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.8. Inquérito Civil nº 646.0.173576/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 3.9. Procedimento Ministerial nº 007.9.90361/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 3.10. Procedimento Ministerial nº 003.9.26150/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.11. Inquérito Civil nº 003.9.26150/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.12. Procedimento Ministerial nº 003.9.194544/2018, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.13. Inquérito Civil nº 003.0.47781/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.14. Inquérito Civil nº 003.9.46209/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.15. Procedimento Ministerial nº 011.9.177299/2017, da Promotoria de Justiça de Andaraí;
- 3.16. Inquérito Civil nº 075.9.60273/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 3.17. Inquérito Civil nº 003.0.71788/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa - GEPAM;
- 3.18. Inquérito Civil nº 692.0.210394/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 3.19. Inquérito Civil nº 591.9.108022/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.20. Inquérito Civil nº 591.9.108022/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2020-SGA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, e a **EMPRESA META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A**, CNPJ sob o nº 93.655.173/0001-2, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Alameda Rio Negro, nº 1030, Escritório 206, Sala 12, Bairro Alphaville Industrial, na Cidade de Barueri/SP, CEP 06454-000, representada por seus administradores, Sr. **Cláudio Correa Carrara**, inscrito no CPF/MF sob o número 605.590.470-53, e Sr. **Telmo Netto Costa Junior**, inscrito no CPF/MF sob o número 605.021.500-68, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo SEI nº 19.09.02680.0005578/2021-97, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo ao contrato nº 047/2020-SGA**, mediante as cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência contida na CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA, bem assim conceder o reajustamento de preços autorizado pela CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS do contrato original celebrado entre as partes, relativo a “prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação, na modalidade fábrica de software, compreendendo serviços de planejamento, documentação, desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas da informação, pesquisa e inovação tecnológica, plantão e sobreaviso, dimensionados por meio da técnica de Análise de Pontos de Função – APF, de acordo com as especificações, condições, métricas e os níveis mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos no contrato e no edital do certame licitatório correspondente, em especial no que se refere ao seu ANEXO IV”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência contratual indicado na **CLÁUSULA NONA** fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de 29 de junho de 2021 até 28 de junho de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Fica concedido o reajustamento dos preços atualmente contratados, conforme previsto na **CLÁUSULA SÉTIMA** do contrato e na Lei estadual/BA nº 9.433/2005, a ser realizado nos termos e condições abaixo discriminadas:



ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC/IBGE				PERCENTUAL: 6,937290 %	
PERÍODO DE REFERÊNCIA DO ÍNDICE: ABRIL/2020 ATÉ MARÇO/2021					
PERÍODO DE VIGÊNCIA DOS NOVOS VALORES: A PARTIR DE 28/04/2020					
NEGOCIAÇÃO DO PERCENTUAL DE REAJUSTE					
TIPO	() REAJUSTE INTEGRA			PERCENTUAL FINAL: 5 %	
	(X) REAJUSTE PARICIAL				
MEMÓRIA DE CÁLCULO					
VALORES DO CONTRATO ANTES DO REAJUSTE					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada	Preço Unitário R\$	Valor Total Anual Estimado R\$
1	Ponto de Função - PF	Serviço de Planejamento, Documentação, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação e Inovação tecnológica	3.000	433,00	1.299.000,00
2	Ponto de Função Sustentado – PFS	Sustentação de sistemas da informação	100.000	12,99	1.299.000,00
3	Hora Técnica de Serviço – HST	Plantão e Sobreaviso	6.000	21,00	126.000,00
VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO (R\$)					2.724.000,00
VALORES DO CONTRATO APÓS DO REAJUSTE					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada	Preço Unitário R\$	Valor Total Anual Estimado R\$
1	Ponto de Função - PF	Serviço de Planejamento, Documentação, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação e Inovação	3.000	454,65	1.363.950,00



1º Termo Aditivo - Contrato nº 047/2020 - SGA

		tecnológica			
2	Ponto de Função Sustentado – PFS	Sustentação de sistemas da informação	100.000	13,64	1.363.950,00
3	Hora Técnica de Serviço – HST	Plantão e Sobreaviso	6.000	22,05	132.300,00
VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO (R\$)					2.860.200,00

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento do contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.601/0003	7626/5108	9900	100	44.90.40

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da contratação original, não especificamente alteradas por este Termo Aditivo.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente aditivo contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, _____ de _____ de 2021.

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A
Cláudio Correa Carrara
Administrador

META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A
Telmo Netto Costa Junior
Administrador



PROJETO APP MPBA MOBILE 2.0

1. OBJETO

Contratação de serviços de tecnologia da informação para DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL (APP), MÓDULO DE APOIO WEB e WEBSERVICES DE COMUNICAÇÃO, incluindo sua documentação, para o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

2. JUSTIFICATIVA

Em dezembro de 2014, o Ministério Público do Estado da Bahia lançou a primeira versão de seu aplicativo móvel (*app*), para uso em dispositivos Android e iOS, com o objetivo de aproximar a instituição da população através da oferta de serviços e disponibilização de diversas informações. Desde o seu lançamento, mais de 1.000 downloads foram efetuados.

Decorrente da evolução natural do uso da tecnologia e de retornos recebidos sobre o uso do *app*, novas necessidades foram identificadas e passam a integrar a versão 2.0 do mesmo. Identificou-se que alguns serviços já existem no Portal do MPBA e para utilizá-los de forma nativa no *app*, será necessário desenvolvimento de *webservices* de comunicação. Além disso, uma vez que o *app* utiliza informações atualizadas, também deverá existir um módulo de apoio WEB para efetuar tais cadastros.

3. REQUISITOS

3.1. GERAIS

- Toda interface gráfica do aplicativo móvel e módulo de apoio WEB deve ser desenvolvida pela CONTRATADA sendo previamente aprovada pela CONTRATANTE;
- Deve ser utilizada técnica de prototipação para aprovação do layout final do aplicativo móvel e módulo de apoio;
- A metodologia a ser utilizada será SCRUM devendo ser previstos todos os papéis, ritos, artefatos e práticas desta metodologia;
- Documentação a ser entregue: Plano de Projeto, Histórias de Usuário, planilha de contagem detalhada em ponto de função, DER, scripts DDL e DML, Especificações técnicas dos WEBSERVICES, documento com arquitetura técnica e documento de implantação. Todos os templates serão fornecidos pelo MPBA;
- Tanto o *app* quanto o módulo de apoio WEB devem seguir os requisitos de acessibilidade definidos em Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG (versão mais atualizada);



3.2 REQUISITOS TÉCNICOS

A solução de TI deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos.

3.2.1. APLICATIVO MÓVEL

- Deve funcionar tanto em smartphones quanto em tablets;
- Deve ser responsivo e deve se ajustar a resolução e orientação (retrato ou paisagem) do dispositivo;
- Deve ser compatível com versão Android 5.1 (ou superior) e iOS 10 (ou superior). Ou seja, devem ser previstos apps para cada uma das plataformas;
- Deve ser desenvolvido utilizando framework multiplataforma a ser definido pela CONTRATADA (especificar na proposta);
 - Em caso de framework ou plataformas proprietárias, a CONTRATADA deverá fornecer licenciamento perpétuo à CONTRATANTE;
- Os aplicativos serão publicados nas respectivas lojas a partir de contas do Ministério Público do Estado da Bahia.

3.2.2. MÓDULO DE APOIO WEB

- Deve ser responsivo e crossbrowser;
- Ambiente de desenvolvimento: Angular, C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017;
- Banco de dados: SQL Server 2008 R2 ou superior;
- Autenticação de usuários do MPBA utilizando protocolo LDAP e usuários externos através de módulo desenvolvimento no sistema;
- Implementar auditoria registrando as ações de cada usuário.

3.2.3. WEBSERVICE DE COMUNICAÇÃO

- Ambiente de desenvolvimento: C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017;
- Banco de dados: SQL Server 2008 R2 ou superior;
- Implementar auditoria registrando as ações de cada usuário.

Os requisitos tecnológicos podem sofrer evoluções ao longo do projeto.

3.3. REQUISITOS DE NEGÓCIO

A solução de TI deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos de negócio.

3.3.1. Funcionalidade O QUE VOCÊ PRECISA?



Deve ser prevista uma funcionalidade de “O que você precisa? ”, que permita a escolha entre quatro principais opções, sendo: “Fazer uma Denúncia”, “Obter uma Informação”, “Realizar uma Consulta” e “Dar uma Sugestão”.

3.3.1.1. Funcionalidade de FAZER UMA DENÚNCIA

Deve ser prevista uma funcionalidade de “Fazer uma Denúncia”, que permita a escolha de “área de interesse” em seguida, escolher o tema para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma. Cada “área de interesse” possuirá campos, regras de preenchimento e destinatários específicos. Deve ser possível anexar imagem e vídeo às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo.

3.3.1.2. Funcionalidade OBTER UMA INFORMAÇÃO

Esta funcionalidade permita a escolha de “área de interesse” em seguida, escolher o tema para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma. Cada “área de interesse” possuirá campos, regras de preenchimento e destinatários específicos. Deve ser possível anexar imagem e vídeo às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo.

3.3.1.3. Funcionalidade REALIZAR UMA CONSULTA

Esta funcionalidade se dividirá em quatro consultas: “Acompanhamento de Denúncia”, “Acompanhamento de Pedido de Informação”, “Consulta Processual” e “Onde fica o MP”.

Para o “Acompanhamento de Denúncia” e “Acompanhamento de Pedido de Informação”, o usuário irá pesquisar através de alguns campos disponíveis.

Para a “Consulta Processual”, devem existir os mesmos campos de filtro e informações de retorno utilizados na consulta homônima no site do MPBA (disponível em <http://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx>)

Para “Onde fica o MP”, com base na localização atual do usuário, deve exibir mapa com a cidade do MP mais próxima (utilizar APIs de aplicativos de mapas). Além disso, deve ser prevista uma outra opção, inicialmente denominada, “Localizar por cidade” que deverá permitir pesquisar as unidades do MP por cidade.

Ao selecionar a cidade desejada, as informações devem ser dispostas em uma página. Deve ser previsto desenvolvimento de *webservice* de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA para recuperação das informações a serem exibidas.

Em ambos os casos, deve ser previsto desenvolvimento de *webservice* de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA. As mesmas regras de acesso existentes nas consultas atuais devem ser implementadas pelo *webservice* e serão repassadas pelo MPBA para a CONTRATADA.

3.3.1.4. Funcionalidade DAR UMA SUGESTÃO

Esta funcionalidade permite a escolha de três opções “Elogiar”, “Reclamação” e “Sugestão de Melhorias” em seguida, preencher os campos para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma que seria a Ouvidoria.



3.3.2. Funcionalidade AJUDA

No *app*, prever links ou ícones com as redes sociais do MPBA, abrindo aplicativo específico (caso exista instalado no dispositivo) ou navegador WEB padrão do mesmo. Opção para rever a "Introdução ao uso do APP", versão do APP e informações sobre o APP e o telefone para contato com a central de atendimento ao cidadão.

3.3.3. Funcionalidade APLICATIVOS SUGERIDOS

O *app* deve prever o acionamento de outros aplicativos móveis instalados no dispositivo. Caso o aplicativo não esteja instalado, redirecionar para a respectiva loja e aplicativo para download. Todas configurações e informações devem ser cadastradas no MÓDULO DE APOIO.

3.3.4. Funcionalidade TELA DE ABERTURA

O *app* deve prever uma tela de abertura (splash screen) com informações e introdução ao uso do *app* e imagens cadastradas a partir do módulo de apoio WEB. Todas as configurações necessárias (por exemplo, duração da tela e imagem) devem ser realizadas no módulo de apoio WEB.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Prazo para disponibilização da versão final em ambiente de produção: 6 (seis) meses a partir do início da vigência do contrato:
 - Cada sprint deve ter duração máxima de 30 dias;
- Deve ser previsto um banco de horas com 150 horas para manutenções evolutivas dentro do período contratado;
- A vigência do contrato será de 12 meses e deve cobrir a garantia das soluções;
- Prever repasse de conhecimento de 20 horas para a equipe técnica do MPBA;
- A interação com o MPBA será através da ferramenta de acompanhamento de projetos da instituição (REDMINE);
- O repositório do projeto estará instalado no MPBA;
- Todo código-fonte desenvolvido será de propriedade do MPBA;
- A equipe da CONTRATADA prestará o serviço nas instalações da mesma sendo que, a critério da CONTRATANTE, reuniões ou outras atividades podem executadas nas instalações da CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá prever a atuação de um gerente de projeto que não deve ser um dos integrantes do time SCRUM;
- Caso sejam utilizadas bibliotecas de softwares de terceiros, todas as licenças devem ser disponibilizadas de forma perpétua pela CONTRATADA para a CONTRATANTE;
- Serão utilizados indicadores tais como taxa de erros ou dias de atraso para avaliação da qualidade da entrega sendo passível de glosa do valor mensal;
- A CONTRATADA deverá seguir a metodologia, processos e procedimentos da CONTRATANTE e que serão apresentados nas reuniões de *kickoff* do projeto;



- Tamanho funcional estimado:
 - Aplicativo mobile: 120 pontos de função;
 - Módulo de apoio WEB e Webservices de comunicação: 50 pontos de função;

5. CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Meses 7 a 12
Sprint 1	10%						
Sprint 2		10%					
Sprint 3			10%				
Sprint 4				10%			
Sprint 5					10%		
Sprint 6						20%	
Garantia							5%

- Cada sprint terá uma ordem de serviço associada (modelo a definir) e que deve ser aprovada pela CONTRATANTE até 3 dias após o início da mesma;
- Os pagamentos serão feitos ao final de cada sprint, após apuração dos indicadores de qualidade;

Salvador, 12 de março de 2020

YURI GONZALEZ ARAUJO

Diretor de Tecnologia da Informação
Ministério Público do Estado da Bahia


NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À Unidade de Gerenciamento e Suporte a Projetos e Captação de Recursos para, **COM A MÁXIMA URGÊNCIA**, analisar as situações apontadas pela DTI.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 28/05/2021, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0134869** e o código CRC **7BC09EC6**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Sr. Coordenador da CGE Dr. **Lourival Miranda de Almeida Junior**,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico que após reuniões realizadas entre DTI e CGE no dia 28/05/2021, o documento SEI 0135087 foi anexado à Plataforma +Brasil nesse mesma data.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 29/05/2021, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0135086** e o código CRC **835D90BB**.

Salvador, 28 de maio de 2021.

Ofício n.º 023/2021

Ao Ilmo. Sr.

GUSTAVO ANDRÉ FERNANDES LIMA

Coordenador de Estudos para a Ampliação do Acesso
Ministério das Comunicações

Ref. Relatório de Acompanhamento da Execução. Diligência. Convênio Plataforma + Brasil nº 904907/2020

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico que já iniciamos o processo licitatório com a elaboração do documento de especificação técnica detalhada e execução da pesquisa de mercado. Os documentos gerados, assim com os retornos da pesquisa de mercado realizada, foram anexados à Plataforma +Brasil. No momento, a equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) está preenchendo os documentos do processo interno SEI 19.09.00859.0007237/2021-37 que tramitará a licitação na nossa instituição.

Na concepção inicial do projeto, a área gestora definiu o escopo do projeto e foi feito um detalhamento preliminar que permitiu uma precificação, mesmo com um alto grau de abstração dos requisitos de negócio e técnicos. Com base nesse detalhamento preliminar, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) estimou o tamanho funcional do MPBA Mobile em 170 pontos de função através de comparação com outros sistemas similares. E, desta forma, as cotações anexadas no momento do cadastramento da proposta tiveram como referência esse tamanho funcional estimado de 170 pontos de função. No ano corrente, com o início dos preparativos do processo licitatório, os requisitos de negócio e técnicos foram bastante detalhados a ponto de permitir uma contagem estimativa de pontos de função utilizando a técnica NESMA (<https://www.fattocs.com/analise-de-pontos-de-funcao/contagem-antecipada-de-pontos-de-funcao/>) e com isso, o tamanho funcional do MPBA Mobile foi atualizado para 350 pontos de função. Consequentemente, o valor médio para abertura de licitação, dado o atual aquecimento do mercado de TI devido aos impactos da pandemia de COVID-19, foi atualizado para R\$ 382.603,67. Importante ressaltar que o escopo do projeto não foi aumentado, ou seja, as mesmas funcionalidades previstas inicialmente foram mantidas, porém com os seus detalhamentos, a aplicação da técnica de contagem projetou o novo tamanho funcional.

O valor global do convênio é de R\$ 125.917,00 sendo que o concedente repassará R\$ 120.00,00 e o valor da contrapartida será de R\$ 5.917,99. Entretanto, considerando o cenário exposto acima, o valor da contrapartida aumentará significativamente passando para até R\$ 262.603,67 (considerar que ainda haverá disputa entre as licitantes). Comunicamos, também, que o valor excedente, correspondente aos 180 pontos de função, a depender da situação apontada abaixo, pode ser assumido pelo orçamento de 2021 do Ministério Público do Estado da Bahia.

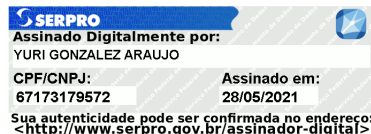
Entretanto, solicitamos a V.Sa. que seja verificada a possibilidade de utilizarmos nosso atual contrato de fábrica de software uma vez que, considerando o valor do ponto de função atualmente contratado, o valor total do projeto seria de R\$ 159.250,00. Além da economicidade na execução do projeto (o valor da

contrapartida seriam exatos R\$ 39.250,00), também não seria necessário abertura de novo processo licitatório. Identificamos similaridade entre os objetos uma vez que o convênio possui objeto *"Desenvolvimento de Aplicativo Móvel (App), Módulo de Apoio Web e Webservices de Comunicação para viabilizar a aplicação de soluções tecnológicas que simplifiquem processos e procedimentos de atendimento ao usuário e apoiem iniciativas que tratam como objetivo a inclusão digital"* e do nosso atual contrato de fábrica de software, licitado com base a Lei Estadual-BA no. 9.433/2005, na modalidade de pregão eletrônico, tipo menor preço, que é a *"prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação, na modalidade fábrica de software, compreendendo serviços de planejamento, documentação, desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas da informação, pesquisa e inovação tecnológica, plantão e sobreaviso, dimensionados por meio da técnica de Análise de Pontos de Função – APF, de acordo com as especificações, condições, métricas e os níveis mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos neste instrumento e no edital do certame licitatório correspondente, em especial no que se refere ao seu ANEXO IV"*.

Desta forma, além de observar o princípio da economicidade prevista no Art 50-A, Inciso I, "a", da PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 424, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016, a possibilidade de utilização do contrato de Fábrica de Software mais facilmente viabilizará a assunção dessa diferença pelo Ministério Público do Estado da Bahia, eis que sua contrapartida despencaria de possíveis R\$ 262.603,67 para exatos R\$ 39.250,00, em pleno cenário de pandemia.

Colocamo-nos à disposição para esclarecer ou complementar com informações adicionais, caso necessário.

Atenciosamente,



SERPRO
Assinado Digitalmente por:
YURI GONZALEZ ARAUJO
CPF/CNPJ: 67173179572 Assinado em: 28/05/2021
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

YURI GONZALEZ ARAUJO
Diretor de Tecnologia da Informação



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezado Dr Lourival,

Conforme informado por Yuri, na manifestação 0135086, o mesmo já anexou, após alinhamento com a CGE, a resposta na Plataforma+ Brasil. Na data de hoje, enviei um e-mail para senhora Claudine, servidora do Ministério das Comunicações, para informá-la sobre os anexos que foram inseridos na Plataforma+ Brasil.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Leal Santos Andrade** em 31/05/2021, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0135530** e o código CRC **92C6B753**.

RE: Transferências Voluntárias – Envio e Aceite do Processo Licitatório.

Rita de Cassia Leal Santos Andrade <rita.andrade@mpba.mp.br>

Seg, 31/05/2021 14:15

Para: Claudina Maria Da Costa <claudina.costa@mcom.gov.br>

Cc: Ana Carla Sales Passos Martins <ana.martins@mpba.mp.br>; Yuri Gonzalez Araujo <yuri.araujo@mpba.mp.br>; cge.projetos <cge.projetos@mpba.mp.br>; Lourival Miranda de Almeida Junior <lourival@mpba.mp.br>

Prezada Senhora Claudina,

Cumprimentando-a cordialmente, gostaríamos de informar, que no dia 28/05/21, foram inseridos na Plataforma + Brasil, os seguintes documentos:

Ofício nº 023-2021 - CONV FEDERAL 904907-2020

Meta - Proposta – MPBA

Solutis - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA MPBA MOBILE V01

Basis - MPBA - Cotação - 2021.05.25

MPBA Mobile - Especificação Técnica Detalhada

Anexo II - Telas Apoio Web

Anexo III - Modelo de Proposta de Preço

Contrato 047-2020-SGA - META - Fábrica Software - assinado - DJe e Portaria

Minuta_do_1o._Termo_Aditivo

Sendo assim, o Ministério Público do Estado da Bahia aguarda análise e deferimento, quanto ao uso do contrato de software vigente, para posteriormente, prosseguir com o pedido de Termo Aditivo para complementar o valor da contrapartida.

Na oportunidade colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Rita de Cássia Leal Santos Andrade

Gerente da Unidade de Gerenciamento e suporte à elaboração de Projetos e Captação de Recursos

Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE

Ministério Público do Estado da Bahia

Telefone: (71) 3103-0453 | E-mail: rita.andrade@mpba.mp.br

"Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, mas o maior destes é o amor" (I CO 13:13)

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

De: Claudina Maria Da Costa <claudina.costa@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 15 de abril de 2021 10:55

Para: cge.projetos <cge.projetos@mpba.mp.br>; Norma Angelica Reis Cardoso Cavalcanti <normaang@mpba.mp.br>; Adoniza do Nascimento Dias Gomes <adoniza.gomes@mpba.mp.br>; Ana Carla Sales Passos Martins <ana.martins@mpba.mp.br>; Elaene Pereira Costa <elaene@mpba.mp.br>; Evanio Gomes de Andrade Filho <evanio@mpba.mp.br>

Assunto: Transferências Voluntárias – Envio e Aceite do Processo Licitatório.

Prezados(as),

1. Visando dar celeridade a execução da Transferência Voluntária Nº **904907/2020**, celebrada entre o Ministério das Comunicações e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66 e repasse de recurso do governo federal, destinado ao Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Programa SICONV nº 4100020200002 – Conecta Brasil, que tem por objeto a execução de projetos voltados para as ações de inclusão digital do governo federal, especificamente relacionadas aos Centros de Recondicionamento de Computadores orientamos para algumas ações prioritárias no que tange aos **“Processos Licitatórios”**.
2. A respeito da "execução", desse instrumento, destacamos **a inovação acerca do "Aceite do Processo Licitatório"** pelo Concedente, estabelecida na Portaria Interministerial /MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União.
3. Essa operacionalidade consta na aba **"Processo de Execução"** da Plataforma +Brasil. Nessa aba, a Conveniente deverá inserir a documentação relativa ao Processo Licitatório conforme regulamenta a referida Portaria Interministerial.
4. Para a inicialização e registro dos **“Processos Licitatórios”** a referida portaria estabelece as seguintes normas a seguir:

*Art. 7º. São **competências e responsabilidades** dos proponentes ou **convenientes**:*

...

*VII - **realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade**,...*

*Art. 41. **A liberação de recursos obedecerá** ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e deverá ocorrer da seguinte forma:*

...

*II - **a liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo concedente ou mandatária**;*

...

§ 2º Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo conveniente, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

Art. 50-A. Quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo conveniente e aceitos pelo concedente,...

...

Parágrafo único. Nos casos de que trata o caput:

*II - **a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo concedente ou mandatária, em atenção ao disposto no inciso II do caput do art. 41.***

Art. 66. A aplicação do Regime Simplificado implica na adoção das seguintes medidas:

...

*II - **Nível IV:***

...

*f) a **apresentação do processo licitatório pelo conveniente e aprovação pelo concedente** é condição para a liberação dos recursos;*
(grifo nosso)

5. A Portaria Interministerial nº 424/2016 também normatiza, sobre a contratação realizada por entidades privadas sem fins lucrativos, as seguintes ações:

*Art. 45. Para a aquisição de bens e contratação de serviços, as **entidades privadas sem fins lucrativos** deverão realizar, no mínimo, **cotação prévia de preços no mercado**, observados os princípios da **impressoalidade, moralidade e economicidade**.*

§ 1º A cotação prévia de preços no SICONV será desnecessária quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções, devendo comprovar apenas os preços que aquele próprio fornecedor já praticou com outros demandantes, com a devida justificativa registrada no SICONV.

*§ 2º O registro, no SICONV, dos contratos celebrados pelo beneficiário na execução do objeto **é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas** subsequentes do instrumento, conforme previsto nos arts. 4º e 41 desta Portaria.*

§ 3º Nos casos em que o SICONV não permitir o acesso operacional para o procedimento de que trata o caput, deverá ser realizada cotação prévia de preços, devendo ser feito o registro posterior no Sistema.

*Art. 46. Cada processo de compras e contratações de bens, obras e serviços das entidades sem fins lucrativos **deverá ser realizado ou registrado no SICONV**.*

*Art. 47. A entidade privada sem fins lucrativos beneficiária de recursos públicos **deverá executar diretamente a integralidade do objeto**, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no plano ou programa de trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, aprovado pelo órgão ou entidade concedente.*

Art. 48. Nas contratações de bens, obras e serviços as entidades privadas sem fins lucrativos poderão utilizar-se do Sistema de Registro de Preços - SRP dos entes federados.

(grifo nosso)

6. Apresentada a regulamentação, informa-se que o Concedente analisará a documentação no que tange: à **contemporaneidade do certame**; aos preços do licitante vencedor e sua **compatibilidade com os preços de referência**; ao respectivo **enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado**; e ao fornecimento pelo conveniente de declaração expressa firmada por representante legal da conveniente, ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, **atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis**.
7. Diante do exposto, solicitamos que seja providenciado pelo Conveniente o início imediato dos Processos de Execução da Transferência Voluntária pactuada conforme previsto em Plano de Trabalho aprovado e registrado na Plataforma +Brasil que se encontra em execução. Pede-se também o envio para “Aceite do Concedente” “**Processos Licitatórios**” o **prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
8. Por oportuno, encaminhamos como orientação “**Processos de Execução – Instruções e Fluxo Processual** – (Em anexo) e o link de internet http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/Cotacao_Eletronica_de_Precos_Entidades_
9. *Privadas_sem_FL_Dezembro2013.pdf* que contém o “**Manual do Usuário – Execução Cotação Eletrônica de Preços (Entidades Privadas sem Fins**

Lucrativos)”. O Material servirá como consulta e tutorial de ajuda considerando que os "Processos Licitatórios" para a aquisição de bens e contratação de serviços pelas entidades privadas sem fins lucrativos representam o início das atividades de execução do instrumento pactuado e as elas deverão realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade estando de acordo com o que normatiza o Art. 45 da Portaria Interministerial Nº 424/2016.

10. Outra fonte de consulta, que servirá de auxílio, caso necessário, aos Convenientes trata-se do Portal de Serviços para abertura de solicitações relacionadas a Plataforma + Brasil. O *link* de acesso para o serviço: <https://portaldeservicos.economia.gov.br/citsmart/pages/login/login.i>oad. Caso não encontre o tema da sua solicitação pede-se que entre em contato com a Central de Serviços no 0800 978 9008.
11. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e ao receber este Ofício solicitamos que envie uma conformação de recebimento para o e-mail claudina.costa@mcom.gov.br.

Atenciosamente,

GUSTAVO ANDRÉ FERNANDES LIMA

Coordenador de Estudos para a Ampliação do Acesso



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À Unidade de Gerenciamento e Suporte a Projetos e Captação de Recursos para informar as próximas atividades do presente expediente.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 01/07/2021, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0151096** e o código CRC **2EF88BDE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Após Yuri incluir ofício, na Plataforma + Brasil, solicitando o uso do contrato de Fábrica de TI para elaborar o Aplicativo MP MOBILE, esta Unidade realizou diversos envios de e-mails para o Ministério das Comunicações, reiterando o pedido. Como a resposta não foi clara, solicitamos uma reunião de alinhamento. A reunião foi realizada no dia 27/07/21, às 14:00, com a minha participação, de Yuri e do Coordenador do Ministério das Comunicações, Sr Gustavo.

O Senhor Gustavo informou que a princípio, não seria possível utilizar o contrato. Será necessário licitar, e se a licitação for deserta ou fracassada, poderá argumentar o uso do Contrato de fábrica. Entretanto, solicitou a atualização do Termo de Referência na Plataforma + Brasil, tendo em vista que o número de pontos de função foi alterado de 120 para 350. Sendo assim, Yuri informou que iria entrar em contato com o Diretor de Contratos do MPBA para alinhar e providenciar o início da licitação.

Gostaria de reforçar que a vigência do convênio encerra-se em 30/12/2022. Sendo assim, a Área gestora precisa licitar e executar o projeto até essa data.

Ademais, assim que possível, conforme foi solicitado pelo Coordenador do Ministério das Comunicações, faz-se necessário que o Gestor do Convênio, Yuri, inclua na Plataforma + Brasil, "**na ABA Projeto Básico/ Termo de Referência**", o termo de Referência atualizado.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Leal Santos Andrade** em 31/07/2021, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0166829** e o código CRC **5659F2E0**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Aos ilustres titulares da DCCL e da DTI, para ciência e providências delineadas na Manifestação CGE – PROJETOS 0166829.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 03/08/2021, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0168013** e o código CRC **BDB36269**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Sr. Coordenador da CGE Dr. **Lourival Miranda de Almeida Junior**,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico que nos últimos 30 dias mantivemos diversos contatos com o Ministério das Comunicações (MC) visando superar os entraves relacionados com o valor atualizado do *app*. Nesta data, houve uma reunião entre o MPBA (presentes Yuri Gonzalez Araujo; Carlos Bastos Stucki; Rita de Cassia Leal Santos Andrade; Fernanda da Costa Peres Valentim) e a equipe do MC quando foi deliberado:

a) Uma vez que, utilizando o atual contrato de Fábrica de Software do MPBA, o valor do *app* ficaria R\$ 159.250,00, seria possível fazer uma licitação com esse valor considerando os ajustes necessários no convênio;

b) Serão necessários os seguintes passos para ajustar o convênio: (1) atualizar o TR e plano de trabalho na Plataforma +Brasil, (2) solicitar aditivo ao convênio e então, (3) realizar a licitação;

c) O MC informou que o processo de análise/aprovação do aditivo dura, em média, 60 dias;

Desta forma, a DTI mantém o prazo de 15/Set/21 para envio do TR atualizado e verificará, em conjunto com a CGE, os ajustes necessários no plano de trabalho.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 26/08/2021, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0183849** e o código CRC **A6909BED**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezado Senhor Diretor Yuri,

Tendo em vista, a necessidade de ajustes nos documentos do Projeto MP MOBILE, para realização do Pedido de Termo Aditivo e Ajuste do Plano de Trabalho, do Convênio N° 904907/2020, encaminho anexos os documentos para revisão.

Gentileza verificar se o senhor irá revisar o documento " **TR - MPBA Mobile 2 0_V3_2021**" ou substituir por um novo, além disso, solicito que, ao enviar a manifestação de resposta, inclua o argumento para o pedido do Termo Aditivo e Ajuste do Plano de Trabalho, pois iremos utilizá-lo no texto do ofício, que Dra Norma irá assinar.

Na oportunidade, colocamo-me à disposição para qualquer esclarecimento.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Leal Santos Andrade** em 15/10/2021, às 10:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0214353** e o código CRC **83ED9C6E**.



1. OBJETO	
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Serviço de desenvolvimento de solução de TI denominada MPBA Mobile envolvendo aplicação móvel (app) compatível com sistema operacional Android e iOS, módulo de administração web e rotinas de integração.
1.2 FORMA DE AQUISIÇÃO ESCOLHER <u>UMA</u> DAS CINCO OPÇÕES <i>(Marcar com X):</i>	<input checked="" type="checkbox"/> A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
	<input type="checkbox"/> B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA Observação: Caso seja definida esta opção, as regras de parcelamento constam na tabela 2 do ANEXO I (indicado ao final do documento).
	C) REGISTRO DE PREÇOS ➤ Abrangência territorial do registro (limite territorial da execução de serviços pelo prestador) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO <i>(Marcar com X)</i> : <input type="checkbox"/> A) SALVADOR <input type="checkbox"/> B) SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA <input type="checkbox"/> C) OUTRO(S). Especificar:
	<input type="checkbox"/> D) POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR OUTROS ÓRGÃOS - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO <i>(Marcar com X)</i> : <input type="checkbox"/> A) NÃO <input type="checkbox"/> B) SIM. Regras: <input type="checkbox"/> Quantitativo máximo de adesões por outros Órgãos: _____ adesões <input type="checkbox"/> Cada órgão aderente não poderá aderir mais que 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços. <input type="checkbox"/> O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços.
	D) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - ESCOLHER <u>UMA</u> DAS SEGUINTE VARIAÇÕES <i>(Marcar com X)</i> : <input type="checkbox"/> D.1) SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA <input type="checkbox"/> D.2) COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (POSTO DE SERVIÇO) <input type="checkbox"/> D.3) COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (POR RESULTADO - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) *
<input type="checkbox"/> E) OUTRO(S). Especificar:	



1.3 PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	(x)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA DOS LICITANTES
	()	B) SERÁ EXIGIDA DOS LICITANTES, CONFORME ANEXO III (Indicado ao final do documento)
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	<p>O acesso às informações através de dispositivos móveis é uma tendência na sociedade digital de hoje em dia. De acordo com o <i>Gartner</i>, esta forma de acesso é uma das quatro tendências do <i>Nexus das Forças</i> (http://www.gartner.com/technology/research/nexus-of-forces/) e que deverá direcionar os investimentos de TI nos próximos anos. No Brasil, segundo a Anatel, ainda em 2019, havia mais de 228,64 milhões de linhas ativas na telefonia móvel (Brasil registra 228,64 milhões de linhas móveis ativas em maio de 2019 — Português (Brasil) (www.gov.br)) o que confirma a tendência apontada anteriormente.</p> <p>O MPBA possui atuação em todo o estado da Bahia e o uso das tecnologias da informação e comunicação torna-se fundamental para ampliação da presença da instituição sem que a mesma ocorra fisicamente. A nova versão do aplicativo móvel (MPBA Mobile 2.0) implementará serviços, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">• identificação da promotoria mais próxima do cidadão;• possibilidade de envio perguntas e mensagens para as diversas unidades do MPBA;• aumento da transparência, possibilitando que as consultas já existentes de procedimentos sejam realizadas no dispositivo móvel. Atual do Projeto• facilidade no contato com unidades do MPBA;• divulgação ações, eventos e notícias de interesse ao público em geral; <p>É de interesse do MPBA promover ações que possibilitem garantir o acesso das populações às suas ações e serviços. Desta forma, através da solução de TI “MPBA Mobile 2.0” pretende-se que haja uma aproximação maior do Ministério Público do Estado da Bahia com os cidadãos que demandam da nossa instituição através de canais eletrônicos e dispositivos móveis.</p>	
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO(S) DEFINIDO(S)</u>	<p>Será licitada uma solução de TI que engloba um aplicativo móvel, aplicativo WEB de gestão e rotinas de comunicação, que disponibilizará acesso a serviços digitais do MPBA pela população brasileira.</p> <p>O tamanho funcional estimado de TODA a solução de TI “MPBA MOBILE” é de 350 (trezentos e cinquenta) pontos de função. Este quantitativo foi obtido a partir de contagem estimativa executada por equipe interna do MPBA com base nos documentos constantes neste termo de referência. Este quantitativo é apenas ORIENTATIVO e A CRITÉRIO DA LICITANTE, PODE SER CONSIDERADA COMO BASE PARA O ORÇAMENTO DO PROJETO. Entretanto, é fundamental destacar que está sendo contratada UMA solução de TI independente da pontuação inicial ou final da mesma e que venha a ser apurada pela LICITANTE.</p>	



1.6 JUSTIFICATIVA: <u>AGRUPAMENTO DOS ITENS EM LOTES</u> ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (licitação disputada por itens)
	<input type="checkbox"/>	B) <u>JUSTIFICATIVA</u> (licitação disputada por lotes):
1.7 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u> ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de licitação para contratação de serviços continuados)
	<input type="checkbox"/>	B) JUSTIFICATIVA:
1.8 ENQUADRAMENTO DO OBJETO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/>	A) SERVIÇOS COMUNS: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, com base nas especificações usuais praticadas no mercado. (REGRA)
	<input type="checkbox"/>	B) SERVIÇOS INCOMUNS (EXCEÇÃO) ➤ FUNDAMENTO – ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): <input type="checkbox"/> A) SUBJETIVIDADE DE PADRÕES <input type="checkbox"/> B) ESPECIFICAÇÕES ATÍPICAS FRENTE AO MERCADO ➤ JUSTIFICATIVA:
	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO



1.9 INDICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS E/OU ESPECIFICAÇÕES EXCLUSIVAS ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	()	B) SIM (Exceção, que deve ser justificada abaixo) 1.7.1 ESPECIFICAÇÃO DE ITENS E CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES CORRESPONDENTES * (Em caso positivo): <table border="1"><thead><tr><th>INDICAÇÃO DO SERVIÇO</th><th>ITEM / LOTE</th><th>CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES**</th></tr></thead><tbody><tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr><tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr><tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr></tbody></table> 1.7.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM (Em caso positivo):	INDICAÇÃO DO SERVIÇO	ITEM / LOTE	CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES**									
INDICAÇÃO DO SERVIÇO	ITEM / LOTE	CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES**												

2. INFORMAÇÕES LICITATÓRIAS

2.1 PARÂMETRO(S) DE JULGAMENTO DA PROPOSTA ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO* (Marcar com X):	(x)	A) MENOR PREÇO (REGRA GERAL)
	()	B) MELHOR TÉCNICA (Em caso positivo, estabelecer critérios a seguir) ➤ CRITÉRIOS OBJETIVOS DE ANÁLISE, PESOS E PONTUAÇÕES:
	()	C) TÉCNICA E PREÇO (Em caso positivo, estabelecer critérios a seguir) ➤ CRITÉRIOS OBJETIVOS DE ANÁLISE, PESOS E PONTUAÇÕES:
	()	D) MAIOR LANCE OU OFERTA
	()	E) MAIOR DESCONTO
2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL	UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL POR ANALISAR PROPOSTA E DOCUMENTOS TÉCNICOS: DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	



2.3 MODO DE DISPUTA
DA LICITAÇÃO

ESCOLHER UMA OPÇÃO*
(Marcar com X):

(x)

A) ABERTO (Regra geral)

- **OBRIGATÓRIO:** Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

- () A) 3% (três por cento), a incidir sobre todos os itens (SUGESTÃO)
(X) B) 1% (UM por cento), a incidir sobre todos os itens
() C) R\$ ____ (____), a incidir sobre todos os itens
() D) Intervalos variados entre os itens, conforme a seguinte tabela**:

ITEM/LOTE	INTERVALO

()

B) ABERTO E FECHADO (Exceção, que deve ser justificada abaixo)

- **FACULTATIVO:** Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

- () A) ____ % (____ por cento), a incidir sobre todos os itens
() B) R\$ ____ (____), a incidir sobre todos os itens
() C) Intervalos variados entre os itens, conforme a seguinte tabela**:

ITEM/LOTE	INTERVALO

- Justificar modo “aberto e fechado” (Em caso positivo):

2.4 DIVULGAÇÃO DOS
PREÇOS REFERENCIAIS
PARA AS LICITANTES

ESCOLHER UMA OPÇÃO*
(Marcar com X):

(x)

A) ORÇAMENTO DIVULGADO NO EDITAL (Regra)

()

B) ORÇAMENTO SIGILOSO (Exceção, que deve ser justificada abaixo)

- Justificar “orçamento sigiloso” (Em caso positivo):

(X)

A) NÃO HÁ DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA



2.5 DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):	()	B) <u>DOCUMENTO(S)</u> – INDICAR: ➤ NOME DO DOCUMENTO: <ul style="list-style-type: none">○ EMISSOR(A):○ ITEM/LOTE LICITADO CORRESPONDENTE:○ REQUISITO TÉCNICO A SER COMPROVADO:○ JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA NECESSIDADE:								
2.6 SOLICITAÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE (AMOSTRA) ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):	(X)	A) NÃO B) SIM – Justificativa e regramentos: ➤ Justificativa: ➤ Demonstração a ser realizada (por item): <table border="1" data-bbox="523 1025 1082 1160"><thead><tr><th>ITEM/LOTE</th><th>QUANTITATIVO</th></tr></thead><tbody><tr><td> </td><td> </td></tr><tr><td> </td><td> </td></tr><tr><td> </td><td> </td></tr></tbody></table> ➤ Prazo para execução da demonstração pela licitante: _____ dias. ➤ Necessidade de agendamento – ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>): () A) NÃO () B) SIM. Telefone e e-mail para agendamento: () _____ e _____@mpba.mp.br ➤ Local para execução da demonstração – ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>): () A) Sede da licitante () B) Sede do MPBA. Endereço: () C) Outro. Indicar: ➤ Prazo para avaliação técnica pelo MPBA: _____ dias ➤ Unidade administrativa responsável pela avaliação: ➤ Será concedida oportunidade para refazimento da demonstração rejeitada? () A) NÃO () B) SIM. Quantas: _____ ➤ Prazo para refazimento pela licitante (em caso de resposta positiva acima): _____ dias. ➤ Critérios objetivos de análise (elencar):	ITEM/LOTE	QUANTITATIVO						
ITEM/LOTE	QUANTITATIVO									
2.7 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO <u>TÉCNICA</u>	(X)	A) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ➤ Atestado deverá conter os seguintes dados mínimos - ESCOLHER QUANTAS OPÇÕES FOREM CABÍVEIS (<i>Marcar com X</i>):								



ESCOLHER QUANTAS
OPÇÕES FOREM
CABÍVEIS: *
(Marcar com X):

(X) Indicação dos serviços executados e seus quantitativos.

(X) Período de vigência da contratação.

() Quantitativo mínimo aceitável:

ITEM / LOTE	QUANTITATIVO MÍNIMO (limitado a 50% do licitado)

(X) Outro(s). Especificar: os atestados devem contemplar, pelo menos, o desenvolvimento de uma aplicação mobile (app)

➤ Outros requisitos/regramentos para os atestados:

➤ Exigência de comprovação de parcela(s) de maior relevância e valor significativo - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(X) 1) NÃO.

() 2) SIM, para os seguintes itens:

ITEM / LOTE	PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO	QUANTITATIVO TOTAL (100%)	QUANTITATIVO MÍNIMO (limitado a 50% do licitado)

➤ Somatório de atestados – ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(X) 1) SIM, para todos os itens.

() 2) SIM, para parte dos itens.

○ Especificar:

○ Justificar vedações:

() 3) NÃO para todos os itens e/ou parcelas de serviços.

○ Justificar:

()

B) NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO EM ÓRGÃO PROFISSIONAL COMPETENTE OU CERTIDÃO/ALVARÁ DE ÓRGÃO ESPECÍFICO

➤ NOME DO DOCUMENTO:

○ ÓRGÃO/ENTIDADE EMISSOR(A):



		<ul style="list-style-type: none">○ ITEM/LOTE LICITADO CORRESPONDENTE:○ NORMA APLICÁVEL (SE HOUVER):														
		<p>C) DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS</p> <p>Deverá ser apresentada declaração de ciência dos requisitos técnicos para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.</p> <p>Ficará franqueada às licitantes a faculdade de <u>visitar/vistoriar</u> o local onde será entregue/executado o objeto. Para tanto, a visita/vistoria deverá ser:</p>														
	()	<ul style="list-style-type: none">➤ Agendada? () NÃO () SIM➤ Local da vistoria/visita:➤ Unidade responsável por acompanhar:➤ Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: () e @mpba.mp.br➤ Data-limite para realização: dias úteis à data de abertura da sessão pública														
	()	<p>D) OUTRO(S). Especificar:</p>														
<p>2.8 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</p> <p>ESCOLHER QUANTAS OPÇÕES FOREM CABÍVEIS * (Marcar com X):</p>	(X)	<p>A) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL</p>														
	()	<p>B) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a % do valor da licitação (limite legal: 10%);</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Justificar opção “B” (Em caso positivo):														
	()	<p>C) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INDICAÇÃO DOS ÍNDICES DE:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Escolher quantos forem cabíveis: <table border="1"><thead><tr><th></th><th>ÍNDICE</th><th>PERCENTUAL ADMITIDO</th></tr></thead><tbody><tr><td>()</td><td>Liquidez Corrente (ILC)</td><td>() Maior que 01 (um) OU () Outro. Indicar:</td></tr><tr><td>()</td><td>Liquidez Geral (LG)</td><td>() Maior que 01 (um) OU () Outro. Indicar:</td></tr><tr><td>()</td><td>Grau de Endividamento (GE)</td><td>() Menor que 01 (um) OU () Outro. Indicar:</td></tr><tr><td>()</td><td>Outro. Indicar:</td><td></td></tr></tbody></table> <ul style="list-style-type: none">➤ Justificar opção “C – EXIGÊNCIA DE BALANÇO” (Em caso positivo):		ÍNDICE	PERCENTUAL ADMITIDO	()	Liquidez Corrente (ILC)	() Maior que 01 (um) OU () Outro. Indicar:	()	Liquidez Geral (LG)	() Maior que 01 (um) OU () Outro. Indicar:	()	Grau de Endividamento (GE)	() Menor que 01 (um) OU () Outro. Indicar:	()	Outro. Indicar:
	ÍNDICE	PERCENTUAL ADMITIDO														
()	Liquidez Corrente (ILC)	() Maior que 01 (um) OU () Outro. Indicar:														
()	Liquidez Geral (LG)	() Maior que 01 (um) OU () Outro. Indicar:														
()	Grau de Endividamento (GE)	() Menor que 01 (um) OU () Outro. Indicar:														
()	Outro. Indicar:															



2.9 PRAZO(S) PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU DO CONTRATO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	<input type="radio"/>	A) HAVERÁ SOMENTE CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Prazo: _____ dias <input type="radio"/> Úteis <input type="radio"/> Corridos
	<input checked="" type="radio"/>	B) HAVERÁ SOMENTE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO Prazo: 5 dias <input checked="" type="radio"/> Úteis <input type="radio"/> Corridos
	<input type="radio"/>	C) HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E DE CONTRATO C.1) ARP: Prazo: _____ dias <input type="radio"/> Úteis <input type="radio"/> Corridos C.2) CONTRATO: Prazo: _____ dias <input type="radio"/> Úteis <input type="radio"/> Corridos
	<input type="radio"/>	D) CONTRATAÇÃO SERÁ FORMALIZADA SOMENTE COM EMISSÃO DE EMPENHO (SEM ARP OU CONTRATO)

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	3.1.1 REGIME DE EXECUÇÃO: <i>Inserir texto</i>
	3.1.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO: ➤ _____ dias <input type="radio"/> Úteis <input type="radio"/> Corridos 3.1.1.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal). 3.1.1.2 O Fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.
	3.1.3 FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: <ul style="list-style-type: none">• Prazo para disponibilização da versão final em ambiente de produção: 6 (seis) meses a partir do início da vigência do contrato;• A metodologia a ser utilizada será SCRUM devendo ser previstos todos os papéis, ritos, artefatos e práticas desta metodologia;<ul style="list-style-type: none">○ Cada sprint deve ter duração máxima de 30 dias;• Deve ser previsto um banco de horas com 150 horas para manutenções evolutivas dentro do período contratado. O gerenciamento será gerenciado pela CONTRATANTE através da emissão de ordens de serviço;• Prever repasse de conhecimento de 20 horas para a equipe técnica do MPBA;• A interação com o MPBA será através da ferramenta de acompanhamento de projetos da instituição (REDMINE) e Office 365;• O repositório do projeto (GIT) estará instalado na infraestrutura tecnológica no MPBA;• Todo código-fonte desenvolvido será de propriedade exclusiva do MPBA;



- A equipe da LICITANTE prestará o serviço nas instalações da mesma sendo que, a critério do CONTRATANTE, reuniões ou outras atividades podem executadas nas instalações do CONTRATANTE;
- A LICITANTE deverá prever a atuação de um gerente de projeto que não deve ser um dos integrantes do time SCRUM;
- Caso sejam utilizadas bibliotecas de softwares de terceiros, todas as licenças devem ser disponibilizadas de forma perpétua pela CONTRATADA para a CONTRATANTE;
- Serão utilizados indicadores tais como taxa de erros ou dias de atraso para avaliação da qualidade da entrega sendo passível de glosa do valor mensal
- A CONTRATADA deverá seguir a metodologia, processos e procedimentos da CONTRATANTE e que serão apresentados nas reuniões de kickoff do projeto;
- A verificação do alcance dos objetivos do CONTRATANTE para a presente contratação será feita com a monitoração e controle de Indicadores de Nível de Serviço definidos, conforme detalhado na seção Níveis Mínimos de Serviço;
 - A critério exclusivo do CONTRATANTE, poderão deixar de ser considerados, para apuração dos Níveis Mínimos de Serviço, os atrasos decorrentes de fatos supervenientes sofridos pela CONTRATADA, desde que tais fatos sejam comunicados ao CONTRATANTE tão logo ocorram, para que possam ser analisados quanto à pertinência.
 - Cabe à CONTRATADA provar os fatos e os seus efeitos sobre o andamento dos serviços da OS;
- O descumprimento de qualquer indicador do acordo de nível de serviço que não tenha sido devidamente justificado pela CONTRATADA e/ou que sua justificativa não tenha sido aprovada pelo CONTRATANTE, ensejará desconto por NMS correspondente na fatura;
- Os serviços serão considerados entregues, para fins de recebimento provisório, quando da comunicação, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, da disponibilidade, no repositório eletrônico, de todos os artefatos requeridos e montagem do ambiente de teste;
 - A comunicação de entrega de demanda pela CONTRATADA será através do SGD ou outro meio de comunicação definido pelo CONTRATANTE;
 - A CONTRATADA deve, ao término de cada sprint ou fase do projeto concluída, repassar todos os artefatos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação, diagramas e especificações;
 - A entrega de todos os artefatos resultantes da execução de uma sprint ou fase interrompe a contagem de seu prazo de entrega, desde que esta não tenha sido rejeitada;
 - Faz parte do escopo de entrega da fase de desenvolvimento e teste a disponibilização do sistema no ambiente de teste do CONTRATANTE;
 - Para configuração da entrega, deverão ser observados todos os demais critérios e condições estabelecidos neste instrumento e seus ANEXOS;
- Constatada qualquer inconformidade que impeça o aceite dos resultados de uma sprint, esta será retornada, via SGD ou e-mail, ao status em que se encontrava antes da entrega, lançados os motivos da recusa.
 - A recusa implicará em estabelecimento, pelo CONTRATANTE, de prazo-limite para adequação da entrega e cômputo de eventuais índices de Nível Mínimo de Serviço;
 - A CONTRATADA deverá efetuar todas as adequações que se fizerem necessárias nos artefatos entregues, em integral cumprimento ao quanto apontado pelo CONTRATANTE, sem ônus adicional para este;
 - Todos os ajustes feitos pela CONTRATADA ensejarão nova(s) avaliação(ões) pelo CONTRATANTE até que seja dado o aceite definitivo dos serviços;
 - A notificação pelo CONTRATANTE, e consequente abertura de prazo para ajuste(s) pela CONTRATADA, ocorrerão sem prejuízo do eventual desconto de valores e/ou aplicação de penalidades cabíveis, observado, inclusive, o quanto disposto na seção Níveis Mínimos de Serviço;
- O aceite definitivo de uma sprint de Desenvolvimento será dado após a conclusão dos Testes Formais e/ou Homologação por parte do gestor do projeto ou pessoa por ele designada;
 - Uma vez iniciada a homologação, se forem identificados defeitos na versão entregue, o aceite definitivo só será dado após a correção de todos os defeitos;



- A critério exclusivo do CONTRATANTE, levando-se em consideração as questões legais ou necessidade da área gestora responsável pela demanda, uma sprint ou fase poderá receber aceite parcial ou integral, caso restem apenas defeitos de gravidade baixa para correção.
- Caso o CONTRATANTE solicite alguma mudança de requisito durante a fase de Testes Formais de um produto entregue, o ciclo de teste em andamento será concluído e os testes serão considerados como finalizados. Um novo processo de teste será realizado quando a CONTRATADA fizer a entrega das mudanças solicitadas.
 - Para o escopo inicial do produto entregue serão apurados todos indicadores até o momento da finalização dos testes formais.
 - O aceite e autorização para faturamento será dado apenas se o produto entregue estiver funcional e não tenha defeitos de gravidade crítica ou alta pendente de correção.
- A aceitação dos serviços entregues não impede a constatação, no prazo da garantia, da existência de vícios, e não isenta a CONTRATADA de obrigações deles decorrentes;
- Após o aceite definitivo, a CONTRATADA estará apta a incluir os serviços prestados no faturamento e receber pelos produtos gerados, após procedimentos de quantificação e pagamento descritos neste instrumento e seus ANEXOS;
 - Para fim de desembolso financeiro, serão pagos apenas os produtos que receberam o aceite definitivo pelo CONTRATANTE;
- Após o aceite definitivo, o CONTRATANTE encaminhará o relatório de cálculo dos indicadores de NMS referente ao produto entregue, considerando os possíveis descontos apurados.
- NMS - Níveis Mínimo de Serviço:
 - Esta seção visa definir as formas de mensuração da entrega dos serviços objeto da contratação e de seus indicadores de desempenho, além da definição dos limites aceitáveis para esses indicadores e das sanções a serem aplicadas em razão do seu descumprimento.
 - Níveis Mínimos de Serviço - NMS são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados à prestação de serviços, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança.
 - Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.
 - O CONTRATANTE realizará a avaliação do nível de atendimento dos serviços contratados, utilizando-se como referenciais máximos os valores das sprints ou fases finalizadas e aceitas a serem faturadas, que poderão sofrer abatimentos conforme indicadores definidos no item 8.4 deste documento.
 - O valor do pagamento será aquele condizente ao valor previsto para a sprint ou fase entregue, conforme definido no contrato, descontados os percentuais por não atendimento dos indicadores de níveis de serviço previstos no item 7 deste apenso.
 - O percentual de desconto a ser aplicado a uma OS - Ordem de Serviço será o somatório dos percentuais obtidos com base nos indicadores definidos no item 8.4 deste documento que não foram atendidos.
 - A apuração/aplicação dos descontos por NMS não impedem ou limitam o CONTRATANTE ao exercício da prerrogativa de instaurar processo administrativo para apuração de quaisquer faltas e/ou inexecuções verificadas ao longo da vigência contratual;
 - Conceitos relacionados:
 - Testes de Aceitação: São conjuntos de testes unitários e testes funcionais automatizados (quando solicitados), além de testes funcionais manuais, capazes de verificar o provimento das qualidades mínimas necessárias à aceitação de um software, conforme definido em sua especificação.
 - Pré-Homologação: Fase de recebimento de uma versão do sistema entregue pela CONTRATADA para realização dos testes de aceitação. Nesta fase, o sistema será primeiramente avaliado quanto a critérios de admissibilidade obrigatórios, e em



seguida quanto à presença de defeitos de caráter impeditivo e conformidade com o escopo planejado. O resultado desta fase pode ser de rejeição da entrega ou disponibilização da versão para início dos Testes Formais ou Homologação.

- Testes Formais: Fase na qual o CONTRATANTE irá avaliar a qualidade do produto entregue através de várias práticas, como por exemplo: (i) localizar e documentar defeitos no software; (ii) validar as definições feitas nas especificações de requisitos e projeto; (iii) validar as funções do software conforme projetadas e; (iv) verificar se os requisitos foram implementados de forma adequada. O resultado desta fase pode ser de aceitação integral, parcial ou rejeição.
- Ciclo de Teste: cada iteração de teste realizada no produto entregue durante a fase de Testes Formais até haja a aceitação integral do produto.
- Homologação: fase na qual o sistema será disponibilizado no ambiente de homologação para que o gestor ou usuários finais realizem os testes de aceitação, verifiquem se o que foi encomendado corresponde ao sistema entregue e validem se o sistema irá contribuir para a resolução do problema que motivou o seu desenvolvimento. O resultado desta fase pode ser de aceitação integral, parcial ou rejeição.
- Desconto por NMS: anotação de redução do valor de uma entrega em decorrência do não cumprimento dos indicadores estabelecidos.
- Release: Um release é o termo utilizado para designar uma versão operacional estável e executável do sistema, ou parte dele, juntamente com todos os artefatos necessários para o seu uso, manutenção e novos desenvolvimentos.
- Sprint: é um período limitado a um mês ou menos, no qual uma versão incremental e usável de um produto é desenvolvida.
- Defeitos de Software:
 - A classificação de defeitos em software quanto sua gravidade é um passo fundamental no monitoramento da qualidade dos produtos entregues, permitindo o estabelecimento de acordos de níveis de serviço, além de servir de insumo básico para a priorização das correções. Desta forma, será apresentada as classificações de gravidade associadas a defeitos de software, bem como os critérios que permitam esta classificação.
 - Defeito de software: desacordo do sistema em relação a sua especificação, erro, falha, comportamento inapropriado e comprometimento da segurança. Ao se julgar se um comportamento do sistema é ou não um defeito, considera-se a perspectiva do usuário, ou seja, é irrelevante se o defeito é ocasionado por falha da codificação, configuração de ambiente ou insuficiência de informação na especificação.
 - Classificação da gravidade:
 - A gravidade de um defeito pode ser interpretada como a intensidade com a qual um defeito influencia negativamente na aceitação do sistema. Serão consideradas 04 classificações para a gravidade de defeito de software, as quais estão descritas a seguir, juntamente com seus respectivos critérios de classificação. Um defeito só possuirá apenas uma classificação quanto à gravidade. Caso um defeito se enquadre, simultaneamente, em critérios de duas classificações distintas, será assumida a classificação de maior gravidade.
 - Crítica: classifica-se a gravidade de um defeito como crítica quando pelo menos uma das situações abaixo ocorrer:
 - Comprometimento da segurança do sistema, independentemente da existência de uma regra ou menção no caso de uso que se relacione com o defeito de segurança identificado.
 - Interrupção do fluxo previsto para o teste devido à existência de erro no sistema, seja este erro tratado (quando a aplicação leva para uma tela formatada para exibição de mensagem de erro), ou



	<p>não tratado (quando as informações de erro são as fornecidas diretamente pela plataforma ou servidor de aplicação).</p> <ul style="list-style-type: none">○ A impossibilidade de conclusão de um fluxo principal;○ Inoperância de integrações externas essenciais ao sistema;○ Divergência de regra de negócio em relação à especificação, que impossibilite o uso do sistema;○ Performance ou tempo de resposta em nível que impossibilite o uso do sistema;○ Corrupção de um ou mais registros de dados.○ Validações inconsistentes; <ul style="list-style-type: none">• Alta: classifica-se a gravidade de um defeito como alta quando pelo menos uma das situações abaixo ocorrer.<ul style="list-style-type: none">○ Tratamento incorreto dos dados fornecidos (não persistiu da forma esperada ou tratou uma entrada de forma inadequada);○ Retorno de dados incorretos (os dados trazidos pelo sistema foram dados diferentes do esperado);○ Sistema implementado em desacordo com as regras definidas nos casos de uso.○ Ausência de parâmetros ou tabelas de domínio que dificultem o uso do sistema;• Média: classifica-se a gravidade de um defeito como média quando pelo menos uma das situações abaixo ocorrer.<ul style="list-style-type: none">○ Comprometimento da usabilidade por parte do sistema implementado. Considera-se como usabilidade a facilidade de compreender o funcionamento do sistema bem como de utilizá-lo para realizar alguma tarefa. Alguns exemplos de situações que comprometem a usabilidade são descritos abaixo:○ Campos autocomplete que demoram mais de 3 segundos para disponibilizar algum resultado; Campos autocomplete que, durante o período de pesquisa, não informa ao usuário que a mesma está sendo feita;○ Campos autocomplete que não apagam a mensagem de instrução, por exemplo “pesquise aqui”, quando ganham o foco;○ Campos que perdem foco, quando não deveria;○ Campos que impossibilitam a utilização da funcionalidade “colar”;○ Campos do tipo “lista suspensa” que não se retraem quando perdem o foco;○ Campos obrigatórios que estão sem a sinalização de obrigatoriedade;○ Diferenciação de maiúsculas e minúsculas em campos de pesquisa;○ Sensibilidade a espaços em branco inseridos no início ou no fim dos valores informados nos campos de pesquisa;○ Comprometimento da acessibilidade do sistema, quando esta for definida como um requisito do sistema.• Baixa: classifica-se a gravidade de um defeito como baixa quando pelo menos uma das situações abaixo ocorrer:<ul style="list-style-type: none">○ Desacordo com layout definido pelo protótipo.○ Erros de ortografia.○ Formatação equivocada de saída e entrada de dados.○ Inconsistências de massa de dados para homologação que dificultem testes do sistema; <ul style="list-style-type: none">▪ Os defeitos enumerados anteriormente são definidos e aprimorados na MGSAS do CONTRATANTE. Nesse sentido, os exemplos fornecidos têm apenas caráter ilustrativo
--	--



e os casos omissos e respectiva classificação são definidos pelo CONTRATANTE e atualizados na MGSAS quando necessário.

- Critérios de Aceitação dos Serviços Prestados
 - Os serviços prestados serão medidos com base em indicadores e metas de níveis de serviço, vinculados a fórmulas de cálculo específicas, e serão executados pelo CONTRATANTE após a realização de cada incremento do produto.
 - Caso haja descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço, a CONTRATADA sofrerá descontos por NMS na fatura.
 - Os indicadores e as metas foram definidos de acordo com a natureza e característica de cada serviço e expressos em unidade de medida, como por exemplo: percentuais e tempo medido em dias úteis e corridos.
- Indicadores de Níveis de Serviço
 - A CONTRATADA deverá atender, para todas as entregas previstas na vigência do contrato, aos indicadores detalhados a seguir;
 - Indicador PAFP

Nome do Indicador	Índice de Projetos Atendidos Fora do Prazo (PAFP)
Descrição	Apura o nível de atendimento do serviço de desenvolvimento e manutenção executados fora do prazo acordado.
Fórmula de Cálculo	$PAFP = 100\% * P_p / P_{Total}$ $PAFP = 100\% * PP / P_{Total}$ Onde: P_p = Total de dias úteis de atraso na execução do serviço. P_{Total} = Total de dias acordados para a execução do serviço. Obs: serão contados os dias úteis de atraso.
Nível de Serviço	a) Desejável: PAFP = 0% b) Aceitável: PAFP <= 10%. c) Crítico: PAFP > 10% e <= 20%; Desconto de 3% sobre o valor da OS. d) Indesejável: PAFP > 20% e <= 30%. Desconto de 5% sobre o valor da OS. e) Inaceitável: PAFP > 30%. Desconto de 10% sobre o valor da OS
Forma de Aferição	Por intermédio de ferramenta de controle de projetos do CONTRATANTE, ou via controle manual em planilhas, será calculado o índice de atendimento das OSs de Desenvolvimento ou Manutenção finalizadas, demonstrando a aplicação da fórmula acima.
Periodicidade	Após o recebimento provisório do serviço para validação pela equipe técnica do CONTRATANTE.

- Indicador ICTF

Nome do Indicador	Índice de Ciclo de Testes Formais após entrega de sprint ou projeto (ICTF)
Descrição	Apura a quantidade de ciclos de testes formais realizados para aceitação da sprint entregue.
Fórmula de Cálculo	$ICTF = Q_{CT}$ Onde: Q_{CT} = Quantidade de ciclos de testes formais realizados pelo CONTRATANTE no sistema ou sprint entregue.
Nível de Serviço (NS)	a) Desejável: ICTF = 1; b) Aceitável: ICTF = 2. c) Crítico: ICTF = 3; Desconto de 5% sobre o valor da OS; d) Indesejável: ICTF > 3 e <= 5. Desconto de 10% sobre o valor da OS e) Inaceitável: ICTF > 5. Desconto de 20% sobre o valor da OS
Forma de Aferição	Por intermédio do Sistema de Gerenciamento de Demandas do CONTRATANTE ou relatórios de testes formais realizados pela equipe de testes do



	CONTRATANTE, será calculado o índice de atendimento das OSs de Desenvolvimento, Sustentação ou Manutenção atendidas, demonstrando a aplicação da fórmula acima.
Periodicidade	A medição oficial deve ocorrer ao final da fase de Teste Formais executada pelo CONTRATANTE. No entanto, medições anteriores à medição oficial podem ser feitas para avaliar a situação parcial do serviço.

▪ Indicador IDGC

Nome do Indicador	Índice de defeitos de gravidade alta ou crítica (IDGC)
Descrição:	Apurar a taxa de defeitos de gravidade alta ou crítica encontrada num sprint ou sistema durante a fase de Testes Formais.
Fórmula de Cálculo	$IDGC = TDGC$ <p>Onde: TDGC: Total de defeitos de gravidade alta ou crítica encontrado ao longo dos ciclos de testes de um sistema ou sprint, desde o primeiro teste até o momento da medição do indicador.</p>
Nível de Serviço	a) Desejável: IDGC = 0; b) Aceitável: IDGC ≤ 2; c) Crítico: IDGC = 3; Desconto de 5% sobre o valor da OS; d) Indesejável: IDGC > 3 e ≤ 5. Desconto de 10% sobre o valor da OS e) Inaceitável: IDGC > 5. Desconto de 20% sobre o valor da OS
Forma de Aferição	Considera-se como defeito na contabilização deste indicador, o mau funcionamento da aplicação ou funcionamento em não conformidade com a sua especificação e cuja origem técnica seja alguma atividade executada pela CONTRATADA, ou seja, se ELA tem responsabilidade pela existência do mesmo. A classificação da gravidade do defeito deve ser feita conforme item 3 deste documento. Por intermédio do Sistema de Gerenciamento de Demandas do CONTRATANTE ou relatórios de testes formais realizados pela equipe de testes do CONTRATANTE, será calculado o índice de atendimento das OSs de Desenvolvimento, Sustentação ou Manutenção atendidas, com base na fórmula acima.
Periodicidade	A medição oficial deve ocorrer ao final da fase de Teste Formais executada pelo CONTRATANTE. No entanto, medições anteriores à medição oficial podem ser feitas para avaliar a situação parcial do serviço.

▪ Indicador DTPF

Nome do Indicador	Índice de defeitos por total de pontos de função (DTPF)
Descrição:	Apurar a taxa de defeitos por total de pontos de função num sprint ou sistema durante a fase de Testes Formais realizada.
Fórmula de Cálculo	$DTPF = (TD / TPF) * 100\%$ <p>Onde: TD: Total de defeitos encontrado ao longo dos ciclos de testes de um sistema ou sprint, desde o primeiro teste até o momento da medição do indicador. TPF: Total de pontos de função do sistema ou sprint.</p>
Nível de Serviço	a) Desejável: DTPF = 0%; b) Aceitável: DTPF ≤ 20%; c) Crítico: DTPF > 20% e ≤ 30%; Desconto de 5% sobre o valor da OS; d) Indesejável: DTPF > 30% e ≤ 40%. Desconto de 10% sobre o valor da OS e) Inaceitável: DTPF > 40%. Desconto de 15% sobre o valor da OS



Forma de Aferição	Considera-se como defeito na contabilização deste indicador, o mau funcionamento da aplicação ou funcionamento em não conformidade com a sua especificação e cuja origem técnica seja alguma atividade executada pela CONTRATADA, ou seja, se ELA tem responsabilidade pela existência do mesmo. Por intermédio do Sistema de Gerenciamento de Demandas do CONTRATANTE ou relatórios de testes formais realizados pela equipe de testes do CONTRATANTE, será calculado o índice de atendimento das OSs de Desenvolvimento, Sustentação ou Manutenção atendidas, com base na fórmula acima.
Periodicidade	A medição oficial deve ocorrer ao final da fase de Teste Formais executada pelo CONTRATANTE. No entanto, medições anteriores à medição oficial podem ser feitas para avaliar a situação parcial do serviço.

- Avaliação da Qualidade
 - Considerações gerais:
 - Serão considerados Não Conformidade, entre outros:
 - Falha na interpretação, elicitação e análise dos requisitos repassados pela área requisitante do CONTRATANTE;
 - Implementações que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos;
 - Qualquer funcionamento irregular de algum componente identificado na operação do produto;
 - Artefatos documentais que contenham não conformidades redacionais, incompletude, incompatibilidades, divergências com as especificações ou inconsistências em relação ao padrão adotado no âmbito da CONTRATANTE.
 - As adequações necessárias com finalidade de correção de defeitos ou não conformidades serão realizadas sem ônus adicional ao CONTRATANTE.
 - Critérios para avaliação e aceitação dos serviços:
 - A avaliação da qualidade consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir. Os produtos e artefatos serão avaliados segundo os critérios de completude, consistência e forma, considerando:
 - Critério de Completude: serão considerados incompletos os produtos e artefatos entregues sem que todos os elementos requeridos na OS estejam presentes;
 - Critério de Consistência: serão considerados inconsistentes os produtos e artefatos entregues com não conformidades que impedem o seu uso. São exemplos de não conformidades impeditivas as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do sistema, bem como inadequações na documentação de natureza funcional;
 - Critério de Forma: serão considerados desformatados os produtos e artefatos entregues com não conformidades relacionadas à forma, inadequações de natureza estética ou o não uso de modelos de documentos definidos pelo CONTRATANTE, desde que a forma implique prejuízo de informações ou descaracterização do artefato ou produto.
 - Produtos e artefatos inconsistentes e incompletos serão rejeitados. Artefatos não formatados corretamente poderão ser aceitos com restrições a critério do CONTRATANTE.
 - A CONTRATADA terá um prazo de até 3 (três) dias úteis para corrigir as observações apontadas nos artefatos entregues ou solicitar um



novo prazo, que poderá ser aceito pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificado.

- A CONTRATADA poderá apresentar justificativas para as não conformidades, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.
- Todos os itens aceitos com restrições geram a obrigação de a CONTRATADA sanar as não conformidades, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.
- Todos os artefatos previstos devem ser entregues e aderentes aos padrões adotados pelo CONTRATANTE.
- Garantia do Serviço:
 - Os produtos e serviços decorrentes da presente contratação deverão ser garantidos pela CONTRATADA durante toda vigência do contrato, inclusive nas hipóteses de prorrogação da vigência do mesmo;
 - Todo o código e/ou documentação alterada em virtude de manutenção corretiva ou evolutiva estará em garantia. Desta forma, caso seja observado que, ao corrigir um erro reportado, novos erros tenham sido inseridos na aplicação pela CONTRATADA, suas correções não implicarão em novos custos para o CONTRATANTE;
 - Caberá a CONTRATADA, no período de garantia, sem ônus para o CONTRATANTE, responsabilizar-se por correções de eventuais defeitos ou erros encontrados em qualquer tipo de serviço, artefato ou produto entregue, e também pela ausência de artefatos obrigatórios e qualquer outra ocorrência que impeça o andamento normal dos serviços contratados, mesmo aqueles já considerados aceitos.
 - A CONTRATADA será igualmente responsável por corrigir qualquer não conformidade com o MGDAS que tenha sido notificada pelo CONTRATANTE no período da garantia.
 - Para análise da não conformidade de que trata este item, será considerada a versão do MGDAS (Modelo de Gestão e Desenvolvimento Ágil de Sistemas) que estava vigente no início da execução do contrato.
 - A CONTRATADA deverá arcar com todas e quaisquer despesas necessárias à prestação dos serviços de garantia, incluindo aquelas relativas ao eventual deslocamento de seus técnicos às instalações do CONTRATANTE;
 - O acionamento da garantia será realizado pelo CONTRATANTE, sempre que houver necessidade, por meio do Sistema de Gerenciamento de Demandas – SGD ou por e-mail.
 - Para atendimento das demandas de garantia, a CONTRATADA deverá observar os prazos que seguem abaixo de acordo com gravidade do defeito reportado:

Gravidade do Defeito	TA	TSD
Crítica	1 hora	8 horas
Alta	2 horas	16 horas
Média	4 horas	24 horas
Baixa	8 horas	32 horas

- - TA (Tempo de Atendimento): Intervalo máximo de tempo que a CONTRATADA tem, após a abertura formal do chamado, para entrar em contato com o CONTRATANTE e entender o contexto da ocorrência.
 - TSD (Tempo para Solução do Defeito): Intervalo máximo de tempo que a Contratada tem, após a abertura formal do chamado, para solucionar o defeito. A solução do defeito pode ser uma solução de contorno.
- É facultado ao CONTRATANTE, em situações excepcionais ou emergenciais, realizar intervenções em código-fonte produzido ou mantido pela CONTRATADA. Nestes



casos, somente as classes ou arquivos fonte alterados ou impactados pela alteração perderão a garantia;

- Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação por telefone, e-mail ou sistema disponibilizado.

- Cronograma Físico/Financeiro:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8 a 12
Sprint 1	10%							
Sprint 2			10%					
Sprint 3				10%				
Sprint 4					10%			
Sprint 5						10%		
Sprint 6							50%	
Garantia								-

- Cada sprint terá uma ordem de serviço associada (modelo a definir) e que deve ser aprovada pela CONTRATANTE até 3 dias após o início da mesma;

- Os pagamentos serão feitos ao final de cada sprint, após a conclusão dos testes formais pelo CONTRATANTE e apuração dos indicadores de qualidade;

- Após 5 dias úteis da assinatura da publicação do contrato, conforme seção 12 - Transição Contratual, deve ser realizada reunião inicial do projeto (kickoff) entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA onde já deve estar presente o gerente do projeto. Nesta reunião devem ser apresentados, no mínimo:

- Pela CONTRATADA:

- Tecnologias que serão utilizadas no desenvolvimento do produto.

- Pelo CONTRANTE

- Repassar os documentos de padrões de projeto.

- Definição das reuniões de passagem de conhecimento e acompanhamento de projetos.

- Transição Contratual:

- Transição Inicial:

- O início da execução do objeto contratual ensejará o processo de transição contratual inicial, de acordo com o seguinte cronograma:

-

PRAZOS	ETAPA	AÇÕES A SEREM TOMADAS	RESPONSÁVEIS
Até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação do contrato	Realização de reunião inicial	Convocar Reunião Inicial	CONTRATANTE
		Reunião Inicial, na qual deverá ocorrer: - Apresentação formal do Gestor do Contrato (pelo CONTRATANTE) - Kickoff do projeto;	CONTRATANTE CONTRATADA



Até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato	Transição Contratual Inicial	Transferência de conhecimento e fornecimento de informações necessárias à execução contratual (etapa de repasse inicial dos serviços)	CONTRATANTE
		Para fins de atendimento às normas de segurança do CONTRATANTE , entrega da relação nominal dos profissionais que atuarão no contrato	CONTRATADA
Até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato	Execução dos serviços propriamente dita	Encaminhamento das Ordens de Serviço.	CONTRATANTE
		Montagem de ambiente de banco de dados e desenvolvimento.	CONTRATADA
		Início da execução dos serviços demandados.	CONTRATADA
Até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do contrato	Sprint 1	Entrega da primeira sprint do projeto.	CONTRATADA

○

▪ Transição Final:

- A CONTRATADA se compromete individualmente – em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 23 da Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005 – a participar de atividades de transição contratual e a transferir para o CONTRATANTE e/ou para outra empresa por ele indicada todo o conhecimento gerado na execução do(s) serviço(s); incluindo dados, documentos e elementos de informação utilizados.
- A transição contratual final se refere ao processo de finalização da prestação dos serviços pela CONTRATADA, ao final do contrato. As atividades de transição contratual e encerramento do contrato incluem a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, a transferência de conhecimentos, a revogação de perfis de acesso, a eliminação de caixas postais, dentre outras, conforme o disposto no art. 24 da Resolução Nº 102/2013 do CNMP.
- Na transição contratual final, todo conhecimento adquirido ou desenvolvido bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados deverão ser disponibilizados ao CONTRATANTE ou empresa por ele designada em até 30 (trinta) dias corridos após a finalização do contrato.
- A transferência de conhecimento das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, por meio de eventos específicos, preferencialmente em ambiente disponibilizado pelo CONTRATANTE, e baseados em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida.
 - O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE.

	<ul style="list-style-type: none">• A CONTRATADA deve elaborar o Plano de Transição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do contrato, para a transferência integral e irrestrita dos conhecimentos e das competências necessárias e suficientes para promover a continuidade dos serviços.• A data de início de execução do Plano de Transição será determinada pelo CONTRATANTE.• O Plano de Transição dos Serviços deve tratar, no mínimo, dos seguintes tópicos:<ul style="list-style-type: none">○ Identificação dos profissionais da CONTRATADA que irão compor a equipe de transferência de conhecimentos, bem como os seus papéis e as suas responsabilidades;○ Cronograma geral do repasse, identificando para cada serviço ou tipo de serviços: as etapas e as atividades com suas respectivas datas de início e término, os produtos gerados, os recursos envolvidos e os marcos intermediários, quando aplicável. O cronograma será avaliado e poderá ser complementado nas primeiras reuniões para aprovação do cronograma definitivo pelo CONTRATANTE;○ Descrição da forma de entrega ao CONTRATANTE de todos os dados em poder da CONTRATADA, incluindo-se a totalidade dos dados contidos no Sistema de Controle de Demandas da CONTRATADA, se existir;○ Relação das Ordens de Serviço canceladas automaticamente em razão do encerramento do contrato, com relatório detalhado da parte dos serviços executados.• Nenhum pagamento adicional será devido à CONTRATADA pela elaboração ou pela execução do Plano de Transição.• A ausência de cooperação e/ou a retenção de qualquer informação ou dado solicitado por parte da CONTRATADA ou seus representantes/empregados, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá inexecução contratual, sujeitando aquela à reparação de todos os danos/prejuízos causados ao CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.• Todos os serviços deverão ser executados, entregues, validados e recebidos definitivamente durante a vigência do contrato. Desta forma, não será permitida a abertura de nenhuma ordem de serviço cujo prazo estimado de entrega e recebimento seja após o encerramento do contrato, nem a postergação da execução dos serviços após o final de vigência contratual.
()	A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA



<p>3.2 EXIGÊNCIA DE GARANTIA PARA O OBJETO</p> <p>ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * (Marcar com X):</p>	<p>B) GARANTIA - Regras:</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>(X) A) CONTRATADA (Regra geral)</p> <p>() B) FABRICANTE (Exceção – deve estar prevista no item 1.9 do TR)</p> <p>➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo): <i>Inserir texto</i></p> <p>➤ DURAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>(X) A) 01 ANO</p> <p>() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)</p> <p>() C) OUTRO. Especificar: <i>Inserir texto</i></p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas</p> <p>(X) B) 5 DIAS (X) Úteis () Corridos</p> <p>() C) Outra. Especificar: <i>Inserir texto</i></p> <p>(x) ➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) SIM</p> <p>(X) B) NÃO</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)</p> <p>() C) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:</p> <ul style="list-style-type: none">Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ () horas, contadas da notificação pelo MPBA;O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de “Executor” acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo eventual transporte para sua oficina, se necessário; <p>() D) Outra. Especificar:</p> <p>➤ DEMAIS REGRAMENTOS:</p>
<p>3.3 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO *</p>	<p>3.3.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 15 dias (X) Úteis () Corridos</p> <p>3.3.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 15 dias (X) Úteis () Corridos</p> <p>3.3.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: CECOM/MPBA</p>



	<p>3.3.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>(X) A) NÃO SE APLICA</p> <p>() B) PRAZO: () _____ HORAS () Úteis () Corridas () _____ DIAS () Úteis () Corridos</p> <hr/> <p>DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>3.3.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Edital de Licitação (inclusive anexos, como o termo de referência) e na proposta de preços, bem como a regras, condições e quantitativos definidos na ordem de serviços.</p> <p>3.3.6 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;</p> <p>3.3.7 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>	
<p>3.4 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</p> <p>ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p>	<p>(X)</p> <p>()</p>	<p>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</p> <hr/> <p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.</p> <p>➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):</p> <p>➤ Indicar regras/condições para subcontratação:</p>
<p>3.5 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</p>	<p>()</p> <p>()</p> <p>(X)</p>	<p>3.5.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <hr/> <p>A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS</p> <hr/> <p>B) CADA SOLICITAÇÃO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGA INDIVIDUALMENTE</p> <p>➤ Quantidade de parcelas:</p> <p>➤ DEFINIÇÃO DAS PARCELAS (Por quantidades ou percentuais, normalmente conforme regra de entrega):</p> <hr/> <p>C) PAGAMENTO PARCELADO, CONFORME PARCELAS DEFINIDAS NA TABELA 2 DO ANEXO I</p>



	<input type="checkbox"/>	D) PAGAMENTO PARCELADO: <ul style="list-style-type: none">➤ QUANTIDADE DE PARCELAS:➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS (Por quantidades ou percentuais, normalmente conforme regra de execução):
	<input type="checkbox"/>	E) PAGAMENTO MENSAL
	<input type="checkbox"/>	F) OUTRA. Especificar: <i>Inserir texto</i>
	3.5.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): <i>*Engloba regras de pagamento por resultado (níveis de serviço)</i>	
	<input type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA
3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/>	B) CONDIÇÕES ESPECIAIS*. Especificar: <i>Inserir texto</i> <i>*Exemplo: necessidade de apresentação de relatórios ou documentações específicas junto com a Nota fiscal</i>
	<input type="checkbox"/>	A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS
	<input type="checkbox"/>	B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO - Regras: <ul style="list-style-type: none">➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> A) INPC/IBGE<input type="checkbox"/> B) OUTRO. Indicar: <i>Inserir texto</i>➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;
<input checked="" type="checkbox"/>	C) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO, DADA A NATUREZA DOS SERVIÇOS	
3.7 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS*	<input checked="" type="checkbox"/>	3.7.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)



	<input type="checkbox"/>	B) VIGÊNCIA DA ARP: <ul style="list-style-type: none">➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 12 meses)➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência: <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM (Limitado ao total de vigência da ARP de 12 meses)
	3.7.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	
	<input type="checkbox"/>	A) CONTRATAÇÕES <u>SEM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO <ul style="list-style-type: none">➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo contratado<input type="checkbox"/> Opção 2: _____ dias, contados do recebimento do empenho pelo contratado
	<input checked="" type="checkbox"/>	B) CONTRATAÇÕES <u>COM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO <ul style="list-style-type: none">➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):<ul style="list-style-type: none"><input checked="" type="checkbox"/> Opção 1: 12 meses contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> A) Data certa: ____ de ____ de ____<input checked="" type="checkbox"/> B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico<input type="checkbox"/> Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> A) Data certa: ____ de ____ de ____<input type="checkbox"/> B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico➤ JUSTIFICATIVA para vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):
3.7.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):		
	<input type="checkbox"/>	A) NÃO
	<input checked="" type="checkbox"/>	B) SIM. Justificativa: O desenvolvimento de um sistema envolve tarefas externas à equipe da DTI (por exemplo, validação de documentação e homologação de sistemas) e pode ser que a área gestora não consiga efetuar-las no prazo contratado.
3.8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA*	<ul style="list-style-type: none">• Os serviços contratados compreendem as atividades de detalhamento e especificação dos requisitos mapeados, prototipação, definição da arquitetura, projeto e modelagem da solução técnica, desenvolvimento do aplicativo móvel, do módulo de apoio web e dos web services de comunicação, de acordo com os requisitos, premissas e restrições definidas.• Documentação a ser entregue: Plano de Projeto, Histórias de Usuário, planilha de contagem detalhada em ponto de função, DER, scripts DDL e DML, Especificações técnicas dos WEBSERVICES, documento com arquitetura técnica e documento de implantação. Todos os templates serão fornecidos pelo MPBA;•	



3.9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE*		
3.10 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	()	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	()	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	(X)	C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido: (X) 5% (cinco por cento) <u>OU</u> () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: 10 dias após assinatura do contrato.

ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

TABELA 1

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de medida	Quantidade Estimada Anual	Quantidade mínima por solicitação	Unidade Solicitante	Valor unitário máximo	Valor total máximo por item	Requisito de participação
LICITAÇÃO POR ITENS								
1	Solução de TI denominada “MPBA Mobile”	Solução de TI	01	01	DTI			
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO (somatório de todos os itens)								

TABELA 2

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8 a 12
Sprint 1	10%							
Sprint 2			10%					
Sprint 3				10%				
Sprint 4					10%			
Sprint 5						10%		
Sprint 6							50%	
Garantia								-

- Cada sprint terá uma ordem de serviço associada (modelo a definir) e que deve

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1. REQUISITOS TECNOLÓGICOS GERAIS

1.1 APLICATIVO MÓVEL

- Deve funcionar tanto em smartphones quanto em tablets;
- Deve ser responsivo e deve se ajustar a resolução e orientação (retrato ou paisagem) do dispositivo;
- Deve ser compatível com versão Android 9.0 (e superiores) e iOS 11 (e superiores). Ou seja, devem ser previstos apps para cada uma das plataformas ou um que funcione, sem perda de recursos, em ambas as plataformas;
- Deve ser desenvolvido utilizando framework multiplataforma e open source sendo necessária aprovação pela CONTRATANTE em reunião inicial de projeto. Em caso de framework ou plataformas proprietárias, a CONTRATADA deverá fornecer licenciamento perpétuo a CONTRATANTE;
- Os aplicativos serão publicados pela CONTRATADA nas respectivas lojas a partir de contas da CONTRATANTE.

1.2 MÓDULO DE APOIO WEB

- Deve ser responsivo e crossbrowser;
- Ambiente de desenvolvimento: Angular ou React, C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017 ou superior;



- Banco de dados: SQL Server 2019;
- Autenticação de usuários da CONTRATANTE utilizando protocolo LDAP e usuários externos através de módulo desenvolvimento no sistema;
- Implementar auditoria registrando as ações de cada usuário.
- Implementar integração com o sistema de gestão de perfil e controle de acesso da CONTRATANTE.
- Outras tecnologias tais como Docker, Kubernetes e Istio (relação apenas exemplificativa) podem ser utilizadas mediante aprovação prévia pela CONTRATANTE;

1.3 WEBSERVICES DE COMUNICAÇÃO

- Ambiente de desenvolvimento: C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017 ou superior;
- Banco de dados: SQL Server 2019;
- Implementar auditoria registrando as ações de cada usuário.

1.4 SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO COM EMAIL CORPORATIVO DA CONTRATANTE.

- Ambiente de desenvolvimento: C#, .NET Core, IDE Visual Studio 2017 ou superior;
- Será utilizado webservice de comunicação específico para eventuais consultas/inserções nos sistemas corporativos da CONTRATANTE;
- Outras tecnologias tais como Docker, Kubernetes e Istio (relação apenas exemplificativa) podem ser utilizadas mediante aprovação prévia pela CONTRATANTE;
- Os requisitos tecnológicos podem sofrer evoluções ou acréscimos ao longo do projeto desde que sejam previamente acordados com a CONTRATANTE.

2. REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS

A solução de TI “MPBA MOBILE” deverá contemplar, no mínimo, os requisitos funcionais e não funcionais listados abaixo.

2.1 REQUISITOS FUNCIONAIS

REQF1 - Fazer uma Denúncia - (Aplicativo Móvel)

Deve ser prevista uma funcionalidade de “Fazer uma Denúncia”, que permita a escolha do seu tratamento (Identificada, Sigilosa ou Anônima). Para denúncias do tipo “Anônimas”, os campos que referenciam os dados do cidadão devem ser ocultados. Em seguida deve ser selecionada a Área de atuação e o texto da mensagem. Ao clicar no botão “Enviar” deve ser enviado e-mail para área de atuação selecionada com os dados informados e o nº de protocolo gerado. O cidadão também deve ser notificado via SMS (caso seja informado o número de telefone) e via e-mail, com a informação do número de protocolo gerado. Deverá ser previsto o anexo de múltiplos arquivos, inclusive áudio e vídeo, às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo. Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 14. Fazer uma denúncia - Identificação.

REQF2 - Obter uma Informação (Aplicativo)

Trata-se de um formulário para solicitação de informações, contidas em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, bem como sobre as atividades exercidas pela Instituição, além de informações pertinentes à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos e outras contidas na Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. Logo após acionar a opção “Obter uma informação”, deve ser exibido tela indicando os dados que serão coletados (LGPD). O Cidadão/Empresa deverá preencher seus dados pessoais e de contato além do assunto e especificação do pedido, ao clicar no botão “Enviar” deve ser enviado e-mail para a Ouvidoria com os dados informados e o nº de protocolo gerado. O Cidadão/Empresa também deve ser notificado via SMS (caso seja informado o número de telefone) e via e-mail, com a informação do número de protocolo gerado. Deverá ser previsto o anexo de múltiplos arquivos, inclusive áudio e vídeo, às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no

dispositivo. Referências: Anexo I - Telas Aplicativo – 12. Obter uma informação - PF e Anexo I - Telas Aplicativo – 12. Obter uma informação - PJ.

REQF3 - Realizar uma Consulta (Aplicativo)

- Acompanhamento de Denúncia (REQF7).
- Acompanhamento de Pedido de Informação (REQF6).
- Consulta Processual (RQF8).
- Onde fica o MP (RQF9).
- Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 06. Realizar uma consulta.

REQF4 – Ouvidoria (Aplicativo)

- Redigir Manifestação (REQF5).
- Acompanhamento de Manifestações (REQF32).
- Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 13. Ouvidoria.

REQF5 – Redigir Manifestação (Aplicativo)

Ao acionar a opção “Redigir Manifestação” deverá ser exibida mensagem sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) informando os dados que serão capturados, em seguida exibir tela com quatro opções para seleção do tipo de manifestação: “Reclamações”, “Críticas”, “Sugestões” e “Elogios”. Para as opções “Reclamações” e “Críticas” seguir os passos descritos no REQF33 e para as opções “Sugestões” e “Elogios” seguir os passos descritos no REQF34.

REQF6 - Acompanhamento de Pedido de Informação (Aplicativo)

Ao acionar esta opção deverá ser exibida tela com filtros que possibilite ao Cidadão acompanhar os seus pedidos de informações, conforme tela presente no Anexo I - Telas Aplicativo - 16. Acompanhamento de Pedido de Informação. Utilizar o conceito de “timeline” para exibir os retornos dos e-mails da Ouvidoria (ordenação decrescente).

REQF7 - Acompanhamento de Denúncia (Aplicativo)

Deverá ser prevista tela para o acompanhamento das denúncias com os filtros “CPF” e “Protocolo”. Ao acionar o botão “Pesquisar” deverá ser exibido resultado em formato de “timeline” com as interações de comunicação realizadas no protocolo pesquisado. Exibir também alguns dados fixos conforme indicado no Anexo I - Telas Aplicativo - 15. Acompanhamento de Denúncia. Caso o protocolo indicado possua processo instaurado, adicionar link para tela de consulta processual REQF8.

REQF8 - Consulta Processual (Aplicativo)

Para a “Consulta Processual”, deverá ser prevista tela para realizar a consulta de processos/procedimentos pelos campos documento da parte, Nº IDEA (número do processo/procedimento no sistema IDEA), Nº do Processo Judicial, Nº Referência na Origem e Nome da Parte. Ao acionar a opção “Pesquisar”, deverá ser exibido o resultado da pesquisa paginado, conforme os critérios informados pelo usuário e, para cada item, deve ter a opção “Mais Detalhes” para uma consulta detalhada do procedimento selecionado, conforme indicado no Anexo I - Telas Aplicativo - 07. Consulta Processual.

Esta funcionalidade terá campos de filtro e informações de retorno utilizados na consulta homônima no site do MPBA (disponível em <http://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx>)

REQF9 - Onde fica o MP (Aplicativo)

Com base na localização atual do usuário, deve exibir mapa com a cidade onde o MP tem sede mais próxima (utilizar APIs de aplicativos de mapas). Além disso, deve ser prevista uma outra opção, inicialmente denominada, “Localizar por cidade” que

deverá permitir pesquisar as unidades do MP por cidade. Ao selecionar a cidade desejada, o mapa deve ser recarregado, destacando as promotorias da cidade selecionada de acordo com o endereço cadastrado na base de dados do MPBA. Uma vez selecionada uma das promotorias destacadas, deverá ser exibido um modal com os dados de contato da Promotoria e a opção “Mais Detalhes”, conforme demonstrado no Anexo I - Telas Aplicativo, itens “10. Onde fica o MP Modal” e “11. Onde fica o MP – Detalhamento por Município”. Também deverá ser previsto tela para detalhamento dos dados do órgão conforme apresentado no “11. Onde fica o MP - Detalhamento por Órgão”. As mesmas regras de acesso existentes nas consultas atuais devem ser implementadas pelo webservice e serão repassadas pelo MPBA para a CONTRATADA. Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 09. Onde fica o MP.

REQF10 - Ajuda (Aplicativo)

No app, prever links ou ícones com as redes sociais do MPBA, abrindo aplicativo específico (caso exista instalado no dispositivo) ou navegador WEB padrão do mesmo. Opção para rever a “Introdução ao uso do APP”, versão do APP e informações sobre o APP e o telefone para contato com a central de atendimento ao cidadão. Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 04. Ajuda.

REQF11 – Aplicativos Sugeridos (Aplicativo)

Deve ser prevista uma tela para listar os aplicativos do MPBA cadastrados previamente no módulo de Apoio Web. Após o usuário acionar um dos aplicativos listados, se instalado, o respectivo aplicativo deve ser carregado. Caso o aplicativo não esteja instalado, deve redirecionar para a respectiva loja e aplicativo para download e instalação. Todas as configurações e informações devem ser cadastradas no MÓDULO DE APOIO. Referência: Anexo I - Telas Aplicativo – 05. Aplicativos Sugeridos.

REQF12 – Tela de Abertura (Aplicativo)

O app deve prever uma tela de abertura (splash screen) com informações e introdução ao uso do app e imagens cadastradas a partir do módulo de apoio WEB. Todas as configurações necessárias (por exemplo, duração da tela e imagem) devem ser realizadas no módulo de apoio WEB.

REQF13 - Integração com o sistema de gestão de perfil e controle de acesso (Apoio Web)

Prever integração com os sistemas de autenticação e gestão de perfil do MPBA via REST para controle de acesso das telas e autenticação via Active Directory (AD).

REQF14 – Tela para cadastro de Redes Sociais (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter os dados das redes sociais. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 01. Redes Sociais.

REQF15 – Tela para cadastro de Configurações (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter os dados das configurações (Ex.: Tempo da tela de splash do app, número da central de atendimento ao cidadão...). Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 02. Configurações.

REQF16 – Tela para cadastro dos Aplicativos Sugeridos (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter os dados dos aplicativos sugeridos a serem exibidos no app. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 03. Aplicativos Sugeridos.

REQF17 – Tela para cadastro de Área de atuação (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter os dados das áreas de atuação a serem exibidas no app em campo de seleção. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 05. Cadastro de Área de atuação.

REQF18 – Tela para cadastro de Imagens (Apoio Web)

Prever tela de CRUD para manter as imagens a serem exibidas logo após a tela de splash do aplicativo, conforme definido na REQF12. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 08. Cadastro de Imagens.

REQF19 – Tela de Denúncias Registradas (Apoio Web)

Deve ser previsto tela com opções de filtro para listar as denúncias registradas pelos cidadãos através do aplicativo. Esta funcionalidade deve permitir a exportação dos dados em formato PDF e Excel, além de possibilitar ao servidor da área de apoio visualizar os dados da denúncia (REQF23) e responder a denúncia (REQF24). Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 09. Denúncias registradas.

REQF20 – Visualizar Denúncia (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Visualizar” na tela de Denúncias Registradas (REQF22), deverá ser carregado todos os dados da denúncia (Dados do cidadão, Anexos enviados), além do histórico dos retornos das áreas de apoio. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 10. Visualizar Denúncia.

REQF21 - Responder Denúncia (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Responder” na tela de Denúncias Registradas (REQF22), deverá ser aberta uma tela com o histórico dos retornos das áreas de apoio para o protocolo selecionado e possibilitar o registro de mensagem para o cidadão poder acompanhar no aplicativo, ao acionar o botão responder o cidadão deverá ser notificado através de E-mail/SMS que houve uma nova interação no seu pedido de denúncia. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 11. Responder Denúncia.

REQF22 – Tela de Manifestações Registradas (Apoio Web)

Deve ser previsto tela com opções de filtro para listar as manifestações registradas pelos cidadãos através do aplicativo. Esta funcionalidade deve permitir a exportação dos dados em formato PDF e Excel, além de dar possibilitar ao servidor da Ouvidoria visualizar os dados da manifestação (REQF26) e responder a manifestação (REQF27). Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 12. Manifestações registradas.

REQF23 – Visualizar Manifestação (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Visualizar” na tela de Manifestações Registradas (REQF25), deverá ser aberta uma tela com todos os dados da Manifestação (Dados do cidadão, Anexos enviados), além do histórico dos retornos da Ouvidoria. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 14. Visualizar Manifestação.

REQF24 - Responder Manifestação (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Responder” na tela de Manifestações Registradas (REQF25), deverá ser aberta uma tela com o histórico dos retornos da Ouvidoria para o protocolo selecionado e possibilitar o registro de mensagem para o cidadão poder acompanhar no aplicativo, ao acionar o botão responder o cidadão deverá ser notificado através de E-mail/SMS que houve uma nova interação no seu pedido de manifestação. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 13. Responder Manifestação.

REQF25 - Métodos do WEBSERVICE de comunicação:

Devem ser previstos no mínimo os seguintes métodos na camada de serviço que irá possibilitar a integração entre o aplicativo, módulo de apoio e bases de dados:

- Obter Valor Configuração;



- Obter Imagens Cadastradas;
- Obter Redes Sociais;
- Obter Aplicativos Sugeridos;
- Consultar Pedido de Informação;
- Consultar Pedido de Denúncia;
- Consultar Dados Processo;
- Buscar Promotorias;
- Buscar Dados Promotorias;
- Obter Tipos de Documentos;
- Obter Graus de Instrução;
- Registrar Pedido de Informação;
- Obter Tipos de Documentos;
- Obter Áreas de Atuação;
- Responder Denúncia;
- Responder Ouvidoria;
- Responder Pedido de Informação;
- Obter UF;
- Obter Município;
- Obter Dados por CEP;
- Obter Profissão;

REQF26 - Serviço de Integração com o Webmail

Deve ser previsto solução que irá se comportar como um agente/serviço do sistema operacional, com o intuito de executar uma rotina de verificação periódica nos e-mails respondidos e não lidos, presentes na caixa de entrada do e-mail do aplicativo. Esta solução deverá ter a capacidade de extrair informações do corpo do e-mail, que seguirá modelos pré-definidos junto às áreas gestoras. Além de poder consumir o barramento de serviço para registrar os retornos oriundos da Ouvidoria e das Áreas de apoio, possibilitando o acompanhamento via aplicativo REQF6 e REQF7. Fluxo definido na seção 2.3 deste documento.

REQF27 - Acompanhamento de Manifestação (Aplicativo)

Ao acionar esta opção deverá ser exibido tela com filtros que possibilite ao Cidadão acompanhar os seus pedidos de manifestações, conforme tela presente no Anexo I - Telas Aplicativo - 17. Acompanhamento de Manifestação. Utilizar o conceito de “timeline” para exibir os retornos dos e-mails da Ouvidoria (ordenação decrescente).

REQF28 – Registro de Manifestação - Reclamações e Críticas (Aplicativo)

Deverá ser exibido tela de tratamento da manifestação com as opções: “Identificada”, “Sigilosa” e “Anônima”. Para cada opção escolhida, deverá ser exibido alerta com mensagem definida no Anexo I - Telas Aplicativo - 13. Ouvidoria – Tratamento Manifestação. A tela de manifestação possui três etapas: “Manifestação”, “Identificação” e “Anexos” com campos específicos e obrigatórios presentes no Anexo I - Telas Aplicativo - 13. Ouvidoria – Manifestação. Deverá ser prevista funcionalidade para adição de mais de um envolvido no fato. Deve ser previsto a utilização do Google reCAPTCHA V3 para evitar ataques cibernéticos e uso de robôs. Para manifestações do tipo “Anônimas” a etapa “2 - Identificação” deverá ser ocultada. Na etapa “3 - Anexos” deverá ser previsto validação de quantidade, tamanho e tipos de arquivos aceitos. Ao acionar o botão “concluir” a Ouvidoria deve ser notificada através de e-mail com os dados informados pelo Cidadão. Para os casos identificados e sigilosos notificar o Cidadão através de E-mail e SMS (quando informado o telefone móvel) com o número do protocolo gerado.

REQF29 - Registro de Manifestação - Sugestão/Elogio

Deverá ser exibida tela de tratamento da manifestação com as opções: “Identificada”, “Sigilosa” e “Anônima”. Para cada opção escolhida, deverá ser exibido alerta com mensagem definida no Anexo I - Telas Aplicativo - 13. Ouvidoria – Tratamento Elogio/Sugestão. O campo “Tipo” deve ser previamente selecionado conforme opção escolhida no passo anterior. Deve ser previsto a utilização do Google reCAPTCHA V3 para evitar ataques cibernéticos e uso de robôs. Para Sugestões e Elogios anônimos, os campos (Nome, E-mail, Telefone, CPF/CNPJ) devem ser desabilitados. Ao acionar o botão “concluir” a Ouvidoria deve ser notificada através de e-mail com os dados informados pelo Cidadão. Para os casos identificados e sigilosos notificar o Cidadão através de E-mail e SMS (quando informado o telefone móvel) com o número do protocolo gerado.

REQF30 – Tela de Pedidos de Informação Registrados (Apoio Web)

Deve ser previsto tela com opções de filtro para listar os pedidos de informação registrados pelos cidadãos através do aplicativo. Esta funcionalidade deve permitir a exportação dos dados em formato PDF e Excel, além de dar possibilidade ao servidor da Ouvidoria visualizar os dados do pedido (REQF31) e responder a manifestação (REQF32). Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 17. Pedidos de Informação Registrados.

REQF31 – Visualizar Pedido de Informação (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Visualizar” na tela de Pedidos de Informação Registrados (REQF30), deverá ser exibido tela modal com todos os dados do Pedido de Informação (Dados do cidadão, Anexos enviados), além do histórico dos retornos da Ouvidoria. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 18. Visualizar Pedido de Informação.

REQF32 - Responder Pedido de Informação (Apoio Web)

Ao acionar a opção “Responder” na tela de Pedidos de Informação Registrados (REQF30), deverá ser exibido tela modal com o histórico dos retornos da Ouvidoria para o protocolo selecionado, além de possibilitar o registro de mensagem para o cidadão poder acompanhar no aplicativo, ao acionar o botão responder o cidadão deverá ser notificado através de E-mail/SMS que houve uma nova interação no seu pedido de informação. Referência: Anexo II – Telas Apoio Web – 19. Responder Pedido de Informação.

2.2 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

REQNF1 - Toda interface gráfica do aplicativo móvel e módulo de apoio WEB deve ser desenvolvida pela CONTRATADA sendo previamente aprovada pela CONTRATANTE;

REQNF2 - Deve ser utilizada técnica de prototipação para aprovação do layout final do aplicativo móvel e módulo de apoio;

REQNF3 - A metodologia a ser utilizada será SCRUM devendo ser previstos todos os papéis, ritos, artefatos e práticas desta metodologia;

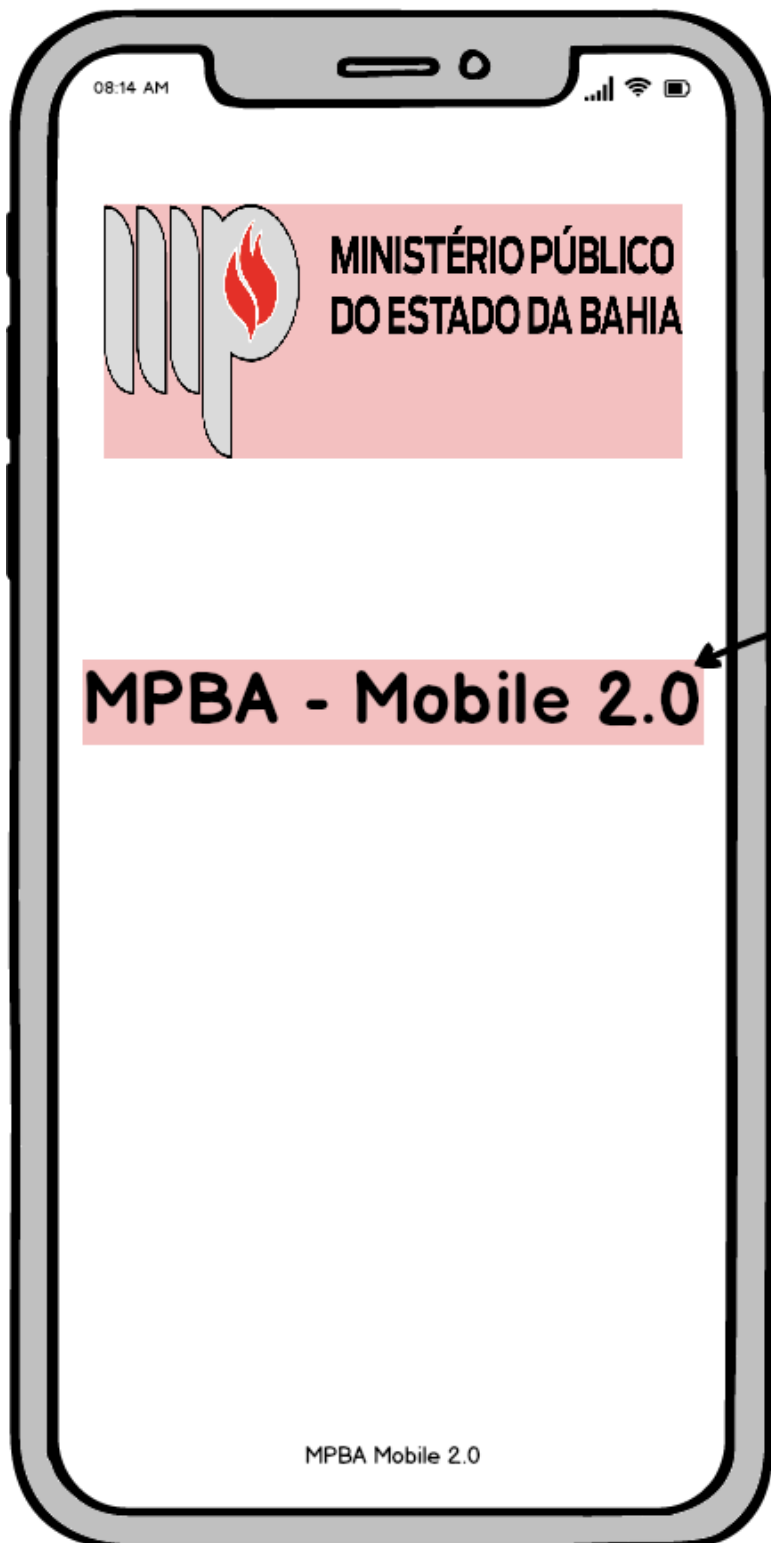
REQNF4 - Tanto o app quanto o módulo de apoio WEB devem seguir os requisitos de acessibilidade definidos em Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG (versão mais atualizada);

REQNF5 - O desenvolvimento do sistema deverá observar os princípios do Open Web Application Security Project (OWASP), visando identificar possíveis ameaças e vulnerabilidade nos produtos entregues. Além disso, deverá seguir as melhores práticas de segurança de aplicações e as recomendações de aderência e conformidade ao padrão de desenvolvimento de aplicações seguras do CONTRATANTE.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

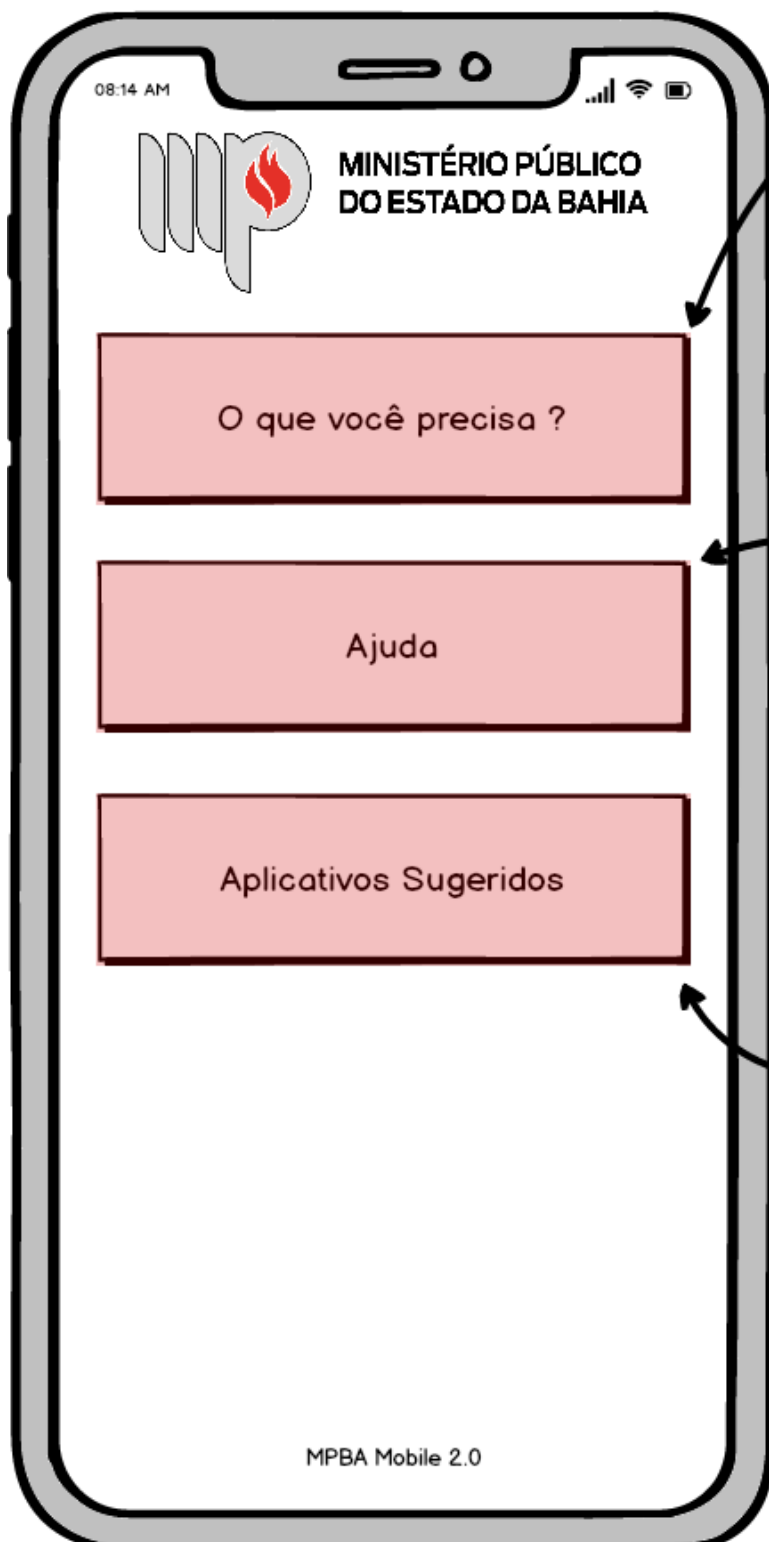
TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS - LICITAÇÃO



3.3.4. Funcionalidade TELA DE ABERTURA

O app deve prever uma tela de abertura (splash screen) com informações e introdução ao uso do app e imagens cadastradas a partir do módulo de apoio WEB.

Todas as configurações necessárias (por exemplo, duração da tela e imagem) devem ser realizadas no módulo de apoio WEB.



3.3.1. Funcionalidade O QUE VOCÊ PRECISA?

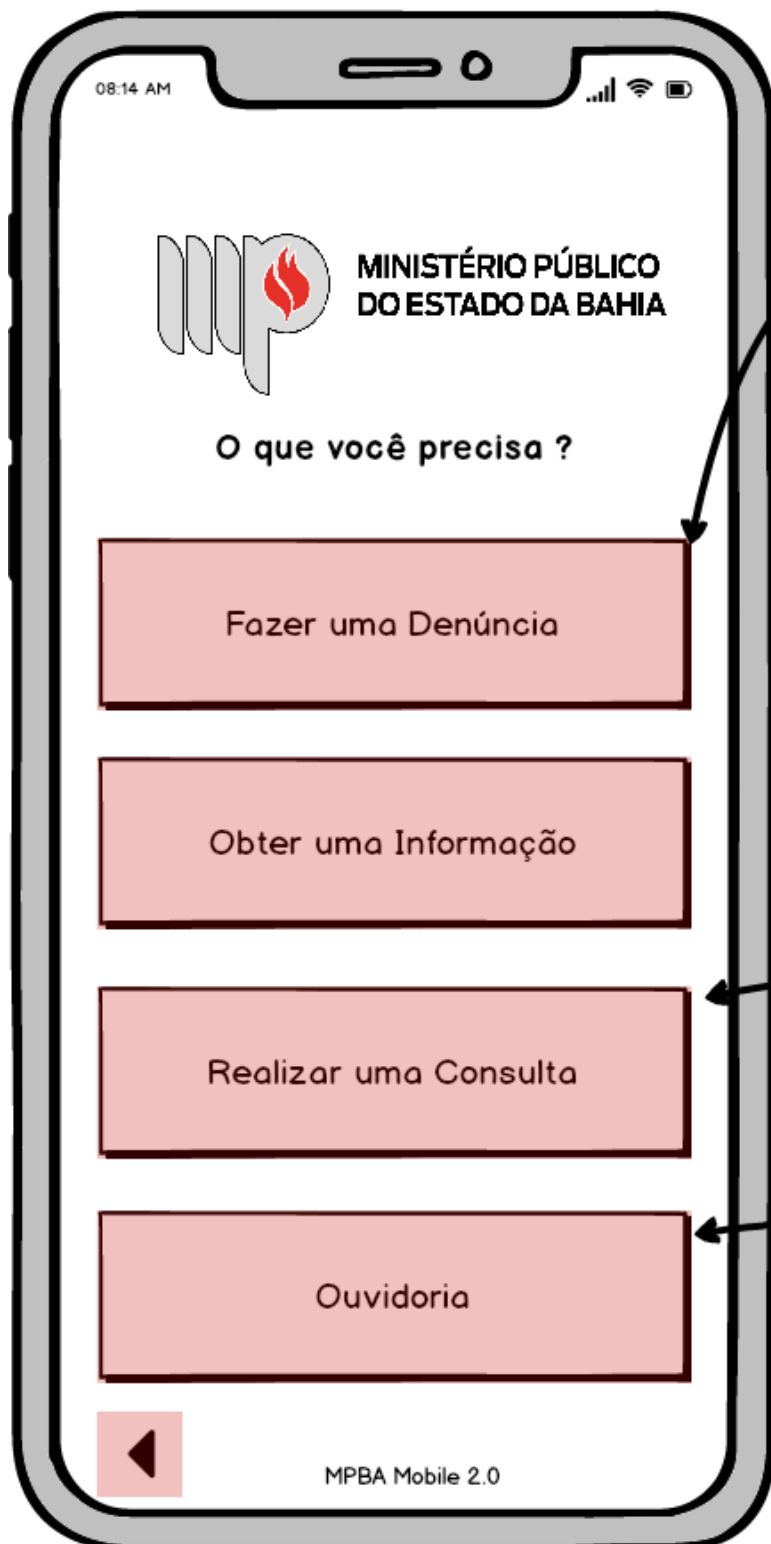
Deve ser prevista uma funcionalidade de "O que você precisa?", que permita a escolha entre quatro principais opções, sendo: "Fazer uma Denúncia", "Obter uma Informação", "Realizar uma Consulta" e "Dar uma Sugestão".

3.3.2. Funcionalidade AJUDA

No app, prever links ou ícones com as redes sociais do MPBA, abrindo aplicativo específico (caso exista instalado no dispositivo) ou navegador WEB padrão do mesmo. Opção para rever a "Introdução ao uso do APP", versão do APP e informações sobre o APP e o telefone para contato com a central de atendimento ao cidadão.

3.3.3. Funcionalidade APLICATIVOS SUGERIDOS

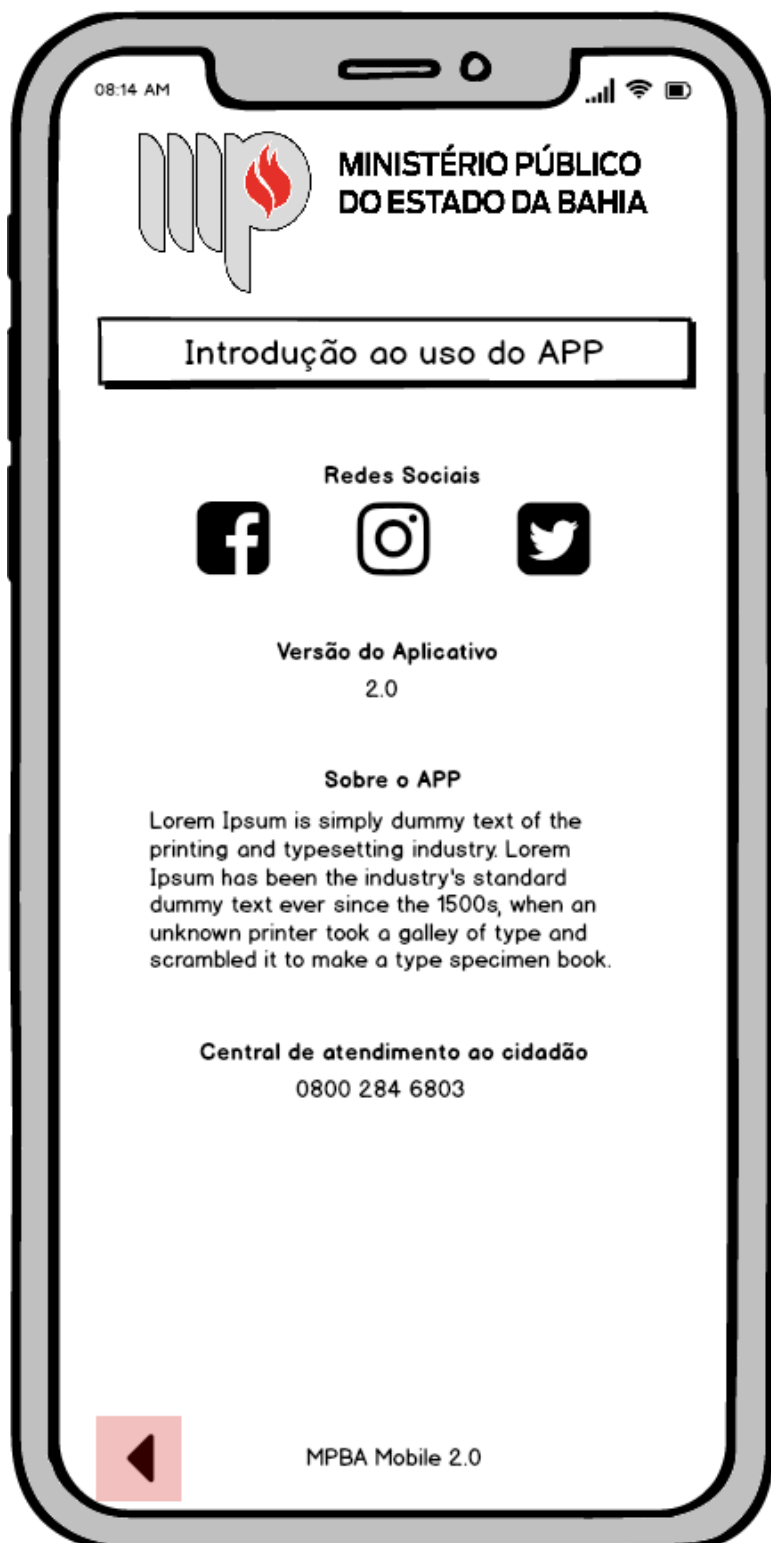
O app deve prever o acionamento de outros aplicativos móveis instalados no dispositivo. Caso o aplicativo não esteja instalado, redirecionar para a respectiva loja e aplicativo para download. Todas configurações e informações devem ser cadastradas no MÓDULO DE APOIO.



3.3.1.1. Funcionalidade de FAZER UMA DENÚNCIA
Deve ser prevista uma funcionalidade de "Fazer uma Denúncia", que permita a escolha de "área de interesse" em seguida, escolher o tema para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma. Cada "área de interesse" possuirá campos, regras de preenchimento e destinatários específicos. Deve ser possível anexar imagem e vídeo às mensagens diretamente a partir do formulário em utilização ou a partir de arquivos já armazenados no dispositivo.

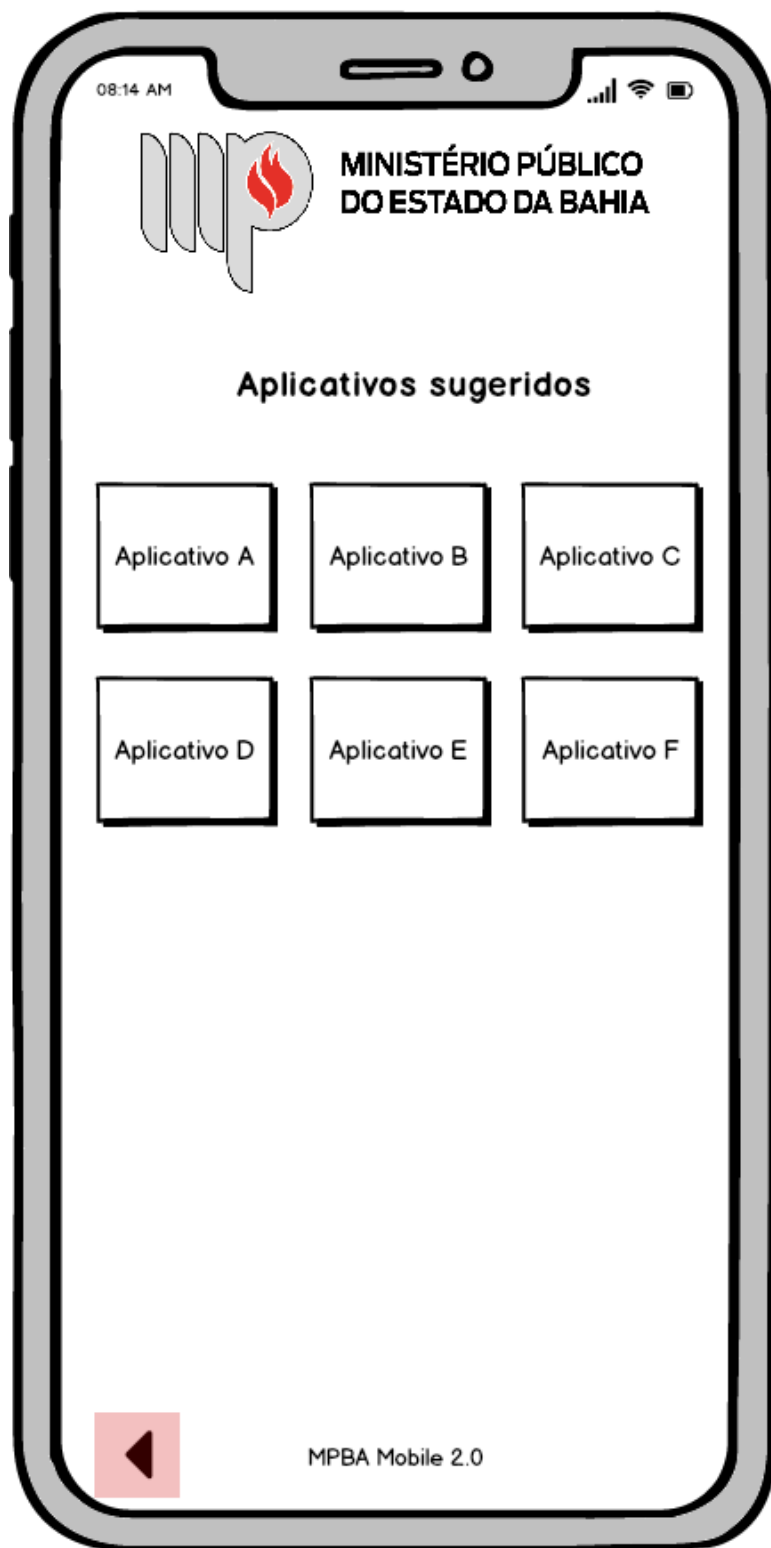
3.3.1.3. Funcionalidade REALIZAR UMA CONSULTA
Esta funcionalidade se dividirá em quatro consultas: "Acompanhamento de Denúncia", "Acompanhamento de Pedido de Informação", "Consulta Processual" e "Onde fica o MP".

3.3.1.4. Funcionalidade DAR UMA SUGESTÃO
Esta funcionalidade permite a escolha de três opções "Elogiar", "Reclamação" e "Sugestão de Melhorias" em seguida, preencher os campos para cadastramento da mensagem. Após o cadastramento da mensagem, deve ser enviado e-mail para o destinatário da mesma que seria a Ouvidoria.

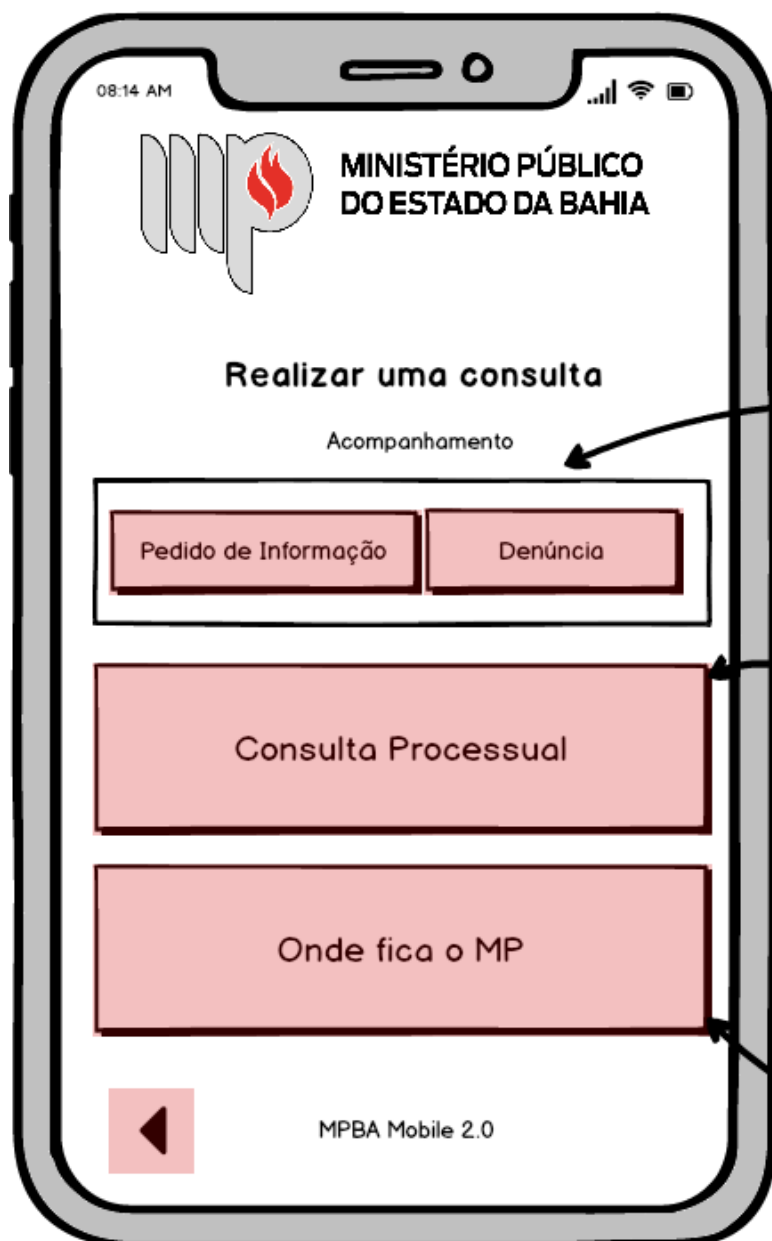


3.3.2. Funcionalidade AJUDA

No app, prever links ou ícones com as redes sociais do MPBA, abrindo aplicativo específico (caso exista instalado no dispositivo) ou navegador WEB padrão do mesmo. Opção para rever a "Introdução ao uso do APP", versão do APP e informações sobre o APP e o telefone para contato com a central de atendimento ao cidadão.



3.3.3. Funcionalidade APLICATIVOS SUGERIDOS
O app deve prever o acionamento de outros aplicativos móveis instalados no dispositivo. Caso o aplicativo não esteja instalado, redirecionar para a respectiva loja e aplicativo para download. Todas configurações e informações devem ser cadastradas no MÓDULO DE APOIO.




Para o "Acompanhamento de Denúncia" e "Acompanhamento de Pedido de Informação", o usuário irá pesquisar através de alguns campos disponíveis.

Para a "Consulta Processual", devem existir os mesmos campos de filtro e informações de retorno utilizados na consulta homônima no site do MPBA (disponível em <http://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx>)

Para "Onde fica o MP", com base na localização atual do usuário, deve exibir mapa com a cidade do MP mais próxima (utilizar APIs de aplicativos de mapas). Além disso, deve ser prevista uma outra opção, inicialmente denominada, "Localizar por cidade" que deverá permitir pesquisar as unidades do MP por cidade.

Ao selecionar a cidade desejada, as informações devem ser dispostas em uma página. Deve ser previsto desenvolvimento de webservice de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA para recuperação das informações a serem exibidas.

08:14 AM



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Consulta Processual

Nº do Processo Instaurado (Nº IDEA)

Nome da parte

Tipo documento

- Selecione -

Documento da parte

Nº do Processo Judicial

Nº referência na origem

Pesquisar

1 registro(s) encontrado (s).

Nº IDEA

590.3.26904/2006

Classe

Notícia de Fato

Órgão/Unidade

Camaçari - 1ª Vara Cível e Comercial

Partes

JOSÉ DA SILVA, ANTONIO SANTANA

Última Movimentação

23/03/2006 09:56 - ATOS COMUNS >
Encaminhamento a Órgão Externo (920024)

+ Detalhes

Exibindo 1/1 registro(s).

<

1

>

MPBA Mobile 2.0

Exibir as opções:
1 - RG
2 - CPF
3 - CNPJ

Inferir máscara no campo (Documento da parte) de acordo com a opção selecionada.


Aceitar somente números e utilizar máscara de formatação: (999.9.99999*/9999).

Aceitar somente números e no padrão CNJ (9999999-99.9999.9.99.9999).

OBS: Ao menos uma opção de filtro deve ser indicada na pesquisa.

Anexo Anexo I - Telas Aplicativo (0242299) SEI 19.09.01970.0012945/2020-60 / pg. 378

08:14 AM



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Consulta Processual - Detalhes

Dados Básicos

Nº IDEA
590.3.26904/2006

Classe
Notícia de Fato

Processos/Procedimentos Relacionados
ND



Órgão/Unidade
Camaçari - 1ª Vara Cível e Comercial


Assuntos
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
> Liquidação / Cumprimento / Execução
> Precatório (10672)

Partes (3)

Nome	Tipo
Município de Alagoinhas	Outros
José	subscritor(a)
Isabel de Lima	Outros

Movimentações (2)

23/04/2002 11:32	ATOS COMUNS > Encaminhamento a Órgão Externo (920024) - Salvador - TJBA - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Responsável: ND Anexos:  
22/04/2002 08:21	ATOS COMUNS > Encaminhamento a Órgão Interno (920025) - Salvador - SGA - Superintendência de Gestão Administrativa - Diretoria Administrativa - Coordenação de Documentação e Arquivo - Protocolo Geral - Sede CAB Responsável: ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO Anexos: ND



MPBA Mobile 2.0

Adicionar um link no Órgão/
Unidade para remeter para
funcionalidade de "Onde fica
o MP" e exibir os detalhes do
órgão/unidade.

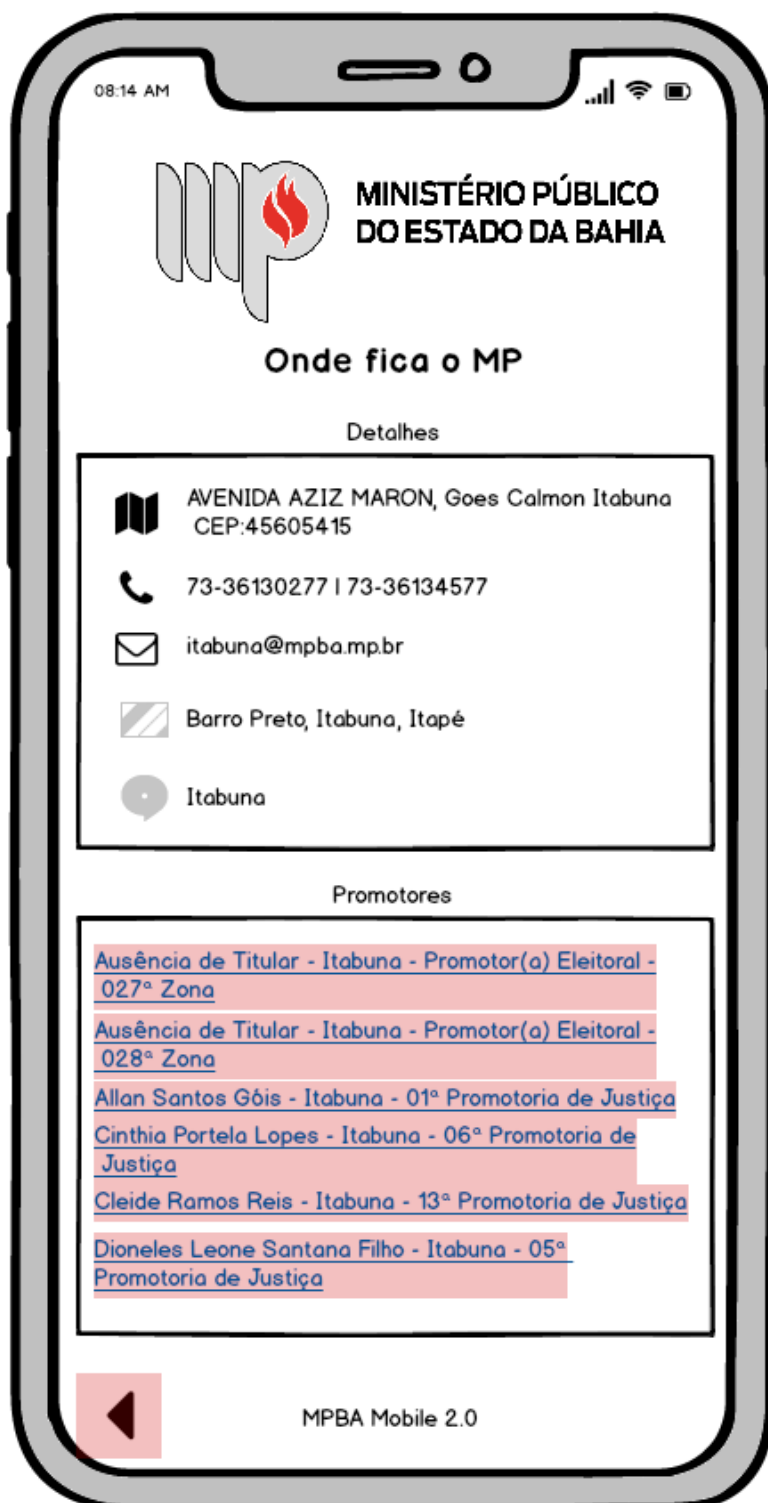


Para "Onde fica o MP", com base na localização atual do usuário, deve exibir mapa com a cidade do MP mais próxima (utilizar APIs de aplicativos de mapas). Além disso, deve ser prevista uma outra opção, inicialmente denominada, "Localizar por cidade" que deverá permitir pesquisar as unidades do MP por cidade.

Ao selecionar a cidade desejada, as informações devem ser dispostas em uma página. Deve ser previsto desenvolvimento de webservice de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA para recuperação das informações a serem exibidas.

Em ambos os casos, deve ser previsto desenvolvimento de webservice de comunicação entre o app e o banco de dados do MPBA. As mesmas regras de acesso existentes nas consultas atuais devem ser implementadas pelo webservice e serão repassadas pelo MPBA para a CONTRATADA.







08:14 AM

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Obter uma Informação

Pessoa *

Física

Jurídica

Nome *

Nome Social

E-mail *

Data de Nascimento

/ /

Sexo

Masculino

Feminino

Profissão

Digite sua pesquisa

Grau de Instrução

- Selecione -

CPF *

Tipo do documento

- Selecione -

Número do documento

Telefone

Celular

CEP

Buscar CEP

Endereço

Estado

- Selecione -

Município

Digite sua pesquisa

Assunto

Especificação do pedido *

Anexar arquivo ?

Escolher arquivo

Tam. máx 30MB.

Enviar

MPBA Mobile 2.0

Exibir alerta na tela logo após o carregamento do formulário e indicar a mensagem abaixo:
"O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC - presta informações contidas em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelo Ministério Público, bem como sobre as atividades exercidas pela Instituição, além de informações pertinentes à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos e outras contidas na Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação."

Opções:
1 - Não alfabetizado
2 - Alfabetizado
3 - Fundamental
4 - Médio
5 - Superior
6 - Pós Graduação
7 - Mestrado
8 - Doutorado

Ao informar o CEP preencher os dados de forma automática.

Permitir múltiplos arquivos. E indicar no ícone de interrogação os tipos permitidos.

Utilizar o google recaptcha v3

ADICIONAR MENSAGEM ACIMA DO BOTÃO ENVIAR:
"Antes de enviar por favor certifique-se do seguinte:
• Todas informações necessárias foram preenchidas corretamente.
• Todas informações estão corretas e livres de erros.
Além dos dados acima, nós registraremos:
• como seu IP
• Data e horário de envio
Campos identificados com "*" são de preenchimento obrigatório"

08:14 AM

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Obter uma Informação

Pessoa *

Física

Jurídica

Nome Fantasia

Razão Social *

CNPJ *

Município Sede

E-mail *

Pessoa de contato

Telefone

Celular

CEP

Buscar CEP

Endereço

Estado

- Selecione -

Município

Digite sua pesquisa

Assunto

Especificação do pedido *

Anexar arquivo ?

Escolher arquivo

Tam. máx 30MB.

Enviar

MPBA Mobile 2.0

Preencher os dados de endereço de forma automática após a informação do CEP

Permitir múltiplos arquivos. E indicar no ícone de interrogação os tipos permitidos.

Utilizar o google recaptcha v3

ADICIONAR MENSAGEM ACIMA DO BOTÃO ENVIAR:

"Antes de enviar por favor certifique-se do seguinte:

Todas informações necessárias foram preenchidas corretamente.

Todas informações estão corretas e livres de erros.

Além dos dados acima, nós registraremos:

como seu IP

Data e horário de envio

Campos identificados com "*" são de preenchimento obrigatório"

Anexo Anexo I - Telas Aplicativo (0242299)

SEI 19.09.01970.0012945/2020-60 / pg. 385

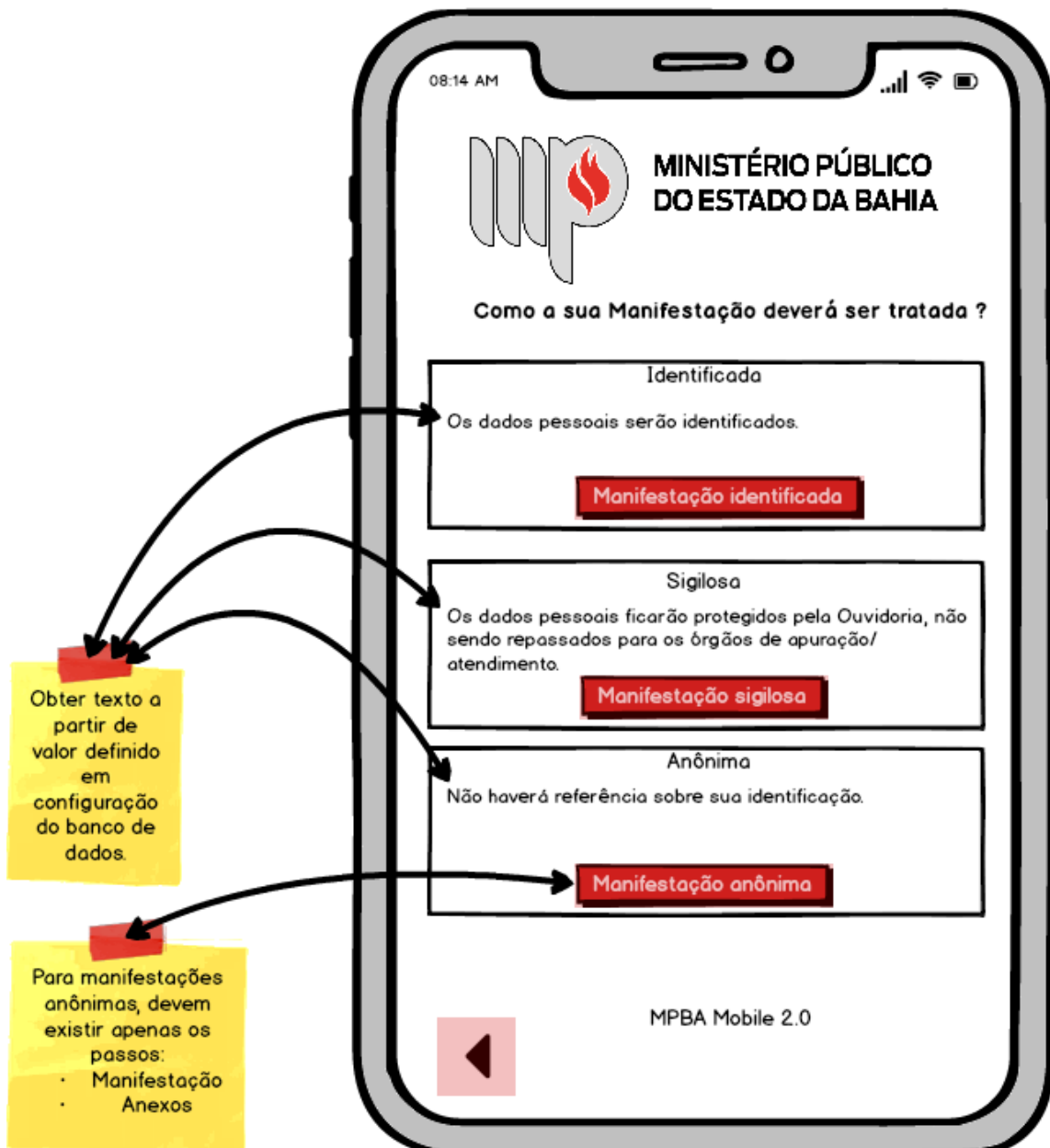


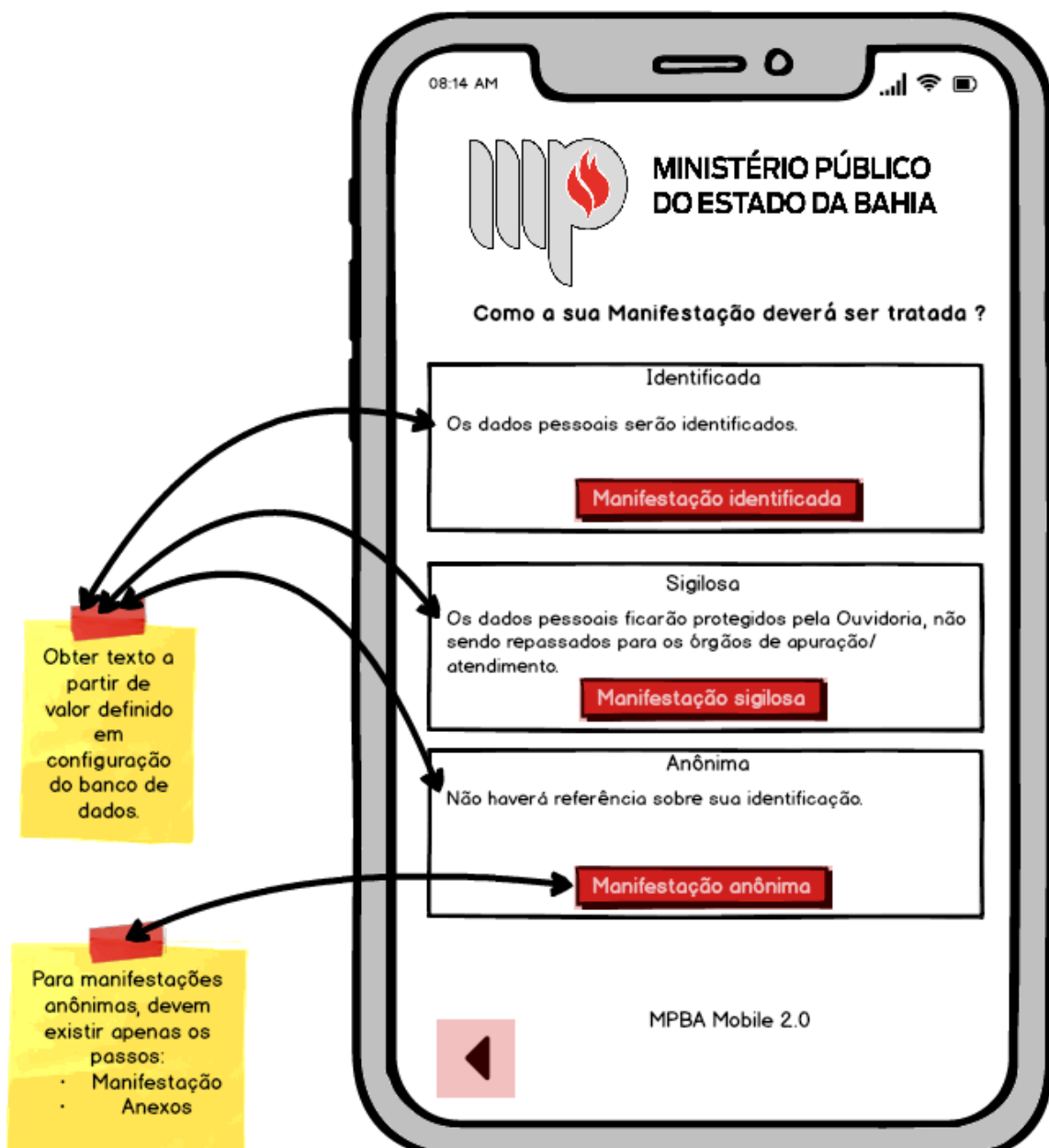




Obter texto a
partir de
valor definido
em
configuração
do banco de
dados.







08:14 AM

MPBA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Manifestação

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Para atender sua manifestação, a Ouvidoria do MPBA poderá ter que encaminhar seus dados pessoais a outros Órgãos da Instituição ou a outros Órgãos Públicos. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, concorda com o encaminhamento?

Não Concordo **Concordo**

UF Município
BA - Selecione -

Complemento

Ponto de Referência

MPBA Mobile 2.0

Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.

FORMULÁRIO – IDENTIFICADA

Aparecer a mensagem: Para atender sua manifestação, a Ouvidoria do MPBA poderá ter que encaminhar seus dados pessoais a outros Órgãos da Instituição ou a outros Órgãos Públicos. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, concorda com o encaminhamento?

08:14 AM

MP **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Manifestação

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Para atender sua manifestação, a Ouvidoria do MPBA poderá ter que encaminhar seus dados pessoais a outros Órgãos da Instituição ou a outros Órgãos Públicos. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, concorda com o encaminhamento?

Não Concordo **Concordo**

UF Município
BA - Selecione -

Complemento

Ponto de Referência


MPBA Mobile 2.0

Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.

FORMULÁRIO – IDENTIFICADA
Aparecer a mensagem: Para atender sua manifestação, a Ouvidoria do MPBA poderá ter que encaminhar seus dados pessoais a outros Órgãos da Instituição ou a outros Órgãos Públicos. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, concorda com o encaminhamento?

The screenshot shows the 'Manifestação' screen of the MPBA Mobile 2.0 application. At the top, the status bar displays '08:14 AM' and signal icons. The app header features the MP logo (three vertical bars and a flame) and the text 'MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA'. Below the header, the title 'Manifestação' is centered. A navigation bar contains three tabs: '(1) Manifestação' (selected), '(2) Identificação', and '(3) Anexos'. The main content area displays a warning message: 'ATENÇÃO: Para garantir o sigilo, não coloque seu nome no teor da manifestação ou em qualquer outro lugar, além da tela de identificação.' Below the message is an 'OK' button. A yellow sticky note with a red tab is attached to the left side of the screen, with an arrow pointing to the warning text. The sticky note contains the text: 'Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.' Below the warning, there are several input fields: a large empty text box, followed by 'Número' and 'Bairro' (each with a text input field), 'UF' (a dropdown menu showing 'BA') and 'Município' (a dropdown menu showing '- Selecione -'), 'Complemento' (a text input field), and 'Ponto de Referência' (a text input field). At the bottom of the screen, there is a red back arrow button and the text 'MPBA Mobile 2.0'.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Manifestação

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

ATENÇÃO: Para garantir o sigilo, não coloque seu nome no teor da manifestação ou em qualquer outro lugar, além da tela de identificação.

OK


Número Bairro

UF Município

BA - Selecione -


Complemento

Ponto de Referência

 MPBA Mobile 2.0

Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Manifestação

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

ATENÇÃO: Para garantir o sigilo, não coloque seu nome no teor da manifestação ou em qualquer outro lugar, além da tela de identificação.

OK

Número

Bairro

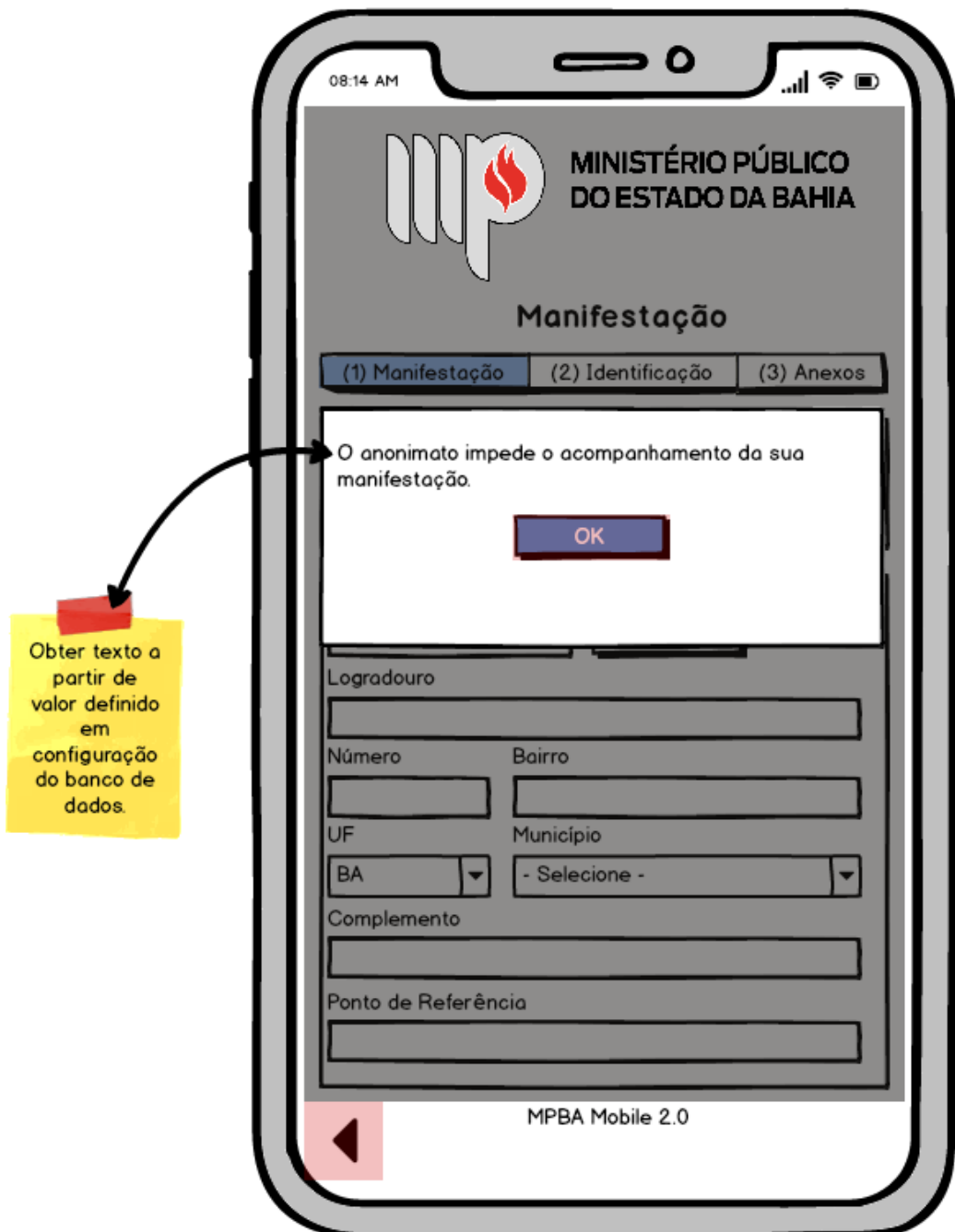
UF Município

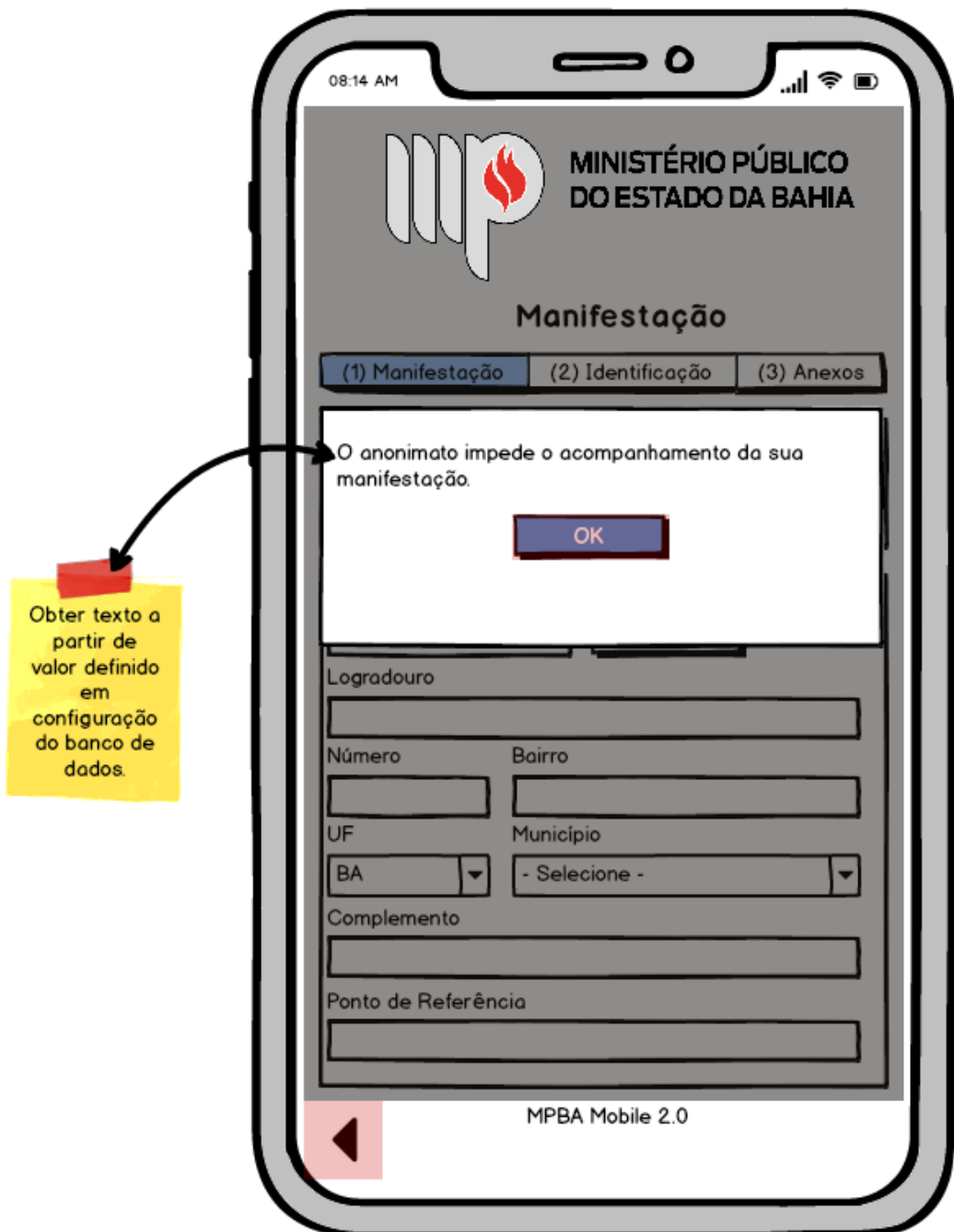
Complemento

Ponto de Referência


MPBA Mobile 2.0

Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.





08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**


Ouvidoria

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Tipo da Manifestação: ☐ Reclamação ☐ Crítica

Quando ocorreu ?

Data do fato descrito *

/ 

Onde ocorreu ?

CEP

Logradouro

Número

Bairro

UF


▼

Município *

Complemento

O que aconteceu ?

Indique as pessoas envolvidas



Conte-nos o que aconteceu *

O que espera da atuação da Ouvidoria ?

< Anterior

Próximo >


MPBA Mobile 2.0

Selecionar de forma automática o tipo da manifestação conforme selecionado no passo anterior.

Ao acionar o botão preencher os dados de endereço de forma automática.

Botão que permite a adição vários envolvidos.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Ouvidoria

Tipo ☐ Sugestão ☐ Elogio

Pessoa ☐ Física ☐ Jurídica

Nome


E-mail

Telefone

CPF/CNPJ

Descreva a sua manifestação *

MPBA Mobile 2.0



Para Elogio/Sugestão do tipo "Identificado" e "Sigiloso" obrigar a informação dos campos:


- 1 - Nome
- 2 - CPF / CNPJ
- 3 - E-mail

Para o anônimo ocultar os campos de identificação (Pessoa, Nome, e-mail, telefone, CPF/CNPJ).

Adicionar máscara no campo de acordo com o tipo de pessoa selecionado.

Ao acionar o botão "Enviar" disparar e-mail para Ouvidoria com os dados do elogio/sugestão e para o Cidadão indicando o protocolo gerado.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Ouvidoria

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Dados do interessado

Pessoa

Física Jurídica

Nome *

Como você gostaria de ser chamado ?

Data de Nascimento * Sexo

/ / Masculino Feminino

CPF * Profissão

- Selecione -

Endereço do Interessado

CEP

Buscar CEP

Logradouro

Número Complemento

UF Município

BA Digite sua pesquisa

Bairro


Contato do Interessado

Telefone/Celular

E-mail *

< Anterior

Próximo >




MPBA Mobile 2.0

Ao acionar o botão, preencher os dados de endereço de forma automática.

Utilizar google recaptcha v3

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Ouvidoria

(1) Manifestação (2) Identificação (3) Anexos

Dados do interessado

Pessoa

Física Jurídica

Razão Social *

Nome Fantasia

CNPJ *

Endereço do Interessado

CEP

Buscar CEP

Logradouro

Número Complemento

UF Município

BA Digite sua pesquisa

Bairro


Contato do Interessado

Telefone/Celular

E-mail *

< Anterior

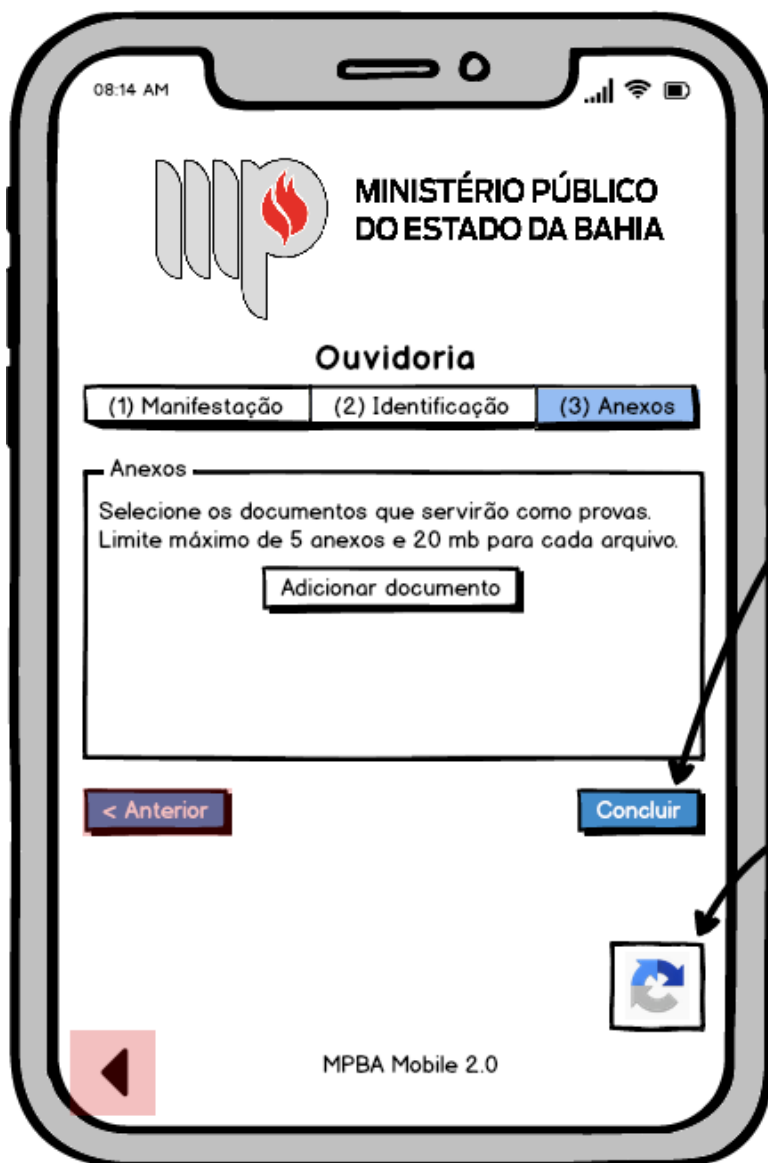
Próximo >



MPBA Mobile 2.0

Ao acionar o botão, preencher os dados de endereço de forma automática.

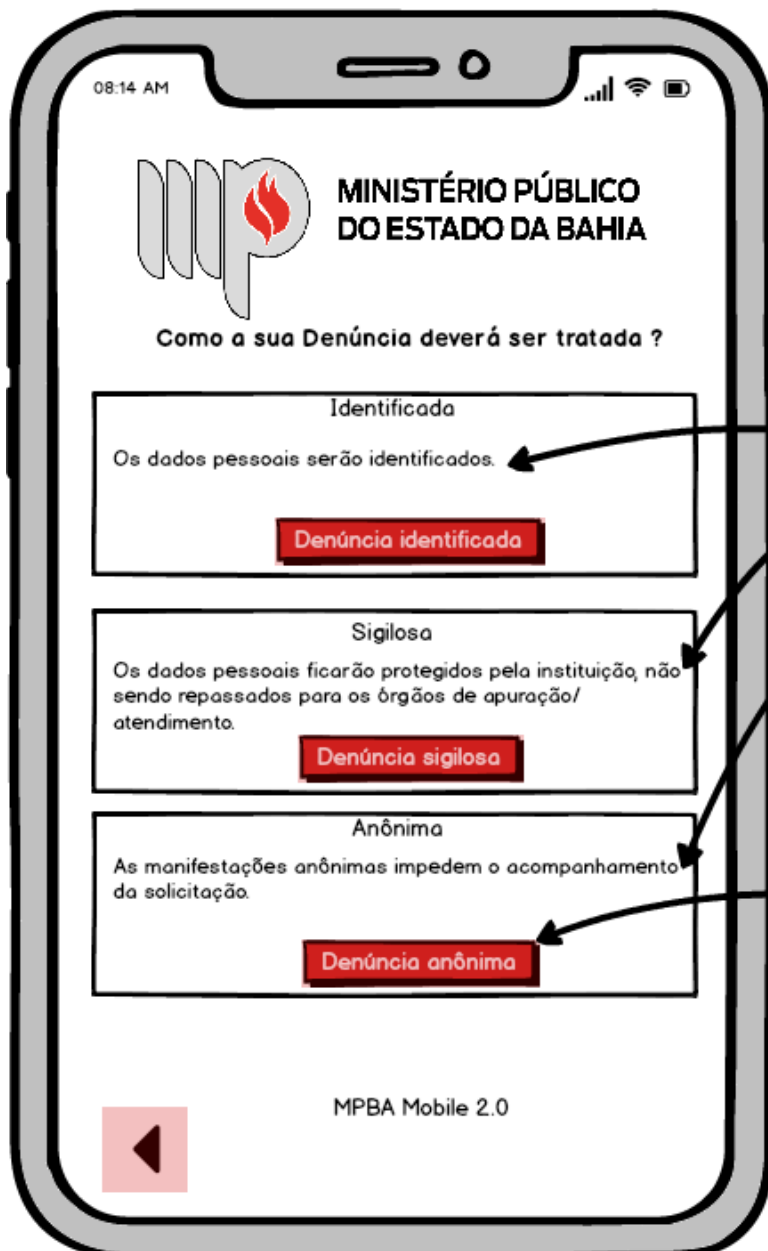
Utilizar google recaptcha v3



Exibir alerta para o usuário indicado o sucesso/erro com o motivo.

Em caso de sucesso enviar SMS com o número de protocolo gerado e exibir no modal de alerta.

Utilizar google recaptcha v3



Obter texto a partir de valor definido em configuração do banco de dados.

Ao selecionar denúncia anônima, ocultar todos os campos que envolve o denunciante.







08:14 AM

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Fazer uma Denúncia

Nome *

E-mail *

Telefone
Opcional para acompanhamento via SMS.

CPF *

Área *

- Selecione -

Local da Irregularidade *

Conte o que aconteceu *

O que você espera da atuação do MP

Anexar arquivo ?
Escolher arquivo
Tam. máx 30MB.

Enviar

MPBA Mobile 2.0

Opções:
1 - Cível
2 - Criança e Adolescente
3 - Criminal
4 - Consumidor
5 - Direitos Humanos
6 - Educação
7 - Eleitoral
8 - Meio Ambiente
9 - Moralidade Administrativa
10 - Saúde
11 - Segurança Pública


Caso a denúncia seja anônima, ocultar/ remover os campos: Nome, e-mail, telefone e CPF.

Ao clicar no botão enviar, disparar um e-mail e SMS (caso seja informado Telefone) indicando sobre o registro da denúncia e indicando o número de protocolo gerado.

Utilizar o Google Recaptcha V3.0

Permitir múltiplos arquivos e no ícone de interrogação indicar os tipos permitidos.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Acompanhar a Denúncia

CPF *


Protocolo *

Pesquisar

Área: Saúde
Assunto: Vacina da COVID-19
Procedimento Instaurado: 123.9.12345/2021 🔍

Movimentações

22/04/2002 08:21	Foi instaurado procedimento para apuração do fato. A partir daqui acompanhe na consulta processual. Procedimento Instaurado: 123.9.12345/2021
21/04/2002 11:32	Denuncio vereador da minha cidade que vacinou familiares que não eram grupo de risco.

 MPBA Mobile 2.0


Remeter o usuário para tela de consulta processual.

As movimentações representam o retorno via e-mail e/ou via tela de apoio web.

A primeira movimentação deve ser a denúncia do cidadão.

Ordenação da timeline: Decrescente de acordo com a data da movimentação.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Acompanhamento de Pedido Informação

Pessoa *

☐ Física ☐ Jurídica

CPF/CNPJ *


Protocolo *

Pesquisar

Assunto: Violência Doméstica


Movimentações

22/04/2002 08:21	Foi instaurado procedimento para apuração do fato. A partir daqui acompanhe na consulta processual. Procedimento Instaurado: 123.9.12345/2021
21/04/2002 11:32	Recebido a denúncia e encaminhada para a promotoria 1ª Promotoria de Feira de Santana.

 **MPBA Mobile 2.0**

As movimentações representam o retorno via e-mail e/ou via tela de apoio web.

08:14 AM

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Acompanhamento de Manifestação

Pessoa *

☐ Física ☐ Jurídica

CPF/CNPJ *


Protocolo *

Pesquisar

Assunto: Violência Doméstica

Movimentações

22/04/2002 08:21	Foi instaurado procedimento para apuração do fato. A partir daqui acompanhe na consulta processual. Procedimento Instaurado: 123.9.12345/2021
21/04/2002 11:32	Recebido a denúncia e encaminhada para a promotoria 1ª Promotoria de Feira de Santana.




MPBA Mobile 2.0

As movimentações representam o retorno via e-mail e/ou via tela de apoio web.

A Web Page

← → × ↗

<https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br> 🔍

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Cadastro de redes sociais

Nome da rede social


Ícone da rede social

URL da rede social

Ativo ? ☐ Sim ☐ Não

A Web Page

← → × ↶ 🔍

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Cadastro de configurações

Chave da Configuração


Valor da Configuração

Descrição da Configuração

**Telas para salvar as
configurações do sistema/
aplicativo.**


Ex: Tempo da tela de splash,
Número da versão do
aplicativo, tel. da central de
atendimento ao cidadão e etc.

A Web Page



https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

Q



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Cadastro de aplicativos sugeridos

Nome do aplicativo

Ícone do aplicativo

Enviar arquivo

URL loja Android

URL loja IOS

Ativo ?


☐ Sim

☐ Não

Salvar

A Web Page

← → ✕ 🏠 🔍

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**


Cadastro de Área de atuação

Nome da área de atuação

Ativo ? ☐ Sim ☐ Não

A Web Page

← → × ↗ 🔍

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

Cadastro de Imagens

Nome da imagem

Link da imagem

Ativo ? ☐ Sim ☐ Não

Imagem

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Denúncias registradas

Protocolo Nome CPF Área

- Selecione -

Filtrar

Exportar PDF Exportar Excel

Nome	E-mail	Telefone	CPF	Área	Situação	Ações
						Visualizar Responder

Página 1 de 10 em um total de 20 registros

Exibindo 10 registros por página

< 1 2 3 4 5 >

Exibir campo somente para o perfil Super admin.

Filtrar os dados da tela de acordo com a área de atuação do usuário logado (Perfil gestor área).

Abrir tela em modal para visualizar os dados da denúncia.

Exibir historico das interações realizadas no protocolo.

Possibilitar a edição da área indicada pelo cidadão.

Exibir tela modal com campo para resposta.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Visualização da Denúncia

Dados do Cidadão

Nome: ██████████

E-mail: ██████████

Telefone: ██████████

CPF: ██████████


Área:


Local da irregularidade: ██████████


Conte o que aconteceu: ██████████

O que espera da atuação do MP: ██████████

Anexos enviados (3)

 Documento.pdf (500kb)

 Imagem.jpeg (100kb)

 Video.mp4 (20MB)

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Possibilitar o ajuste da área de atuação.

Indicar os dados registrados pelo cidadão e área de apoio, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário da ocorrência.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da área de apoio).
- 3 - Descrição/retorno.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Responder ao Cidadão

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Formulário de resposta ao cidadão

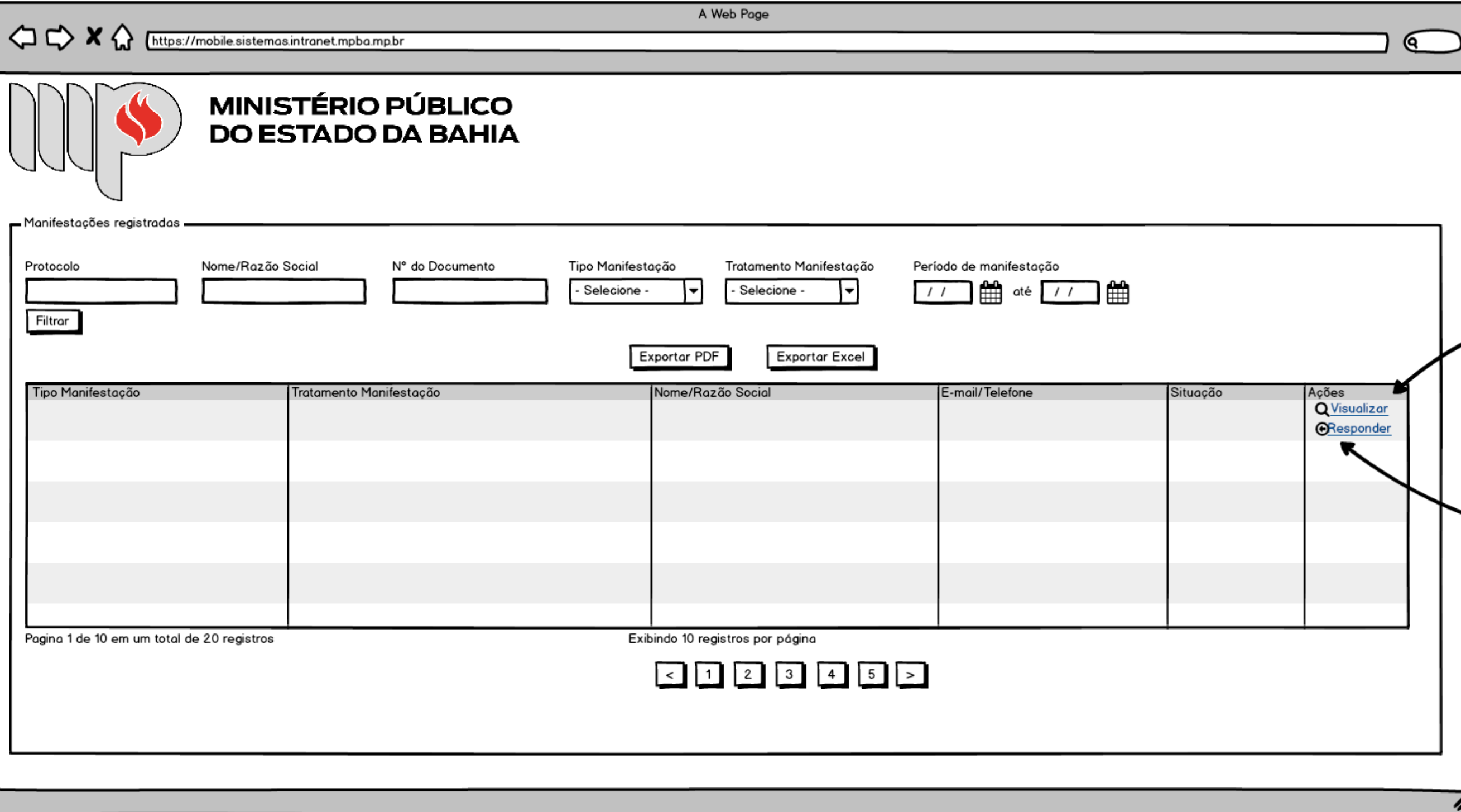
Nº do procedimento instaurado

Mensagem de retorno:

Responder

Indicar os dados registrados pelo cidadão e área de apoio, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário da ocorrência.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da área de apoio).
- 3 - Descrição/retorno.



A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Responder ao Cidadão

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Formulário de resposta ao cidadão

Nº de registro da manifestação

Mensagem de retorno:

Responder

Indicar os dados registrados pelo cidadão e área de apoio, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário da ocorrência.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da área de apoio).
- 3 - Descrição/retorno.

Campo não obrigatório para o servidor da Ouvidoria indicar o número do sistema de destino (Ex: Nº de protocolo gerado pelo sistema TAG), para que o cidadão possa ser redirecionado no aplicativo.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Visualização da Manifestação

Dados do Cidadão

Tipo Manifestação: Sugestão

Tratamento Manifestação: Identificado

Data Ocorrência: 12/05/2021

Onde ocorreu: [Redacted]

O que aconteceu: [Redacted]

Como deseja a resposta: E-mail

Pessoa: Física

Nome: [Redacted]

CPF: [Redacted]

Anexos enviados (3)

Documento.pdf (500kb) [Baixar]

Imagem.jpeg (100kb) [Baixar]

Video.mp4 (20MB) [Baixar]

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Exibir todos os dados presentes no formulário "Fazer uma denúncia" no aplicativo.

Indicar os dados registrados pelo cidadão e área de apoio, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário da ocorrência.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da área de apoio).
- 3 - Descrição/retorno.



A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Visualização de Pedido de Informação

Dados do Cidadão

Pessoa: Física

Nome: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

E-mail: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Data de Nascimento: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Sexo: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Profissão: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Grau de Instrução: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

CPF/CNPJ: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Tipo do documento: ██████████ ██████████ ██████████ ██████████

Anexos enviados (3)

Documento.pdf (500kb) [Baixar]

Imagem.jpeg (100kb) [Baixar]

Video.mp4 (20MB) [Baixar]

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Exibir todos os dados presentes no formulário "Obter uma informação" no aplicativo.

Indicar os dados registrados pelo cidadão e Ouvidoria, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário do pedido/retorno.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da Ouvidoria).
- 3 - Descrição/retorno.

A Web Page

https://mobile.sistemas.intranet.mpba.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO

Responder ao Cidadão

Histórico

Data / Horário	Identificação	Descrição

Formulário de resposta ao cidadão

Mensagem de retorno:

Responder

Indicar os dados registrados pelo cidadão e Ouvidoria, sempre de ordem decrescente (Do registro mais novo para o registro mais velho):

- 1 - Data e horário do pedido/retorno.
- 2 - Identificação (Nome do cidadão ou do servidor da Ouvidoria).
- 3 - Descrição/retorno.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ao Coordenador da CGE Dr. **Lourival Miranda de Almeida Junior**,

Cumprimentando-o cordialmente, tendo em vista que o presente convênio será cancelado e que fora informado por email, estou devolvendo o presente expediente à CGE para as devidas providências. Complemento que o email enviado está anexo (documento SEI 0323397).

Me coloco à disposição caso V.Exa precise de mais informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 25/03/2022, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0323377** e o código CRC **5C2D332D**.

Yuri Gonzalez Araujo

De: Yuri Gonzalez Araujo
Enviado em: sexta-feira, 11 de março de 2022 10:20
Para: Rita de Cassia Leal Santos Andrade; Ana Carla Sales Passos Martins
Cc: Imprensa | CECOM – MPBA
Assunto: ENC: Mobile MPBA

Ana Carla e Rita,

Bom dia.

Do ponto de vista tecnológico, ratifico que o site <https://atendimento.mpba.mp.br/> tem layout responsivo e consegue ser utilizado em dispositivos móveis tais como *tablet* ou celulares sem perda de funcionalidades ou *layout*. Como a solução de TI “MPBA Mobile” teria escopo semelhante ao do site de atendimento e não existe prejuízo de funcionalidades, a DTI entende que a comunicação e atendimento ao cidadão consegue ser feito através do site <https://atendimento.mpba.mp.br/>.

Atenciosamente,

Yuri Gonzalez Araujo

Diretor de Tecnologia da Informação
Ministério Público do Estado da Bahia
Telefone: (71) 3103-0211 / 0212 / 99604-1900 | yuri.araujo@mpba.mp.br

De: Imprensa | CECOM – MPBA <imprensa@mpba.mp.br>
Enviada em: sexta-feira, 11 de março de 2022 09:35
Para: Yuri Gonzalez Araujo <yuri.araujo@mpba.mp.br>
Assunto: Mobile MPBA

Prezador Yuri,

Como apontado em reunião virtual com a CGE, registro que, do ponto de vista comunicacional, a existência do site de atendimento ao cidadão, lançado em setembro do ano passado, atende todas as funções e atributos pensados para o aplicativo mobile do MP, tornando-o por ora dispensável. O site é totalmente responsivo e traz acessibilidade prática a todos os serviços e canais institucionais que seriam disponibilizados no Mobile.

At.te.

George Brito

Assessoria de Imprensa
Central Integrada de Comunicação Social (CECOM)
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0447/ Fax: (71) 3103-0500 / E-mail: imprensa@mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À Ilustríssima Gerente da Unidade de Gerenciamento e Suporte a Projetos e Captação de Recursos da CGE, Senhora RITA DE CÁSSIA LEAL SANTOS ANDRADE, para colacionar ao expediente cópia do ofício por sua Excelência a Senhora Procuradora-Geral de Justiça informou os motivos do desinteresse do MPBA na continuidade do Convênio.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 01/06/2022, às 17:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0375957** e o código CRC **C72D1CD1**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Dr. Lourival Miranda,

Cumprimentando-o cordialmente, conforme solicitado, segue anexa a cópia do ofício, assinado pela Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça, que informou os motivos do desinteresse do MPBA na continuidade do convênio 904907/2020.

Em tempo, informo, a necessidade do envio desse ofício, por meio da Plataforma+ Brasil, pelo Gestor do Convênio (Aba Anexo / Incluir/Listar Anexos de Execução), bem como a antecipação da Prestação de Contas, com a devolução do valor da contrapartida depositada.

Atenciosamente,

Rita Andrade



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Leal Santos Andrade** em 01/06/2022, às 17:54, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0376023** e o código CRC **6DBB2065**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Ofício nº 0157/2022 – GPGJ
(Favor fazer referência a este número)

Salvador, 26 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
ANDRÉ FERNANDES LIMA
Coordenação - Geral de Projetos para a Promoção do Acesso à Banda Larga
Departamento de Projetos de Infraestrutura de Telecomunicações e Banda Larga
Secretaria de Telecomunicações – SETEL, Brasília/DF

Assunto: Encerramento do Convênio 904907/2020

Senhor Coordenador,

Cumprimentando-a cordialmente, venho, por meio desta, solicitar a esse augusto Ministério, o cancelamento do convênio 904907/2020, eis que, o objeto do referido convênio, assinado em dezembro de 2020, foi contemplado pela evolução do portal do Ministério Público do Estado da Bahia, que incorporou o Módulo de Atendimento ao Cidadão, sendo todo o portal responsivo, ou seja, com acesso pleno, seja por computadores, por celulares ou tablets.

Destarte, em obediência ao Princípio da Economicidade, que deve nortear as ações dos gestores públicos, restou como imperativo à não execução do supracitado convênio, e solicitar, deste Ministério, o encerramento desse, com a devolução da contrapartida anteriormente depositada na conta de vosso Ministério.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Sendo o que nos pareceu pertinente a ser apresentado nessa oportunidade, firmamos o presente, mantendo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se mostrarem necessários ou mesmo convenientes.

Atenciosamente,

NORMA ANGELICA REIS
CARDOSO

CAVALCANTI:17849357515

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça

Assinado de forma digital por
NORMA ANGELICA REIS
CARDOSO
CAVALCANTI:17849357515



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Adiro à sugestão constante da Manifestação 0376023 e encaminho o expediente ao Ilustríssimo Diretor de Tecnologia da Informação (**DTI**), Senhor YURI GONZALEZ ARAÚJO, a fim de ser diligenciada a juntada do Anexo 0157 AP - Ofício de cancelamento Convênio_904907_2 (0376040), por meio da Plataforma +Brasil, pelo Gestor do Convênio (Aba Anexo / Incluir/Listar Anexos de Execução), bem como a antecipação da Prestação de Contas, com a devolução do valor da contrapartida depositada.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 01/06/2022, às 18:05, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0376046** e o código CRC **F2BBEC4**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Dr. **Lourival Miranda**,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que o Anexo 0157 AP - Ofício de cancelamento Convênio_904907_2 (0376040) foi anexado à Plataforma +Brasil na data de 03/06/2022.

Em relação a antecipação da prestação de contas, iniciaremos os procedimentos nos próximos dias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 06/06/2022, às 11:50, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0379385** e o código CRC **4A4000FF**.